DO AUTOR DO LIVRO QUE INSPIROU O FILME *TROPA DE ELITE*

RIO

LUIZ EDUARDO SOARES



COMPANHIA DAS LETRAS

LUIZ EDUARDO SOARES

Rio de Janeiro

Histórias de vida e morte

COMPANHIA DAS LETRAS

A Dulce Pandolfi, pela virtude discreta e heroica na resistência à ditadura, o bronze etéreo destas palavras

À memória de meu pai,
Marcello Marques Soares

Sumário

Introdução — Rio de Janeiro: A grande guerra contra o clichê

1. Tiros na madrugada
2. Linha Vermelha
3. Você está proibido de morrer
4. Mangueira, quinze anos depois
5. “Don’t be lazy”
6. A mulher incomum
7. É tanta coisa que nem cabe aqui
8. Festas cariocas
9. Pedra da Gávea

Agradecimentos

Introdução
Rio de Janeiro: A grande guerra contra o clichê

Rio de Janeiro é um clichê global poderoso que está em xeque. A cidade rebelou-se contra seu retrato. O Dorian Gray urbano precisa da degradação de sua imagem-fetiche para libertar-se do feitiço e viver, assumindo os riscos e as novas possibilidades. Cumpre destruir a imagem encantada e deixar morrer o que sobreviveu às custas da fantasia benevolente. Esta é a exigência dos milhões de cariocas que se revoltam contra a domesticação imposta pela história edulcorada que contamos a nós mesmos sobre o que somos. Esta é a agenda de quem ama a liberdade e a justiça, nas suas mais variadas acepções. O tempo da autoindulgência acabou. O Rio atravessa um momento doloroso e fecundo de perigo e reinvenção. A estação de fúria e tempestades não anula o mar, o sol, o esplendor da Mata Atlântica e a dança infinita, mas estilhaça ilusões e incinera a pachorra pusilânime dos cartões-postais.

Uma cidade troca a pele como a serpente. Mudam as cores, os tons, a sensibilidade, as relações que lhe dão corpo e energia. Escrever sobre o Rio de Janeiro, hoje, requer afinidade com a pulsação acelerada de um processo de mudança que rasga a pele sem norte político claro, sem projeto coletivo compartilhado, sem lideranças e protagonistas reconhecidos, sem que a pele alternativa tenha sido gestada pela evolução orgânica. O risco mais imediato é a exposição excessiva sem mediações. O corpo fica vulnerável. As mediações institucionais tornam-se mais importantes do que nunca, mas teriam de se adaptar às novas circunstâncias, posto que, tal como hoje atuam e dão-se a perceber, são parte do problema.

O Rio de Janeiro clichê é a cidade da festa, do samba, da sensualidade hedonista, do Carnaval e do futebol, das praias e da natureza prodigiosa, da fraternidade acolhedora, do malandro virtuoso, do improviso criativo, da alegria e da espontaneidade. Enfim, a cidade maravilhosa, cantada em prosa e verso e vendida nos pacotes turísticos mundo afora. Seria um equívoco negar a presença de várias dessas qualidades. Entretanto, nem de longe elas suplantam outros aspectos francamente negativos da experiência urbana carioca. O que parece interessante na conjuntura do Rio de Janeiro é a repulsa não apenas a essas

situações objetivas que afetam milhões de pessoas, mas também ao clichê que congelou uma imagem idealizada. A rebelião contra o cliché tem mobilizado sobretudo os jovens, embora sensibilize segmentos bem mais amplos da população. Perceberam que a imagem não é só um erro. É um mapa que orienta comportamentos e percepções cotidianos. Não é apenas um retrato falso, mas um modelo restritivo que aprisiona, em uma identidade, a pluralidade de modos de ser e sentir.

Se a velha ordem desfaz-se, grão a grão, se o clichê está em chamas, qual ponto de vista adotar para testemunhar esse processo? A primeira pessoa impõe-se como a perspectiva mais razoável e honesta. Sobretudo quando o mundo que balança e vai cedendo lugar a outro repercute tanto em dimensões subjetivas e na vida privada quanto em níveis substantivos e na esfera pública. É interessante registrar que, nesse trânsito entre mundos, sutileza e estrondo substituem-se a todo momento e, por vezes, confundem-se, a depender da sensibilidade do observador. Até porque os mundos distintos, ou antagônicos, conviverão. Pureza é a qualidade da teoria, não da história, muito menos das histórias contadas de pontos de vista particulares.

Por isso, este livro permite-se começar e concluir com a radicalização do ponto de vista adotado, a primeira pessoa. O capítulo inicial descreve minha travessia pelo poder, dos bastidores aos porões. Relato o choque acidental, no Rio de Janeiro, com os futuros donos do poder nacional, nos primórdios do primeiro escândalo de corrupção dos governos petistas, o Mensalão, e os desdobramentos inesperados de uma trama quase inverossímil.

O segundo capítulo conta uma visita ao outro lado do poder, ou ao poder da margem, e revela como é difícil erguer pontes quando as instituições são cúmplices de iniquidades.

O terceiro capítulo abdica da primeira pessoa e rasura as subjetividades, deixando à mostra atos e falas em sua crueza objetiva, por vezes assustadora. Atualmente, escândalos de corrupção no Brasil, não só no Rio, referem-se a cifras bilionárias, tornando as quantias mencionadas neste capítulo quase pueris e irrelevantes. Todavia, relevantes são as condições que tornam possível o casamento perverso entre o crime e a política, inclusive aquela que se faz em nome dos interesses populares. Tudo começa na província. O relato é um flash da barbárie, mas também o flagrante da decência e da coragem, no exercício da profissão e na política. Um retrato da história em andamento, em múltiplas vozes e contradições. A narrativa foi montada com base em entrevistas, observações diretas e depoimentos, reunidos ao longo dos últimos vinte anos. Cada episódio retrata situações reais, alusivas a personagens existentes, embora a sequência não seja exata, as conexões tenham sido redesenhadas, os nomes, trocados, e nem

sempre as falas correspondam aos discursos efetivamente pronunciados, ainda que a intenção tenha sido captar o essencial de seu conteúdo e das formas de expressão dos protagonistas. Este foi o meio encontrado para produzir uma narrativa tão fiel quanto possível às circunstâncias nas quais crime e política se encontram, no Rio de Janeiro, incluindo a região metropolitana, da qual a capital é indissociável.

O quarto capítulo testemunha uma situação dramática e extrema, em que Estado e sociedade, representantes governamentais e a comunidade da mais icônica das favelas cariocas, a Mangueira, defrontam-se e dialogam, a partir do reconhecimento da verdade, tomada como base para uma reconciliação democrática. O caso mostra que a mudança é possível, ainda que tenham sido efêmeras aquelas conquistas.

O quinto capítulo, em terceira pessoa, conta a história de um brilhante e ousado estudante carioca de economia, que, nos anos 1970, enriqueceu da noite para o dia, no embalo das ondas, que lhe apetecia surfar, e do mercado de capitais, do qual tornou-se operador destemido. Abatido por uma desilusão amorosa, abandonou o porto seguro e lançou-se ao mar, literalmente. Velejou durante oito anos, cruzando os oceanos. Mergulhou na cultura hedonista e contemplativa da maconha e do haxixe, até que a Era de Aquarius virou pó. Retornou ao Rio, tentou terno e gravata, mas naufragou na depressão e no vício. Convidado por um velho amigo sul-africano a resolver de uma vez a vida, curou-se da dependência, comendo o pão que o diabo amassou, e partiu ao encalço da fortuna. Trocou suas habilidades náuticas e financeiras pela perspectiva de ganhar muito dinheiro, negociando com europeus e colombianos. Atravessou o Atlântico em sua derradeira aventura e acabou sendo detido, em Londres, e condenado a 24 anos de prisão por associação ao tráfico de duas toneladas de cocaína. Dividiu sua pena entre penitenciárias de segurança máxima inglesa e carioca, tendo a oportunidade de experimentar o inferno em duas línguas e dois estilos: asséptico, frio e claustrofóbico; contagioso, pútrido e abrasador. Tony hoje está bem, livre, e ainda anseia pelo mar. Sem nostalgia.

O sexto capítulo volta a adotar o ponto de vista externo. O relato é construído na terceira pessoa. O esforço de afastamento é correspondente à intensidade das emoções envolvidas nos episódios relatados. Escrever em primeira pessoa condenaria a narrativa ao grito de dor e ao silêncio. Como exprimir o indizível? Como retratar a perversão em estado puro, manifestada na tortura? Como descrever a rotinização da tortura como prática institucionalizada e política de Estado? No capítulo, acompanho a viagem ao inferno de uma jovem e bela brasileira que disse não à ditadura e acabou presa, nos anos 1970, no Rio de Janeiro. Foi usada como cobaia em aulas de tortura, esteve próxima da

destruição física e psicológica, mas sobreviveu. Hoje é uma respeitada historiadora, que mantém o espírito elevado e ajuda alunos e colegas a pensar e construir um futuro democrático, para que nunca mais o país e a cidade sejam palcos da suprema iniquidade de que ela foi vítima. Nunca mais. Sua história jamais havia sido publicada.

O sétimo capítulo conta o que aconteceu na noite de 20 de junho de 2013, quando o Rio de Janeiro saiu do armário ou, como diziam os ativistas, despertou. Um milhão de pessoas tomaram a avenida Getúlio Vargas. Foi a maior manifestação espontânea da história da cidade e do país. Não havia lideranças partidárias ou sindicais, nem centro ou organizadores. A massa nas ruas dialogava com o imaginário transnacional, excitado pela Primavera Árabe, as ocupações na Europa e nos Estados Unidos, e a emergência de novos protagonistas, novos repertórios e novas dramaturgias políticas. Depois da memória da ditadura, prenúncios de transformações profundas: a cidade gestando outra, como disse Eduardo Giannetti. O Rio de Janeiro tremia, sacudido pelo deslocamento de placas tectônicas sociais e culturais. Nada seria como antes. O clichê estava deposto.

O oitavo capítulo mescla pontos de vista internos e externos para contar histórias cariocas regidas pela ambiguidade: a hospitalidade ambivalente; a festa imaginária que celebra o clichê, realizando-o; e a antítese do clichê festivo e lúbrico, dramatizado, paradoxalmente, com a volúpia erótica do sexo recalcado.

O último capítulo é um depoimento autobiográfico, cujo foco é o laço entre público e privado, política e afetos pessoais, o épico nacional e o romance familiar. Este novelo frequentemente escapa aos relatos históricos. Aqui, considero-o decisivo, em todas as dimensões e escalas. A pequena anedota idiossincrática engendra a matriz de padrões coletivos: modos de pensar e agir, narrar, esquecer e lembrar. Por outro lado, o breve gesto infantil pode constituir um elo persistente entre individualidades e o grande roteiro político em que estão metidas. Minha biografia não é mais interessante, reveladora ou importante do que qualquer outra. Contudo, como as demais, serve para contar a história da ditadura, iniciada com o golpe de 1964: fora de nós, dentro de nós e entre nós, brasileiros, especialmente cariocas. Em nenhuma outra cidade o regime militar mostrou suas garras tão cedo e em tamanha escala. Escolhi minha trajetória porque a conheço melhor, sobretudo nos detalhes aparentemente insignificantes. A ditadura durou até 1985. A primeira Constituição efetivamente democrática da história do Brasil foi promulgada em 1988. Desde então houve muitos avanços, mas nem de longe têm sido suficientes.

Enquanto relata episódios diferentes, tematizando distintos aspectos da vida social carioca, cada capítulo abre uma janela sobre o Rio de Janeiro. A leitura

não oferece chaves e resiste a sínteses. A complexidade é maior do que qualquer esforço interpretativo que pretenda englobar todas as dimensões. Contudo, o núcleo persistente transparece na paisagem e reaparece em todas as janelas: as desigualdades, o racismo, a degradação da política, a violência do Estado e o ódio que se derrama sobre a cidade, mudando seu tom e colocando em risco a beleza exuberante e a dança infinita.

1. Tiros na madrugada

Em 1º de janeiro de 2003, Lula tomou posse na presidência da República e eu fui nomeado secretário nacional de Segurança Pública. Mudei-me para um hotel em Brasília, mas retornava à minha cidade sempre que possível. Um mês depois, o porteiro do prédio em que meus pais moram desde os anos 1960, em Laranjeiras, onde cresci e me hospedava quando estava no Rio, foi despertado da sonolência na madrugada quente, típica do verão carioca. Levantou-se da cadeira, circundou a mesa, adiantou-se até o limite do portão gradeado, atrás do jardim que separa o prédio da calçada.

Naquela parte do bairro nada acontecia, sobretudo à noite. Mesmo nas piores épocas do Rio de Janeiro, quando a decadência econômica e a crise social transbordavam numa espiral efervescente de violência, nos anos 1980 e 1990, aquela região permaneceu mais ou menos imune ao contágio.

O porteiro foi espiar mais de perto. Não lhe passou pela cabeça a imprudência de sua curiosidade. O carro não estacionou nem voltou a mover-se. O motor permanecia ligado. Namorados despedindo-se atrás dos vidros escuros? O automóvel lembrava uma viatura policial descaracterizada. Não parecia a embalagem de uma cena romântica. Um homem saiu à direita do motorista. A porta ficou aberta. Afastou-se do carro, lentamente, de costas, em direção ao meio da rua deserta, mantendo-se de frente para a portaria, olhando para o alto do prédio. Quase ao mesmo tempo, outros dois homens abriram as portas traseiras, saltaram com agilidade e se posicionaram ao lado do primeiro.

O porteiro intuiu que alguma coisa estava para acontecer e congelou. Alguma coisa muito ruim e significativa, que ele contaria aos netos. Suspendeu a respiração. Os três estavam armados. Percebeu que contar aos netos talvez fosse um cálculo otimista quando os três começaram a atirar. Jogou-se no chão e mal pôde ver os homens enfiarem-se no carro, que saiu cantando pneu. Os tiros de pistola quebraram janelas de diversos apartamentos em vários dos nove andares. O porteiro custou a livrar-se de um torpor agora muito diferente do sono. Tinha a impressão de que a temperatura despencara como se a cidade tropical dos biquínis e das praias, em pleno verão calcinante, mergulhasse na idade do gelo.

O telefonema de minha mãe me acordou, em Brasília, antes que meus assessores, os policiais e os repórteres entrassem em cena. Não demorei a

entender o que tinha acontecido. Decifrei o recado, imediatamente. Não havia qualquer sutileza na mensagem. Explico.

Quando meu trabalho no governo começava a engrenar, fui procurado por alguns homens da Polícia Rodoviária Federal, no Rio de Janeiro. Precisavam falar comigo, privadamente. A conversa foi curta e objetiva. Eles confiavam em mim o suficiente para se arriscarem a trazer-me denúncias muito graves sobre o então superintendente, o homem que comandava a instituição no Rio. As informações eram inacreditáveis e envolviam receptação de carga roubada, adulteração de combustível, contrabando e outros crimes. Os esquemas estavam documentados e as descrições eram realmente impressionantes. Havia fotos de um galpão no qual entravam e saíam caminhões transportando combustível adulterado. Imagens de operações nas rodovias federais que cruzavam o estado do Rio de Janeiro e relatos sobre como se processavam para camuflar cargas roubadas e furtadas. A blitz era realizada depois que os veículos envolvidos no esquema eram avisados e se detinham em postos de gasolina, no vizinho estado de São Paulo, aguardando o sinal.

Pedi aos policiais que indicassem dois colegas para acompanhar-me, imediatamente, a Brasília. Telefonei ao diretor-geral da PRF — o comandante nacional da instituição — e o convidei para uma reunião, em meu gabinete, na capital federal. Tomamos o primeiro voo. A reunião foi tensa. O diretor custou a convencer-se. Ironizou as acusações, desprezou as evidências, duvidou de cada denúncia. Nosso relacionamento não era dos melhores. A cordialidade era estritamente protocolar. Ele sabia que eu havia sido contrário à sua nomeação pelo ministro da Justiça, que, aliás, nesse caso, apenas atendia à orientação da Casa Civil. O que estava por trás daquele movimento de peças era a manobra política ao velho estilo: o governo federal aceitara indicação de um governador do sul do país em troca de apoio no Congresso Nacional. Antes da decisão, fui visitá-lo em seu estado. Quis ouvi-lo sobre sua instituição. Que diagnóstico fazia? Quais propostas defendia? Como avaliava a crise nacional da segurança pública e de que forma sua corporação poderia contribuir para mudanças substanciais? O candidato a diretor-geral nada tinha a dizer. Era um homem simpático, bem entrosado com o governador, com aguçado faro político.

A reunião começava a dar voltas em torno dos mesmos pontos. O diretor-geral mostrava-se firmemente refratário a qualquer atitude. Limitava-se a desqualificar argumentos e relatos. Senti a necessidade de elevar o tom. Exigi a exoneração do superintendente do Rio de Janeiro. Mesmo que tudo fosse um engano, um mal-entendido ou uma armação, o fato é que ele não poderia continuar ocupando um cargo de confiança de tamanha responsabilidade, enquanto o caso não fosse esclarecido. Finalmente, o diretor rendeu-se, quando ameacei ir diretamente ao

presidente. Eu estava blefando. O presidente deixara de receber o segundo escalão desde a posse. O núcleo duro blindara o gabinete. Mas estávamos no início do mandato. O diretor não tinha ideia de como as coisas funcionavam. Talvez imaginasse que os militantes do PT éramos todos íntimos e decidíamos em assembleia permanente. Ele provavelmente me atribuía mais poder do que eu tinha. Fiz o possível para não o dissuadir. Passei-lhe a mensagem velada de que, recusando-se a tomar a providência cabível, ele se tornaria tão vulnerável quanto o funcionário que protegia. Sua atitude poderia ser interpretada como cumplicidade ou, na melhor das hipóteses, resistência a adaptar-se aos métodos éticos e transparentes de nosso governo. Passara o tempo das conciliações corporativistas.

Na manhã seguinte o *Diário Oficial* registrava a exoneração do posto de superintendente da PRF no Rio de Janeiro, que é um cargo de confiança — não houve demissão da polícia, evidentemente, porque isso requer longo processo, que envolve investigação e, claro, amplo direito de defesa.

Em torno do meio-dia, o superintendente afastado passou a me telefonar insistentemente. Assessores que atendiam meu celular estranharam a atitude e perceberam a indisfarçável agressividade no tom da voz. Estranharam porque os policiais costumam respeitar a hierarquia e a disciplina, mesmo em situações tensas. Ligar diretamente a um secretário nacional não ocorre nunca a um profissional de posição subalterna. Não que eu me importasse com essas coisas. Mas era significativo. O recado que me mandava, repetidamente, era o seguinte: ele sabia que fora eu o responsável por sua exoneração. Que não era justo; não podia acontecer.

Atribuímos a impertinência à revolta natural, sobretudo em se sabendo das consequências, uma vez que, dados os motivos, a exoneração seria apenas o primeiro passo de um procedimento de apuração, administrativo e criminal. Isso caíra como uma bomba na vida do superintendente. Era compreensível o desespero. A impunidade se tornou tão comum no Brasil que rompê-la causa perplexidade.

Não dei maior importância aos telefonemas.

Uma hora depois, recebemos um comunicado urgente do departamento de inteligência da Secretaria de Segurança do estado do Rio de Janeiro. O Disque Denúncia, serviço gratuito de denúncias anônimas, recebera informação de que essa mesma pessoa estaria preparando um atentado contra mim. Era muita coincidência, ainda que isso pudesse vir de inimigos do ex-superintendente, interessados em levá-lo ainda mais para o fundo. Em ambientes minados, nunca se sabe. De todo modo, nos vimos obrigados, eu e minha equipe, a intensificar as medidas de segurança. Até porque eu estava de partida para o Rio.

À noite, na rua do Catete, bairro carioca de classe média, o segundo carro de minha segurança — passei a circular com dois — identificou um Passat branco com quatro homens nos seguindo. Numa manobra ágil, o Passat foi fechado, mas o motorista desconhecido foi ainda mais rápido, subiu na calçada e fugiu pela contramão por uma rua lateral. O carro da segurança não tinha licença para segui-lo, porque a norma elementar recomenda cautela com esses movimentos que podem ser meras ações diversionistas, realizadas exatamente com a intenção de atrair a atenção do veículo que atua na cobertura, deixando o alvo vulnerável. Descobrimos, em seguida, que a placa do Passat era fria.

Dois ou três dias depois, aconteceu o ataque ao prédio.

Começaram a chegar outros recados supostamente oriundos do ex-superintendente, o homem cuja exoneração eu provocara: “quem ri por último ri melhor”. As mensagens mencionavam um nome e garantiam que essa pessoa substituiria o superintendente exonerado. Tratava-se, diziam, de gente sua. Gente de seu grupo político. Eu não perdia por esperar.

Levei o caso ao ministro da Justiça, meu superior hierárquico. Aliás, compartilhei com ele todos os lances do episódio, desde o início.

Aproximadamente uma semana depois dos tiros em Laranjeiras, o ex-superintendente sofreu um atentado e quase perdeu um braço. Sobreviveu por milagre. Nosso pessoal da inteligência correu à delegacia e constatou uma curiosa interferência de seu irmão, policial civil, no boletim de ocorrência, o qual registrava apenas uma tentativa de assalto. Aos poucos, deciframos o enigma: o ex-superintendente, provavelmente, já havia recebido — antes da exoneração — pagamentos por “serviços” ou “produtos” que não poderia mais entregar em função da perda do cargo.

Avisei ao ministro sobre mais esse lance e lhe pedi todo o cuidado na nomeação do substituto. Solicitei à direção-geral da Polícia Federal que determinasse uma investigação imediata e rigorosa.* O quadro se tornava cada vez mais complicado e a cada dia mais tenso.

Alguns dias depois, em Brasília, cedo pela manhã, senti um soco na boca do estômago quando li o *Diário Oficial*, o órgão que divulga as decisões do Poder Executivo, levado a mim por um assessor inteiramente transtornado. O ministro da Justiça nomeara a tal pessoa que o ex-superintendente anunciara em seus recados irônicos e ameaçadores. Desci aos saltos a escada privativa que ligava meu gabinete ao do ministro. Entrei sem fôlego e sem voz. Ele estava de pé e se antecipou. Sabia por que eu estava ali e imaginava meu sentimento. Ele próprio estava muito chateado e desconfortável, mas, infelizmente, fora impossível impedir a nomeação. José Dirceu já havia negociado com Roberto Jefferson

aquela superintendência e o acordo tinha sido fechado.

José Dirceu era ministro da Casa Civil. O homem forte do governo Lula. Seria primeiro-ministro se o regime fosse parlamentarista. Ajudara a fundar e organizar o Partido dos Trabalhadores, o qual presidira, e coordenara a campanha vitoriosa à presidência. Uma espécie de Bismarck bolchevique. Ele cairia dois anos depois sob acusação de ter montado o maior esquema — até aquele momento — de corrupção política da história do Brasil para comprar apoio de parlamentares. Foi denunciado por Roberto Jefferson, deputado federal pelo Rio de Janeiro e presidente do Partido Trabalhista Brasileiro. Para comprovar a acusação, Jefferson agiu como camicase: confessou o próprio envolvimento, o que lhe custou o mandato parlamentar. Ambos foram condenados à prisão pelo Supremo Tribunal Federal, em 2013. Dirceu, a sete anos e onze meses, e a pagar multa de 676 mil reais; Jefferson, a sete anos e catorze dias, e à multa de 746,2 mil reais. As condenações não se referiam ao episódio relatado, o qual não envolvia provas de que houvesse interesses subalternos — a menos que assim se qualifique a troca de um tratamento estritamente profissional da Segurança Pública por acordos políticos em torno de cargos e aparelhamento institucional.

O ex-superintendente exonerado foi preso pela Polícia Federal em 2004. As acusações confirmaram-se. Ele havia sido indicado pelo deputado Jefferson, assim como seu sucessor o seria.

Talvez o mais extraordinário desta história seja seu desfecho premonitório. Quando o ministro mencionou os nomes de Dirceu e Jefferson, eu me surpreendi, porque nunca os ouvira pronunciados na mesma frase, e como aliados. É verdade que política exige flexibilidade, concessões, negociação. Mas há limites. Percebi que os limites estavam sendo ultrapassados. Já vivenciara outras circunstâncias que abalaram minha confiança no Partido dos Trabalhadores e em alguns de seus líderes. Mas, naquele momento, fui tomado por um sentimento fundo que me prostrou. Fiquei frente a frente com minha impotência. Houve um precedente que transformava o que estava acontecendo em um grande constrangimento político e pessoal.

No período de transição entre os governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, entre outubro e dezembro de 2002, dezesseis associações estaduais de policiais rodoviários federais me solicitaram uma audiência conjunta. Eles acreditavam que eu viria a ocupar alguma posição destacada no governo Lula, que assumiria em janeiro de 2003. Naquela época, eu era apenas membro do grupo de transição, porém o único representante das áreas de Justiça e Segurança. Portanto, mesmo que o prognóstico que faziam não se confirmasse, minha responsabilidade era repassar recomendações às futuras autoridades

governamentais, o que tornava nosso encontro suficientemente relevante. A maior sala do andar foi pequena para receber tanta gente. Apesar das cadeiras extras, formando um segundo círculo em torno da mesa ovalada, muitos visitantes ficaram de pé.

A reunião foi comovente para qualquer pessoa que vivenciasse o dia a dia das instituições policiais e soubesse quão difícil era (e continua sendo) a luta contra a corrupção. Por intermédio de seus porta-vozes, me disseram que estavam ali para me fazer um único pedido. Eu estava mais do que preparado para lhes explicar quão difícil seria para o presidente, no começo do mandato, elevar salários e benefícios, por mais merecidos que fossem. A situação econômica era grave. O medo do suposto radicalismo socializante de Lula afugentara capitais e desestabilizara a moeda. O dólar havia disparado e o país enfrentava grande crise de confiança no mercado internacional. Tinha na ponta da língua as justificativas com as quais tentaria persuadir meus interlocutores a aceitar uma trégua e ter paciência.

— Um único pedido — disse o líder do grupo, pausadamente, redobrando a força do que viria a seguir. — Que o próximo governo não faça o que os anteriores fizeram, e que está acabando conosco.

Não rompi o silêncio que tomou conta da sala e deu um tom de gravidade àquele instante. Esperei. O orador continuou:

— Que o governo Lula não aparelhe a Polícia Rodoviária Federal, não entregue aos políticos mais poderosos de cada estado a nomeação do superintendente estadual. Até hoje, sempre foi assim. Isso nos humilha, arruína a carreira e a instituição, e inviabiliza nosso trabalho. Como agir com isenção se o cargo mais importante em cada estado pertence, na prática, ao chefe político, aliado ao governo federal? Se o senhor quer saber quem manda pra valer na PRF, em primeiro lugar esqueça a natureza federal da instituição. Ela está fatiada. A resposta está no poder político local. Quer saber quem manda na PRF no estado da Bahia? Antonio Carlos Magalhães. No Pará? Jader Barbalho. No Maranhão? José Sarney. A PRF virou moeda de troca para o jogo político.

O rapaz falava com emoção.

Afirmei que jamais me esqueceria daquele encontro, porque o que se passava ali era inusitado. Nunca havia participado de uma reunião de tipo eminentemente sindical sem que se cogitassem os temas corporativos. Os policiais estavam ali para pedir ajuda no combate à corrupção e no esforço de qualificar seu desempenho. Que os futuros governantes pelo menos não atrapalhassem. Não pediram mais nada. Só desejavam ser respeitados, que sua instituição fosse respeitada, que o interesse público fosse respeitado. Ainda há esperança de que a gente construa, no Brasil, uma república democrática digna deste nome, foi o

que eu disse. E o fiz com sinceridade. Completei: aumento salarial eu não poderia prometer, mas respeito e combate à corrupção, não só prometo: garanto. Mesmo que eu não venha a participar do governo, lhes afirmo que nunca mais haverá negociata política em torno de cargos na PRF.

A memória daquela tarde não combinava com o lamento blasé do ministro, que driblava o inconveniente como quem desvia de uma poça de lama na calçada sem deter-se. Havia uma agenda urgente a cumprir. Não fazia sentido perder tempo com miudezas. O ministro não disse nada disso. Deixou entrever. Era um homem elegante e sofisticado. Dedicou ao incidente a atenção que se devota a um incidente. Diante dele alinhavam-se desafios maiores. As paredes de vidro do belo prédio de Oscar Niemeyer projetavam o gabinete sobre a Esplanada e a praça dos Três Poderes. O ministro tinha os olhos postos nos interesses superiores da nação e da classe operária. Seu horizonte era a história. O que me restava, além da pusilanimidade?

Deixei o gabinete com a cabeça pesada, as barbas de molho, uma vergonha acabrunhante e o desejo de chutar o balde.

O problema é que, em certa medida, este melancólico e deprimente roteiro era previsível. A certeza com que me dirigi aos policiais rodoviários federais durante a transição expressava mais vontade do que convicção e confiança. Ao tentar convencê-los com tanta veemência, no fundo, buscava convencer-me a mim mesmo.

O ano anterior tinha sido intenso. Lula era candidato à presidência pela quarta vez e com chances efetivas de vencer. No Rio de Janeiro, fui convidado a candidatar-me a vice-governador, na chapa da ex-senadora petista Benedita da Silva, então vice-governadora do Estado, que assumiria o governo provisoriamente a partir de abril de 2002 e se candidataria à reeleição em outubro. O governador Anthony Garotinho, também candidato à presidência, teria de se desincompatibilizar, passando o governo à sua vice, Benedita. Depois de hesitar por algum tempo, aceitei sob duas condições, que discutimos em um jantar no Leme. Bené, como era chamada carinhosamente, deveria governar de modo transparente e em diálogo estreito com os movimentos sociais, compondo um secretariado pluralista, com nomes respeitáveis da sociedade civil, tecnicamente experimentados, sem vínculos partidários. Se governasse assim por nove meses, teria chances reais de vencer as eleições. Mesmo que fosse derrotada, deixaria um legado inspirador. Temíamos que Garotinho deixasse uma bomba armada para explodir no colo da substituta: cofres vazios, dívidas vencidas, contratos descumpridos, serviços suspensos, folha salarial sem cobertura, ausência de informações. Por isso, disse a Bené que minha segunda

condição era que ela se comprometesse a submeter as contas públicas e a situação financeira do Estado a uma auditoria independente, assim que assumisse o governo. Se não fizesse isso, correria o risco de herdar o caos e ser acusada por desmandos que não seriam dela.

Naquela noite tudo fluía às mil maravilhas. Bené concordou com as condições. Brindamos à nossa parceria. Ela é uma mulher extraordinária. A primeira negra, ex-moradora de favelas, ex-empregada doméstica, a ocupar posições de destaque na República. Estar a seu lado na chapa majoritária do PT, no Rio de Janeiro, era um privilégio, que eu estava disposto a honrar com meu trabalho. A primeira tarefa que me passou, confirmando na prática a disposição de cumprir nosso acordo, foi justamente iniciar consultas informais com vistas à composição de um secretariado de nível ministerial.

Algumas decepções abalaram minha ingenuidade tardia. Em fins de março de 2002, às vésperas de assumir o governo, depois de um dia inteiro de discussões sobre a composição do governo, em sua casa, em Jacarepaguá, Bené anunciou o secretariado. Os nomes não eram suprapartidários nem consagrados por larga experiência. O governo foi composto, salvo exceções, por militantes petistas vinculados a deputados, candidatos à reeleição, e alguns técnicos por eles indicados. Em vez de sinalizar com a perspectiva de um grande governo, ainda que em curto período, à altura da gravidade dos desafios impostos pela realidade crítica do estado do Rio de Janeiro, Bené mostrava, com indisfarçável constrangimento, que se rendera ao condomínio de interesses eleitoreiros de seu partido. À frente do governo, encontrou um quadro financeiro-administrativo deteriorado. A situação era muito mais séria do que antecipáramos. Não havia recursos nem para cumprir os compromissos mais imediatos com os programas sociais indispensáveis à sobrevivência dos mais pobres. A revolta popular contra o novo governo estava contratada. Só restava um meio de evitar a injusta transferência de responsabilidades: a auditoria externa. Mas a providência tinha de ser tomada com urgência ou não haveria como desarmar a bomba política. A governadora recusou-se a convocar a auditoria, o que significava que ela agia contra seus interesses, o bom senso, o compromisso assumido comigo e os apelos da militância partidária. Por quê?

Eu lhe telefonava todos os dias. Ela deixou de atender ou responder às chamadas. Quando ligava de volta, uma semana depois, suas primeiras palavras eram, sistematicamente:

— Luiz Eduardo, você não atende meus telefonemas, não retorna. Onde está você? Por que não quer falar comigo?

Mudei de tática. Troquei os telefonemas por visitas ao Palácio. Ela não tinha como negar-se a me receber. Os encontros eram frustrantes, difíceis e

desalentadores. A governadora respondia aos questionamentos com emocionada descrição sobre a complexidade do momento, a violência dos ataques que sofria, as injustiças de que estava sendo vítima. Concluía, sem abordar diretamente a proposta de auditoria, afirmando entre lágrimas que precisava mais do que nunca de apoio, solidariedade e compreensão, não de mais cobranças e pressões. Eu entendia o recado e me retirava, frequentemente me sentindo mais culpado e confuso do que indignado. Entretanto, a repetição do script diluiu a carga emocional das primeiras visitas, a tal ponto que consegui exorcizar os fantasmas da culpa e afirmar minha posição de modo mais assertivo. Nem assim obtive qualquer resposta clara. Contudo, nossa relação permaneceu afetuosa do início ao fim daquele calvário que culminaria em nossa derrota eleitoral, no Rio de Janeiro, cujo impacto foi em parte neutralizado pela vitória de Lula, no pleito nacional.

Minhas suspeitas só foram confirmadas em 2003. Visitando-a em seu gabinete na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, a nova ministra do Desenvolvimento Social admitiu que não convocou a auditoria porque estava impedida de fazê-lo. O veto era parte do acordo secreto que Lula e José Dirceu haviam firmado com Garotinho, antes de Bené assumir o governo do Rio. Ela pouparia Garotinho e assumiria as responsabilidades pela crise; em troca, ele apoiaria Lula no segundo turno das eleições presidenciais. Lula e Dirceu negociaram o futuro do Rio de Janeiro no tabuleiro do projeto de poder nacional. Venceu as eleições, no Rio, a esposa do ex-governador, Rosinha Garotinho. O Rio que se danasse. Benedita foi recompensada com o ministério. Como candidato a vice-governador entrei de gaiato no navio. Não era à vera a candidatura ao governo do estado do Rio. Bené foi escalada para o sacrifício. Nossa chapa estava destinada à derrota.

*

Nada disso chega aos pés do que aconteceu no front da campanha. Certa manhã, chegando ao comitê, travei com minha secretária um diálogo mais ou menos assim:

— Sabe aquele sujeito chato, que já ligou mil vezes?

Eu não sabia o que dizer, porque sujeito chato não era um tipo exatamente incomum naquele contexto. Ela continuou:

— Aquele inconveniente, que liga todo dia. Já esgotei a enciclopédia de desculpas.

Sugeri que ela dissesse que eu estava com viagem marcada e não sabia quando voltaria.

— Foi o que eu disse.

Então pronto, respondi. Mas ela não se deu por satisfeita:

— Aí é que está o problema. Mandou perguntar qual era o voo. Ele acompanharia o senhor, pra poder conversar.

Reagi com perplexidade. Cheguei a pensar que minha auxiliar estivesse brincando. O cara disse isso?

— A secretária dele.

Concluí que o sujeito realmente queria falar comigo. Não mediria obstáculos. Venceria pela insistência. Melhor render-me logo e me poupar do desgaste. Nunca ouvira seu nome antes. Eu procurava evitar reuniões com pessoas desconhecidas. Se tivesse de ocorrer, que o local fosse público. Haveria um seminário sobre violência em um conhecido hotel da Zona Sul. Marquei o encontro no lobby.

Ao fim da tarde, depois do debate acadêmico, enquanto me dirigia à recepção, um homem de meia-idade aproximou-se, sorriu, disse meu nome, apresentou-se. Cumprimentamo-nos e nos sentamos em torno de uma pequena mesa, no café do hotel. Seguiram-se os minutos mais tensos e perturbadores daquele período de minha vida. Ele foi direto ao ponto:

— O esquema de arrecadação montado no Rio para a campanha nacional é coisa de amador. Mal rende 300 mil por mês. Essa coisa de bicheiro, maquininha de azar, bingo, isso é mixaria e pode criar dificuldades, o senhor sabe. Dá uma merreca e acaba dando merda.

E expôs sua proposta, que renderia vários milhões mensais para as campanhas nacional e estadual, dos quais um percentual ficaria comigo e com a governadora, “por fora”, depois de descontada a parte dele, evidentemente. Garantiu que sabia como fazer e que tudo seria conduzido, profissionalmente, com plena segurança. Só seriam necessárias algumas posições estratégicas no governo do Rio para seus operadores. Descreveu em detalhes o mapa do governo. Referiu-se aos canais possíveis de drenagem do dinheiro público, em alguns órgãos e secretarias: onde se situavam, na máquina do Estado, os rios caudalosos, quais eram seus principais afluentes. Soava como um hidrólogo experiente. O homem era um conhecedor profundo do métier. Eloquente, rápido, preciso. Um verdadeiro corruptólogo.

Na primeira oportunidade, disse que não me cabia indicar nomes para compor o governo e que nada sabia sobre o esquema a que aludira no começo da conversa. Levantei-me, desejei-lhe boa tarde, acenei para minha secretária que aguardava em outro espaço do lobby e saí do hotel com a cabeça pegando fogo.

Impossível saber se havia algo errado ou não. Na dúvida, não podia me omitir. A primeira providência foi compartilhar com a governadora o que eu ouvira. Ela reagiu como sempre, lamentando que, em vez de ajudá-la, eu só lhe trouxesse

problemas. Não comentou o conteúdo da conversa, mas desabafou. Seus nervos estavam em pandarecos. As pressões eram terríveis. Demandas, cobranças, críticas, ela mal conseguia respirar. Vida pessoal, nem pensar. O governo girava em falso, fazendo das tripas coração para pelo menos pagar o Cheque Cidadão, o programa social mais popular, e o salário dos funcionários. Já desistira de investimentos e mesmo do custeio cujos efeitos não fossem dramáticos. As contas não fechavam. A situação era mais do que crítica, pré-falimentar.

Convoquei uma reunião com deputados estaduais e federais do Partido dos Trabalhadores, em minha casa. Chamei os mais próximos e comprometidos com a pauta da ética na política. Contei a conversa com o corruptólogo e lhes confessei minha preocupação de que o relato sobre o esquema com o bicheiro pudesse ser verdadeiro. A reunião terminou sem que ninguém dissesse nada minimamente objetivo. Alguns me olhavam como se eu tivesse acabado de chegar de Marte, outros me pareceram irônicos, alguns chegaram a balbuciar algo como "não me surpreenderia". A mensagem foi unânime: toquemos em frente nossas campanhas. Temos muito a fazer e pouco tempo até as eleições. Não é hora de parar para discutir o sexo dos anjos.

Tentei então a cartada final. Dois dirigentes nacionais viriam ao Rio de Janeiro poucos dias depois. Agendei um jantar. Convidei minha mulher. Encontramo-nos no restaurante Alho e Óleo, no Flamengo. A conversa foi agradável, apesar da tensão natural que cercava o tema. Narrei os fatos, dei nomes aos bois, pedi que investigassem e, caso confirmassem a procedência do relato, que pusessem imediato termo àquilo. Assinalei que, além de trair nossos princípios, em nome dos quais nos dedicávamos à política, em nome dos quais Lula era candidato à presidência, negociar com bicheiro tornava refém da máfia mais tosca o mais importante projeto popular e democrático de nossa história. Tratava-se de uma aventura absolutamente irresponsável. Caso existisse alguma coisa, claro. A receptividade foi discreta mas amigável, o que me encheu de esperança. Se houvesse algo, seria resolvido. Naquela noite dormi como havia tempos não conseguia.

Dois dias depois, pela manhã, um antigo companheiro que se tornara membro destacado do governo estadual, por minha indicação, telefonou. Pediu que o esperasse. Estava a caminho. Não quis antecipar o assunto. A visita foi breve. Viera passar-me uma informação. Caberia a mim decidir o que fazer com ela. Fazia-o por dever de lealdade. Participara de uma reunião do núcleo duro do governo estadual, o grupo que efetivamente decidia. Resolveram excluir-me da campanha. Informalmente, por suposto. Eu perceberia aos poucos. Meu nome desapareceria das faixas, das filipetas, dos posters. E o principal, eu estava fora da TV e do rádio. Tampouco seria convidado para reuniões do comando da

campanha. Agradeci, trocamos algumas ideias e ele voltou para o olho do furacão.

Considerei a hipótese de renunciar à candidatura. Não era viável. Não era um caminho responsável. Colocaria em risco a campanha nacional, por menos que eu falasse, por mais que inventasse justificativas pessoais, subjetivas. A renúncia do candidato do PT a vice-governador do Rio tinha tudo para ser explorada como um escândalo de alto potencial explosivo. Eu não conseguiria sobreviver com a culpa de ter contribuído para uma eventual derrota de Lula. Além disso, o partido se mostrava autoritário e arbitrário, sem dúvida, mas não havia indícios objetivos, além da palavra de um escroque, de que o esquema corrupto fosse verdadeiro. Talvez me excluíssem por eu ousar pôr em dúvida a direção nacional. Quem sabe eu errara mesmo? O melhor a fazer talvez fosse procurar o presidente do partido, sem intermediários. Esta atitude reduziria as chances de interpretações paranoicas... Tarde demais. Tratava-se de reduzir danos, engolir a indignação e conviver com a nova realidade, procurando adotar a postura mais discreta possível.

A chapa Benedita-Luiz Eduardo perdeu no Rio. A chapa Lula-José Alencar venceu no pleito nacional. Celebrações dos militantes do PT tomaram as ruas. A derrota no Rio se eclipsava ante a conquista da presidência. Juntei-me a eles. Um pedaço das emoções permanecia à sombra, mas eu confiava no futuro do país sob a liderança daquele ex-operário nordestino extraordinário.

Poucos dias depois, em Brasília, um amigo gaúcho, deputado federal pelo PT, Marcos Rolim, ativista dos direitos humanos, diante de colegas parlamentares, perguntou a José Dirceu, então presidente do partido, que papel Luiz Eduardo desempenharia no governo Lula. A resposta o surpreendeu, embora não a mim, quando ouvi seu relato:

— No que depender de mim, nenhum.

Ante a perplexidade de Rolim, explicou:

— Ele boicotou nossa campanha no Rio.

A despeito de resistências, fui convidado para compor a equipe de transição e, na sequência, a assumir a secretaria nacional de Segurança Pública. Em outubro de 2003, fui instado a pedir exoneração. Foram dez meses intensos que culminaram numa armadilha. Um dossiê apócrifo forjado no interior do próprio Ministério da Justiça, do qual minha pasta fazia parte, chegou à mídia, recheado de graves acusações, entre elas a de que eu estaria praticando nepotismo. Esta denúncia tornou-se a mais notória porque foi destacada nas manchetes, mas havia outras bem mais abjetas. Só tive acesso às calúnias quando já eram notícias nacionais. Logo descobri a procedência e, ao pedir ajuda de quem tinha o poder para esclarecer a falsidade das injúrias, me deparei com os autores da

artimanha. Sentime o personagem encarnado por Mia Farrow no filme de Roman Polanski, *O bebê de Rosemary*. Sozinha, acuada, ela recorre ao único aliado confiável, o médico. Tarde demais: ele orquestrava o ardil de que ela seria vítima. Recorri ao então presidente do PT, José Genoíno. Dispensei sua defesa. Eu mesmo me defenderia. As acusações eram muito toscas, sem qualquer fundamento. Pedi-lhe apenas que me prometesse o seguinte: caso ficasse provado que o dossiê apócrifo fora obra de militantes do partido, eles seriam punidos conforme as normas pertinentes. À tarde, Genoino reuniu a imprensa e pontificou:

— Luiz Eduardo age como um gambá: exala mau cheiro para ocultar seus delitos.

Eu saíra do governo poucos dias antes desta declaração. Redigi de imediato carta ao presidente estadual do PT, Jorge Bittar, solicitando desligamento do partido.

Dois anos depois de minha exoneração, grandes escândalos começaram a espocar, envolvendo as principais lideranças do partido. Em 2005, chegaram à mídia cenas gravadas em vídeo, nas quais, em 2002, um expoente do partido no Rio negociava 300 mil reais com um bicheiro. Verbas públicas da loteria do Estado seriam desviadas.

No final de 2003, fora do governo, então no auge de sua popularidade, poucos interlocutores estavam dispostos a ouvir minha versão. Naquele momento, quem colocava em dúvida o compromisso ético do PT, a probidade imaculada do governo federal, não merecia crédito. Abatido pela crise, minutos antes de me despedir da equipe e deixar minha função, pedi à secretária que telefonasse à organizadora do encontro nacional de juízes, dra. Andréa Pachá, cancelando minha participação. O recado era simples: quem foi convidado a proferir a palestra inaugural do evento, na Bahia, em Salvador, não fui eu, foi o secretário nacional de Segurança Pública, cargo que, a partir daquela data, eu não mais ocuparia. Portanto, que a anfitriã recebesse meus agradecimentos e minhas desculpas pelo inconveniente, mas eu não iria. Andréa insistiu. Fora eu o convidado, não o titular da secretaria. A reiteração calorosa da juíza me comoveu e convenceu.

Seis meses antes, a pleno vapor à frente da secretaria, recebi um recado por meio de um antigo conhecido carioca, que fez questão de marcar audiência e viajar a Brasília para transmiti-lo. Ele me antecipara tratar-se de caso importante e delicado. O recado era de Lulu, Luciano Barbosa da Silva, o dono da Rocinha, o líder do tráfico na maior favela da Zona Sul do Rio de Janeiro. Ele era conhecido por distinguir-se do estereótipo: não era violento, não agredia

policiais, não violava direitos dos moradores. Por tudo isso, e por auxiliar uns e outros em momentos de dificuldade, era querido e respeitado na comunidade. Lulu me pedia ajuda para sair da favela, abandonar o tráfico, deixar o crime e recomeçar a vida. Estava convicto de que aquela vida não levava a nada, mas não confiava na polícia e na Justiça o suficiente para entregar-se. Estava convencido de que não sobreviveria à prisão. Esta é a sina de toda liderança criminosa no Rio de Janeiro: é preciso manter-se fiel à criminalidade mesmo contra a vontade. Afinal, como renunciar ao crime quando se sabe demais, quando a própria vida representa um risco para a banda podre da polícia? Pode-se sobreviver ao ato da prisão, à primeira noite no cárcere, mas dificilmente se vai muito além dos primeiros dias. O assassinato no cárcere é mascarado com facilidade. Versões mentirosas são verossímeis o bastante para apaziguar ímpetos investigativos, e o corporativismo da corregedoria a predispõe a oferecer sua cota de colaboração aos colegas suspeitos. Este tipo de assassinato chama-se queima de arquivo e faz parte da rotina carioca. Aí está o paradoxo da corrupção policial. Funciona à perfeição para traficantes e demais criminosos profissionais, porque lhes proporciona cumplicidade e lhes garante liberdade de ação, ainda que implique partilha proporcional dos lucros. Por outro lado, se houver ruído na comunicação e o acordo por alguma razão for rompido, pode-se chegar ao pior dos mundos. Presos, os criminosos que, na véspera, eram sócios dos policiais, convertem-se em seus delatores potenciais. Por isso, têm consciência de que é elevada a chance de que venham a ser executados.

Lulu queria fugir da Rocinha, romper com o Comando Vermelho, a facção criminosa de que fazia parte, e sumir, cair no mundo. Eu poderia de alguma forma ajudá-lo? Como pessoa, gostaria de lhe dar a mão e colaborar para salvar sua vida. Preferia apostar que o futuro lhe reservaria destino mais saudável e pacífico se ele estivesse longe do crime e da prisão. Seria melhor para ele, para a sociedade, para todo mundo — ou quase, como depois compreenderia. Mas o papel institucional que me cabia cumprir me obrigava a contribuir para sua prisão. Como o secretário poderia ajudá-lo a fugir da Justiça? Claro que não. Portanto, não havia alternativa senão enviar a Luciano Barbosa da Silva, em resposta a seu pedido de ajuda, a seguinte mensagem: o secretário nacional de Segurança Pública manda dizer que, se tiver informações sobre seu paradeiro, vai agir para prendê-lo; o indivíduo Luiz Eduardo lhe deseja sorte na nova etapa de sua vida longe do crime. Frustrante, ambíguo, mas verdadeiro.

Um semestre depois deste episódio, no final de outubro de 2003, era minha vez de mudar de vida. Arrumei as malas, esvaziei as gavetas, gravei no HD externo a memória do trabalho realizado, agradeci aos auxiliares, recomendei que permanecessem em suas posições até que meu substituto fosse nomeado e

compusesse sua equipe, e que cooperassem para que a transição transcorresse sem traumas. Simulei serenidade e resignação, exatamente o avesso do que se passava em meu espírito. Em Salvador, os magistrados anfitriões desdobraram-se para que eu não fosse consumido pela depressão. Já fora do governo e ainda sem acesso ao dossiê, do qual só conhecia os pontos esparsos que a mídia publicara, fui entrevistado por uma importante revista semanal. O repórter me ligou sexta-feira à noite, por volta das dez horas. Queria ouvir minha defesa. Eu lhe disse que não sabia qual o teor das acusações. Como poderia defender-me? O celular falhava. Saí do restaurante e busquei algum local em que a conexão fosse melhor. Movia o corpo como um dançarino desengonçado, tentando captar o fio esgarçado do som cada vez mais picotado e longínquo. A bateria aproximava-se do fim. Eu teria poucos minutos para entender as denúncias e responder a cada uma. O repórter insistia na urgência. Estava fechando a matéria e me concedia a oportunidade de apresentar minha versão. Sua voz entrecortada indicava que tampouco ele me ouvia suficientemente. Eu gritava de cá, ele de lá, num esforço derradeiro de diálogo, até que a ligação caiu. Como a origem do telefonema era protegida — em meu visor lia-se “desconhecido” —, eu não tinha como ligar de volta. Aguardei no pátio do restaurante, sozinho, sem cabeça para contemplar o mar deslumbrante de Salvador, perdido como o cão da piada, aquele que despenca do caminhão de mudança no meio do caminho.

Devastado, o mundo desabando sobre a cabeça, faltava ânimo para sair do quarto na manhã de sábado, assistir a palestras, interagir, nadar na piscina do hotel, passear na orla. Por isso, não hesitei em aceitar o convite de uma amiga baiana para visitar o terreiro de candomblé que ela frequentava, cuja fama se espalhara por todo o país. Já passava das dezessete horas quando chegamos. O espaço no alto da colina era desconcertante, assim como o são os rituais dessa tradição. Antes das preces e celebrações, entrei na fila para receber a benção da mãe de santo, suas palavras, sua proteção.

Enquanto aguardava ao lado de minha mulher, contemplava o bosque e sua alma de vento. Entre galhos e palmas, flashes do mar e as sombras pontiagudas da cidade. A casa grande aberta a quem chegasse. Atabaques repicam: couro de percussão, punhos dos ogãs, garra das nações negras, colares e pulseiras de grãos, o friso esmaltado das jarras, mil potes pequeninos e o dourado solar da palha. A serena ansiedade de nós todos em fila e o trânsito agitado dos filhos de santo que se preparam para a gira.

Nesse momento toca meu ombro a mão de um homem. Sussurra alguma coisa e sorri. Diz meu nome. Quer saber se sou eu mesmo. Sim, sou eu, respondo. Pois não nos encontráramos antes, ele prossegue, ainda que nos conhecêssemos à distância. Inspeciono o rosto da pessoa e sua estranheza aos poucos retrai-se.

Reconheço os traços gradualmente, como se na sombra se infiltrasse uma identidade, até que face e nome coincidem.

E assim cumprimentei Lulu pela primeira e última vez.

— Pois é, larguei tudo — ele disse, baixinho. — Deixei pra trás a vida no crime. Abandonei Rocinha, tráfico, tudo. Sei que as coisas não estão boas pro senhor também. Espero que elas melhorem.

Agradeci, desejei que ele conseguisse recomeçar em paz e fosse feliz. Era tão melhor ver um homem livre com luz nos olhos do que um criminoso atrás das grades, preso ao passado. Minha mulher ouvia a conversa. Aproximou-se de Lulu e lhe pediu que não voltasse ao Rio.

— Você vai ser chamado de volta — ela disse —, vai sentir vontade de voltar, vai ser muito pressionado a voltar. Não ceda. Não recue. Não retorne. Nunca. Não olhe pra trás. Guarde o que lhe digo. Por sua felicidade, por sua vida. Siga adiante.

Mesmo sussurrando, Miriam adotou um tom bíblico que me assustou. Endossei a mensagem. Insisti. Não esqueça o que ela lhe disse, Lulu. Ela tem razão. Não volte para o Rio, nunca mais, por nenhum motivo. Ele pareceu compreender e concordar. Estava seguro e nos transmitiu confiança. Senti alegria por ele. E afeto como se por um irmão, fodido como eu, pernas enfiadas na merda, sacudindo a carcaça e olhando o céu para fingir que não era isso um homem.

Lulu foi baleado e morto à queima-roupa por um policial em 14 de abril de 2004. Cercado em sua casa, na Rocinha, não resistiu à voz de prisão. Rendeu-se. Desceram com ele algemado. A população correu às janelas, saiu às ruas da favela, em silêncio. A tropa do Bope, desfilando morro abaixo, exibiu seu troféu. Fizeram-no sentar-se numa mureta de pedra, no largo a céu aberto. Sem anúncio prévio ou motivo aparente, o policial que se sentara a seu lado ergueu subitamente a pistola e atirou em sua cabeça. O estampido pouco antes do anoitecer encerrava a história de Luciano. Centenas de moradores consternados lotaram o cemitério São João Batista para prestar-lhe a última homenagem. Portavam faixas e gritavam “polícia assassina”. À noite, o noticiário da TV afirmava que os manifestantes estariam a soldo de traficantes. Nenhuma informação sobre o sentimento que nutriam por um delinquente pacífico, amigo da comunidade, provedor onde o Estado estava ausente. Segundo a versão oficial, a força pública cumprira seu dever: o homem armado resistira e terminara alvejado na troca de tiros. Mais um “auto de resistência”. Em 2004, foram 983 no estado do Rio, os quais não estão incluídos entre os 6438 homicídios dolosos computados naquele ano.

A mídia não noticiou, blogs não divulgaram, investigações não informaram

por que Lulu voltou. A polícia carioca descobriu que ele pretendia refugiar-se na casa da mãe, no interior de um estado nordestino. Localizou-o no caminho, pouco depois de nos encontrarmos em Salvador. Não houve prisão, nem qualquer registro. Foi sequestrado e chantageado. Se quisesse viver, tinha de voltar para o Rio. Um grupo poderoso da Polícia Civil fluminense precisava de sua eficiência gerencial, de sua experiência na logística, de sua autoridade, de seus contatos com fornecedores, de sua liderança e habilidade para evitar disputas entre as facções, tão perniciosas para a estabilidade dos acordos entre traficantes e policiais, tão danosas para a prosperidade do mercado varejista de drogas. É o tráfico que garante a segurança, porque sem ela a opinião pública, amplificada pela mídia, cobra intervenção, prisões e apreensões. A atmosfera propicia ações repressivas. Resultado: aumenta a sensação de insegurança e declinam as vendas, porque os consumidores, amedrontados, evitam subir a favela ou perambular nas cercanias. Policiais corruptos não podiam prescindir de Lulu, sobretudo no verão que se aproximava, prometendo aquecimento do consumo e elevação da margem de lucro. Contavam com a tranquilidade da favela sob o comando de Lulu e o sucesso de seus negócios. Encravada no coração da área mais rica da cidade, a Rocinha era a joia da coroa do tráfico no Rio.

Luciano não teve escolha. Foi obrigado a cancelar os planos e entregar-se aos policiais, antigos sócios. Ele conhecia o risco de virar estátua de pedra, mas não havia alternativa a olhar para trás. Depois que foi devolvido ao caldeirão da Rocinha, quando ambições já tinham sido atiçadas por seu afastamento e alianças anteriores, desestabilizadas, Lulu teve que resistir a tentativas de invasão e participar da guerra entre as facções. O verão havia passado, enchendo os cofres de todos os acionistas do empreendimento. A polícia já podia prescindir de Lulu, sobretudo na nova conjuntura: o confronto entre gangues ocupava as manchetes, acuando politicamente o governo e recomendando às autoridades a exibição de uma ovelha sacrificial que encarnasse o mal a ser expiado. Depois de nosso encontro improvável, Lulu viveu pouco menos de seis meses. Ele dizia a quem se dispusesse a ouvir o que lhe aconteceria, e me enviou recados sobre o destino que o aguardava. Morreu como previra, sem que os que torcíamos por uma segunda chance o pudéssemos salvar.

Haverá ironia maior do que esta história para uma cidade que se vangloria de belezas e virtudes, para um país que se diz democrático, para uma justiça que reivindica este nome?

---

* No Brasil, há duas polícias com autoridade nacional, sob o controle do Ministério da Justiça e, portanto, do governo federal: a Polícia Federal, cuja responsabilidade é investigar crimes federais; e a Polícia

Rodoviária Federal, cuja atribuição é fiscalizar e patrulhar as rodovias federais em todos os estados.

2. Linha Vermelha

Seis horas da tarde, segunda-feira quente, o vento vergando guarda-chuvas na avenida Venezuela, centro do Rio, uma das raras referências aos vizinhos da América do Sul. Os prédios e condomínios dos novos-ricos na Barra da Tijuca, Zona Oeste da cidade, preferem Pigalle, Villa Toscana, Residence du Soleil, Palace des Princes, Versailles. Os shoppings não disfarçam a filiação anglófona: Downtown, New York City Center, Fashion Mall.

Da avenida Venezuela chega-se à Rodrigues Alves. Mais cinco minutos, à Rio Branco. No vértice, a praça Mauá histórica dos marinheiros mantém a pose, austera e puta. E o vozerio é incansável como uma procissão de fanáticos. Cigarros cintilando, bigodes e paletós.

A velha praça resiste à esgrima entre empreiteiras, sobrados e ambientalistas. Ali se concentram a decadência da cidade e a ânsia atabalhoada de renovação. Nas madrugadas, moradores de rua e migrantes ilegais abrigam-se em acomodações coletivas caindo aos pedaços.

A praça Mauá deságua no pavoroso corredor de armazéns do Cais do Porto, escurecidos pelo viaduto em demolição. Inaugurado em 2013, o Museu de Arte do Rio, branco feito a baleia-azul, domina a paisagem mutante como uma profecia ou uma declaração essencial sobre alguma coisa importante e esquecida.

Os cariocas não costumam ter paciência para o conceito. Sabemos de nós apenas o que nos confidenciam o espelho — as imagens das TVS e dos celulares — e as contorções meio exibicionistas da estética nativa. Aqui somos menos resignados que a média dos brasileiros. Séculos de desigualdades e hipocrisia das elites racistas infiltram-se democracia adentro, avacalhando instituições nobres e a ideia de equidade, proclamada com pompa e circunstância na Constituição de 1988. As massas mergulham no oceano evangélico pentecostal em busca de batismo, solidariedade e pertencimento, sossego, redenção espiritual e um repertório de valores que justifique o capitalismo, autorize a felicidade nesse mundo, não no outro, e lhes dê a senha e o dicionário. O povo trabalhador quer que lhe traduzam a língua capciosa do mercado, porque é, hoje, o código do que se chama realidade, a língua que seus filhos balbuciam e seus netos vão falar. Eles precisam ser poliglotas, não desejam perder o português, a

tradição, e sonham mover-se no mundo novo com a bússola da ética a tiracolo. Querem aprender a ler a cartilha do lucro, da iniciativa, do empreendimento e do risco, sem perder a compaixão, esse tesouro que herdaram dos antepassados. O século XXI brasileiro é veloz e esquisito, embora atraente — "Veja o que aconteceu com os vizinhos aqui da favela: subiram na vida, viajaram de avião, o filho mais novo chegou à universidade, quem diria? Tudo tão rápido."

Os ideólogos da esquerda perderam a esperança na dialética redentora quando o presidente Lula rendeu-se aos limites da política institucional, espremida entre a economia globalizada e o simbolismo inverossímil de um mito que outrora mereceu nome respeitável: "soberania" — naquela época, Google era uma onomatopeia e os bichos falavam.

No Rio, toca-se a vida. Pragmatismo é o bom senso dos realistas. A rotina segue entre pernadas, pouco sono e muito calor, música, cerveja, intermináveis viagens em trens e ônibus entupidos de gente, saudações efusivas, preces, gestos de carinho e uma incrível dose de violência, inclusive por parte das polícias, cuja brutalidade assassina compete de igual para igual com qualquer guarda pretoriana das ditaduras sangrentas que florescem no planeta. Os cariocas seguem seu destino com uma dose ainda mais incrível de *fair play* e humor. Em vez de desesperar, quando falta a luz e o ar, dançamos, cantamos, batemos tambor e os deuses nos despertam do pesadelo. Pelo menos por algumas horas tudo parece de novo possível. Somos felizes feito o diabo.

Seis horas da tarde, segunda-feira, avenida Venezuela. Confiro o endereço, passo a porta de vidro escuro — que abre e fecha, eletronicamente — e apresento a carteira de identidade na portaria a uma das recepcionistas. Ela me aponta a câmera, pede que tire os óculos, pergunta aonde vou, interfona para o escritório de advocacia no vigésimo andar, estende a mão com o crachá sem levantar os olhos e volta-se para o próximo na fila. O controle é mais frágil do que o outro, que conheci pouco antes. No prédio faltava, sobretudo, a liturgia da segurança. Na favela, sobrava liturgia. E segurança.

Quatro horas e meia antes de subir ao vigésimo andar para cumprir a promessa que fizera mais cedo a um desconhecido, chego pontualmente ao lugar marcado. Sento à mesa da lanchonete na praça de alimentação de um shopping na Zona Norte que faz imenso sucesso desde que o aumento da renda do trabalhador e o acesso ilimitado ao crédito tornaram possível a realização do sonho de consumo da maioria da população. Os intelectuais esnobam as ilusões que o capitalismo vende embutidas nas quinquilharias que produz. Os pobres sabem a diferença que o micro-ondas e o ar refrigerado podem fazer na vida de uma família de três gerações que batalha doze horas por dia e se amontoa, à

noite, em dois quartos asfixiantes. Saboreiam o prazer e o orgulho de curtir o que antes era conforto (ou fetiche) privativo dos patrões.

Estou vestido conforme combinado: camiseta verde, jeans e tênis cinza. O intermediário de todo o arranjo labiríntico tinha sido vizinho durante muitos anos de um ex-aluno meu, que crescera numa das favelas que formam o complexo da Maré. Verde é escolha minha. A única regra inegociável proíbe o vermelho. Nas comunidades sob domínio do Terceiro Comando é proibido usar a cor do inimigo. O Comando Vermelho foi pioneiro na organização do crime no Rio de Janeiro e reinou absoluto no universo marginal desde os anos 1970, até que a disputa pelo mercado de drogas suscitou o nascimento da primeira facção rival, o Terceiro Comando. A dinâmica dos conflitos acabou precipitando a organização de outro grupo, Amigos dos Amigos, conhecido pela sigla ADA.

Um homem na faixa dos 35 anos se aproxima. Não hesita. Tenho a impressão de que me conhece, o que torna irrelevante o cuidado que eu havia tido em descrever meu figurino. Diz meu nome, cita o ex-aluno, conta que cresceram juntos, explica que sua tarefa se restringe a levar-me até o posto de gasolina na entrada da favela, onde outro intermediário me espera. Pergunta se estou de acordo, se podemos ir. Pago o café e seguimos até seu carro.

Chegamos ao posto antes da hora prevista, mas a pessoa que passará o recado a quem, finalmente, me conduzirá ao destino, já está ali. O ex-vizinho de meu aluno pede que eu aguarde em seu carro enquanto certifica-se de que tudo está em ordem. Dirige-se até o rapaz de óculos escuros recostado na motocicleta. O motoqueiro dispara favela adentro sem nenhum esforço para manter-se discreto. Em poucos minutos, um carro modesto sai da favela, pisca o farol e estaciona na lateral do posto de gasolina. O rapaz que me encontrara no shopping retorna a seu carro, onde estou, e me pede para acompanhá-lo. Caminhamos até o automóvel que piscou o farol. Ele diz ao motorista quem sou, pergunta se meu anfitrião está à minha espera, se está tudo certo, e despede-se. Cumprimento o motorista, cujo nome nunca é pronunciado, sento a seu lado e partimos. Suponho que ele saiba tanto quanto eu qual será o enredo da aventura. Provavelmente, só lhe deram a ordem de buscar-me e levar-me ao chefe. Não lhe cabe fazer perguntas. Seguimos em silêncio. Quanto menos eu falar, melhor. Quanto mais me expuser, mais me arrisco a errar. Até porque não faço a menor ideia sobre o que seja um erro nesse contexto.

Ao contrário do que a presteza do percurso até ali me autoriza a supor, o trecho restante é o mais demorado e difícil. Fui de casa ao shopping em cerca de uma hora e de lá ao posto em meia hora. Nenhum obstáculo além do trânsito. No interior da favela, somos abordados umas dez vezes. Em cada parada, o carro é vistoriado, sem que tenhamos de deixá-lo. Os vidros abertos permitem a

fiscalização rápida. Ainda assim, a sequência de paradas é exasperante. Os vigias são rapazes de bermuda e sandália de dedo, sem camisa, alguns com pistolas, outros com fuzis, montados em motos ou sentados ao redor de barracas, nas quais exibem as drogas à venda. Em cada ponto de fiscalização a história se repete, sem farsa nem graça. Sou um forasteiro no império de meu anfitrião. Meu guia reproduz a mesma toada:

— O professor aqui veio ver o homem.

O fiscal faz contato com alguém. Nem sempre se entendem. A comunicação é cautelosa mas incompetente. Por que repetir sempre a mesma explicação? Percebo que o motorista perdeu-se ou dirige em círculos. Passamos pelos mesmos lugares uma e outra vez. Não digo nada. Já estive ali para debates com a comunidade, promovidos por ONGs locais. Não conheço bem o território, mas o suficiente para ter certeza de que há algo de teatral naquilo tudo. Uma única hipótese me soa plausível: querem verificar se vim sozinho. Finalmente, uma hora depois de entrar na favela, chegamos a um largo repleto de soldados do tráfico. Agradeço e desligo o celular. Avisara à minha mulher que ela deveria ligar a meu ex-aluno e a um amigo, líder comunitário, caso eu não voltasse nem desse notícia até as 22 horas. Fecho a porta, despeço-me do motorista e espero. Os homens me observam. Balanço a cabeça à guisa de cumprimento. Um rapaz se afasta do grupo, estende a mão sem dizer o próprio nome e me aponta um carro. Ambos nos sentamos. Ele move a chave e dá a partida.

O jovem a meu lado é o inimigo público número 1. A prioridade zero no momento é manter-se vivo. Seus olhos não param. Movem-se como as antenas dos insetos de vida breve e extremidades velozes. De todos os encontros com homens notáveis do submundo carioca, este é o mais imprevisível. Não estou ali para entrevistar o chefe do tráfico local. Ele não me concederia o privilégio. Não há tempo a perder com autopromoção. Desde que o famoso e temido traficante Márcio José Sabino Pereira, vulgo Matemático, foi executado pela Polícia Civil numa operação de guerra em Vila Aliança, alvejado por um *sniper* de um helicóptero, em 11 de maio de 2012, caiu sobre os ombros de meu interlocutor a responsabilidade de liderar o Terceiro Comando em toda a cidade. Sua prontidão me transmite confiança e me deixa inquieto. Zelando por sua vida, garante minha sobrevivência — mas até onde vai a capacidade de uma facção criminosa ante 55 mil policiais do estado do Rio de Janeiro? Quantos seriam deslocados para um confronto derradeiro na Maré? A mídia anuncia para breve a retomada do território perdido para o tráfico.

Posso observá-lo de perfil, mas devo manter-me alerta, um olho em meu interlocutor, o outro nas ruas estreitas que desfilam diante de nós. No traçado da

favela horizontal, as vielas de terra batida se não são sinuosas e intransitáveis são perpendiculares, o que faz de cada curva uma incógnita. Redobro a atenção depois das guinadas súbitas e me apoio no assento quando o movimento me faz adernar para um lado, para o outro. Aonde ele me leva? Nem eu nem ele usamos cinto de segurança. A qualquer momento podemos nos deparar com as viaturas policiais que patrulham a área. Precisamos manter à nossa disposição toda a mobilidade que o carro, as sinapses e o preparo físico nos ofereçam. Ele diz que não, não há motivo para temer. Por que então a pistola em cima do console? Por que o automóvel que acompanha o nosso, em que se comprimem cinco de seus soldados armados com granadas e fuzis? Por que exibir o poder nesse cortejo bélico, em plena tarde de sol? O bonde vem pesado, a chapa vai ferver: é esta a mensagem aos moradores? Não faço nenhuma pergunta. Estou ali para ouvir. Foi ele quem me pediu que viesse.

Para me tranquilizar, expõe em detalhes sua filosofia prática: “Se queres a paz, prepara-te para a guerra. É melhor ser amado que temido, mas ser temido é mais eficiente, desde que o medo não alimente o ódio, fonte de traições”. Não é verdade, ele não diz nada disso, mas fala sobre a vida e a situação-limite a que foi conduzido, e me lembro de Maquiavel. Tenho a impressão de que, refletindo sobre a própria experiência, ele aprendeu cedo as lições de anatomia política do mestre florentino. Ele garante que o Terceiro Comando está pronto para o que der e vier. Pelo menos ali, no quartel-general, não faltam disciplina, munição e planejamento. Enquanto dirige com a mão esquerda, ergue o rádio com a direita, mostra como funciona, chama seus olheiros:

— Na escuta? Algum problema na área?

A voz metálica atende em tom militar e vocabulário de menino do subúrbio:

— Na paz. Beleza, mano.

Ele olha para mim, orgulhoso. Tenho a impressão de que há alguma coisa lúdica naquela performance. Parece que ele tenta flagrar sob minha atenção algum sinal de fascínio. O menino sorri debaixo da couraça do personagem. Empunha o rádio e repete a operação algumas vezes. Tira o olho da rua para checar os pontos como se passasse em revista sua tropa. Dezesseis postos de controle espalhados pelo território e acessíveis a um toque no rádio, um em cada canal. Os falcões mantêm vigília permanente. A analogia com a menor ave de rapina se justifica: a função de vigilância, no tráfico, é atribuída sobretudo aos mais jovens. Muitas vezes, não basta manter-se alerta. Suas tarefas exigem destreza no manejo de armas de fogo.

— Qualquer parada estranha, neguinho bate um rádio — ele diz. — A gente tem toda a segurança.

Na verdade, talvez nem precisasse desse esquema profissional de controle dos

pontos estratégicos da favela. Ele me conta que comprou policiais em todos os batalhões, inclusive no Bope, no Choque e na Core, as unidades de elite das Polícias Militar e Civil. O que ele sabe sobre corrupção nas instituições policiais é suficiente para salvá-lo ou condená-lo à morte. Suponho que os policiais prefiram adotar a política de boa vizinhança. Afinal, ele é uma fonte inesgotável de dinheiro e não teria por que denunciar seus cúmplices de uniforme e carteira oficial. Custam caro, mas lhe garantem a estabilidade dos negócios e a constância do rendimento, omitindo-se ou informando sobre eventuais operações repressivas e possíveis ataques do Comando Vermelho ou do ADA, as facções rivais.

Mesmo confiando na qualidade do sistema de vigilância de meu interlocutor, volta e meia minha atenção flutua. Qual o propósito do passeio que ele me proporciona? Aos poucos me convenço de que não vamos a lugar nenhum. Por alguma razão, ele acha mais seguro conversar comigo em trânsito. Talvez tema uma emboscada se conversássemos em um lugar fixo. Eu poderia ser o cavalo de Troia, agente com a missão de localizá-lo. Não faz sentido. Se me pediu que viesse encontrá-lo é porque conhece minha história, sabe ao menos o suficiente para deduzir que esse tipo de papel não cabe em minha biografia. Penso que a viagem sem destino e razão funciona bem como metáfora, mas a manobra súbita para desviar do vira-lata injeta adrenalina em meu metabolismo e dissolve o devaneio.

— Estou exausto. Passei a noite acordado. Esses dias têm sido difíceis.

Ele diz que a invasão policial é iminente. Os policiais que estão em sua folha de pagamento lhe informaram que uma incursão devastadora vai preceder a retomada do território e a implantação da UPP.

As Unidades de Polícia Pacificadora são um programa do governo do Estado que goza de bastante prestígio na classe média, agrada os moradores das favelas atendidas durante algum tempo até que se revela mais do mesmo, o que aliás seria previsível, uma vez que as polícias não sofreram qualquer reforma. Embora haja centenas de favelas na cidade, há UPPs em apenas algumas dezenas. As escolhidas formam o cinturão olímpico, quer dizer, situam-se nas áreas mais prósperas da cidade e cercam as regiões nas quais serão realizados os Jogos Olímpicos em 2016. O complexo da Maré é formado por dezessete favelas, onde vivem 140 mil pessoas. Situa-se às margens da via expressa que liga o aeroporto internacional às principais zonas da cidade. Por isso, o governo decidiu estender até ali o programa das UPPs. É estratégico conquistar o território da Maré, há anos sob o domínio das três facções em que se divide o tráfico de drogas no estado e na cidade: Comando Vermelho, Amigos dos Amigos, ou ADA, e Terceiro Comando. Como os grupos criminosos não se entendem, em vez de tríplice

aliança, constituiu-se, no coração da Maré, a “faixa de Gaza”, onde se encontram as fronteiras das áreas sob controle das três forças, um dos espaços mais violentos do Rio, frequentemente conflagrado.

As polícias agem como quarta facção, porque respeitam a legalidade tanto quanto os traficantes. Pior, tratam os moradores como virtuais inimigos. Segmentos policiais corruptos oscilam entre os negócios e o confronto. Em vez de duas opções opostas, adesão ou guerra, esta última, a guerra, com frequência, visa apenas impor aos traficantes um aumento no preço da cumplicidade policial. O confronto armado, portanto, faz parte do repertório das táticas promíscuas. Guerra é parte do negócio. Para as polícias, a guerra é o negócio por outros meios. No repertório de atos corruptos, inclui-se o aluguel, por uma noite, a alguma facção, da viatura blindada usada para invadir favelas, o famigerado Caveirão, símbolo da brutalidade policial, porque muitas vezes, em lugar de proteger os policiais, humilha os moradores com insultos gritados pelo alto-falante e atira a esmo, promovendo o caos e atingindo vítimas inocentes. O preço do aluguel por uma noite gira em torno de 30 mil dólares.

Outra prática comum e bem remunerada é a prisão de lideranças dos grupos rivais, facilitando à facção beneficiada a tomada de territórios alheios, aos quais correspondem nichos de mercado até então sob monopólio do grupo inimigo. Uma variante é a apreensão de armas e drogas para revenda aos mesmos donos anteriores ou a seus oponentes.

Mas atenção: há gente boa e honesta nas polícias do Rio, profissionais honrados que arriscam a vida para cumprir seu dever constitucional ainda que recebam salários indignos. Eles também são severamente prejudicados pelos colegas criminosos, que, além de se corromperem, perpetram execuções extrajudiciais, torturam, incursionam favela adentro irresponsavelmente, desrespeitando os direitos à cidadania e à segurança dos grupos sociais mais pobres e vulneráveis. Característico do Brasil e do Rio é o fato de que os alvos da violência do Estado que se realiza por meio das polícias são sempre pobres e, com frequência, negros. Entre 2003 e 2014, inclusive, 10 699 pessoas foram mortas em ações policiais no estado do Rio de Janeiro. O racismo está impregnado nas instituições da Justiça criminal.

— Não vejo saída.

Ele se inclina para a frente, diminui a velocidade: — As coisas se complicaram. Os homens vão invadir pra me quebrar. Fiquei importante demais. Depois que mataram o Matemático, virei a bola da vez. Eu sei demais.

De fato, vivo e preso ele seria uma ameaça a toda a hierarquia das polícias. Sua memória é um arquivo explosivo da degradação institucional carioca. A polícia fará o possível para livrar-se dele antes de preparar a instalação da UPP.

Meu interlocutor transformou-se no alvo mais cobiçado justamente por ser o mais temido. Os policiais corruptos são experientes na arte de queimar arquivos humanos. As histórias são de arrepiar. Pergunto se posso ajudar de alguma maneira. Ele balança a cabeça. Não entendo se o movimento significa “não” ou “não sei”. Digo que pretendo fazer o que estiver a meu alcance para prevenir a perda de mais vidas, a dele e a dos moradores da Maré — seria improvável uma operação policial cirúrgica, que eliminasse o líder e se retirasse sem danos a terceiros. Sentado no carro em movimento a seu lado me torno seu irmão.

Por mais que evite cogitar a hipótese de que a temida incursão policial coincida com meu passeio pela comunidade no automóvel do dono da favela — é assim que são chamados os líderes do tráfico nas comunidades cariocas —, nem sempre tenho sucesso. Não seria, eu pergunto, mais prudente sumir? Dar um tempo?

— É o que eu devia fazer, mas não posso. Até dei uma saída, mas voltei logo. Minha responsabilidade é muito grande. A comunidade precisa de mim. Tenho família, mãe, filho pequeno, meus companheiros. Não posso sair e deixar meus companheiros.

Você se sente responsável pela comunidade?

— Claro. Se a polícia barbarizasse só com a gente, tudo bem, é do jogo, guerra é guerra. Eu sinto a perda de um companheiro mas sei que faz parte. Agora, escrachar a comunidade não pode, não aceito. E é o que eles fazem. São uns covardes. Matam inocentes. Não querem saber.

Mas a polícia invade porque vocês estão aqui. São vocês que colocam em risco a vida da comunidade. Ele discorda. Se o grupo dele não estiver ali, outro estará e a polícia agirá do mesmo modo. Esse hipotético outro grupo de traficantes dificilmente respeitaria a comunidade como ele, é o que ele diz. Não acredito, não coincide com depoimentos de alguns moradores. Mas é verdade que há grupos mais violentos e que, na ausência de meu interlocutor e do grupo que ele lidera, a situação poderia agravar-se.

— E tem o seguinte, cara: se eu me entregar você acha que vão me deixar ir a julgamento, puxar cana, essas coisas? Se me pegarem eles me quebram logo.

Tem razão, penso mas não digo. Ele quer saber o que eu acho do AfroReggae, uma ONG muito bem-sucedida que oferece a jovens do tráfico oportunidades de emprego e apoio legal. Falo com entusiasmo dos projetos. Ele me interrompe:

— Ouvi umas coisas.

O quê?

— Umas coisas — ele repete. — Não sei. Não confio.

Ele quer saber o que eu acho do dirigente da organização. Dou meu testemunho carinhoso sobre a trajetória de José Júnior. Ele muda de assunto.

Poucas semanas depois eu entenderia a hesitação. Líderes do Comando Vermelho presos em penitenciária de segurança máxima planejavam o assassinato de Júnior. Felizmente, o complô foi descoberto e abortado. Ele quer ficar longe de encrencas com a facção inimiga. Já basta o cerco policial que se avizinha.

— Tentei um acordo com o pessoal do lado de lá.

Noto que ele tem um certo pudor em nomear os inimigos. O pessoal de lá?

— Do Comando Vermelho.

Sei.

— Não querem conversa.

Você vai insistir?

— O caminho vai ser esse, não tem outro.

E o ADA?

— Quero falar com eles também.

Indago por que é tão difícil um acordo entre as três facções.

— São as histórias. As pessoas e as histórias.

Acho que entendo: os que decidem em cada lado estão enredados numa trama de ódio. Uma espiral de vinganças. Por outro lado, o mercado já está geograficamente dividido. A disputa por acesso a consumidores não seria obstáculo insuperável.

— Um dia vai acontecer, é a realidade.

Deduzo que ele vê o acordo como um recuo tático, imposto pela correlação de forças. Há uma crise no movimento — esta é a palavra que designa o tráfico. Será que não há outra fonte de dificuldades? Eu acho que o modo como vocês se organizam e fazem o negócio das drogas não funciona mais, não tem futuro. Pensa bem. Todo mundo diz que você é inteligente, gosta de ler e escrever. Ninguém lidera um grupo tão unido por tanto tempo e conquista o respeito da comunidade se não tiver virtudes. Você não é só temido. Não sinto ódio nas pessoas que se referem a você aqui na comunidade, mesmo criticando o que você faz e desejando que o tráfico acabe. Acho que a maioria não quer você morto. Quer se livrar do tráfico, mas torce para que você ache o seu caminho e siga sua vida. Ele diz que sabe disso e que gosta, sim, de ler, mas que não é bom na escrita. Pergunta se eu gostaria de escrever sua história. Ele diz que leu dois de meus livros e viu os filmes *Tropa de Elite* 1 e 2. Gostou muito.

— Minha vida dá um filme. Um dia na minha vida dá um livro e um filme. Se você quiser passar uns dias aqui, vai escrever o terceiro livro e depois vão fazer o terceiro filme.

Enquanto fala, ele parece divagar. Em alguns momentos sinto que estamos menos em uma conversa e mais em uma sequência de declarações pontuadas por

silêncios e minhas intervenções. É como se eu não estivesse ali e só voltasse à cena para autorizá-lo a pensar em voz alta. Talvez seja decisivo para essa estranheza o fato de que ambos olhamos para frente, não para o outro, ainda que eu intercale a atenção à rua e ao perfil de meu interlocutor. Como ele dirige, volta-se menos para mim. Retorno ao tema: você não acha que o tráfico já era? Quer dizer, esse tipo de coisa: ter de montar um pequeno exército, treinar o pessoal, manter a disciplina, sustentar e estimular o grupo para que o astral da tropa continue elevado mesmo com tantas perdas e riscos, sofrimentos, perseguições, vidas angustiadas e sem futuro. Vocês gastam fortunas comprando armas e policiais. Não dormem direito. Mal podem curtir o que faturam. Muitos de vocês morrem antes dos trinta anos. A maioria. Para quê?

— Estou muito cansado, cara, muito, e ainda por cima peguei uma gripe foda.

Imagino, eu digo. Quero retomar o fio da meada, mas ele me mostra uma linda menina que caminha do lado esquerdo e para, quando avista o carro. Ele reduz a marcha.

— Minha mulher. Vou dar uma paradinha pra pegar uns remédios. Ela comprou pra mim.

O carro estanca, ele abaixa o vidro, me apresenta à esposa.

— Um amigo.

Cumprimentamo-nos com algumas interjeições ligeiras e simpáticas, ela deposita no colo do marido um pacote e despeja em seu ouvido um catálogo de recomendações clínicas — você precisa descansar, se alimentar, tomar os remédios, beber muita água. Ele depressa desembrulha, separando as caixas e os vidros até achar o comprimido que procura. Agradece. Manda um beijo. Sobe o vidro e voltamos a circular. Ela trouxe uma farmácia inteira pra você.

— Ela cuida de mim.

No meio de tantos problemas, existe a recompensa, uma mulher especial. Ele sorri com o canto do lábio.

— Você acha certo proibir drogas e acusar quem negocia de criminoso hediondo?

Não, acho errado, uma hipocrisia com resultados desastrosos para todos. Acho que as drogas deveriam ser legalizadas como o álcool e o cigarro, que são as piores, as que matam mais gente. Mas acho totalmente errado vocês traficarem contra a lei e com uso de violência. Não é assim que se muda a lei. E a violência é um absurdo.

— Você acha que nós é que somos violentos?

Acho que vocês são violentos e os policiais também. Mesmo que seja ilegal, haveria uma forma menos destrutiva de negociar as drogas. Menos destrutiva até para vocês. Abandonar essa coisa maluca que é se armar, organizar uma tropa,

controlar uma favela, expor os moradores a riscos diários. Vocês poderiam morar nos mais diferentes lugares e vender as drogas a quem quisesse comprar, sem armas, circulando pela cidade, como acontece na Europa, nos Estados Unidos. É mais barato para vocês e provoca muito menos violência.

— Vai acontecer.

Você me disse que duas coisas vão acontecer: o acordo entre as facções e a mudança no funcionamento do tráfico. Se for verdade, o que a UPP está fazendo é apressar esse processo. A instalação da UPP é uma oportunidade para o tráfico se modernizar, abandonar o domínio territorial e desistir das armas, da violência. E negociar um acordo, se unificar. É uma oportunidade não para deixar de traficar, mas para mudar o jeito de fazer isso, concorda? Ele não responde. Tenho vontade de rir com aquela conclusão que me ocorre: o maior programa governamental contra o tráfico impulsionaria sua modernização, tornando-o mais lucrativo e atraente, dando-lhe sobrevida, portanto, tornando-o mais forte, economicamente mais racional. Além de tudo, a UPP está estimulando a união das facções, de cuja divisão depende parte das estratégias da segurança pública e, indiretamente, uma boa parcela da renda que suplementa os baixos salários dos policiais. Fico em silêncio saboreando a ironia. Ele me chama de volta à realidade:

— Cometi crimes, mas não todos de que me acusam.

Pergunto se ele tem advogado. Em vez de responder, ele proclama a inocência pela maior parte dos crimes que a polícia e a mídia lhe atribuem.

— Nunca matei.

Mas vocês recebem a polícia à bala.

— A polícia invade atirando.

Então como é que você sabe que nunca matou? Ele volta a declarar sua inocência e eu repito a primeira pergunta.

— Tive advogado, agora estou sem nenhum.

Pronto, aí está a chance de contribuir para a defesa de sua vida e a criação de uma saída honrosa e legal daquela sinuca de bico em que ele está, ruminando a contagem regressiva noite adentro. Proponho a ele um advogado. Eu me disporia a identificar algum bom profissional que estivesse disposto a arriscar seu prestígio, gratuitamente, construindo um caminho que tornasse atraente para meu interlocutor entregar-se à Justiça, salvando sua vida e esvaziando um polo de ameaça permanente à comunidade. Uma boa ação, embora incerta e perigosa. Tenho certeza de que haverá algum excelente advogado disposto a ajudar. Você se entregaria à Justiça, se contasse com a orientação de um profissional respeitável e experiente? Eu me refiro a um advogado em condições de separar as acusações falsas dos crimes realmente cometidos, pelos quais você assumiria

responsabilidade e cumpriria as penas que viessem a ser determinadas nas sentenças. Você faria um sacrifício, mas equilibrado e justo, quer dizer, que corresponderia à punição pelo que você fez, não pelo que não fez. Seria um caminho para evitar que você seja morto como o Matemático, e que seus companheiros sofram o mesmo destino. Você estaria disposto a se entregar? Ele repete o prognóstico:

— Eles me matam na hora, cara.

A voz dele tem o efeito de uma desaceleração. Sinto que meu otimismo está fora de tom, longe das coisas como elas são. Passa pela cabeça que não tenho mais idade para romantismo. Sinto vergonha e temo que ele me tome por idiota, um velho ingênuo e patético, ou um manipulador teleguiado fazendo pouco do interlocutor. As especulações são interrompidas por uma hipótese maluca que cai como uma pedra. Escuta, acabo de ter uma ideia. Imagina a seguinte imagem correndo o mundo, nas primeiras páginas dos jornais, nas televisões, na internet: você ajoelhado aos pés do papa Francisco. Ele abençoando o jovem que até então era visto como o traficante mais perigoso do Rio de Janeiro. Você se arrepende, decide se entregar e a alta hierarquia da Igreja católica assume o compromisso de negociar com o Estado e a Justiça a garantia de que seus direitos serão plenamente respeitados.

— Só se fosse um milagre — ele diz com um meio sorriso.

O papa faz milagres, respondo.

— Direitos de preso respeitados no Brasil? Só milagre mesmo.

Esse milagre a benção pública do papa faria. Um gesto exorbitante, fora da ordem, em rede transnacional, transmitido ao vivo. É como se você passasse a ser protegido por um manto sagrado. A visibilidade mundial fecharia seu corpo, blindaria você contra qualquer atentado da polícia à sua vida. Sua sobrevivência e sua integridade se tornariam questão de Estado. Isso é notícia no mundo todo. O traficante mais procurado do Rio se entrega ao papa. Já pensou? O papa chega ao Rio daqui a um mês e pouco. Vai ser o grande acontecimento do ano. Maior do que a Copa das Confederações. Ele vai comandar a Jornada Mundial da Juventude. Vai rezar missa para milhões de pessoas. Vem gente de toda parte. A mídia de todo o mundo estará na cidade.

— É complicado.

Eu sei, claro que é muito complicado, mas não é impossível. Tenho contatos na Igreja. Quem sabe? Se você quiser, posso tentar. Você sairia logo daqui, ficaria recolhido em um retiro, acompanhado por padres e bispos. Eles se certificariam de que você não está mais em contato com o tráfico, um advogado prepararia a parte legal de sua rendição, mas você teria de estar mesmo decidido a começar outra vida depois de cumprir a pena que a Justiça determinasse. Isso

também ajudaria a que a sentença fosse a menor possível e tornaria seu retorno à liberdade, depois da prisão, muito mais fácil. Você teria mais oportunidades e sofreria menos preconceitos.

— Não estou preparado.

Pensa bem. Uma saída negociada com orientação jurídica e mediação da Igreja evita que você, sua família, seus companheiros sejam mortos ou esculachados.

— Não dá, cara. Não estou preparado pra isso, não. Tenho minha mulher, meu filho, a família, meus amigos, no fim de semana jogo meu futebol.

Percebo que minha imaginação, já por si mesma excessiva, ali, contagiada pela vontade de viver que ele exala, acaba por me afastar da realidade.

— Complicado.

No caminho ele aponta para as calçadas, as pessoas andando, paradas, conversando, entrando e saindo das lojas e das casas. Nenhum sinal de que se inquietem. Ninguém estranha a passagem estrepitosa do homem mais poderoso do pedaço. Ele passeia como um espectro arrastando as correntes de seu bonde pesado. Dois carros escuros: o nosso com o ar-condicionado ligado e vidros opacos, que dificultam a identificação de quem o ocupa; o outro, a segurança que nos acompanha, com vidros abertos, os fuzis espetados para o alto, um paliteiro letal. Atravessamos cada quarteirão lentamente.

— É melhor a gente fazer o retorno aqui. Dali pra lá não é bom ir agora, não.

Ele diz alguma coisa pelo rádio, o carro de trás ultrapassa o nosso e bloqueia o fluxo incessante de motos, bicicletas e Kombis que a viela estreita, à frente, jorra em profusão. Ele gira a direção hidráulica com destreza e abre os vidros. É o suficiente para a invasão sonora. Cães latem em coro, alto-falantes anunciam liquidações, rádios comunitárias oferecem atendimento legal para casais em crise, crianças correm atrás da bola, o funk ecoa a mil na van sem porta, o alarido metálico da fé declama salmos e convoca para a maratona de orações. “Aceita Jesus”, conclama a voz imperiosa. Hoje à noite o pastor promete tirar o diabo do corpo de quem estiver possuído por alguma entidade cultuada na umbanda. O carro recua bem devagar até quase o muro do outro lado da rua e evita por um triz o emaranhado dos fios que ligam a laje, o poste e um buraco na parede da lan house, à meia altura. A manobra exige esforço do motorista porque a rua é muito estreita. Paramos. Ele saúda alguém pelo nome, acena para um grupo que joga botão na mesa verde ao lado da entrada do bar e faz um sinal para o homem de meia-idade. Um sinal preciso, suponho. A pessoa responde com um gesto exato, que meu interlocutor compreende e eu, não. O cheiro de gordura vem da bancada azul, emoldurada por anéis de fumaça que espantam os mosquitos e se dissolvem, misturando-se à poeira. Um par de motos parte em

velocidade depois de reverências a meu interlocutor: dois rapazes com fuzis e pistolas em uma delas; um casal, na outra. A mulher exibe as coxas na garupa e o homem, fuzil a tiracolo, exibe a moça como troféu. Coreografia barata do velho machismo latino. Ele fecha os vidros do carro com um toque. Estamos de volta. Não consigo descobrir se a partida das motos em velocidade e a agitação da rapaziada tem qualquer significado especial. Digo qualquer coisa para fingir uma serenidade que não existe. O fato é que ele continua em silêncio e parece um pouco mais tenso do que antes, ou talvez seja a amplificação de meus sentidos provocada pela eletricidade da atmosfera. É inevitável refletir sobre o cotidiano da guerra, as dificuldades extremas, o sobressalto. Pergunto a mim mesmo até que ponto o horror cede e se dilui na rotina. Eu deveria pensar nas crianças deitadas no chão do pátio da escola, escondidas debaixo das carteiras nas salas de aula, ouvindo os estampidos e tremendo, acossadas pela memória de tantos cadáveres, rastros de sangue, buracos de grosso calibre nos postes, nas paredes das casas, e pelas histórias de terror que os vizinhos contam, das quais aos poucos elas começam a fazer parte. Eu deveria pensar nelas, mas penso em mim.

Ele me distrai com elogios a seu governo:

— Olha as pessoas. Elas estão tranquilas, se sentem seguras comigo por perto. Eu garanto a segurança delas. Elas não precisam de UPP, de polícia, de nada disso. Somos nós que damos a segurança pra elas. Quem traz o medo, a violência, a insegurança é a polícia. As pessoas têm medo e raiva dos polícias. Pode perguntar pra qualquer um. O morador vai te dizer. A comunidade prefere a gente.

Ele insiste nos benefícios que seu comando proporciona.

Não, você sabe e eu sei que não é verdade. Onde há uma arma e um homem de prontidão para garantir a segurança, o que existe não é segurança. As pessoas podem se sentir defendidas, protegidas, mas estarão inseguras, e sabem disso. Elas se conformam porque não têm alternativa. Assim como você não pode se entregar à polícia e à Justiça, as pessoas não podem pedir ajuda à polícia e à Justiça. Nem você, nem elas confiam nas instituições. Vou falar com toda sinceridade: no seu caso, e em tantos outros, eu preferiria que houvesse uma solução voltada para a vida, não para a vingança. O que se chama Justiça criminal retributiva não passa de vingança autorizada pelo Estado. Ficaria feliz se pudesse dizer a você: o passado foi esquecido, vamos construir o futuro. Comece de novo sua vida longe do crime. Leve com você a memória das coisas boas, as amizades, a lealdade, a coragem, a liderança, a capacidade agregadora, o pique, a iniciativa, o empreendedorismo. Deixe o resto para trás.

— Você propôs anistia.

Ele sabe. Penso em lhe perguntar quem lhe havia contado, mas apenas

confirmo. Aconteceu em 1999, quando fui subsecretário de Segurança do estado do Rio de Janeiro. Foi um escândalo, mas houve quem entendesse e apoiasse. Abrir, por um período restrito, uma porta de saída permitiria que muita gente envolvida no crime pulasse fora do barco a tempo de salvar-se. Beneficiaria milhares de jovens que se comprometeram, por exemplo, com o tráfico de drogas e não sabem como cair fora, seja porque entregar-se à polícia é suicídio, seja porque seus companheiros considerariam traição, seja porque não teriam o que fazer para ganhar a vida legalmente. A sociedade ganharia se eles abandonassem o crime. Provavelmente, uma medida assim ousada afastaria do crime mais gente do que anos de atividades policiais, com menos custos e riscos, e de modo mais sustentável, porque a reincidência seria menor. Cada preso custa ao erário, em média, quase mil dólares por mês. Os recursos economizados financiariam o fornecimento de alimentação, complementação educacional e moradia aos beneficiários do programa — e seus familiares —, distante do local em que atuavam. Dois anos de apoio e reinserção no mercado de trabalho seriam perfeitamente viáveis com o corte de despesas nas prisões e nos procedimentos policiais e judiciais. Se o propósito é reduzir a criminalidade e a violência, por que não? Os envolvidos ganham uma segunda chance para respeitar a vida e os direitos alheios, e a sociedade investe não para punir, mas para garantir a equidade na provisão de oportunidades, princípio constitucional descumprido pelo Estado. Ou seja, a sociedade dá a si mesma uma segunda chance para ser menos injusta.

— Ouvi falar da anistia. Por isso quis conversar com você.

Não foi fácil ter de explicar que a proposta foi rechaçada e esquecida.

Quando alguém torce o nariz para a anistia — ou o salvo-conduto, seu nome técnico — e profere a sábia ponderação, “a ideia é polêmica”, respondo: imensamente polêmica. Assim que você sugerir alguma coisa melhor, passo a defender sua tese. Se sua proposta for a transformação do sistema de segurança pública e justiça criminal, eu direi que sim, e que isso provavelmente virá, na medida em que o país se torne mais democrático e fiel à Constituição. Contudo, enquanto o processo histórico segue seu curso convulsionado e imprevisível, o que será dos milhares de jovens induzidos a manter-se no crime por falta de saídas institucionalizadas, capazes de lhes garantir os direitos, cobrando-lhes os deveres?

Fim da linha. Avistamos o largo do qual partimos. Ele rompe o silêncio:

— Quer dizer, cara, que a anistia não tem nenhuma chance?

Em vez de responder, insisto pela enésima vez, correndo o risco de ouvir um insulto: posso procurar um bom advogado? Não seria bom trocar ideias com um profissional que avaliasse todas as acusações contra você e recomendasse uma

estratégia de defesa? Enquanto isso, eu tentaria conversar com algumas entidades até descobrir um meio seguro de você se entregar à Justiça.

— Isso não existe, cara. Pra mim, não. — Ele diz mais uma vez.

Ficamos em silêncio um bom tempo, mas não é o ponto final na conversa. Sem motivo aparente ele muda de opinião:

— Procura o advogado.

Feliz como se o tivesse ajudado, lhe pergunto se aceitaria marcar o encontro fora dali. No momento, me ocorre que dificilmente os bons advogados ou as boas advogadas de cujos nomes logo me lembro se disporiam a percorrer aquele circuito. Não por medo, mas senso de responsabilidade. E talvez uma dose de medo também. Por que não?

Ele estaciona o carro.

— A gente não se conhece pra ter confiança. Precisa de tempo. Sair daqui é muito perigoso.

Penso em desejar a ele paz e felicidades. A ele e à família. E que ele tenha coragem de se entregar e reinventar, mais tarde, um dia. Não digo nada. Ele pode muito bem imaginar. Afinal, eu estou ali.

A cena derradeira cospe ácido em meus olhos: vinte ou trinta homens celebram a chegada do carregamento de armas. Retiram-nas das caixas. Um deles, pouco mais que um menino, embora forte, suspende o fuzil acima da cabeça, orgulhoso, saudando o chefe que sai do carro e caminha em sua direção. Outro rapaz parece não ver nada à frente, como se estivesse em êxtase. Ajeita-se ao redor do fuzil, fazendo o corpo girar em torno do novo eixo. Em festa, os soldados do Terceiro Comando mal percebem minha presença. Sem despedidas, me retiro. Imagino uma frase que flagre a cena e me ocorre descrevê-la como um ritual movido a testosterona em que os personagens ostentam dentes e marra.

O carro que me trouxera está à espera. O trajeto de volta me deixa no ponto de encontro, um bar de nome estranho na esquina do beco sem nome, onde um segundo carro me aguarda e me leva para outro ponto, fora da favela, no campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro, perto da Ilha do Governador. São cinco horas da tarde. Digo ao motorista do terceiro carro que tenho de ir ao centro da cidade. Telefono a um amigo e peço que me receba depois do expediente. Um dos melhores advogados do país. Ele sabe que se o procuro assim é porque o assunto é grave e urgente. Confirmo o endereço. Anoto no celular. O motorista diz alguma coisa. Não consigo prestar atenção às suas histórias. Seguimos rumo à Linha Vermelha, símbolo da cidade. Enquanto margeamos a Maré vagarosamente, amarrados pelo nó do tráfego, sinto vergonha de meu país.*

* Meu interlocutor na visita à Maré foi preso por vinte policiais federais, sem oferecer resistência, sozinho, em um apartamento longe da favela, em 2014.

3. Você está proibido de morrer

O dia amanhece quente na Baixada Fluminense, região metropolitana do Rio de Janeiro, parte do que alguns chamam Grande Rio. A luminosidade repica no metal de carros, ônibus, motos, vans, amarrados no tráfego pesado, empoeirado e barulhento. Os ruídos aquecem ainda mais a paisagem solar e excessivamente colorida. Sérgio, conforme destacou ao compartilhar sua aventura comigo, vê-se obrigado a usar os óculos escuros que trouxe da Europa. Mesmo dentro do táxi. Ele conversa com Mariana ao celular: — Você me conhece. Eu sou desse jeito. Prefiro assim. Sozinho. Mais um na multidão. Assim eu vou sentir mais ou menos…

O táxi para e Sérgio interrompe por um segundo a frase para pagar ao motorista. Abre a porta, segurando o celular e, olhando o imenso prédio do hospital público, um pouco assustado e um pouco deslumbrado com o momento que está vivendo, continua a falar.

—… o que as pessoas sentem quando chegam aqui. Já cheguei. Depois te ligo.

Contempla o hospital e o tumulto de pacientes, familiares, ambulâncias, funcionários, ambulantes vendendo água e sanduíches. Atravessa o “pátio dos milagres” e entra no prédio, abrindo espaço entre filas e um arquipélago de pequenos grupos até o balcão de atendimento. Alguns brigam, vociferam contra o abandono e a humilhação, lançam imprecações sem destinatário identificável, outros conversam em voz baixa, alguns se movimentam com ansiedade, quase em círculo, uma senhora ameaça desmaiar, grávidas amontoam-se, mães carregam no colo crianças febris, alguém reclama de dor, enfermeiras, enfermeiros e funcionários passam celeremente em todas as direções. Alguns empurram pacientes em macas.

Sérgio consegue, finalmente, a atenção de uma atendente. Observa que ela está pintada demais para a função que desempenha. A dissintonia contagia o ambiente e torna tudo ainda mais confuso. Dirige-se a ela: — Eu tenho uma audiência com o doutor…

Nesse instante, como uma caravana no deserto, cruza o saguão de entrada um senhor obeso e baixo, de jaleco branco, em torno de sessenta anos, cercado por quatro seguranças altos e fortes, ostensivamente armados e com coletes à prova de bala. Sérgio suspende o que dizia à atendente e acompanha com o olhar a

passagem teatral do diretor, em seguida continua: — Ele vai a um safári?

A moça o encara, aturdida. Ele explica:

— Caçada.

Ela então responde:

— Mais ou menos, só que ele é a caça. O que é que você quer?

— Tenho uma audiência com…

— Aqui não tem isso, não. Tem consulta, exame, cirurgia ou reunião.

— Reunião.

A atendente complementa:

— Está marcado? Com quem?

— Dr. Franco Emiliano.

— Você é o caçador?

A moça fala ao telefone e volta-se para Sérgio:

— Identidade.

Recebe o documento, registra o número, dá-lhe um crachá e informa:

— Vem uma pessoa te buscar. Pode esperar ali ao lado.

Sem lhe dar mais atenção, grita:

— Próximo.

Após dez minutos de espera, Sérgio resolve dar uma volta no pátio e se depara com uma cena dramática. Na porta da funerária São Tomé, situada nos fundos do hospital, uma senhora puxa o marido pelo braço. Ele se chama Nelson, todos na favela em que moram o chamam Nelsinho. Está desnorteado, xingando aos berros, “vampiros, vampiros filhos da puta”. A esposa tenta controlá-lo: — Para, para, sai daí. Sai. Já chega perder um filho. Pra você é pouco? Quer mais desgraça? Quer você também morrer? Quer me deixar viúva, é isso que você quer?

O sobrinho adolescente do casal, Deco, abraça o tio. Uma senhora idosa consola a mãe traumatizada e a leva para o pátio. Faz bem tomar um ar e caminhar um pouco. Nelson desvencilha-se e entra novamente na funerária sombria. Deco não consegue detê-lo. Aos prantos e gritos, projeta-se em seu encalço. Agarrado pelo rapaz, o tio vocifera, dirigindo-se ao funcionário, esticando seus nervos até o limite: — Vampiro, monstro. Chupa o sangue dessa besta, aqui, suga o sangue desse animal. Leva o que quiser. Já perdi tudo o que tinha. Perdi meu filho. Vampiro. Filho da puta.

O funcionário da funerária afasta-se de algumas pessoas com as quais discutia preços de sepultamento e modelos de caixão, aproxima-se com a destreza fria de um profissional e despeja o mantra que a repetição o fez decorar: — Lamento por seu filho, já falei isso. Mas não vou poder estar fazendo nada. Lei é lei. Se tá

certo ou tá errado, não é problema meu. É a lei do município: morreu aqui, enterra aqui. Pra liberar o corpo pra ser enterrado em outro município, vai ter de estar pagando a taxa de quatrocentos reais. Pode ler. Taí na parede. É lei.

Deco permanece abraçado ao tio, que soluça, calado.

Do outro lado do pátio, nos fundos do hospital, um despachante aproxima-se da mãe e da senhora idosa, que caminham abraçadas.

— Com licença. Sei que o momento é impróprio, mesmo assim tomo a liberdade de solicitar a atenção das senhoras. É que eu acho que posso ajudar. Soube que as senhoras são familiares do… do jovem… que tristeza… Deus o guarde, Deus acolha sua alma… o jovem que perdeu tragicamente a vida no acidente de automóvel, na via Dutra, de madrugada. O jovem que dirigia o Fiesta azul, placa SEG 2537.

As duas ouvem, atônitas, e choram. O homem não desiste:

— Sei o que é a dor de perder um filho. Também perdi meu filho. Que Deus o tenha. Mas nessa hora um dinheiro inesperado ajuda, ajuda, sim, ajuda muitíssimo. Que mau gosto falar em dinheiro. É quase uma blasfêmia. Mas ajuda. E é por isso que lhes pergunto se as senhoras sabem que têm direito a receber o DPVAT, o seguro obrigatório veicular. São dois mil reais. Se as senhoras me autorizarem, eu cuido de tudo. Posso antecipar agora mesmo o dinheiro. Sem burocracia, dor de cabeça, perda de tempo. Basta assinar.

Uma viatura da Polícia Militar passa lentamente, ocupada apenas por um soldado, motorista, e um sargento, ao qual várias pessoas que circulam por ali prestam reverência. Ou prestam contas, diretamente, aproximando-se da janela, numa cerimônia que mescla o beija-mão ao molha-mão: marcadores do jogo do bicho, ambulantes, motoristas das vans, funcionários da funerária e da casa de flores. O despachante cumprimenta à distância, dizendo-lhe em voz alta: — Sargento, um dia muito triste, muito triste.

Estica o braço e leva a mão ao ombro da mãe, enquanto a senhora que a acompanha segura o documento que o homem lhe passara, mas não o lê. Ele se afasta em direção à viatura policial e fala, discretamente, virando o polegar para baixo: — Parado, muito parado.

Do lado oposto do pátio, Deco, que acalmara o tio, volta à funerária, contaminado pela revolta e grita para o funcionário: — É problema seu, sim. Todo mundo sabe que os donos dessa merda de funerária são os vereadores Tonico do Posto e Beto Churrasco. Todo mundo sabe que eles arrendaram o cemitério municipal. Que bosta de lei é essa? Quem fez essa lei? Os vereadores. Então a lei é sua. O problema é seu. Vai se foder.

O rapaz parte para cima do funcionário e os papéis invertem-se: agora é Nelson quem agarra o sobrinho. Caem juntos por cima de coroas de flores.

Os gritos e barulhos na funerária chamam a atenção das duas senhoras e do sargento, que faz um sinal para o motorista. A manobra é rápida. O militar desce da viatura, pesado, suando muito, uniforme decomposto. Do interior da funerária, o funcionário lhe acena e diz alto, em meio ao tumulto de vozes e gente: — Sargento, onde você se meteu, cara? Não pode sair daí. Olha a merda. Olha a merda.

Abre os braços ao lado de duas mulheres assustadas, que parecem mãe e filha, e trabalham na funerária. Cadeiras, caixões e coroas de flores tombaram e os dois, tio e sobrinho, estão atracados no chão. Não se sabe quem está contendo quem, nem mesmo quem está mais emocionado e indignado. Assim que o sargento entra no estabelecimento segurando o fuzil, sem apontá-lo, tio e sobrinho levantam-se e afastam-se. O militar reconhece Nelson.

— É o Nelsinho. Só podia ser. Tu só sabe arrumar confusão?

— Eu vou denunciar vocês todos, vou acabar com a raça de vocês.

Do outro lado do pátio, a mãe toma o documento das mãos da senhora que a acompanha e o devolve ao despachante, dizendo-lhe: — Meu filho foi morto pela milícia. Mais de trinta tiros. Mais de trinta.

Sérgio não sabe se deve intervir. Decide voltar ao lobby. Aguarda mais alguns minutos e resolve aproveitar a oportunidade para explorar o terreno. Disfarça e se infiltra hospital adentro, observando cada detalhe. Sente um misto de perplexidade, desânimo e indignação. Saca do bolso o celular e começa a filmar o que vê: doentes abandonados em macas no corredor, toalhas acumuladas e poças sujas no chão, iluminação precária. Subitamente, é abalroado por um segurança, que o lança de ombro contra uma porta entreaberta. Desaba sobre a porta e quase cai. Equilibra-se e tenta recompor-se. Está numa pequena área de serviço, junto a uma escada. O segurança o agarra pelos ombros e o encara como um cão selvagem prestes a devorar a presa. Pisa no celular de Sérgio e lhe aplica um golpe que o imobiliza. Com a mão livre, aciona o rádio e diz: — Peguei um jornalista, copiou?

Auxiliado por um colega, o segurança leva Sérgio ao gabinete do diretor. Uma das paredes está coberta de monitores que recebem imagens de câmeras situadas em distintas unidades do hospital. A outra, de diplomas relativos a cursos de medicina e prêmios hípicos. De pé estão três seguranças, dois dos quais Sérgio identificara. Ele os vira passar na caravana, blitz ou safári, quando aguardava atendimento no lobby. O outro acabara de capturá-lo, com a gentileza típica do ofício.

Desconcertado, despenteado, camisa rasgada, Sérgio está sentado numa cadeira, diante do diretor, que o encara, clinicamente, refestelado em uma

poltrona confortável. Ao lado há um sofá, outras duas cadeiras, outra poltrona e a mesa de trabalho coberta de papéis, dois rádios e um colete à prova de balas, três livros de medicina na vertical, apoiados por cavalos de bronze, uma foto do diretor mais jovem, montando um cavalo elegante e recebendo um troféu; uma pequena estátua de São Jorge dominando o dragão e um busto, em cuja base lê-se: Hipócrates. A autoridade máxima do hospital, finalmente, quebra o gelo: — Você pediu uma reunião comigo… Sérgio, é este seu nome, não é?… E eu aceitei porque você se apresentou pelo telefone à minha secretária como médico, não como jornalista.

— Eu sou médico.

— Então que história é essa de fotografia?

— Que história é essa de agredir jornalista?

— Porra, você é médico ou jornalista?

Sérgio não hesita. Responde como se tivesse dedicado a vida a ensaiar a degustação daquelas palavras: — Diretor de hospital.

— Que hospital?

— Este.

— Que brincadeira é essa?

— O senhor esqueceu que houve eleição para prefeito? Vai haver mudanças na saúde, a começar pelo hospital.

— Eu não fui informado.

— Está sendo agora.

O diretor faz um sinal para os seguranças se retirarem e aguarda, enquanto saem. Em seguida, eleva o tom: — Isso é modo de comunicar a uma autoridade com o meu currículo, com o meu histórico de serviços prestados a esse município?

— Isso é modo de tratar um jornalista?

— Caralho, você é jornalista ou é o quê? É uma pegadinha? Você está filmando essa merda dessa conversa?

— Cheguei aqui com a melhor intenção. Vim conversar com o senhor com todo respeito. Vim como um cidadão qualquer, pra começar a conhecer de verdade o hospital. Ia falar sobre a substituição antes que ela se oficializasse pra combinar uma transição tranquila, cooperativa, que fosse boa pra todos. Sobretudo para o hospital e a população. Mas onde é que eu me meti? O diretor anda cercado de capangas armados dentro do hospital. O gabinete é um bunker. Quase apanho de um jagunço. Isso aqui é um faroeste?

— Sérgio, você está vindo de onde? Marte?

— Alemanha.

— Marte.

— Fiz o doutorado.

— E caiu de paraquedas no caldeirão do Rio de Janeiro. A teoria aqui é outra, rapaz.

— A teoria é sempre outra. Tenho muitos anos de clínica no Rio. Trabalhei quinze anos em hospitais privados, mas voltei disposto a me engajar na saúde pública. O prefeito é jovem, ousado, idealista, me conhece há muito tempo: fui colega, na verdade discípulo de seu pai, que era médico, grande médico.

— Você fala do novo prefeito como se ele fosse um amigo. Tira o cavalo da chuva.

Enquanto fala, o diretor levanta-se, livra-se do jaleco branco, veste o colete, tira o paletó que estava no espaldar da cadeira atrás da mesa, abre uma gaveta, pega uma pistola e a prende atrás, no cinto.

— O senhor vai sair? Não vamos conversar?

Sérgio levanta-se.

— O sujeito que estava aqui antes de mim foi assassinado. O infeliz que ocupou essa posição antes dele pediu o boné e saiu do país. O novo prefeito pode ser idealista, ousado, qualquer coisa, mas amigo…

Abre a porta pesada do bunker e diz, antes de sair, deixando Sérgio sozinho:

— Amigo, não.

Sozinho no bunker gelado, Sérgio recorda a conversa, duas semanas antes, com o prefeito eleito. Um pouco mais velho e, sobretudo, com muito menos preparo físico, ele se esforça para acompanhar Luiz Claudio em sua corrida matinal. Ambos são seguidos ao longe por dois seguranças, que também correm. Todos vestem camiseta com a frase “Nada deve parecer impossível de mudar”. Sérgio mal consegue correr, mas seu interlocutor, além de acelerar o ritmo, fala sem dificuldade: — A região metropolitana do Rio, sem contar a capital, tem 4 milhões de habitantes, 70% sem saneamento básico, morando em qualquer lugar. As cidades crescem sem plano diretor, sem respeito ao meio ambiente, sem estratégia de desenvolvimento, com máquinas públicas que não funcionam. Só servem pra empregar parentes e cabos eleitorais dos políticos. A educação abandonada. A saúde sucateada. É aí que você entra.

Luiz Claudio diminui as passadas até parar. Sérgio faz o mesmo e dobra-se sobre si mesmo, suando em profusão. Luiz enxuga o rosto e a cabeça, e completa: — Olha, Sérgio, você sabe que nosso hospital é um tremendo desafio. Ele é municipal, mas, na prática, atende o povo de toda a Baixada, quando não da capital. Não vai ser fácil. Eu preciso de você. Quero que você seja o novo diretor. Te dou carta branca. Mas, escuta…

Sorri e, de frente para Sérgio, põe-lhe as mãos nos ombros e fala com o tom

meio sério, meio brincalhão: — Você vai ter que assumir comigo três compromissos. Presta atenção: melhorar os serviços, acabar com a corrupção e não morrer.

Sérgio encara o amigo com o fôlego que lhe resta. Luiz insiste:

— O último é o mais importante. Tô falando sério, meu irmão. Você está proibido de morrer.

Ambos sorriem e caminham abraçados.

Sérgio desperta do breve transe, olha o gabinete à sua volta como se ainda não acreditasse ou não entendesse o que ouvira, vira e ainda via à sua volta. Finalmente, dirige-se à porta do bunker.

Uma caminhonete negra, imponente, importada atravessa a aridez da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Raríssimos veículos trafegam pela estrada semideserta. Na frente, um homem de meia-idade, gordo, baixo, ostentando cordões de ouro e anéis de praxe, sua profusamente a despeito do ar-condicionado sueco. Chama-se Camargo Quebra-Ossos. Sargento Camargo, da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Dono de milícia. E o magro que dirige, camisa colorida, idade indiscernível, resmungando contra os buracos, é o cabo Meneses. Atrás está o deputado Ivo Cury Lizio, novo sócio da firma — é como eles chamam: firma —, boa pinta, trinta e poucos anos. Os vidros escurecidos, blindados, deixam claro que alguma coisa se perde na tradução do sol metálico da cidade para a obscuridade daquele gabinete móvel da milícia.

O carro perde velocidade, abruptamente. Inclinando-se para a direita sobre o corpo do outro, o motorista pergunta: — Não é o filho da puta do Nelsinho?

O gordo responde com uma interrogação:

— Aquele de bicicleta?

Segue-se um instante de imobilidade.

O veículo arranca de supetão, pois, tendo ultrapassado o ciclista, o motorista decide abordá-lo, o que exige manobra de 180 graus. A caminhonete retorna e para do lado oposto. O gordo salta com surpreendente e improvável agilidade de atleta, braço direito pendendo, colado ao corpo. Cruza a estrada e se materializa diante da bicicleta como se fosse uma entidade brotando do asfalto. O rapaz freia e apoia a perna no chão. Diz alguma coisa inaudível, mas certamente diz alguma coisa, porque vê-se o movimento labial do ciclista. A porta da direita está escancarada e agora é o motorista que se esgueira pela porta da esquerda. O deputado está sozinho no carro.

O gordo ergue o braço que guardara artificialmente junto à lateral do corpo e dispara a pistola. Cabe ao motorista o ato final, que não é propriamente o tiro de

misericórdia — essa palavra não descreve nada do que se passa —, mas a assinatura. Por isso levara consigo o fuzil. Por isso a rajada sobre o corpo mesmo depois que ele se reduzira a um boneco desfigurado.

Voltam ao carro, os dois, e o deputado se esgueira para espiar o que restara do homem e de sua cabeça. Mal tem tempo de abrir a porta para vomitar na estrada. O gordo não perdoa: — Porra, compadre. Qual é? A gente acabou de almoçar.

O político cospe, limpa a boca no lenço, recua para dentro do veículo, bate a porta. Em silêncio.

Motor acionado, a caminhonete refaz os 180 graus e retoma seu destino original. Completando o círculo, atropela o homem assassinado.

Sentindo o solavanco e a batida no fundo do carro, o deputado não resiste à súbita intimidade com o cadáver e devolve, torrencialmente, o conclave de proteínas que reunira no banquete de campanha. E o gordo, inconsolável: — Que merda. Puta que o pariu. O carro está limpinho, saiu ontem da revisão.

Algumas pessoas caminham à beira da estrada. À distância, parecem assustadas e debandam. Passa um Gol 1000 velho e enferrujado. O motorista diminui a velocidade, mas volta a acelerar quando percebe que os assassinos, armados, continuam na cena do crime. Nada detém os três cavaleiros do apocalipse. Seguem rumo à vitória eleitoral e ao sucesso. A vítima não passa de um acidente de percurso, rapidamente corrigido pela destreza dos matadores e suprimido dos registros da memória pela pusilanimidade do deputado.

No fim da tarde, Manuela está chocada diante do corpo fuzilado no acostamento. Ela o descobre e volta a cobri-lo. Muita gente cerca o cadáver, dificultando o trânsito, que é pequeno. Afasta-se e fala ao celular: — Cardoso, manda uma equipe pra cá. Eu vim sozinha. Pelo menos um fotógrafo. Manda o Barros. Rápido. Mataram um líder comunitário. É. Parece que ele denunciou milicianos. Vou te dar o endereço. Como assim, qual o interesse de mais um crime na Zona Oeste? E daí se forem todos milicianos? E daí, Cardoso? É claro que não somos um jornal sensacionalista. Eu sei o que é um jornal sério, Cardoso. Sei muito bem.

A repórter desliga o celular, os olhos cheios d’água.

*

Pela manhã, ela entra na sala do jovem editor com um jornal dobrado na mão.

— Um cafezinho, Manuela?

Ela se senta, calada.

— Por que é que você está tão brava?

— Isso é o que seu jornal sério fez.

Bate com o jornal dobrado sobre a mesa e aponta a nota diminuta sob o título "Homicídio vira rotina na zona oeste". E continua: — Isso é uma sacanagem, Cardoso. Um trabalho porco.

— Eu sei que te custou um dia de trabalho viajar até aquele fim de mundo. Olha, Manuela, o jornal valoriza seu esforço, mas…

— Que merda, Cardoso. Você não sabe mais a diferença entre o desvio da carga de um açougue e o assassinato de uma liderança popular.

— Manuela, o nosso leitor…

— Nosso leitor o quê, Cardoso? O nosso leitor prefere não ficar sabendo, porque ninguém morreu no quintal dele? Porque não é Ipanema que está fedendo a pólvora e cadáver? Porque quem morreu era negro, pobre, morava na periferia?

— Se a gente der muita atenção à guerra de tráfico e milícia, o jornal vai virar um obituário, ou um boletim policial.

— Não foi guerra entre traficantes, nem entre milicianos. Tem uma vítima que não era bandido. Era líder popular. Enquanto seus leitores ficam curtindo a vista pro mar, uma onda gigante está se formando na Zona Oeste e na Baixada, terras de ninguém. Uma onda que vai tomar de assalto a Assembleia Legislativa, as polícias, a Justiça e vai varrer do mapa o mundinho dos seus leitores.

— Manuela, vamos fazer uma coisa. Vou te oferecer uma oportunidade. Você merece. Vamos criar uma coluna no caderno de cultura pra você. Com sua foto ao lado.

— Talvez um dia esta história seja contada e as responsabilidades sejam distribuídas entre nós todos.

Manuela levanta-se e sai.

Uma semana depois, Sérgio está na antessala da direção, cercado de médicos, enfermeiros e funcionários, que o cumprimentam. O grupo sai e uma jovem aproxima-se e diz, entregando-lhe um envelope: — A carta de demissão.

— Por quê?

— Muda o diretor, muda a secretária. Não é assim?

— Não. Dessa vez não é só o diretor que está mudando. É o método, a prática, a cabeça. Fica tranquila.

Ele procura ler o nome no crachá, mas ela lhe poupa o esforço:

— Mariângela.

— Prazer, Mariângela. Vamos acertar detalhes da agenda.

Dirige-se à porta em que se lê "Gabinete do diretor", mas é retido pela secretária: — Dr. Sérgio, tem umas pessoas esperando o senhor.

— Na minha sala? Lá dentro?

A secretária faz o sinal afirmativo com a cabeça. Mas ele permanece atônito.

— Como assim?

Não espera a resposta. Entra e encontra dois homens, um que parece ter o dobro da idade do outro. Ambos, imediatamente, levantam-se e se apresentam:
— Ramires. Prazer.

— Ramires Filho. Como vai o senhor?

Sérgio procura controlar a irritação:

— Não sabia que tínhamos marcado essa audiência.

O pai toma a iniciativa:

— Desculpe, diretor. Nós marcamos com o dr. Franco Emiliano. Aí aconteceu a mudança…

— Qual é o assunto?

— Só pra nos apresentar ao senhor. Sei que o senhor está chegando, ainda não teve tempo de se informar. Nós vencemos a licitação das ambulâncias.

Sérgio, entre a ironia e a perplexidade, diz:

— Das ambulâncias.

O filho explica:

— Dez ambulâncias e duas UTIs móveis.

— A empresa de vocês…

— Soluções Econômicas S.A.

Sérgio pondera:

— Soluções… não me lembro.

— A sede fica em Cuiabá.

— Cuiabá, Mato Grosso. E vocês vieram até o estado do Rio, participar da licitação.

— O deputado Ivo Cury Lízio foi o autor da emenda parlamentar.

Sérgio começa a situar-se. Murmura como que a confirmar a informação que acaba de ouvir: — A verba vem de emenda parlamentar.

— O senhor sabe como funciona, não é? Todo deputado tem direito a destinar alguns milhões a alguma obra social. Eles costumam escolher alguma iniciativa de interesse público em seu município. Muitos deles ficam perdidos, sem saber o que escolher. Nós ajudamos. Chegamos cedo, no início do ano, apresentamos uma iniciativa importante, com forte impacto para os eleitores, resolvemos toda a parte burocrática, negociamos com o Ministério da Saúde, acertamos tudo. Quando o órgão municipal faz a licitação, a gente já acertou com o pessoal do ministério e do município. Todo mundo ganha, sobretudo a população. É um sistema muito ágil e seguro.

Ramires Filho complementa:

— Estamos no Brasil quase todo. Participamos de mais de trezentas licitações.

O pai é mais preciso:

— Trezentas e catorze. O Ivo é quem cuida dos negócios do município em Brasília. Representa o prefeito.

O filho enfatiza:

— Trabalha com o prefeito. São muito afinados.

Sérgio intervém para lembrar um detalhe:

— O prefeito mudou.

— Mas o município continua existindo e não sobrevive sem conexões políticas federais.

Ramires Filho, imprescindível:

— Parcerias.

O pai retoma o fio da meada:

— O fato é que o deputado Ivo Cury Lízio, inclusive, já recebeu.

Sérgio engole em seco:

— O deputado recebeu.

— Pois é. Nós ainda não, porque houve a eleição no meio. Mas já entregamos as ambulâncias e antecipamos a parte do Ivo, pra ajudar na campanha dos vereadores ligados a ele.

Sérgio esclarece:

— Que agora vão fazer oposição ao novo prefeito.

Ramires Filho vai ao ponto:

— Doutor, o senhor sabe muito bem que não existe oposição no município. A gente sempre se ajeita.

Sérgio insiste:

— A realidade política agora é diferente.

— Mas a saúde não pode parar.

Ramires ergue-se e se prepara para cumprimentar o diretor e retirar-se.

Ramires Filho, patriota:

— A saúde não pode depender de eleição, não é, diretor?

Pai e filho preparam-se para sair.

— Meu cartão. Pode contar conosco. Tudo o que a saúde municipal precisar, é só dizer. A gente facilita e resolve rápido. Obrigado, doutor.

Cumprimentam o diretor e saem.

Duas semanas depois, Aureliano aproveita o domingo de sol forte para oferecer um churrasco em seu sítio na região de Pedra de Guaratiba, no município do Rio de Janeiro. Apesar de seus 66 anos, mantém o porte atlético. Alto, bonito como um ator italiano, veste calça e camiseta cavada brancas, deixando à mostra três tatuagens. Usa sandálias de couro indianas, quase como

um monge hare krishna. O sítio, famoso entre empresários que abriram caminho à bala, políticos, policiais, milicianos e artistas populares, tem um heliponto no terraço da mansão, piscina com ondas artificiais, haras sofisticado, campo de pouso com um jatinho estacionado, campos de tênis e futebol, academia de ginástica e um estande de tiro.

O anfitrião circula entre os diferentes grupos que se espalham nos cenários do sítio. No jardim, com mesas e cadeiras sob barracas de sol, homens e mulheres conversam, bebem e comem churrasco. Enquanto gira o corpo, Aureliano exibe as três tatuagens: uma explosão atômica na forma clássica do cogumelo, a pomba da paz e Las Vegas: o nome da cidade emoldurando um imponente cassino.

— A força, a força de não usar a força e a simulação da força, porque o jogo… o que é que faz o jogo? Finge que é guerra.

Silvinha, mulher de seios e coxas fartos, tira a dúvida:

— Las Vegas?

— Las Vegas, templo do jogo. O grande teatro da guerra que não existe.

Ela diz algo baixinho ao pé do ouvido de Aureliano, que responde em voz alta:

— Tá brincando, meu anjo? Não acredito. Há quanto tempo você está casada com o coronel Saraiva?

Ela ergue dois dedos, enquanto mastiga um quitute, um copo na outra mão, achando tudo muito engraçado. O anfitrião não se conforma: — Ô, Saraiva, vem cá, Saraivinha.

O coronel tem dez anos menos que Saraiva, mas parece mais velho, atrás da pança inchada. Aproxima-se, copo na mão, e ouve a recriminação teatral de Aureliano: — Não tem vergonha nessa cara? Tua mulher tá dizendo umas coisas… Tá pegando mal pra ti… Tu nunca levou tua esposa a Las Vegas?

O marido de Silvinha argumenta:

— Las Vegas é um poço sem fundo pra perder dinheiro.

— Que mané dinheiro, Saraivinha. Corta essa, compadre.

Aureliano dirige-se à esposa do coronel:

— Sua graça?

— Silvinha.

— Silvinha, sabe quanto esse cara de pau faturou ano passado?

Desloca-se até um grupinho que conversa entre si, alguns sentados, outros de pé, comendo e bebendo, e puxa pelo braço Aírton, Ivo Cury, o inspetor Sarmento e Roni Anderson. Continua seu sermão: — Ouve essa. Vem cá. Você também. Sabem o que esse cara de pau… Coronel Saraiva! Porra, tô falando contigo.

Saraiva dá meia-volta e diz:

— Fala, chefe.

— Esse cara de pau nunca levou a mulher a Las Vegas.

Os homens falam ao mesmo tempo:

— Que maldade, Saraivinha.

— Perversidade.

— Não tem uma ONG de defesa das mulheres que faça alguma coisa?

Ivo Cury é enfático:

— Festa pra mim é Las Vegas: Natal, Réveillon, Semana Santa. Papai adorava.

O anfitrião o corrige:

— Mentira, teu pai adorava Punta del Este, que Deus o tenha. Ele pegava ali o meu jatinho, com umas namoradinhas… O caso é que o cara de pau do Saraiva, escuta, Silvinha, é o maior mão de vaca. Não quer gastar dinheiro em Las Vegas. Ouve, meu anjo: sabe o que ele faturou, ano passado, só na segurança…

Aproxima-se do rosto do coronel e olha em seus olhos, ironicamente, alterando comicamente a voz: — Aquela segurança que ele bota os PMs pra fazer pagando uma merreca…

Volta a falar normalmente, olhando sobretudo para Silvinha:

— Só na segurança das casas de show na via Dutra, das saunas em Morro Agudo, do cassino em Caxias, do Bingo em Meriti, do bicho em Mesquita, Belfort Roxo, São Gonçalo e Santa Cruz?

Fala baixinho, no ouvido de Silvinha. Só ela ouve, mas ela repete em voz alta:

— Milhões? Milhões? Dez?

Dá um grito agudo. Os cães começam a ladrar.

Saraiva dirige-se, severo, à esposa e lhe tira o copo da mão, enquanto ela, resistindo, brada: — Que ódio, Saraivinha. Que ódio. E eu fazendo economia no shopping.

Saraiva está disposto a encerrar a brincadeira:

— Chega, já disse que chega. Passou da conta.

Aírton sussurra para Roni e Sarmento:

— Sem contar as maquininhas caça-níqueis, a pirataria *y otras cositas más*.

Sarmento completa:

— O Saraiva se fodeu em Morro Agudo. Todo o esquema do hospital. Quem se safou foi o Ivo Cury, que já tinha embolsado a parte dele no negócio das ambulâncias, antes de dar merda.

Roni pergunta a Sarmento:

— Saraivinha não tava pra perder o comando da Baixada, com as mudanças na PM?

— Os coronéis já se acertaram. Tratado de Tordesilhas.

Roni intervém:

— Abençoado por Aureliano e o alto clero.

Aírton provoca:

— Aprenderam com os delegados. Mas vocês sabem quem está se fodendo de verde e amarelo? Carlinhos Tanajura. O Macedo e o Ramos também.

Roni acrescenta:

— Vi o Macedo por aí. Tá com uma mulher que parece um carro alegórico.

Sarmento e Aírton falam ao mesmo tempo:

— O pessoal dos transportes.

— E do lixo, e das clínicas conveniadas com o SUS. O tal Sérgio Borba cortou todos os repasses.

Roni traz a visão mais ampla e apurada, própria ao político tarimbado:

— O problema é esse moço, Luiz Claudio: bonitinho, mas ordinário.

Sarmento, o inspetor da PRF, não faz por menos:

— Alguém tem de tomar uma atitude.

Roni, rápido no gatilho:

— Vou tomar minha cerveja.

Afasta-se do grupo, apanha uma tulipa de chope na bandeja de um garçom e caminha na direção da piscina, repleta de crianças, suas jovens mães e babás vestidas de branco.

Do outro lado da piscina, próximo ao campo de futebol gramado onde uma pelada está sendo jogada, há um quiosque servindo bebidas, batatas fritas e sanduíches, e dois banheiros. Um carro com a mala aberta garante a trilha sonora, tocando música sertaneja. Ivo Cury, com seu inconfundível cabelo artificialmente tingido de amarelo-ovo, aproxima-se de um grupo de que fazem parte o sargento Camargo Quebra-Ossos, da Polícia Militar, ostentando cordões de ouro e anéis, e o cabo Meneses, trajando indefectível camisa colorida. Este lhe estende um espeto e prepara-se para lhe servir uma fatia de carne.

— Pega um prato aí, deputado. Uma carninha.

Ivo estica os lábios e mostra os dentes:

— Tá sangrando.

Outro grupo reúne-se sob uma ampla tenda, com garçons, freezer ligado a gerador e bandejas com pastéis e empadas circulando. Aureliano e Otacílio conversam de pé, sob a tenda, afastados dos demais. Quando vê Roni aproximar-se da tenda, o anfitrião faz-lhe um sinal.

— Tá sendo bem tratado, Roni?

Dirigindo-se a Otacílio:

— Conhece o deputado Roni Anderson?

— Quem não conhece o deputado?

— Otacílio Alves, muito prazer.

Roni estende a mão e balança a cabeça. Aureliano prossegue:

— Foi bom você chegar, Roni. Tava dizendo aqui pro nosso amigo que não discrimino partido. Apoio o partido que o Roni preside como apoio todos os que formam com a gente. Não interessa a ideologia.

Roni concorda:

— Ideologia não existe mais. É coisa do século passado. Esse negócio de direita e esquerda hoje só existe pra dançar bolero.

Otacílio é a simpatia em pessoa:

— … que não existe mais.

Riem os três, até Aureliano retomar a palavra:

— Não discrimino partido, Otacílio. Se o seu partido, o PSTdoB, quiser formar com a gente… Meus amigos, eu fortaleço. Com inimigo, não tem conversa.

Roni segue a mesma linha:

— Unir as forças é bom pra gente, é bom pro Brasil. O João Daniel me procurou com uma história…

Otacílio antecipa:

— A eleição.

— Uma história da gente indicar o vice…

Quem se surpreende é Aureliano, dirigindo-se a Roni:

— Vice do Pedro Raimundo? Olha que ele é o futuro presidente, hein?

— Uma conversinha sedutora, danada.

Otacílio abre o jogo:

— Nossos partidos juntos, ninguém segura. A gente carrega o peso da tradição esquerdista. A ideia de Pedro Raimundo é mostrar uma cara diferente, mais amena, mais palatável pra classe média. Seu partido viria a calhar, deputado. Reforçaria essa nova cara.

Roni puxa-lhe o tapete:

— Só tem um porém: seu partido manda flores, faz declaração de amor e ao mesmo tempo apunhala a gente pelas costas?

— Eu sei do que o senhor tá falando. Mas, pode ter certeza: não é o partido, não. Pelo contrário. É coisa pessoal do Luiz Claudio. Isso vai mudar.

Aureliano aporta à conversa sua autoridade:

— Otacílio, diz ao João Daniel e ao Pedro Raimundo que nós somos o polo dinâmico da região metropolitana do Rio de Janeiro. Construímos a ferro e fogo a unidade da Baixada. Olha essa tenda. Quase todos os prefeitos da região tão aqui. Tem juiz, desembargador, empresário, artista, jogador de futebol. Essa é a nossa força. Nós elegemos juntos e governamos juntos.

Roni não perde a oportunidade:

— Mas não dá pra assistir de braço cruzado ao que tá acontecendo: um aventureiro tá destruindo o que foi construído com tanto suor.

— E sangue, Roni. Minha família derramou sangue nessa terra.

Quinze dias depois da posse, Sérgio aceita encontrar-se com o ex-diretor, Franco Emiliano, no almoxarifado vazio do hospital. Emiliano olha pelo basculante e apoia o braço em um caixote. Sérgio mantém-se de pé diante dele, os braços cruzados.

— Olha, Sérgio, o que você está fazendo é muito arriscado. Outros, antes de você, seguiram esse caminho e acabaram mal. Estou alertando porque já estive em seu lugar. Sei como são essas coisas. Prefeito novo, impetuoso, idealista e você acha que pode tudo. Que vai ter respaldo. Só que, quando vier a cobrança, a vida é sua. Não é do prefeito. Você está juntando muita gente contra você. Está declarando guerra em muitas frentes ao mesmo tempo: o cemitério e a funerária; o seguro obrigatório, o DPVAT, que envolve muita gente, escritórios de advocacia, despachantes; os convênios com as clínicas; os fornecedores do hospital; e, agora, essa história da licitação das ambulâncias. Você rompeu um acordo que já tinha sido negociado. O Ramires foi pego de surpresa. Se sentiu traído. Ele ganhou a licitação. O deputado Ivo Cury já tinha recebido. É muito dinheiro. Você está brincando com fogo.

Sérgio parte para cima de Emiliano e o agarra pela gola do paletó:

— Escuta aqui, seu filho da puta. Eu vim até esse porão te ouvir porque ainda te dava um crédito de confiança. Médico e tal. Mas você é só um bandido. Bandido de merda. Um velho filho da puta fazendo o papel de menino de recado pra me ameaçar. Então, leva um recado pra sua quadrilha: vão se foder. E diz a eles que o prefeito também mandou um recado.

Sérgio dá um tapa violento com a mão aberta no rosto de Emiliano, fazendo-o quase girar na direção da porta.

Aproximadamente quinze dias após o episódio no almoxarifado, Lucas e Manuela estão no interior da viatura descaracterizada da Polícia Civil do Rio de Janeiro, vidros fechados, ar-refrigerado ligado, estacionada entre muitos outros carros, sob árvores, numa praça cercada de prédios residenciais de classe média e pequeno comércio.

Finalmente, ouvem duas vozes masculinas em som metálico captado pelo receptor na maleta que grampeia celulares: — Alô, Teixeira, até que enfim, hein? Tu não me atende mais não, é?

— Fala, Netinho, desembucha logo que eu tô no meio de uma parada.

— Quem tem de falar é tu. O patrão não vai esperar mais não.

— Diz a ele que vai rolar, mas tem de ser na hora certa.

— Quando vai ser a hora certa?

— Ele vai ficar sabendo. Antes, tenho que falar pessoalmente com o patrão. Tu acha que eu vou mandar quebrar uma autoridade sem aprovação dele? Se tu quiser fazer o serviço por conta própria, o problema é teu.

— Mas o filho da puta está se metendo em tudo. Está prejudicando o patrão.

— Eu sei e ele sabe. Mas as coisas não são assim. O cara joga xadrez. Política é um quebra-cabeça.

— Quebra-cabeça. Agora, sim, papo reto. Gostei. Ó, mais um dia, copiou? Só um dia.

Lucas pega a cuia, a garrafa térmica e serve-se de chimarrão. Oferece a Manuela. Ele sequer consegue entender gosto tão bizarro.

— Como é que você pode tomar chimarrão num calor desses?

— Me acalma.

Manuela rende-se:

— Me dá.

Ele verte água quente e lhe passa a cuia e a bomba. Ela suga a bomba e pensa alto: — Uma autoridade atrapalhando negócios que envolvem o patrão. Esse patrão só pode ser Aureliano, o velho bicheiro, o avô dos milicianos. É, Lucas, o velho rei da Baixada continua dando as cartas.

— Está tudo errado, Manuela. Você não podia estar aqui. Isso é totalmente irregular.

— Ih! Para. Muda o disco. Que saco. Tudo é irregular, Lucas. Tudo.

— Não é, não.

Vira os olhos para o lado, como se focalizasse fixamente lugar nenhum e diz:

— Morro Agudo.

Olha para Manuela e continua:

— A escuta é legal.

Endireita-se no banco e se prepara para ligar o carro. Prossegue:

— Mas o juiz não autorizou que uma repórter ficasse ouvindo o grampo.

Começa a manobrar para sair da vaga. Manuela responde:

— Você me devia essa. Quem te passou as pistas do assassinato do Nelsinho? Ou você acha que as testemunhas teriam coragem de contar pra um policial o que me contaram? Todo mundo na Zona Oeste sabe que denunciar miliciano significa morte. E você me deve outras coisas também, não é, inspetor Lucas? Além do mais, sou a sua única garantia. Quem mais testemunharia a seu favor se o mundo caísse em sua cabeça?

— O mundo não cai, assim.

— O delegado Selton?

— Só conheço um lugar em que o mundo está caindo.

Arranca em velocidade, driblando o trânsito.

— Se o mundo cair na sua cabeça, Lucas, caiu na do Selton antes.

— O velho mundo. Ruindo.

— Não conte com o Selton. Nem que ele quisesse.

— Manuela, eu sou o elo mais fraco, onde a corrente arrebenta primeiro.

Lucas continua dirigindo muito rápido.

— Não. Nesse caso, não. A diferença entre vocês é só o salário. Inspetor ganha o quê? Metade do salário de delegado?

— Quem dera.

— Você e Selton estão juntos em tudo. E quem representa ameaça maior à chefia? O delegado. Ele pode virar chefe. Você, não. Ei, aonde é que você tá indo?

O carro acelera. Nas cercanias da praça central do município de Morro Agudo, na região metropolitana do Rio de Janeiro, um grande engarrafamento os obriga a estacionar o carro e seguir a pé. Manuela ainda não entendeu aonde estão indo com tanta pressa. Descobrem-se no meio de uma manifestação diante do prédio da prefeitura. Há lixo acumulado em todo canto. Centenas de pessoas de aparência pobre gritam slogans indignados contra o prefeito. Nos cartazes, leem-se: “Fora, Luiz Claudio”; “Queremos nossos empregos de volta”.

Os dois movimentam-se com dificuldade entre os manifestantes. Ela fotografa e filma com seu celular. Lucas observa. Os populares cantam: “Você pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão”. De cima do carro de som, um vereador baixinho e careca vocifera: — O povo lhe deu a mão e o voto, prefeito, mas sua resposta foi demissão em massa. Quer fazer economia? Corta seu salário. Caiu a máscara: o jovem líder bonitinho e simpático, na verdade, é neoliberal. Você está condenando à miséria milhares de trabalhadores e suas famílias.

Uma vereadora de meia-idade, cabelos curtos e lábios artificialmente aumentados, toma-lhe o microfone: — Em nome dos vereadores de Morro Agudo, como presidente da Câmara, garanto a vocês: não vamos aceitar de braços cruzados o sofrimento do povo. Vamos à luta. Vamos decretar o impeachment do prefeito. Fora, Luiz Claudio, traidor do povo, neoliberal.

Os dois políticos pintam o rosto de preto e a massa copia o gesto, repetindo o bordão: “Neoliberal, tu é o Demo, é o mal”. Várias pessoas circulam entre os manifestantes distribuindo tinta. Em seguida, o primeiro vereador a falar, ainda em cima do carro, apresenta outro orador, o deputado Ivo Cury Lízio, jovem em seus trinta anos, cabelos oxigenados: — Está aqui, com a gente, quem nunca deixou de estar com o povo. Nosso representante em Brasília, o deputado Ivo Cury Lízio, a quem tenho a honra de passar a palavra.

— Os caras pintadas de Morro Agudo vão expulsar o prefeito cara de pau. Primeiro, foi a limpeza urbana. O prefeito rompeu o contrato com a empresa de coleta de lixo e a cidade virou um lixo. Ele acha muito bonito romper contrato. Acha revolucionário romper contrato. Depois foi o caos nos transportes. As empresas reduziram a circulação de ônibus, porque o prefeito não quer pagar a dívida do município. E agora vocês são desprezados e enxotados feito bichos. Está na hora do povo enxotar Luiz Claudio: xô, prefeito! Xô, prefeito.

A massa repete o bordão.

No interior de seu gabinete, Luiz Claudio observa a manifestação pelas frestas da persiana, aparentemente sereno. O gabinete está repleto de secretários e assessores. Todos permanecem em silêncio, à espera de suas orientações.

— Nós sabemos o que está acontecendo. O nome é chantagem. Outros chamam política. Duas mil pessoas foram demitidas porque ocupavam cargos de confiança por indicação de vereadores e não trabalhavam. São cabos eleitorais. Só tem um jeito pra virar o jogo. Jogar. Então, anote aí, Narinha: no *Diário Oficial* de amanhã sai a readmissão do pessoal ligado a 55% dos vereadores. Vamos dividir os canalhas e garantir a maioria. Já estive do outro lado. Sei como se faz. De qualquer modo, vai ser um avanço: 45% de economia.

Na praça, diante do prédio da prefeitura, Lucas puxa Manuela pelo braço até um ponto relativamente vazio e lhe diz, quase no ouvido: — O alvo está ali.

Aponta, discretamente, para o gabinete do prefeito, no lado esquerdo do prédio, no andar superior. Ela completa: — O tal idealista, bonitinho.

— Neoliberal.

Manuela fotografa a janela do gabinete, enquanto seu parceiro observa todo o ambiente. Ela comenta: — Faz sentido.

— É onde o mundo está caindo. Morro Agudo. Não há outra cidade no reino de Aureliano em que a velha ordem esteja afundando.

— E quando o mundo cai, cai sempre na cabeça de alguém. O que você vai fazer?

Lucas ouve a pergunta já com o rádio na mão, disparando uma ligação. Curva-se sobre a mão em concha e se afasta para falar.

— Doutor Selton?

No interior do gabinete, Narinha, a mais antiga auxiliar do prefeito, chama Luiz Claudio a um canto e sussurra, mostrando-lhe o celular: — Prefeito, o delegado Selton Cruz.

— Federal?

— Não. Polícia Civil. Urgente.

— A secretária dele fez a ligação?

— Ele mesmo.

— Faz o seguinte, Narinha. Liga pro Carlos e vê se ele conhece. Se não conhece, pede pra descobrir quem é. Usa o rádio.

— E ao delegado? Digo que você liga depois?

O prefeito faz um gesto, pedindo que a moça lhe passe o celular. Atende com alegria contagiante.

— Doutor Selton, que prazer falar com o senhor.

Na manhã seguinte, bem cedo, Luiz Claudio sai do prédio onde mora ao lado de um segurança. Ambos vestem roupas esportivas. Encontram Lucas diante de duas viaturas policiais descaracterizadas, no interior das quais só permanecem os respectivos motoristas. Em torno de Lucas estão cinco seguranças vestindo terno preto. O prefeito ri, quase gargalha. Cumprimenta-o e diz: — Rapaz, mas o que é isso? Meu irmão, que doideira. Quando a gente conversou, ontem, eu pensei que fosse uma coisa mais discreta.

Saúda toda a tropa, estendendo a mão a cada um. Lucas contesta:

— Melhor a gente não arriscar, prefeito.

— Lucas, é demais. Não tenho jeito pra isso, não. Vai ser uma comédia eu correndo com a tropa de elite.

Conduzindo o prefeito para um ponto em que tenham mais privacidade e reduzindo o tom de voz, Lucas lhe diz: — O colega que passou a noite na escuta do grampo captou a informação de que o ataque vai acontecer hoje. Duas pessoas estão sendo presas nesse momento. Se elas falarem a tempo…

Luiz Claudio sente o golpe. Olha para o lado, olha para cima, como se contasse os andares de seu prédio.

— Vai ser um ataque? Ataque como?

— Um atentado. Não sabemos.

— Uma bomba no gabinete?

— Tem um pessoal de confiança fazendo a varredura no seu gabinete.

— E aqui em casa?

— Vai ficar vigiada vinte e quatro horas.

— Clara e as crianças já saíram da cidade, como você recomendou.

— Os mandantes do atentado devem ter avaliado que, se alguma coisa ocorresse hoje contra o senhor, haveria milhares de suspeitos.

— O pessoal que eu exonerei.

— E os familiares, os vereadores, sei lá. Pra quem precisa confundir a polícia com pistas falsas, esse é o momento.

— O perigo não vem daí? Você acha que não? Hoje não tem corrida. Vou me vestir.

No carro do prefeito estão o motorista e um segurança, na frente; Luiz Claudio e Lucas, no banco de trás. O veículo rompe com dificuldade o tráfego pesado. Três carros parecem seguir o automóvel oficial da prefeitura. Um motoboy desloca-se rápido em sua direção. Lucas tenta manter-se sereno, mas seu olhar paranoico parece antecipar a eclosão de um ataque. Luiz Claudio recorre à ironia para aliviar a tensão: — Se atirarem no carro, Lucas, já era. Não é blindado, não.

— Eu sei. Mas nosso grupo é muito bom. Tá todo mundo ligado.

Uma ambulância em péssimo estado de conservação ultrapassa vários veículos. Quando emparelha com o terceiro carro do comboio, é fechada, bruscamente. Esse movimento, que provoca uma pequena batida e um tumulto de buzinas e freadas, permite que os dois automóveis da frente livrem-se da possível ameaça. A ambulância retoma seu caminho, agora em rumo que a afasta da comitiva. Não se sabe se havia alguma intenção criminosa.

O prefeito se esforça por acompanhar, através das janelas fechadas e escuras, os movimentos que envolvem a ambulância. É ele quem de novo quebra o silêncio: — A gente pode ter colocado a vida de alguém em risco.

— Ou salvado a vida de alguém em risco.

— Que vergonha essa ambulância. Tá caindo aos pedaços. Ela é o risco.

— É do município?

— Do nosso hospital. Vergonha, hein?

— Mas o senhor acabou de assumir. Não deu tempo. O povo entende.

— Mais ou menos. Quando souberem que a gente está devolvendo dez novinhas e duas UTIs móveis…

— Devolvendo?

— Superfaturadas. Lucas, você sabe que a saúde é a maior fonte de corrupção?

— Esse processo, a devolução, o senhor já…?

Lucas interrompe o que dizia, agita-se e olha para frente. O prefeito retoma a palavra: — Doutor Sérgio descobriu a maior sacanagem. Escândalo nacional.

— Quantas pessoas participaram disso?

— Difícil dizer, mas, pensa bem, são mais de trezentos municípios envolvidos em todo o país, deputados, gente do Ministério da Saúde.

— E aqui na cidade?

— A antiga direção do hospital, pelo menos.

— Alguém desse grupo seria ligado ao Aureliano Bernardes?

— Não sei. Não sei.

Lucas tira um caderninho do bolso e o consulta, avidamente, até que, de súbito, Luiz Claudio lembra-se: — A verba veio de emenda parlamentar do Ivo Cury.

— Não sei quem é… Mentira. Sei, sim. Estava na manifestação.

— O pai dele foi delegado. Liderou grupo de extermínio nos anos oitenta. Foi do SNI, nos anos setenta. Há pouco tempo montou a milícia mais poderosa da Baixada e da Zona Oeste da capital.

— Que currículo, meu Deus.

— Curriculum mortis. Como era o nome dele, Lucas?

— Como é mesmo o sobrenome do filho?

— Ivo Cury Lízio.

— Delegado Lízio.

— Romano Lízio.

— Exatamente, prefeito. Delegado Romano Lízio. Era ele quem comandava a segurança do Aureliano.

— Quem você acha que financia as campanhas do Ivo?

— Sérgio é o… O senhor mencionou um nome… Sérgio?

— Diretor do hospital.

— Quem faz a segurança dele?

— Tá brincando?

— É igual ao senhor? Pior?

Luiz Claudio, aparentando tanta ansiedade — aflição, quase desespero — quanto Lucas, aciona o celular. Lucas completa seu próprio raciocínio suspenso: — Posso ter cometido um erro. Prefeito, liga…

Luiz Claudio já está colado ao celular, esperando ouvir a voz de Sérgio do outro lado. O prefeito pensa alto: — Não atende. Sérgio, atende, caralho.

— A essa hora, onde…

Nesse momento, Sérgio dirige seu carro, ouvindo música clássica em alto volume, vidros fechados, ar-refrigerado ligado, por uma rua de mão única pouco movimentada, com duas faixas de trânsito. Trafega na faixa da esquerda. Uma moto com dois homens de capacetes negros e casacos negros de couro segue o carro de Sérgio, mas são ignorados. Adiante, há uma curva à esquerda.

Ainda antes da curva, o carona da moto usa um rádio.

No alto de um poste, depois da curva, um rapaz, vestido como funcionário de companhia de luz, atende um rádio e movimenta algum instrumento junto a conexões, no fio de luz.

Cem metros adiante, o sinal de trânsito localizado no cruzamento passa, de imediato, do verde para o vermelho e congela. Cerca de trinta metros antes do sinal, outros dois homens, também de capacetes negros e casacos negros de couro, estão sentados em outra motocicleta, parada à beira da calçada do lado direito da mão.

Sérgio, relaxado, faz a curva à esquerda, lentamente. Seu celular, no assento ao lado, acende e apaga, mas não é escutado, porque o som da música se eleva ainda mais. O carro de Sérgio aproxima-se do sinal. A moto que o seguia ultrapassa-o, fura o sinal e desaparece, em velocidade. Sérgio está inteiramente envolvido pela música, olhando o sinal vermelho, o carro em ponto morto do lado esquerdo. A motocicleta, antes parada junto à calçada do lado direito, desloca-se para o centro da rua, ocupando lugar na pista da direita e se aproximando cuidadosamente do carro de Sérgio. O carona está com uma pistola na mão direita. Subitamente, entra na rua a ambulância caindo aos pedaços, vindo de onde Sérgio viera, em velocidade e com a sirene ligada. Os dois homens na moto olham para trás e hesitam. A ambulância acelera, tomando a pista da direita, na qual está a moto que desliza devagar para emparelhar com o carro de Sérgio. A ambulância se aproxima e não reduz a velocidade.

Sérgio olha pelo espelho retrovisor, vê a ambulância e avança um pouco para a esquerda, quase subindo na calçada, abrindo todo o espaço possível para a ambulância passar. A moto cambaleia, porque o piloto a joga para a direita, deixando espaço para a ambulância — não por solidariedade, mas por instinto de sobrevivência —, no mesmo momento em que o carona aponta a pistola contra o carro.

Explode o vidro da janela direita e um impacto violento aquece o braço direito de Sérgio, quase na altura do ombro, como se um maçarico estivesse ligado. Por puro reflexo, ele abre a porta e se joga de lado para fora do carro, enquanto ouve outras explosões, que, aos poucos, compreende serem tiros. O motorista da moto não tem alternativa senão aprumá-la, arrancando em velocidade e furando o sinal para sumir. Um instante depois dos disparos, a moto já afastada do carro o suficiente para não ser abalroada, a ambulância passa também avançando o sinal, mas freia em seguida, no meio do cruzamento, quando seu motorista dá-se conta de que passara no meio de um atentado. Várias pessoas correm de todos os lados em direção à vítima, tombada no meio-fio.

À noite, no quarto do hospital, Sérgio recobra a consciência e olha em volta, entubado e com soro, o ombro e o braço enfaixados, cercado por um médico, uma enfermeira, Mariana, sua mulher, Lucas e o prefeito.

Mariana afaga sua cabeça.

— Tá tudo bem, meu amor. Vai ficar tudo bem.

Luiz Claudio segura a mão do amigo e lhe diz:

— Deu tudo certo, meu irmão. Sua equipe maravilhosa cuidou muito bem de você, não é, doutor? O dr. Paulo Roberto tá aqui com a gente. Os bandidos só acertaram seu braço, graças a Deus. E tá aqui o detetive Lucas, meu anjo da

guarda que eu vou emprestar a você. Nem se preocupe com segurança. A equipe do Lucas tá lá fora e ele não vai desgrudar de você.

No lobby do hospital, Lucas aproxima-se de Manuela, que o aguardava:

— Sérgio está fora de perigo.

— Graças a Deus.

— Teixeira e Netinho foram presos.

— Nossa, Lucas, enfim, só boas notícias.

— Espera. Tem mais. Não comemora ainda. A chefia da polícia determinou que ficassem acautelados no batalhão prisional da PM, porque são policiais militares.

— Isso é uma loucura. Os caras vão fugir.

— E por que eles foram mandados pra lá?

— Vocês não fizeram nada?

— Dr. Selton ficou louco, falou com Deus e o mundo, mas quem manda na polícia é o diabo.

No conforto de seu quarto na Zona Sul carioca, Manuela dorme. O celular toca. Ela custa a acordar. Finalmente, desperta, assustada, e atende: — Cinco e meia da manhã, Lucas. O quê? Tá brincando. Não ficaram presos nem vinte e quatros horas. Vou divulgar no site do jornal. Obrigado, tá? Você vai continuar aí no hospital?

São seis e meia da manhã. Lucas praticamente não dormiu. Chamado por seu superior, volta para a sede da delegacia em que está lotado, na área central do Rio de Janeiro. Entra na delegacia, discretamente, e se dirige ao gabinete do delegado. Diante da porta blindada, que parece cofre de banco, usa a identificação do polegar, passa um cartão e digita uma senha. A porta abre-se, majestosa, para uma ilha de alta tecnologia, contrastando com o aspecto de espelunca da delegacia.

Dr. Selton está de costas, sentado numa poltrona no centro da sala redonda. Oito monitores laterais exibem imagens georreferenciadas. Apenas dois detetives auxiliam o delegado, pilotando todo o sistema. Ele assiste ao que está sendo projetado na grande tela central. Sem voltar-se para Lucas, diz com sua voz de tenor: — Olha pra isso. Meu informante no batalhão prisional plantou o chip, o micro GPS, na roupa do Teixeira.

Com uma caneta laser, o delegado vai desenhando no mapa eletrônico projetado na tela. Lucas pergunta: — O senhor acompanhou o percurso que ele fez, na fuga.

— Pouco depois que ele saiu do espaço do batalhão prisional, pela mudança

de velocidade, identificamos o ponto exato e a hora em que ele entrou em algum veículo.

— Conseguiram fotos do local no departamento de trânsito?

— Senta.

Selton, sempre de costas, bate numa cadeira a seu lado.

— Senta pra não cair.

Lucas obedece e tenta adivinhar:

— Era uma viatura policial.

— Se fosse isso, seria o óbvio. Paulino, mostra a foto.

A imagem projetada na tela grande é a de uma viatura da Polícia Rodoviária Federal.

Lucas murmura:

— Cacete.

— Tem mais. Otávio, projeta a imagem de satélite do local onde ele está agora.

Selton mostra com o laser no mapa eletrônico, antes que o mapa seja substituído pela imagem em zoom de uma região suburbana, próxima à avenida Brasil. Gradualmente, o foco permite que se veja a imagem um pouco borrada de um depósito que parece abandonado, cercado de muros, dentro do qual há grande movimento de caminhões-tanques. Na medida em que o zoom aproxima a imagem, Selton vai narrando o que vê: — Avenida Brasil, ali. Campo Grande está do outro lado… Tá se localizando?

O estranho cenário, mistura de fábrica abandonada e depósito de grandes máquinas, com tanques e caminhões, aparece na tela. Percebe-se movimento intenso na área interna, cercada pelos muros altos. O delegado indaga: — Sabe o que é isso? Uma indústria clandestina para adulteração de combustível.

— Tem algum registro legal de fachada? Testas de ferro?

O delegado troca de óculos e lê um pequeno texto impresso.

— Igreja Evangélica do Renascimento Eterno. Responsáveis legais: Etelvino Lins e Aírton Neves. Etelvino Lins é o nome do sogro do inspetor Sarmento, superintendente da Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro. Desse Aírton Neves não sabemos nada.

— Vamos estourar o depósito e prender todo mundo em flagrante?

— Calma, Lucas. Tem mais gente nisso. O monstro deve ser maior. A gente só tá vendo a cauda. Vamos dar o bote na hora certa.

No início da noite do dia seguinte, no gabinete de Luiz Claudio, o prefeito diz a Sérgio, cujo braço não está mais enfaixado.

— Não é isso, pelo amor de Deus.

— Eu sei, tô brincando. Mas ainda acho que é muito cedo. O trabalho mal começou.

— Está aqui, no seu relatório: 347 novos protocolos já formulados e implementados. Concluída a qualificação do pessoal para aplicação dos novos métodos e procedimentos em cada área do hospital. Uma revolução, Sérgio.

— Primeiros passos.

— Você ficou maior que Morro Agudo. O partido precisa de você pra governar o Brasil. Não sou eu quem está dizendo. Lembra quem disse?

— Um afago do João Daniel. Só isso.

— Você não conhece o João.

— Como não? Tenho a maior admiração. O cara liderou a luta clandestina contra a ditadura. Comeu o pão que o diabo amassou com a maior dignidade. Aqui entre nós, ele é maior que Pedro Raimundo. Eu acho.

— Ele também acha. Esse é o problema.

— Pedro é o carisma. João Daniel é a organização, a cabeça, a estratégia.

— Mas quem fala com o povo, com a alma do povo, é o Pedro.

— Eles se complementam.

— Quem dera, dr. Sérgio. Essa é a embalagem romântica, bonitinha, pra inglês ver. Na verdade, se odeiam. Assim que surja uma oportunidade, Pedro joga o João na fogueira. Quer apostar? Mas primeiro tem que vencer as eleições. E pra vencer, vai precisar do João. E de você.

— Quer dizer que me filiei a um ninho de cobra?

— Não se faça de bobo, dr. Sérgio. De bobo você não tem nada. Sua exoneração sai amanhã no *Diário Oficial*. Você é um homem livre para se dedicar inteiramente à campanha. Bem-vindo ao mundo cão da política.

Sérgio abraça Luiz Claudio e se dirige à porta do gabinete, quando o prefeito arremata: — Se cuida, hein? Não esquece nosso plano: meta número 1, não morrer.

— Olha quem fala. Cara de pau. Lucas me disse que você se recusa a continuar com a segurança que ele montou.

— Tá louco. Aquilo é um exército. Fica tranquilo. Hoje, a última coisa que nossos inimigos querem é chamar mais ainda a atenção da polícia e da mídia pra Morro Agudo. Apesar de tudo, meu irmão, apesar de tudo, a gente não desiste. Como é aquela frase do Brecht que você citou outro dia?

— Está no fim da *Alma boa de Setsuan*: “Como vocês viram, não tem solução. Mas tem de ter”.

Luiz Claudio ergue a xícara de café. Um brinde ao futuro.

4. Mangueira, quinze anos depois

Delegado Frazão entra esbaforido em meu gabinete bem cedo, na manhã de segunda-feira.

— Não marquei audiência, secretário, desculpe, mas é uma emergência.

O hábito entre policiais e jornalistas é dirigir-se ao subsecretário de Segurança abolindo o prefixo. Em troca, nos encontros cotidianos, todos os delegados da Polícia Civil — de primeira, segunda ou terceira classe — são apenas delegados, e os tenentes-coronéis da Polícia Militar, coronéis. Estamos em 1999 e Frazão é candidato permanente à chefia de sua corporação. Cascudo, experiente, atingira o estágio superior da carreira e dirige o setor mais importante das investigações criminais.

Aperto sua mão úmida. Ele está acima do peso e vermelho como uma ponta de cigarro tragada no escuro. O suor escorre pescoço abaixo. Camisa aberta colorida mostrando cordão dourado tem sido a marca registrada de bicheiros e policiais civis. Frazão foge ao estereótipo. Prefere camisas discretas, abotoadas, ocultando o cordão. Esta é clara, leve, e gruda no dorso encharcado. Ele evita os anéis exóticos, itens que substituíram os dentes de ouro no repertório de extravagâncias do submundo carioca. A cabeça em outro lugar, Frazão respira como um animal a caminho do abate. Ajeita a Glock, eterna companheira, presa na calça, atrás, e não esconde o sinal de incômodo no rosto. Senta-se olhando o quadro, à esquerda, em que anoto o andamento dos projetos. O movimento é instintivo, um impulso automático para desviar os olhos. Seu foco não são os projetos. O encontro entre nós é delicado. Não somos propriamente amigos, nem mesmo colaboradores. Ele responde a denúncias em foros internacionais de direitos humanos dos quais eu era consultor antes de integrar o governo. O constrangimento é mútuo. Agimos como se não houvesse cadáveres amontoados na sala, entre nós, mas a atmosfera é irrespirável.

— Vim do hospital direto pra cá.

Pela primeira vez concentra-se em mim.

— Tive um piripaque.

Fala com dificuldade. Não sei se por motivos físicos.

— Não dormi.

Isso explica as olheiras e a palidez.

— Passei a noite toda segurando um pessoal. Até as cinco da manhã. Achei que não ia conseguir. O senhor não tem ideia. Não faz a menor ideia. Quando a turma se revolta, não tem controle. Ninguém controla. O senhor mexeu onde não devia. Quer criticar, critica. Quer punir, pune. Não tem problema. Não tem nenhum problema. Mas não pode criticar a polícia publicamente.

Não há intervalo. Frazão fala sem parar.

— Não pode punir assim, dizendo que o policial errou. Divulgando que a polícia errou. Sem respaldo, a polícia para. E se o governo diz que a polícia erra, ela perde a autoridade. Pior que parar é agir pra botar as coisas em seus devidos lugares. Quando meu pessoal resolve agir, secretário, muito vagabundo vai pra vala.

Rememorando a cena, me ocorre a imagem de um cantor de ópera na igreja, possesso, sussurrando uma ameaça no ouvido do inimigo.

— Eles queriam matar uns doze ou treze de umas favelas e deixar na sua porta e na porta do governador. Pelo menos uns doze ou treze. E diziam que a conta ainda estava barata.

O sangue pulsa na carótida do delegado. Ele transfere a mim sua taquicardia. A corrente se fecha.

— Dessa vez, eu consegui. Mas não vou conseguir controlar o pessoal numa próxima vez. Não pode haver uma próxima vez.

O delegado move outra peça de um xadrez que começara a ser jogado três dias antes.

Claro que o subsecretário de Segurança, este sou eu, não está pensando em nada disso na manhã do dia 14 de maio de 1999, sexta-feira. Estou ali no centro do estrado improvisado em que se reúnem as autoridades para celebrar a concessão de comendas a cidadãos que se destacaram no apoio moral e material ao batalhão da Polícia Militar de Copacabana. Iniciativa do coronel Mello, querido pelos membros dos clubes e das associações benemerentes do bairro. Ele já havia sido agraciado pelos que agora homenageia. A troca de pequenas honrarias preenche o tempo dos aposentados, comove as famílias e me exaspera. Sou eu de pé ao lado do comandante geral da Polícia Militar, coronel Sérgio da Cruz, perfilado para o hino nacional que a banda arranca a seco dos metais. Por que a PM mantém uma banda? Porque há uma agenda de solenidades cuja cenografia desanda sem a trilha sonora que amarra os pontos soltos da dramaturgia aos papéis e personagens. Sou um deles, atado pela gravata ao formalismo da cerimônia por quase já duas horas, parte do tempo sob o sol carioca sempre causticante, com tanto por fazer.

Estou no cargo há quatro meses e meio, e me atribuí a missão de mudar o

mundo — pelo menos o mundo perverso produzido por ações policiais escandalosamente caracterizadas por racismo, misoginia, homofobia e o viés de classe. O Brasil transitou da ditadura à democracia com a promulgação da Constituição em 1988, mas as marcas da longa história escravagista e autoritária não se dissolveriam por mera decisão legislativa. Sobretudo nessa área sensível, em que o Estado mostra suas garras mais ostensivamente, facultando o uso da força comedida a homens e mulheres formados na tradição da guerra ao inimigo interno.

Alheio a devaneios políticos, o comandante do batalhão de Copacabana lê o discurso recheado de citações poéticas, louvando os homenageados. O comandante-geral diz algumas palavras depois de mim. Agradeço, saúdo, parabenizo. O ritmo desacelera, novamente. Volto a sentar. Vamos ouvir agora o representante dos agraciados, escolhido por ser o mais idoso — o que não é pouca coisa naquele grupo de anciãos.

Copacabana é um bairro envelhecido. A maior concentração de idosos do país. E de turistas. Lugar de música, memória, comércio e trânsito frenético. Talvez a imagem mais frequentemente associada ao Rio de Janeiro, em todo o mundo, seja sua silhueta em arco, espelhada no traçado sinuoso das calçadas à beira-mar, entre o Pão de Açúcar e as pedras molhadas do forte no extremo oposto.

O celular vibra sob o paletó. Discretamente, o retiro do bolso e o arrasto rente ao corpo até a altura dos joelhos. Peço licença aos dois coronéis com um aceno sutil e me afasto da aglomeração. Suponho que eles deduzam que eu não cometeria a descortesia de sair em meio à fala do porta-voz dos cidadãos se não houvesse uma razão de força maior. A força maior é o governador. Ele pergunta onde estou. Diz que a Mangueira desceu e tomou a avenida que fica embaixo da favela. Milhares de pessoas no asfalto em pé de guerra. Alguma coisa nebulosa, porém grave, aconteceu. Não sabe mais do que isso. O secretário, coronel da PM Josias Quintal, está no interior do estado. Não tem como chegar com urgência. A liderança é minha. Pede que eu vá para lá, imediatamente, e entre em contato com o comandante-geral da PM. O coração em sobressalto, mal tenho fôlego para tranquilizá-lo. A voz se antecipa ao raciocínio e lhe diz mais ou menos: “Estou com ele. Vamos juntos. Já”. Enquanto caminho tão veloz quanto possível de volta ao pódio das autoridades para convocar meu parceiro, o pensamento me informa que não havia sido adestrado para lidar com multidões em fúria.

Minha atenção flutua. Entrego o corpo ao piloto automático: desculpas, breves justificações, deslocamento até a viatura do comandante-geral — mais bem aparelhada que a minha. Deixamos um rastro de perplexidade e desapontamento. Sentamos no banco de trás. À frente, um segurança ao lado do motorista, como de praxe. O segundo carro também é blindado, transporta quatro seguranças,

além do motorista, e se comunica conosco pelo rádio, em frequência especial. Outro rádio do primeiro carro está ligado na frequência-padrão da Polícia Militar, o que nos permite acompanhar o fluxo das notícias que começam a desenhar o que teria ocorrido na comunidade da Mangueira. Policiais civis teriam subido o morro de madrugada. Na operação, um jovem da comunidade foi baleado e morreu. Não sabemos ainda qual teria sido a missão.

No Brasil, a divisão entre policiais civis e militares corresponde à separação entre funções investigativas e ostensivas. Portanto, se os limites que separam as responsabilidades institucionais foram respeitados, os policiais civis só poderiam ter subido a Mangueira para realizar alguma investigação — ou estavam lá por motivos privados, escusos ou não. Investigar à noite soa improvável, porque seria difícil ocultar-se dos traficantes e de seus olheiros. Algumas vezes, policiais civis são convocados a entrar em favelas para prender alguém, mas não cumpririam ordem de prisão de madrugada numa área dominada por grupos armados. A menos que estivessem infiltrados e tenham sido identificados — não é disso que se trata, certamente. As leis brasileiras não favorecem a prática, porque a promiscuidade entre muitos policiais e criminosos é tradicionalmente elevada e a brecha legal tenderia a inviabilizar o combate à corrupção.

Antes de consultar diretamente o chefe da Polícia Civil para esclarecer a natureza dos fatos e ouvir a versão dos envolvidos, concluo que o mais provável é que as fronteiras institucionais tenham sido novamente ignoradas e que policiais civis tenham montado uma ação para apreender armas e drogas. Não seria novidade. As corporações competem entre si e gastam boa parte da energia atropelando-se mutuamente. Entretanto, fazer uma operação desse tipo à noite é no mínimo estranho e suspeito. A política da secretaria veta incursões bélicas, porque os riscos para a comunidade superam quaisquer eventuais benefícios. Ligo para o chefe da Polícia Civil. Ele tampouco sabe do que se trata. Parece absurdo, e é. A secretaria de Segurança não tem controle sobre as polícias. Sequer seus comandantes as controlam. Elas são menos instituições do que arquipélagos, formados por unidades relativamente autônomas, movidas pelos mais diversos apetites. Por isso, construir condições de governabilidade é a tarefa prioritária e mais desafiadora.

A vantagem das viaturas é sua capacidade de driblar congestionamentos, avançar sinais, fazer milagres no trânsito. Peço a opinião do coronel Cruz, sempre discreto. Ele está tão perdido quanto eu. Do Estado-Maior vem a informação de que o Batalhão de Choque já está na área. Chegou antes de nós. A notícia não me tranquiliza. Ao contrário, me deixa mais apreensivo. De que seria capaz a tropa que traz no nome sua vocação? Os vidros escuros do carro tornam a paisagem do Rio de Janeiro insólita e sombria. Procuro me preparar para o

imprevisível, o que é uma contradição em termos. Milhares de pessoas descendo a favela. A cena excitou a imaginação dos revolucionários românticos dos anos 1960 e destilou o medo da classe média conservadora. A música popular usou e abusou dessa imagem e a inscreveu nos enredos mais variados. De tão banal, esterilizou-se.

A avenida debaixo do morro da Mangueira é uma via importante. Liga a Zona Norte ao centro da cidade, o subúrbio tradicional decadente e o núcleo urbano em que as instituições públicas mantêm suas sedes, herança do tempo em que o Rio era a capital do país. A favela da Mangueira situa-se nas vizinhanças do Maracanã e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Ela dá o nome a uma das mais antigas e queridas escolas de samba e inspirou dezenas e dezenas de canções que constituem patrimônio valiosíssimo da música popular brasileira. Em outras palavras, o dia 14 de maio não seria como qualquer outro no calendário da cidade, tanto quanto a história da Mangueira não se confundia com qualquer outra no repertório da sociedade.

O carro nos deixa a poucos metros das posições mais recuadas da tropa de choque da Polícia Militar. Com dificuldade, me esgueirando entre os soldados, posso ver um longo trecho da avenida deserta e, ao fundo, a massa humana atrás de uma linha imaginária, a uns duzentos ou 150 metros da barreira militar. A tropa de choque aguarda ordens, protegida por escudos, capacetes, coletes e fuzis. Tenho de agir rápido para que as expectativas dos dois lados não sejam dominadas pelo medo e precipitem uma tragédia. Ouço breve relato do comando da tropa. Nada que já não soubéssemos. Percebo que o informe é dirigido ao coronel Cruz. Eu não existo. O comandante da tropa de choque me ignora. A ideia de um comando civil não tem lugar no código policial militar. Há muita coisa por trás disso. De fato, boa parte da história do poder no Brasil. Não faria sentido fingir que estou no comando e dar ordens aos berros. Seria patético e ineficiente. Digo ao coronel Cruz que não permita que a tropa use armas ou avance em nenhuma circunstância. Não importa o que aconteça, ele deve manter seus homens em posição exclusivamente defensiva. Em nenhuma hipótese, coronel. A ênfase e a redundância são um esforço que faço para compensar a ambiguidade de meu papel. Não temo a massa do outro lado. Temo o descontrole da tropa de choque. Temo seu compromisso atávico com a violência. Temo os automatismos que o racismo produz.

Atravesso as filas de policiais. Não sei quantos são. Cinquenta, setenta, cem. Há soldados de diferentes batalhões, liderados pelo Choque. Outras guarnições estão chegando. Sigo além da linha frontal. Estou na avenida vazia. Coronel Cruz me acompanha. Intuo que a presença do comandante-geral a meu lado não seria oportuna. A ambiguidade tem dois lados: reduz minha autoridade diante

dos militares, mas talvez facilite o diálogo com a comunidade. Peço que o coronel fique. Justifico: preciso do senhor aqui, à frente da tropa, para impedir decisões precipitadas. Ele compreende. Não questiona. Recua. Prossigo sozinho. Sei que me observam. Pelo menos os que estão na frente da aglomeração. Não tenho ideia do número. Mil? Três mil? Cinco mil? Impossível pensar nisso. Já ouço as vozes, os gritos, a babel vulcânica. Decido manter a gravata e o paletó. Chega de farsa. Esse povo teve uma overdose de hipocrisia ao longo da vida. Eu ali represento o Estado. O terno é meu uniforme. Tento esvaziar a cabeça. A avenida está repleta de símbolos do ódio: vejo algumas granadas, pedaços de pau, pedras. A caminhada é demorada. As vozes estão mais próximas. Já vejo indivíduos recortados contra a multidão.

Finalmente, vejo rostos, homens, mulheres, crianças, e a massa de gente começa a fazer sentido. Esse momento é ao mesmo tempo estimulante e ameaçador. Sou a extensão da polícia. Sou parte do que provoca a revolta, a fúria, o desespero, a indignação. As pessoas me abordam por todos os lados, mas só as crianças me tocam. Elas procuram o contato físico mesmo quando não dizem nada. Parecem todos tão atordoados quanto eu. Caminho para o meio da multidão como quem entra mar adentro. Não há espaço vazio. Se eu o crio com meus passos, ele é logo preenchido num frenesi de pernas e braços que se empurram. Não encostam em mim, mas me envolvem completamente.

E então um fenômeno inverossímil acontece — confesso que não acreditaria se lesse esta descrição em um livro. Formam-se círculos ao meu redor, como se um diretor de teatro marcasse as cenas para que evocassem o coro grego. Círculos me envolvem como se eu tivesse sido jogado dentro d’água, disparando as ondulações. O primeiro é composto por crianças. São elas que me põem na roda, assim que entro no território ocupado pelos moradores da Mangueira. Choram, algumas convulsivamente, e falam aos berros, competindo entre si por minha atenção, puxando minhas mãos e se acercando tanto quanto podem, como se o destino da roda fosse um largo abraço coletivo, comovido e reparador. Decifro poucas palavras e com dificuldade reconstituo a história que me contam. As frases saem em desalinho e se superpõem. Cada menina, cada menino lança em minha direção um pedaço da história, se esgoelando para que eu ouça em meio à tempestade de vozes, usando até o limite sua força, falando com o corpo inteiro, vergando-se sobre si mesmos, como se nada fosse mais importante no mundo que me fazer compreender.

A história é esta: um adolescente foi morto a tiros por policiais em um beco e o crime tem testemunhas. Um jovem que era muitas coisas diferentes e queridas: colega, amigo, irmão, parente, vizinho, sobrinho de alguém, neto de alguém,

filho de alguém. Foi executado. E elas, as crianças, estão com muita raiva, e medo também, muito medo.

As crianças são substituídas pelas mulheres. Mulheres de todas as idades, a partir da adolescência. Elas refazem a performance dramática das crianças. Choram. Estão desesperadas. Falam por cima das falas das outras, sempre aos gritos. Não me tocam, mas disputam cada palmo para trazer a voz até a órbita de minha atenção. A história que as crianças contaram é reproduzida com mais detalhes. Olho nos olhos e ouço com todo interesse, mas só posso fazer isso com uma pessoa de cada vez, o que frustra as demais. Elas percebem que a comunicação falha. Seu esforço para suplantar os obstáculos só aumenta a agonia e o ruído. O coro não está sincronizado. Talvez esteja, se entendermos que o significado a transmitir é a incomunicabilidade. O que está sendo tematizado por todos nós, coletivamente, é a impossibilidade de comunicação entre a sociedade e o Estado, os policiais e a comunidade. Parece exagero retórico mencionar o teatro grego a céu aberto, sob o sol de rachar dos trópicos. Entretanto, estou convencido de que experimentamos uma representação inconsciente coletiva sem que nenhuma das pessoas envolvidas na manifestação tivesse consciência disso, nem eu. As emoções compartilhadas desse jeito torrencial jogam luz sobre a incomunicabilidade e, ao fazê-lo, comunicam. O coro de tantas vozes dissonantes ajuda a abrir brechas de comunicação ao criar uma linguagem comum aquém das palavras. É incrível que essas coisas aconteçam sem que ninguém oriente e organize, mas esse é o poder da inteligência coletiva, aquilo que os antropólogos chamam cultura.

Depois das mulheres é a vez dos homens. A multidão silencia. A narrativa é a mesma das crianças e das mulheres, porém audível e clara. Eles acrescentam uma explicação. O adolescente foi executado por policiais civis que invadiram a favela para extorquir os traficantes. Sua morte é a resposta ao fracasso das negociações para aumentar o valor do arrego, isto é, a propina, o valor pago pelos traficantes para que a polícia não perturbe seus negócios. Era um menino desarmado, repetem os homens. Não tinha nada com isso.

É raro encontrar alguém disposto a correr o risco de perder a vida para prestar um depoimento que endosse a denúncia contra policiais. Até porque dificilmente a investigação concluirá pela culpa dos acusados, a despeito da participação de testemunhas que os incriminem. Tampouco é comum realizar perícia no local do crime, cuja classificação inicial, aliás, o desqualifica. Quando policiais, em seu turno de trabalho, atiram e matam, as mortes são descritas nos registros oficiais como autos de resistência, quer dizer, são definidas como mortes provocadas pelas próprias vítimas, as quais teriam resistido, armadas, à autoridade policial, colocando em risco a vida dos homens da lei. Por isso, com frequência, policiais

convocados para operações em favelas levam consigo o kit-vela: uma segunda arma para deixar na mão do cadáver e outros itens que podem ser úteis para falsificar evidências.

Olho para as pessoas ao meu redor e digo mais ou menos o seguinte, depois que um dos homens grita “silêncio”:

É difícil acreditar, mas podemos fazer as coisas de um modo diferente. O que aconteceu nesta madrugada não deveria ter acontecido. Não pode continuar se repetindo. O melhor que a gente pode fazer para acabar com tantas mortes bárbaras é dar uma resposta imediata, clara, hoje, agora. O governo, por um lado, vocês, por outro. Para isso, vou precisar de sua ajuda. Vou exigir que a perícia seja feita no local das mortes, mas as testemunhas não podem se omitir. Garanto a segurança delas.

Várias vozes simultâneas me questionam. Ir à delegacia para depor contra policiais é suicídio. Ninguém vai. Insisto. Reafirmo que estarei junto das testemunhas e que eu mesmo as ouvirei, ao lado do próprio chefe da Polícia Civil em quem deposito toda a confiança.

Subitamente, todos à minha volta desatam a falar aos gritos como se uma bomba de vozes explodisse. Não entendo o que acontece. Ninguém responde ao que propus, sequer notam minha presença. Os homens que dialogavam comigo olham para o mesmo lado e ecoam gritos que vêm de longe. Inúmeros braços se erguem, apontando para alguém ou alguma coisa. Os mais jovens pulam para buscar uma visão mais ampla. Minha primeira impressão é que uma ameaça iminente esteja dispersando a massa. Entretanto, como todos correm na mesma direção, deduzo que estou enganado. Permaneço estático, perplexo, por alguns segundos, até concluir que só me resta correr também, acompanhando a multidão. Desvencilhando-me da parede humana à minha frente, consigo ver a cena inteira: dois homens fogem em desabalada carreira, um deles com uma câmera longa e pesada na mão. Não parecem cinegrafistas. Pedras e pedaços de pau voam acima de minha cabeça. Os homens em fuga são os alvos. Os jovens mais fortes e velozes disparam em seu encalço. Os homens vão ao encontro da tropa de choque. A avenida tem dois níveis, cada um com quatro pistas para automóveis. Eles escapam pelo nível mais baixo. O espaço está vazio, mas os mais rápidos se colocam em pontos estratégicos de onde talvez possam atingi-los. A chuva de pedras pode ferir qualquer pessoa. Continuo correndo com o fluxo e peço que parem, aos brados, não joguem pedras, deixem os homens escapar. A tropa assume posição de combate. Deixo os dois homens em fuga e reúno toda a energia que me resta para alcançar o ponto do qual possa ser ouvido pela tropa. Não há tempo para digitar o número do comandante-geral. Não disponho de rádio. Tudo o que faço é improvisado. Gritar e correr são atividades

concorrentes, quase mutuamente excludentes. Reduzo a velocidade. Abro e fecho os braços em cruz sobre a cabeça, ordenando aos policiais que não atirem, não avancem, os homens escaparão, os homens que fogem não serão alcançados, não serão atingidos. É isso que penso. É cada vez mais provável que eles escapem sem um arranhão daquela tempestade no deserto da Idade da Pedra. Grito agora aos manifestantes. Falo na linguagem dos sinais, que ignoro. Como gritar por gestos? Faço a mímica grotesca do negativo: não, não, parem. Não joguem mais pedras. Deixem os dois homens em paz. Voltem. Vamos continuar nossa conversa. Os homens e sua câmera desaparecem no meio dos policiais. Viro as costas para a tropa e tento me comunicar com a multidão, que agora ocupa ambos os níveis da avenida, sem a mesma densidade. Já não correm. Hesitam, coletivamente, sobre o que fazer, aonde ir. Procuro me fazer entender por gestos. Aponto o lugar em que estávamos antes da caçada ao cameraman e seu parceiro. Começo a me deslocar para lá e convoco todos os que me veem e captam o sentido de meu movimento.

Confesso que nesse momento sou uma pilha de ódio. Estou pronto para explodir como a massa de manifestantes pouco antes. Ódio dos idiotas que talvez tenham posto tudo a perder. Os imbecis que apontaram a câmera tão sutil quanto uma bandeira hasteada ou um fuzil. Uma câmera de filmagem que não pesa menos de sete quilos e que deve ter sido usada a última vez por um serviço secreto no filme *A Pantera Cor-de-Rosa*. O propósito dos homens com a câmera era filmar os manifestantes, em especial os que falavam comigo. Evidente. O povo da Mangueira reconhece esse tipo de personagem com facilidade. Sobretudo se os Sherlock Holmes de opereta se destacam da aglomeração e filmam as pessoas que participam com sua possante câmera do tamanho de um braço. Depois descubro que os patéticos P-2 (esse é o nome da equipe de investigação sigilosa da Polícia Militar, que, por extensão, nomeia também seus membros) posicionaram-se sob uma árvore, na ilha que divide os dois níveis da avenida. Identificados, foram imediatamente definidos por todos — sem que fosse necessário qualquer palavra ou argumento — como agentes policiais infiltrados para delatar quem acusasse os policiais. Os dois sujeitos agiam na contramão do que eu tentava fazer. Demoliam minha credibilidade. Ou poderiam ter provocado esse resultado. Confesso que não entendo por que o episódio não me desmoralizou nem cancelou as negociações. A probabilidade de me preservar era remota. Equivalente às chances de não ser atingido por uma pedra em queda livre. O fato é que safei-me do pior. Talvez porque os manifestantes tenham percebido minha própria indignação com o que aconteceu. Talvez porque tenham intuído que não me arriscaria tanto se a intenção fosse apenas flagrar os acusadores, como de hábito.

De volta à arena da negociação. Em ondas, a multidão retoma seu lugar. Eu, no meio dela, repito a proposta. Os mesmos homens estão ao meu redor. Repetem a resposta. Não adianta oferecer garantias de segurança. Quem acredita que seja possível proteger um cidadão, morador de favela, se a fonte da ameaça é policial? Quem protege a pessoa vulnerável? Policiais. A equação não fecha. No Brasil, não fecha. Muito menos no Rio de Janeiro. Seria preciso muita ingenuidade. Eles têm razão. Concordo e recuo. Os argumentos são convincentes. Reformulo minha proposta. Daqui a duas horas venho à favela com o chefe da Polícia Civil para tomar os depoimentos das testemunhas. Qualquer casa ou entidade comunitária se transformará em unidade móvel da polícia, uma delegacia provisória. Eles podem escolher o espaço que julgarem mais adequado. E o sigilo do inquérito será garantido.

Olham um para o outro, deliberam rapidamente e aceitam a proposta. Em contrapartida, devem liberar a via para o trânsito. A cidade tem de retomar sua rotina. Preparo-me para lhes apresentar essa exigência, que me parece a consequência natural de nosso acordo, quando outra intervenção inesperada interrompe a conversa. Como um raio, o barulho ensurdecedor do helicóptero da polícia desaba sobre nós e vira o cenário de ponta-cabeça.

Nem mais nem menos: o helicóptero da Polícia Civil dá rasantes sobre a multidão. A experiência é diferente de tudo o que eu vivenciara antes. Não sei qual a sensação dos tripulantes, particularmente o que sente o policial preso por um cinto, aquele que se projeta para fora da abertura lateral esquerda do helicóptero empunhando um fuzil. Suponho que lhe proporcione algum tipo de gozo perverso, porque ele gargalha enquanto finge que metralha a massa na rua. Não disfarça a atuação. Seu teatro humilhante funciona. A máquina e seu anexo — o homem que ri, imitando uma chacina aérea — tem a propriedade de intimidar. Sobretudo quando se equilibra sobre as milhares de pessoas e desce lentamente, oscilando e elevando o volume do ruído até que ninguém consegue ser ouvido pelo parceiro ao lado. A performance aérea espalha na massa a mensagem viral do medo. Para reduzir a experiência a uma palavra, eu diria: impotência. Os rasantes sinistros, seguidos da representação aviltante do riso e do massacre, agridem a sensibilidade do mais frio mortal. O cinismo do Estado e a hostilidade policial, expressos nos gestos sórdidos do *sniper*, são a continuidade das execuções noturnas por outros meios.

Embora intimidado como todo mundo, ponho minha emoção mais intensa na resposta àquela agressão arbitrária. É preciso substituir o sentimento de impotência que aniquila pela afirmação da autoridade. Urgentemente. Ligo para o chefe da Polícia Civil, a quem a equipe voadora se reporta. Nunca havia me dirigido naqueles termos a meu amigo, o delegado Carlos Alberto D’Oliveira.

Nunca lhe dera uma ordem, muito menos aos gritos. Agora, não tenho alternativa:

— Mande o helicóptero que sobrevoa a Mangueira retornar à base imediatamente e determine a prisão em flagrante do *sniper* por abuso de autoridade, quebra de decoro, traição ao código de ética e ameaça ao subsecretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro e a outras 4999 pessoas.

Carlos Alberto mal tem tempo de dizer que está surpreso, que não mandou helicóptero nenhum sobrevoar a manifestação. Desligo e vejo a interrogação estampada nos que escutaram o que eu disse. Em menos de um minuto o helicóptero faz manobra arriscada e se afasta em alta velocidade. O grupo à minha volta acompanha o efeito do telefonema. Há um quê de incredulidade no ar. Enfim, parece que os porta-vozes da comunidade começam a se convencer de que tenho algum poder e minha proposta deve ser levada a sério.

Em torno das três e meia, na Vila Olímpica da Mangueira, acompanho o chefe e a vice-chefe da polícia, Martha Rocha, e alguns poucos auxiliares, na oitiva dos familiares e das testemunhas. A vítima se chamava Alex dos Santos. Tinha catorze anos.

À noite, a bateria do celular e minha energia estão no fim. A caminho de casa, por volta das dez horas, recebo telefonema do comandante-geral da PM. Más notícias: morte na favela da Coroa. Outra vez, um adolescente. Outra vez, a polícia. Com uma diferença: os policiais envolvidos são militares. Coronel Cruz me alerta, provavelmente temendo que se repetissem as cenas da Mangueira, colocando sua instituição na berlinda. Nesse caso, diz ele, tudo indica que os policiais falam a verdade. Eles mesmos se apresentaram à delegacia e levaram a arma encontrada com o jovem que morreu, uma pistola Glock. A resistência estaria configurada, legitimando a ação dos soldados. O comandante conclui: conheço meus homens. Eles não entregariam uma Glock se estivessem montando uma farsa. Adoram essa arma. Ela é caríssima.

Não discuto com meu amigo, Sergio da Cruz. Ele é sério e eu não o confrontaria por discordar, em tese, de sua opinião. Mas o fato é que conheço dezenas de circunstâncias em que a Glock é a desculpa perfeita, por suscitar exatamente o raciocínio que o coronel me expõe.

Nos últimos segundos de vida do celular, o coronel avisa que moradores da Coroa e familiares do jovem morto estão a caminho do Primeiro Batalhão da PM, do qual fazem parte os policiais envolvidos na morte do menino. A comunidade da Coroa é um enclave entre o centro da cidade e os bairros de Santa Teresa e do Rio Comprido. Sua localização é estratégica, porque situa-se acima do túnel Santa Bárbara, ligação do centro com a Zona Sul, a área mais afluente. Essa informação é relevante para que se compreenda o impacto de manifestações

naquela região.

Desisto do descanso. Chego ao batalhão com os que protestam. Convido-os a entrar, mas sou barrado. Os guardas não me reconhecem. Chamam o comandante do batalhão, o que provoca uma situação constrangedora para todos. Nesse clima de mal-entendidos, tem início a reunião emergencial no salão nobre da unidade militar. Aos prantos, amparados por representantes da associação de moradores, parentes, vizinhos e amigos nos dizem que Rodrigo Marques da Silva tinha quinze anos, era o melhor aluno de sua turma, querido por todos e incapaz de portar uma arma ou envolver-se com tráfico de drogas. Toda a favela o conhecia e estaria pronta a testemunhar, coletiva ou individualmente, sobre os hábitos e a personalidade do jovem. Várias pessoas assistiram ao crime e se disporiam a depor. Numa atmosfera de profunda comoção, os presentes denunciam os policiais pelo assassinato a sangue frio. Relatam ainda uma cena brutal: os assassinos afastam a mãe, debruçada sobre o corpo do filho, aos pontapés e arrastam o cadáver pelo braço, favela abaixo, exibindo a presa abatida sem qualquer pudor, certos da impunidade. Rodrigo preparava com colegas da escola e vizinhos a tabela do campeonato de futebol que organizariam na comunidade. Ouviram disparos e dispersaram. Eram policiais subindo o morro para renegociar o arrego. Rodrigo teve a infelicidade de ser visto correndo. Foi alvejado nas costas.

Minha cota de revolta não está esgotada, apesar do que houve antes naquele dia. Proponho o mesmo encaminhamento. Prometo iniciar a oitiva lá mesmo, na favela da Coroa, e colher os depoimentos, em conjunto com policiais de minha estrita confiança. Carlos Alberto já está comprometido com a investigação na Mangueira. Temos de descentralizar. Os casos se multiplicam. Contudo, é indispensável acompanhar de perto cada um. A resposta da secretaria e do governo tem de ser forte e nítida. O segundo episódio no mesmo dia demonstra que não se trata de fatos isolados e excepcionais. Essa é a rotina de dor e iniquidade do Rio de Janeiro. As vítimas são sempre pobres e quase sempre negras. Isso diz algo sobre essa cidade, esse país?

Seguem-se dois dias dramáticos, em que está em jogo o futuro do Rio, pelo menos o futuro próximo, numa das áreas mais importantes para a qualidade de vida, sobretudo dos jovens negros e pobres dos bairros populares. Avanços e recuos do governo, pressões pesadas sobre Carlos Alberto, ataques de traficantes à cidade, oscilações na mídia, as duas posições buscando o apoio da opinião pública para viabilizar, politicamente, sua vitória. Uma delas se afirma como contracorrente, rompendo a tradição. A outra defende o modelo convencional de funcionamento das polícias e o padrão de relacionamento há décadas estabelecido com as favelas e periferias. Explico.

Sábado, dia 15 de maio, voltamos à Mangueira bem cedo para continuar o trabalho. Carlos Alberto me alerta sobre a insurreição que está em marcha na Polícia Civil. Ele compreende minha posição, concorda com os ideais, mas acha que a correlação de forças interna não permite esse passo. Avalia que terminará destituído e que talvez nem eu resista muito tempo. Isso para ficarmos no plano da política. Prefere não especular sobre os riscos à nossa segurança pessoal.

O governador me telefona no meio de uma entrevista radiofônica e me põe no ar. Reitera seu compromisso com o fim da violência policial e diz que esse caso será exemplar. Servirá de modelo para a nova atitude da secretaria de Segurança, das polícias e do governo. Ao vivo, informa que visitará a comunidade ainda pela manhã. O corre-corre da mídia e dos políticos, inclusive e especialmente dos oportunistas, transforma a Mangueira em palco para o grande evento. Nenhum governador subira um morro para pedir perdão a uma família e a uma comunidade atingidas pela brutalidade do Estado antes de Anthony Garotinho — este é o apelido que ele converteu em nome próprio. Nada apagará o mérito pela ousadia: nem o nome com prazo de validade — como costumava dizer um dos mais importantes jornalistas brasileiros, Marcos Sá Corrêa —, nem sua carreira posterior que o conduziria a direções tão diferentes.

A reação de policiais insatisfeitos não demoraria a mostrar sua força. Não estavam acostumados a ser contestados, avaliados, criticados, investigados. E, curiosamente, por mais surpreendente que pareça, sua reação contaria com a inadvertida ajuda de traficantes. Para o negócio de drogas e armas, seria mais vantajoso manter o clima de hostilidade entre polícia e comunidade. Pagar propina é menos oneroso e arriscado do que lidar com uma instituição policial mais competente e respeitada pela comunidade. O ódio popular à polícia torna a presença armada de bandos de traficantes menos humilhante, repulsiva e temível. Em uma palavra, mais tolerável. Como costumam dizer os moradores de áreas sob o domínio do tráfico, a situação é péssima e perigosa, mas seus líderes são mais previsíveis do que os policiais, que incursionam em operações bélicas ou aparecem, episodicamente, pelos mais variados motivos. Não há nada mais aterrador do que o poder imprevisível, porque a imprevisibilidade impede a adoção de qualquer estratégia de sobrevivência e eleva a insegurança à potência máxima.

À tarde, passo no cemitério para prestar minha solidariedade à família de Rodrigo e subo à Coroa, conforme combinara. Começa a oitiva das testemunhas. Os depoimentos são contundentes. A perícia será como sempre inconclusiva, porque os policiais desfizeram a cena do crime e tornaram impraticável a investigação técnica. O exame balístico seria definitivo se muitos policiais não tivessem o hábito de usar armas particulares nesse tipo de situação. Armas que

depois desaparecem. Apresentadas e analisadas são as oficiais. A Glock não pertencia à vítima. Meu ceticismo estava certo. Coronel Cruz, errado.

Desço a favela da Coroa e me deparo com caixotes obstruindo a entrada do túnel Santa Bárbara. Retiro, pessoalmente, os obstáculos, cruzo o túnel e contato colegas de minha equipe que permanecem no morro. Consultada, a família de Rodrigo nega apoio à ação. A notícia circula na favela: foram traficantes os responsáveis pela tentativa de bloqueio da pista. Sigo para Ipanema, onde daria uma entrevista à TV ao vivo sobre os últimos acontecimentos. É necessário conquistar a opinião pública para a importância de afirmar a legalidade, impondo limites à violência policial. Sigo preocupado, ainda que as informações provenientes da Coroa sugiram tranquilidade. A família de Rodrigo reconhece nosso esforço e, por extensão, seus vizinhos e amigos.

Durante a entrevista, chegam notícias desastrosas. A pista debaixo da Coroa foi obstruída novamente e, dessa vez, ônibus foram esvaziados e incendiados dentro do túnel. Está declarada a guerra entre traficantes do morro da Coroa e a polícia. Paradoxalmente, uma guerra que, por atingir a cidade, a sociedade em seu conjunto, fortalece a Polícia Militar e, por consequência, também a Polícia Civil. Um fortalecimento que, considerando-se a conjuntura, revigora os setores que resistem às mudanças, defendem soluções repressivas violentas e procuram provar o erro de nossa abordagem crítica. Nessa noite, o governador será bombardeado por visitas e telefonemas de policiais da chamada velha escola, secundados por seus aliados políticos. A tropa de choque conservadora, a pretexto de colaborar com o governo na restauração da ordem e da paz, pedirá minha cabeça e a de Carlos Alberto D'Oliveira.

Um dia, ele me contaria essa história e eu lhe perguntaria: governador, qual é a ordem a ser restaurada?

Dois dias depois, o delegado Frazão aparece em meu gabinete à beira de uma síncope, depois de uma noite em claro para impedir que policiais subissem favelas para matar uns doze ou treze e deixar os corpos em minha porta e na porta do governador. Ele me diz:

— O senhor não pode fazer uma coisa dessas nunca mais ou eu não respondo mais pelo pessoal. Quer criticar, critica. Quer punir, tudo bem, pune, não tem problema. Mas sem alarde, discretamente, sigilosamente. Roupa suja se lava em casa. Senão o senhor vai enlamear o nome de nossa corporação. E isso a turma não vai admitir. Isso não posso aceitar. É a imagem da autoridade policial que está em jogo, secretário. O senhor sabe que Polícia Militar não tem autoridade jurídica. Quem tem autoridade, no sentido jurídico da palavra, é a Polícia Civil. Nós somos, na verdade, a única instituição policial. Manchar a imagem da

instituição é inadmissível.

Quando o sangue ferve, as palavras saem sem censura, e eu não posso me dar ao luxo de aprofundar a crise por falta de autocontrole. Então, terceirizo a resposta para um personagem imaginário que me representa nessas horas, digamos, mais intensas. O personagem mantém a calma, fala com delicadeza e ponderadamente. Não cede à retórica inflamada que o militante dos direitos humanos sopra em seus ouvidos. Minha voz diz ao dr. Frazão, docemente, que a imagem de ambas as instituições policiais do Rio de Janeiro não é boa, segundo as pesquisas de opinião. Pelo contrário, é bastante ruim. Se a sua preocupação é a imagem, o melhor a fazer é reconhecer os problemas, com transparência, e agir de modo a despertar a confiança popular perdida. Uma crítica pública, o reconhecimento dos erros, o pedido de perdão e o compromisso com a mudança valem muito mais para a imagem das instituições do que os chavões sempre repetidos, nos quais a grande maioria não acredita.

— Veja o caso do helicóptero, secretário. Não houve erro.

Não escondo minha perplexidade. Ele prossegue:

— Não houve. Tecnicamente, o policial que apontava a arma não errou. Agiu como tinha de agir. Excelente profissional.

A boa técnica recomenda simular uma chacina, às gargalhadas? A técnica determina posicionar o helicóptero a poucos metros da multidão? Com que propósito? Dispersá-la? Assustar as pessoas? E se alguém armado, digamos, um provocador, atira no policial que está com metade do corpo para fora da aeronave? Poderia atingi-lo ou não. Qual seria a resposta? Atirar contra alguém misturado a milhares de pessoas? Quais seriam as consequências? O que justificaria uma ação com esse nível de risco para os manifestantes? Esse recurso técnico seria aplicado num bairro nobre da cidade? Uma manifestação de estudantes de uma universidade de elite receberia a mesma abordagem? Ou a técnica varia conforme a cor da pele, a classe social e o território?

— Se o senhor quer discutir ideologia…

Não se trata de técnica nem de ideologia, delegado, mas de bom senso e de fatos. Vou lhe dizer uma coisa, dr. Frazão — ousei esticar a corda um pouco mais. Tomo a liberdade de compartilhar com o senhor minha opinião. No meu modo de ver, tecnicamente falando, acho que o senhor deveria ter dado voz de prisão a esses policiais que tinham a intenção de matar uns doze ou treze em algumas favelas. O senhor fez o que pôde para dissuadi-los e virou a noite tentando convencê-los a não matar inocentes, aleatoriamente, para se vingarem de mim e do governador. E eu lhe ficarei eternamente grato por isso. Seu gesto foi nobre, delegado. Mas, tecnicamente, cabia prendê-los.

A conversa não termina bem para nenhum de nós. Nem eu nem o delegado

temos força suficiente para vencer. As ambiguidades e contradições nos manteriam sob tensão até o desenlace final. O grupo de policiais que quase leva dr. Frazão ao enfarto na noite de 16 para 17 de maio de 1999 talvez seja o mesmo que agiu como se cumprisse a ameaça, meses depois. Não há como ter certeza.

Carlos Alberto D’Oliveira foi exonerado no dia 13 de dezembro de 1999. Eu caí no dia 17 de março de 2000.

5. “Don’t be lazy”

Tony, Antonio Lemos Bisneto, carioca, preso em Londres por associação ao tráfico internacional de duas toneladas de cocaína e submetido ao mais longo julgamento criminal da história britânica moderna — catorze meses —, foi condenado a 24 anos e repatriado ao Brasil, onde cumpriu os dois anos finais de sua pena, depois que seu status legal foi redefinido e sua pena, reduzida, aplicando-se a legislação nacional.

Na Inglaterra, Tony pagou oito anos da sentença, no presídio mais seguro do país, e foi considerado um dos criminosos mais perigosos sob a tutela da Coroa. Passou quatro anos solitário na caixa-forte em que o meteram — uma espécie de cofre impenetrável, instalado no centro de um bunker inexpugnável. Uma prisão dentro de outra. Segurança máxima talvez seja um eufemismo na identificação do tipo de cárcere. A cada quarenta minutos, dia e noite, um guarda abria a pequena escotilha de que se divisava o interior da cela, observava o apenado e redigia uma breve descrição do que vira em um livro exclusivamente dedicado a essa rotina. Por exemplo: “9h00: o prisioneiro está sentado na beira da cama com os braços apoiados nos joelhos, olhando a parede”; “9h40: o prisioneiro permanece sentado na cama, olhando a parede”; “10h20: o prisioneiro está agitado. Move-se em círculos, dando voltas na cela”.

Tony tangenciou a loucura, privado de liberdade, privacidade, contatos humanos e acesso a áreas não cimentadas, claustrofóbicas e cobertas — o banho de sol era semanal e exigia postar-se num círculo estreito, sob a brecha que se abria entre as plataformas blindadas do teto, operadas por um técnico. As cartas eram lidas pelas autoridades, o que exigia tradução e, consequentemente, tempo — meses —, seja na remessa, seja na recepção. Deslocamentos reduziam-se ao estritamente indispensável, mas, quando ocorriam, cercavam-se de cuidados especiais e mobilizavam recursos diversos: dois BMWs e dois Land Rovers para escoltar a viatura blindada que o levava — algemado, os tornozelos acorrentados —, e o helicóptero que completava o controle do trajeto. Nos raros deslocamentos interurbanos, um pequeno avião, voando em círculos, substituía o helicóptero.

O envolvimento de Tony com as drogas foi gradual e remonta à sua juventude. Ainda cursando a faculdade de economia, em meados dos anos 1970, no Rio de Janeiro, Tony teve muito sucesso em seu trabalho no mercado de capitais. Conjugando talento e sorte, em um período particularmente favorável à especulação financeira, ganhou uma pequena fortuna. Casou-se e divorciou-se, em seis meses. A esposa o traiu com o melhor amigo. Tony perdeu a mulher de sua vida e o amigo mais próximo. Sobretudo, perdeu o prumo e o rumo. O chão fugiu-lhe sob os pés. Deprimiu-se, chorou, desesperou-se. O ombro materno foi fundamental, mas, claro, insuficiente. Mila, até hoje — talvez para evadir-se da culpa que as mães sentem ou, o que dá no mesmo, para evitar que se busquem matrizes anteriores —, atribui a esse incidente amoroso a raiz dos problemas subsequentes. Tony tirou um mês de férias. Foi para a Europa. Viajou de terno e gravata e voltou tatuado, de bermuda e sandálias. Deixou o cabelo crescer. Descobriu que a Era de Aquarius — já em seus estertores — era um barato e que havia muito mais entre o céu e a terra do que os aviões de carreira, a grana, a profissão e o conforto urbano. Havia barcos e mares que ele nunca navegara. Havia sol e prazeres a curtir. Havia conquistas náuticas à sua espera. Abria-se, na vida de Tony, a temporada das grandes navegações. Ele comprou um veleiro e cruzou oceanos, em duas etapas de quatro anos. Velejando, conheceu a francesa Angélique, que se tornaria sua segunda esposa e a mãe de seus filhos, os amores de sua vida, Ana e Michel. Ao elenco dos prazeres hedonistas que envolviam sexo sob o sol, maconha e haxixe, acrescentaram-se, de início com parcimônia, a cocaína e a morfina.

Dez anos depois, casal e filhos voltaram ao Rio de Janeiro. Tony rendeu-se à gravata e empregou-se numa produtora de cinema. Vendeu o veleiro para sustentar a família. Os barcos e o mar ficaram para trás. As drogas, não. Uma delas, a morfina, invadiu sua vida e quase o expulsa de lá. Foi por causa dela que o passado retornaria com força e que futuras ligações perigosas se estabeleceriam.

Numa tarde ensolarada na Marina da Glória, em que aproveitava o horário de almoço para contemplar a constelação de iates e imaginar um futuro que lhe devolvesse a felicidade que a droga lhe roubara, Tony ouviu seu nome. Uma voz conhecida o chamava. De um dos barcos, acenava um velho companheiro inglês, Gordon Wright, parceiro de festas e viagens, que se dividia entre o Caribe, a Inglaterra, a África do Sul e os oceanos. Convidou-o para entrar a bordo e lhe mostrou a razão pela qual visitava o Rio: malas, maletas e valises. Sugeriu a Tony que abrisse qualquer uma. Eram dólares. Muitos dólares. Dez milhões, para ser exato. Tony manteve-se ali, um momento, aturdido. Nunca vira tanto

dinheiro em espécie, nem em seus tempos de Bolsa de Valores. A missão a que o amigo se dedicava era espantosamente simples: cabia-lhe entregar as malas a quem as pedisse. Servia de senha a menção ao valor contido em uma delas. O amigo pretendia partir para Cape Town tão logo concluísse sua tarefa. Pediu a Tony um favor pelo qual pagaria em dólares: um quilo de pó. Era um modesto mimo para colegas sul-africanos.

Dois dias depois, Tony lhe entregou a encomenda. Gordon Wright tinha experiência suficiente para perceber que alguma coisa estava errada. Retirou-se, pesou o pacote e confirmou a suspeita: Tony lhe vendera 750 gramas como se fossem um quilo. De volta ao convés, olhou Tony nos olhos e calou-se. Ele sabia que o velho companheiro carioca jamais trairia sua confiança, muito menos daquela forma tão vulgar, se um cataclismo não estivesse acontecendo. Tony estremeceu. Nunca sentiu tanta vergonha na vida. Nunca se imaginara um ladrão mesquinho e desleal, vendendo a alma por uma mixaria — 250 gramas de pó. O amigo lhe perguntou se o problema era cocaína. Tony confessou: morfina. Tirou da pochete um maço de dólares e o enfiou no bolso de Tony.

— Você escolhe — ele disse. — Compra uma passagem aérea e vem passar um tempo comigo, em Cape Town, e eu te ajudo a largar o vício. Ou compra morfina e acaba de se detonar. Se pica até morrer. Você decide.

Tony optou pelos dois: comprou morfina e a passagem. No aeroporto sul-africano, emocionado com a lembrança dos filhos, jogou no vaso sanitário a droga que levara e fechou-se no apartamento do amigo até moer os ossos, metabolizar o veneno, roer os braços, maldizer o planeta, mastigar lábios e pedras, jogar-se contra a parede, vomitar a alma. Saiu à rua um mês e meio depois, pálido feito papel, quinze quilos mais magro e limpo, livre da morfina. Gordon Wright orgulhou-se de Tony, de sua força de vontade titânica, de sua coragem, e o presenteou com uma viagem de volta ao Rio em seu veleiro e a apresentação de uma pessoa muito especial, que lhe ofereceria oportunidades para ganhar dinheiro numa escala inaudita. Passadas poucas semanas, já no Rio de Janeiro, Tony conheceu Albino, *o fantasma*, por cujo convite envolveu-se, gradualmente, em transações ilícitas internacionais.

ALBINO TECE A REDE ENTRE LONDRES E A SELVA AMAZÔNICA

Albino aparecia e desaparecia como um *fantasma*. Era um mago nessa arte. Mais que rigoroso, obsessivo em matéria de segurança, ele só admitia ser visto por algum parceiro depois de certificar-se de que a pessoa não estava sendo seguida, o que obrigava seu interlocutor a caminhar alguns quilômetros, atendendo a sucessivas chamadas em diferentes telefones públicos, antes de ter o

privilégio de tocá-lo, vê-lo, conversar com ele. Valia a pena obedecer, paciente e diligentemente, porque encontrar o *fantasma* era um prazer — e um prazer compensador. Entre os poucos do círculo de Tony que o conheciam, era tido como um personagem caloroso, gentil, sempre preocupado em saber notícias da família do parceiro, indagando sobre cada um pelo nome e quase invariavelmente portando propostas irrecusáveis. Tony jamais chegou a saber qual era sua nacionalidade. Ninguém conseguia descobrir nada sobre ele — de onde vinha, para onde ia, quantas redes de tráfico comandava, quais seus contatos na ponta da produção da droga (cultivo, coleta, acondicionamento e fornecimento atacadista), no vértice do financiamento das operações e na seara da política. Falava inglês e espanhol como nativo. Talvez fosse um americano-mexicano — ou o inverso. Eventualmente, visitava a casa de seus parceiros. Levava flores para a esposa, vinho para o jantar e uma lembrança delicada para as crianças. Na intimidade, comportava-se com a simpatia extrovertida e doce de um membro da família. Depois de uma visita, podia passar vários anos sem dar notícia. Seu traço mais marcante e paradoxal era ser, de fato, albino, contrariando sua vocação camaleônica de misturar-se com o ambiente e não chamar a atenção, sumindo sem deixar pista. Era inacreditável que conseguisse não deixar rastro, sendo tão diferente.

Sua rotina lhe impunha muita mobilidade. Na verdade, não se tratava, propriamente, de rotina, ainda que alguns trajetos ele tivesse de repetir, mesmo que fosse com variação de rotas. Por exemplo, viajar ao interior da Colômbia para negociar com os barões dos cartéis. Segundo o que Albino confidenciou a Tony, esses encontros eram breves e deixavam um saldo de poucas palavras, meia tonelada de cocaína pura e 150 milhões de libras. O itinerário era quase onírico. Em Bogotá, tomava um avião de carreira para Pasto, cidade histórica localizada ao pé do vulcão Galeras, onde o aguardavam os chefes dos cartéis.

O aeroporto situa-se dezenas de milhas abaixo da cidade, mas muito acima da altitude de cruzeiro dos voos comerciais que atravessam a cordilheira dos Andes, serpenteando entre magníficas colunas naturais. Por isso, quando o comissário de bordo avisa que é hora de apertar os cintos para a aterrissagem, o avião se inclina quase 45 graus e sobe, arrancando toda a potência de suas turbinas. Finalmente, aprumado, prepara-se para descer, identificando, primeiro, a direção do vento, porque o modesto aeroporto ocupa de um extremo a outro, sem bordas ou proteção, uma alça de pedra debruçada sobre o abismo.

A tarefa de Albino era, via de regra, fazer a carga chegar a seu destino, estocá-la, distribuí-la entre negociantes varejistas, receber o pagamento e ressarcir os fornecedores colombianos. Estes controlavam a produção e se responsabilizavam pela primeira etapa do transporte, que era aérea e levava o

produto da selva ao oceano, onde, lançado em caixas de cigarro de vinte quilos, era recolhido por embarcações comandadas pelo grupo de Albino.

Cada decolagem custava, aos barões do tráfico, 150 mil dólares, pagos a militares que controlavam as pistas. A licença especial tinha validade para apenas um dia por semana. Era preciso sorte, porque o mau tempo inviabiliza decolagens e pousos na floresta. A autonomia de voo dos pequenos aviões empregados nesse tipo de operação era de oitocentas milhas, o que significa quatrocentas para ir e quatrocentas para voltar. As pistas ficavam a cerca de cem milhas da costa. Portanto, os barcos do grupo de Albino tinham de recolher a carga, no máximo, a trezentas milhas do litoral. A entrega da carga fazia-se em mar aberto e revolto. A embarcação jogava na água uma pequena balsa, da qual se afastava entre quinze e 25 metros. O avião aproximava-se, voando em círculos, a baixa altitude. Em cada sobrevoo rasante, arremessava, entre a balsa e o veleiro, três caixas de cigarro, de dois metros quadrados. Quando elas caíam exatamente entre o barco e a balsa, a ação dos homens que estavam a bordo era facilitada, ainda que a recuperação das caixas exigisse força, coragem e perícia. Quando piloto e copiloto erravam o alvo, impunha-se um deslocamento quase heroico dos dois marinheiros que tripulavam a balsa, abrindo caminho entre ondas oceânicas. Não raro, algumas caixas se perdiam. Tudo correndo bem, 25 caixas eram recuperadas e estocadas no barco, que fazia uma parada técnica em alguma ilha do Caribe antes de seguir para seu destino final, que podia ser Miami, mas, na maioria das vezes, era um porto inglês.

No trajeto entre o Caribe e a Inglaterra, quem sobrevoasse o veleiro veria duas mulheres de biquíni tomando sol, deitadas de bruços, ao lado de um homem de sunga sentado, com os braços apoiados na toalha sob o corpo. No barco, o cenário — extraordinariamente persuasivo — podia ser montado e desmontado com facilidade. Encobertos pelo cenário falso, vários homens trabalhavam e guardavam as 25 caixas de cigarro de vinte quilos.

Quando atingia o limite das águas territoriais inglesas, o veleiro aguardava a aproximação de um barco de menor envergadura, com dois casais a bordo, que tinha saído de um porto inglês, naquele mesmo dia, para onde retornará, imediatamente. Toda a carga era transferida. O barco romântico e inofensivo, que não fez mais que um breve trajeto doméstico, escapará à vigilância quando voltar para casa. O veleiro, sim, será vistoriado. Mas chegará limpo com os papéis em dia e sem qualquer sinal de que cumpria missão importante. Logo após o transbordo das caixas, o veleiro desfazia-se de todo equipamento tecnológico sofisticado de comunicação e navegação internacional. Lançar ao mar material valioso era o preço a pagar pela segurança. O investimento compensava.

Um cuidado adicional útil para a eventualidade de inspeção em alto-mar era a pintura da linha d’água do veleiro acima do que seria correto. A intenção era disfarçar o peso que estava sendo transportado. Observando-se à distância, deduzia-se que o barco deslizava leve sobre as ondas e não levava consigo mais do que a tripulação.

Uma vez no porto, o barco, recepcionado por grupos de amigos, era descarregado. As caixas eram conduzidas para vans, que as estocavam em garagens, de onde seriam repassadas a distribuidores locais.

O preço final do pó pago pelos consumidores nas ruas da Europa e dos Estados Unidos (isso vigia, então, e continua vigendo, hoje) corresponde a um valor muito superior aos custos envolvidos na produção, na logística do transporte, na estocagem e na distribuição, porque a droga que chega a quem cheira a cocaína tem um grau de pureza que costuma variar entre 15% e 30%. Isso significa que cada grama de pó exportado pelos fornecedores se multiplica três ou seis vezes no mercado varejista. Essa é a margem de lucro que mantém a economia da droga aquecida no mundo globalizado, com ou sem crise. Cento e cinquenta milhões de libras podem proporcionar um retorno bruto, portanto, de alguma coisa entre 450 e 900 milhões de libras. Para meia tonelada de cocaína pura, o retorno líquido corresponderia ao ganho bruto menos cerca de 200 milhões. Nada mal —Tony costumava dizer a si mesmo — para um ramo de atividade econômica, a despeito de perdas circunstanciais com apreensões e prisões. O empreendimento de Albino cobria eventuais prejuízos e uma certa taxa de perdas podia ser perfeitamente absorvida, sem afetar o rendimento dos negócios. Os barões da droga costumavam dividir entre si a provisão de Albino, porque assim preveniam-se contra eventuais perdas.

Mantendo-se a dinâmica exportadora bem azeitada, a médio prazo o lucro é garantido. Por isso mesmo, é elevada a capacidade de reposição de pessoal nas operações de lavagem de dinheiro, transporte de valores e de carga, distribuição e venda. Tony era considerado um operador competente e confiável para as transações financeiras e o transporte de dinheiro. Foi assim que ingressou na rede, consolidou sua reputação no grupo diminuto que interagia com ele e conquistou a confiança tanto de Albino quanto das demais lideranças de que ouvia falar, mas não conheceu. A despeito de sua especialidade, Tony não se furtou a ajudar em outras funções. Foi o que aconteceu no capítulo derradeiro de sua vida no submundo do tráfico transnacional de drogas — seria melhor dizer: no mundo marinho do trânsito internacional de veleiros e pó.

Em seu último encontro com Albino, no Rio de Janeiro, em 1998, depois do zigue-zague costumeiro e da sequência de chamadas nos telefones públicos do Leblon, Tony recebeu quatro tarefas e o código da missão: “Don’t be lazy”. As expressões boas para código são as fáceis de memorizar, que possuem dez letras e não as repetem: cada letra corresponde a um número, de um a zero, na ordem da leitura. O código permite manter clandestinas senhas e contas bancárias, números de telefone e detalhes de endereços, voos, datas e horários. Outra tática: com equipamento simples, a equipe clona telefones e usa os números avulsos, aleatoriamente, para dificultar a identificação das chamadas.

Em pagamento pelas quatro tarefas, Tony receberia uma fortuna: 1 milhão de libras. O suficiente para abandonar a vida clandestina e se dedicar aos filhos, como sonhava. Queria conviver mais com eles, acompanhá-los, apoiá-los. Ser o pai que ele achava que não tinha sido, ainda que os filhos, que sempre o idolatraram, discordassem, então, pelos sinais que emitiam (isso não se diz com palavras).

A primeira tarefa era treinar DaCosta, um frentista inexperiente que Albino recrutara na Barra da Tijuca, e levá-lo consigo na viagem à Inglaterra.

Educar DaCosta exigiria tempo, porque, na vida clandestina, a experiência é a principal tutora. Mesmo assim, havia o que ensinar. Por exemplo: como levar 100 mil dólares colados ao corpo de um país a outro, ludibriando a segurança em aeroportos estreitamente vigiados? Confrontado com a pergunta, DaCosta respondeu como o comum dos mortais, as pessoas de bom senso: “Evitando chamar a atenção; transmitindo tranquilidade; agindo com naturalidade”. Errado. Tony mostrou ao neófito que se todo mundo pensa do mesmo jeito, com a polícia não seria diferente, ou seja, os policiais ficariam atentos para quem demonstrasse absoluta tranquilidade. Nada mais insuspeito do que alguém, buscando driblar a vigilância, chamar sobre si a atenção, deixando o casaco cair, tropeçando na própria maleta, derrubando os documentos e fazendo o detector de metais apitar, mantendo moedas no bolso — tirá-las, em seguida, com alarde e desculpas enfáticas, vale um salvo-conduto. Tony explicou tudo isso, mostrou como se faz, ensinou a usar o código, a clonar telefones, a andar pelas ruas driblando possível vigilância e a identificar lugares adequados para conversas reservadas — o centro descampado do Hyde Park, por exemplo, de onde se tem amplo controle visual, com horizonte de 360 graus. A regra é ser paranoico, mesmo sem motivo aparente. O perigo nunca é aparente. Tudo pode ser uma cilada. Qualquer vestígio pode ser fatal.

A segunda era realizar as costumeiras operações bancárias, distribuir parte do dinheiro obtido na primeira fase das transações em curso e transportar outra parte a paraísos fiscais e ao Brasil.

A terceira tarefa era restabelecer contato com o segmento da rede que se afastou, quando foi preso um membro da tribo de Albino, em julho daquele mesmo ano, traído por um distribuidor varejista de um subúrbio londrino, que havia sido detido e acabara seduzido pelas vantagens da delação premiada.

Sem essa costura de que Tony se encarregara, a mercadoria trazida da Colômbia e já estocada não teria canais de escoamento.

A quarta e última tarefa — porém decisiva — era, em Londres, cobrar a dívida de um distribuidor varejista, que se recusara a efetuar o pagamento a um emissário de Albino, sob alegação de que a pessoa estaria sendo seguida. Tony foi autorizado a ameaçá-lo com os “índios”.

A COREOGRAFIA SELVAGEM DOS "ÍNDIOS"

Quem negociava com Albino sabia que traições poderiam ser punidas com a morte. Na Europa e nos Estados Unidos, a execução ficava a cargo dos “índios”, matadores profissionais oriundos de países distantes (frequentemente, da Europa Oriental), cuja função se esgotava com o cumprimento de uma única execução. Eles entravam e saíam do país no mesmo dia. Não falavam com ninguém. Dirigiam-se a determinado endereço, onde encontravam mapas, arma, foto e as informações necessárias sobre a vítima, local e horário do homicídio. Realizavam o planejado, conforme as instruções, e deixavam o país imediatamente. Os “índios” nunca foram identificados. Daí o peso da fórmula *call the indians*, que Albino só enunciava em inglês e pronunciava apenas em casos extremos. Na América Latina, o sistema se adaptava às realidades locais, que não exigiam soluções tão dispendiosas.

Poucos meses antes da última missão de Tony, Albino convocou um “índio” para eliminar o delator, em Londres — aquele mesmo que provocou a prisão de um membro do grupo de Albino, interrompendo as conexões entre o atacado e o varejo. Interrupção que caberia a Tony reverter.

Chegando a Londres e tendo acomodado DaCosta no hotel, Tony marcou encontro com o devedor. Depois de transitar pelo labirinto em que transformou seu trajeto, chegou ao restaurante e avisou ao interlocutor que o “índio” seria chamado se ele repetisse a história de que não poderia saldar a dívida porque quem lhe cobrava estaria sendo seguido. Tendo ouvido esse alerta, o homem lhe disse que não poderia sequer conversar sobre a dívida — que ele reconhecia e estava disposto a pagar — porque Tony estava sendo seguido.

De volta à estaca zero, passou à tarefa seguinte, tratando da questão financeira, da qual se desembaraçou com sucesso e que lhe rendeu seu pagamento antecipado — a mala lhe foi entregue por um velho companheiro de

equipe. Nesse dia, teve sorte e azar — foi o que pensou. Azar, porque um acidente de trânsito pôs a cidade de pernas para o ar, provocando transtornos imensos para qualquer pequeno deslocamento. Sorte, pelo mesmo motivo. Não seria mais necessário tanto zigue-zague por ruas, avenidas, travessas laterais, metrôs, táxis. O tumulto funcionaria como barreira intransponível para uma eventual vigilância. Aproveitou para esconder a mala, usando a técnica e a experiência que acumulara. Nos dias subsequentes, acompanhado pelo discípulo (que antes permanecera no hotel), ajudou a restabelecer a conexão perdida, ensinando-o a não poupar caminhadas e deslocamentos por metrô aos extremos da cidade, antes de dirigir-se ao endereço acordado.

Concluídos os trabalhos com êxito parcial, Tony levou DaCosta ao aeroporto. Só depois que a porta da aeronave fechou, DaCosta respirou em paz. No entanto, a porta foi reaberta e ele, preso, com 35 mil dólares. Negou que conhecesse Tony, mesmo depois que lhe apresentaram as imagens internas do aeroporto. Suas declarações foram tão absurdas que acabaram por inocentá-lo, no julgamento — um idiota manipulado. Algumas horas depois, ao amanhecer, Tony dormia profundamente e sonhava com um episódio real — um encontro assustador com baleias, na travessia do Atlântico. O estrondo provocado pelo impacto da baleia gigante no veleiro devolveu-o ao quarto de hotel. Batiam à porta, furiosamente. Era a polícia. Pouco depois, policiais federais brasileiros chegavam ao seu apartamento, no Rio, com mandado de busca. Foi assim que Angélique e Ana ficaram sabendo que Tony tinha sido preso, em Londres, sob acusação de traficar duas toneladas de cocaína, das quais uma parte (cerca de quinhentos quilos) havia sido apreendida em Londres e seus subúrbios. Ana apressou-se em tirar Michel de casa. Já na rua, ligou para Rogério, o policial que namorava, com quem pensava em casar-se. Aos prantos, disse que o amor entre os dois tornara-se impossível — explicou o que poderia representar para a carreira de Rogério a prisão do sogro, mas, no fundo, temia que o sogro tivesse sido traído pelo genro. Levaria anos para desfazer-se da suspeita, mas o laço já se rompera.

Naquele mesmo dia, 24 de fevereiro de 1999, à exceção de Albino, todo o grupo com o qual Tony interagia foi preso.

REGINA VERSUS ANTONIO LEMOS BISNETO

Durante o julgamento, Tony viu e ouviu suas conversas secretas no Hyde Park. Elas foram filmadas e gravadas, em alto e bom som, graças à tecnologia sofisticada que ele ignorava e contra a qual não se protegera. Viu seu trajeto urbano, em zigue-zague, exibido na tela e, portanto, reduzido ao patético.

Assistiu a dezenas e dezenas de horas de filmagem, ouviu sua voz em centenas de telefonemas, viu inúmeras fotos e descobriu que havia 28 agentes espionando-o, dia e noite — sete em cada turno de seis horas. Soube, então, que o interlocutor ao qual se dirigira para cobrar a dívida falava a verdade. Tony foi seguido todo o tempo e todos os seus movimentos foram relatados em documentos policiais, ou registrados. A exceção havia sido a tarde de uma terça-feira chuvosa, quando um grave acidente de trânsito tumultuou a vida da cidade. Sobre aquelas horas decisivas, não havia registro ou relato. Ficou patente que as operações na Colômbia e no Caribe não eram conhecidas pela polícia, assim como seu principal artífice, Albino.

No tribunal, Tony conheceu de perto o teatro arcaico do poder, do qual participou como ator coadjuvante — aquele cujo papel apenas destaca a proeminência do protagonista. A cabeleira admirável do juiz Arthur Brown não lhe conferia o aspecto bufo que Tony suspeitara, quando, já preso, conjeturava sobre o julgamento. Pelo contrário, ela lhe infundia uma aura ancestral de autoridade e o convertia em um personagem atemporal. Causou-lhe tamanha impressão o brilho do magistrado, a acuidade de sua percepção, a velocidade de seu raciocínio, a extensão de seu saber, que não lhe restaram argumentos para justificar qualquer vestígio de ressentimento. Mesmo porque o juiz parecia esconder uma fonte inesgotável de compaixão, o que talvez o fizesse sofrer, uma vez que sua função o obrigava a aplicar, friamente, a lei. Tony sentia essa estranha, paradoxal e subterrânea identificação afetiva com o juiz — além da admiração pela figura paternal, obviamente paternal, a despeito do esforço extenuante de dissimulação.

Mais de um ano após a abertura dos trabalhos, Tony pisou pela última vez o tablado secular do templo da Justiça britânica sem mágoa. Exausto, nervos em frangalhos, coração apertado, mas sem mágoa. Cada qual em seu lugar, cada um persistindo no destino ditado por sua função. Ele compreendia, perfeitamente, que a Promotoria cumpria seu dever quando o caçava, o atormentava com suas tenazes, o acuava. Tudo se resumia a uma espécie de ira profissional. Era do jogo. Sabia disso.

Seus advogados, regiamente pagos pelo Estado, organizavam-se segundo uma hierarquia rigorosa de três níveis, cabendo exclusivamente ao principal defensor, mais idoso e experiente, a representação em juízo.

Tony foi consultado sobre a hipótese da delação premiada. Não seria necessário denunciar ninguém. Bastaria dar os endereços de alguns imóveis comprados com dinheiro do tráfico e vários anos de pena seriam economizados. O juiz decidiria quantos. Mesmo assim, Tony resistiu. Foi fiel até o fim aos seus parceiros de aventura; seja porque se via como um sujeito ético — entendendo a

ética à sua maneira —, seja porque talvez estivesse fazendo seus próprios cálculos, levando em conta fatores que só ele vislumbrava. Afinal, a deslealdade tem seu preço.

Houve muitos momentos difíceis: a leitura da sentença talvez tenha sido o pior de todos. O meritíssimo Arthur Brown deixou de lado seu tom irônico e a formal dicção blasé, com que procurava disfarçar, no dia a dia do julgamento, sua nada britânica e pouco apropriada inclinação passional por tomar partido e emocionar-se — sempre a favor de quem, em cada contexto, ocupava a posição mais frágil e vulnerável. Voltou-se para Tony e, do alto de sua autoridade, disse-lhe — ou assim ouviu o réu:

— Você cometeu crimes graves, acima de qualquer dúvida, conforme suficientemente comprovado. Contudo, não gostaria que este fosse o último capítulo de sua vida. Por isso, vou abater sua pena. Vou lhe dar uma pena menor do que deveria. Em vez de 27 anos... vou condená-lo a... 24 anos.

Não era ironia. Arthur Brown simpatizou com Tony. E sabia valorizar cada ano — em seus setenta e muitos já vividos.

Apenas uma experiência rivalizava com esse momento, em intensidade. Pouco depois de completar um mês ocupando o que Tony chamava, ironicamente, patíbulo — a cadeira destinada à pessoa a ser inquirida, no julgamento —, ou seja, depois de trinta dias na mira da Justiça, submetido ao escrutínio meticuloso (“e sádico”, ele dizia) da Promotoria, seu depoimento dissecado no confronto com testemunhas e com registros visuais e sonoros produzidos pela polícia, Tony desabou. Manteve-se firme, sentado, mas sua mente entrou em curto. Passou a acompanhar os acontecimentos que protagonizava do alto da sala do tribunal, vendo-se mover-se, responder às perguntas, tomar água, contemplando a coreografia dos funcionários, a energia febril dos estenógrafos, o desassossego dos advogados, a expectativa de policiais, peritos e testemunhas, a imobilidade concentrada do júri. Observava o ritual de cima, no canto superior da altíssima parede, flutuando fora de seu corpo. Doloroso, aterrorizante e constrangedor. Como pedir que a sessão fosse interrompida sob o argumento de que o réu estava flutuando fora do corpo? Como solicitar a suspensão dos trabalhos até que o réu voltasse a habitar o próprio corpo? Não havia como escapar ao ridículo. Por isso, a única solução que ocorreu a Tony foi, resignando-se ao patético, dirigir-se ao juiz e lhe pedir que parasse a inquirição porque ele estava flutuando fora do corpo. O magistrado acatou a solicitação, convocou uma psiquiatra para examinar o réu e, ante protestos da Promotoria, determinou a suspensão do julgamento por duas semanas.

Se, nesse ponto, rir for inevitável, o leitor deveria tentar controlar-se. Não é nada fácil flutuar fora do corpo. Nem prazeroso, ao contrário do que possa

parecer. Naquele instante, a experiência acabou vindo a calhar. Mas a sensação, Tony atesta, é mesmo devastadora.

Enquanto Tony esteve preso na Inglaterra, apesar dos fortes laços afetivos, as dificuldades e barreiras fizeram com que as visitas da família fossem raras — duas ou três. A primeira, dois anos após a prisão, fixou-se na memória de todos com especial intensidade. Ana, a filha, então com 21 anos; Michel, o filho, com doze; e Mila, a mãe de Tony, sobrevoaram o mesmo oceano que ele cruzara tantas vezes em seu veleiro. Submeteram-se ao ritual da revista sucessivas vezes, conduzidas por diferentes equipes. Monitorados em detalhes pelo sistema interno de câmeras, avançaram etapa por etapa, ao longo de muitas horas, antecipando com ansiedade crescente a emoção do reencontro. Quando, finalmente, viram-se frente a frente, Tony chorou pela primeira vez diante dos filhos.

VISITA AO BUNKER

Michel saltou-lhe ao colo e adormeceu, confortado pelo cheiro do pai. Mais tarde, explicaria por que, a despeito de tudo, a admiração pelo pai mantém-se inabalável:

— Ele nunca tocou numa arma; sempre detestou violência. Vendia porque compravam. O produto que negociava é perigoso para a saúde? Tudo bem, é perigoso... como as bebidas e os cigarros. Vá você explicar isso à rainha ou à minha avó!

O pai seria vítima da hipocrisia de um sistema falido.

Michel fez-se dono de seu nariz, muito cedo, bem antes de tornar-se, para desespero da mãe, atleta — mais que isso: *virtuose* — do esporte ultrarradical que a França inventou e exporta para o Brasil: o *parkour*, uma espécie de coreografia urbana que submete a linha reta a uma torção barroca, por prazer estético e amor ao risco.

Curiosamente, ambos os traços marcaram a vida de seu pai: a rejeição da linha reta para qualquer percurso e a sedução do perigo. Os trajetos tortuosos foram também a sina dos “índios”, de Albino e dos policiais, que espelhavam, por dever de ofício, o serpentear de seus alvos.

O atleta do *parkour*, em velocidade, escala viadutos, pula de um prédio a outro, equilibra-se na ponta extrema da catedral e, sobretudo, evita, sistematicamente, o óbvio, o prático, o rotineiro. Devota-se à celebração do excesso, do descontínuo e do inútil (subvertendo o princípio que rege as metrópoles). Em seu universo, é vazio o enunciado segundo o qual a linha reta é a menor distância entre dois pontos.

Tony, Albino, os “índios” e seus vigias, sem a perícia e a arte desses atletas,

tampouco adotam a linha reta para se deslocar de um ponto a outro — ou para pensar, estabelecer relações, alcançar seus objetivos, identificá-los, compreendê-los e extrair deles todas as consequências.

Um filho aventureiro, destemido e talentoso, de ideias originais e um pouco cínico, reconhece Tony, “mas um poço de afeto, de que eu não canso de me orgulhar”, complementa. Foi morar na França com a mãe francesa, recebeu a nacionalidade e passou a tratar a irmã como uma segunda mãe — por bons motivos. Durante alguns anos, quando amargava uma depressão precoce, Michel convenceu Ana a viver com ele e a madrasta, em Paris — o que valeu à sua irmã a cidadania francesa.

Logo que Michel pulou nos braços do pai, Mila não vacilou e bradou contra as restrições da disciplina carcerária britânica, que a impedia de abraçar o próprio filho, mas não hesitou em repreendê-lo, por trair — ela exclamava — a história honrada de sua família e “conspurcar” — escolheu o verbo a dedo, no repertório refinado a que não renunciava — a reputação que o pai construíra com o trabalho honesto de toda uma vida.

Ana acabou por ditar o tom à visita, apelando à sensibilidade da avó — cobrando-lhe, pelo menos, bom senso — e ocupando o tempo com ponderações práticas sobre o futuro, porque havia futuro, havia esperança — ela garantia —, havia liberdade depois das provações. No que dependesse dela, o destino de Tony seguiria um plano lúcido. Estava disposta a implementá-lo, “custasse o que custasse”, insistia com energia, em seu tom habitual — uma espécie singular e meio paradoxal de pragmatismo exuberante e carismático. Custasse o que fosse, não importava. De fato, seis anos depois daquela promessa, tendo sacrificado parte de sua juventude na busca dos caminhos, rompido com seu namorado — um policial do Bope — quando seu pai foi preso, por precaução e uma vaga e improvável suspeita, tendo negociado com advogados e persuadindo políticos, ela trouxe seu pai de volta ao Brasil e, na sequência, dois anos mais tarde, devolveu-lhe a liberdade. As leis brasileiras sendo mais brandas, a longa sentença foi reduzida. Essa foi a principal razão pela qual Tony comemorou a migração da assepsia pan-óptica inglesa para a insalubridade miserável das prisões brasileiras.

DE VOLTA AO RIO

Ao todo, Tony ficou mais de quatro anos enjaulado em cofres dentro de cofres, na Inglaterra, e quase três anos preso em galerias comuns. Chegou ao Brasil em 19 de maio de 2006 para completar no Rio de Janeiro o cumprimento da pena, que seria adaptada à legislação nacional, a qual lhe facultaria o direito à

progressão de regime, nos momentos adequados, para o semiaberto, o aberto e a liberdade condicional. No retorno, sua primeira paisagem nativa foi o aeroporto de Cumbica, em Guarulhos, São Paulo. Quando finalmente aterrissou no Santos Dumont, no Rio de Janeiro que amava tanto, não resistiu. Teve de secar o rosto com os punhos algemados.

Seu percurso pelos cárceres cariocas o assustou, por mais que acreditasse estar preparado para o choque. A mudança de ares correspondeu a um salto entre mundos inteiramente diferentes. O isolamento asséptico e enlouquecedor dos cofres britânicos foi sucedido pelo terror de masmorras subterrâneas fervendo em fogo brando e constante.

Quando considerou a hipótese de transferência para o Brasil, para o Rio, especificamente, ponderou muita coisa, mas não comparou as condições materiais oferecidas aos prisioneiros na Inglaterra e em seu país. A ideia de voltar era mais poderosa. Sua mãe o alertara. Tony ria quando imaginava o calor. A carta da mãe referia-se à temperatura nos cárceres como uma das fontes de martírio. Os sujeitos eram cozidos vivos. O fedor era insuportável. O ambiente, repugnante. As doenças, graves como a tuberculose. A mãe avisava, como se ele, um carioca, não soubesse. Tudo era nojento, ela escreveu, da alimentação aos colchões, infestados de pulgas e carrapatos. Tony ria quando pensava nessa fauna minúscula e nos roedores. Sentia-se uma reencarnação de Noé. Dispunha-se a levar consigo toda essa enciclopédia de abjeções desde que se salvasse do claustro asséptico que lhe cabia, como hóspede maldito da rainha. Abria os braços ao bendito calor tropical: evocava turbinas, vapores, a fervura de asfaltos e praias. Imaginava com gosto o suor escorrendo. Maldizia o frio nórdico. Era, sempre fora, animal do sol, bicho de verão. Bem-vindo, o calor. Os conselhos maternos perdiam-se nesse patriotismo tardio e visceral.

Sonhou anos e anos com a volta ao Rio. Queria sentir o cheiro da maresia. Finalmente, lá estava ele, suado e algemado, em pleno Rio de Janeiro. Em pouco tempo, a realidade amarrou as fantasias na coleira. Em menos de 24 horas, as percepções de Tony ajustaram seus ponteiros com a sensibilidade materna. Quando foi apresentado à prisão carioca típica, as fichas caíram. Contudo, além das fichas, logo começariam a cair moedas. Entre as glórias infames do velho Rio de Janeiro inclui-se a corrupção. Não raro, compra-se e vende-se a solidariedade informal das autoridades. Família com posses é o principal ativo na economia clandestina do cárcere brasileiro. Assim Tony foi abrindo passagem, em meio a carnificinas e descalabros, e conseguiu vaga numa cela especial, a uma distância mais ou menos segura dos confins da civilização, onde permaneceu de maio a agosto.

Ao chegar, finalmente, à delegacia em cujo cárcere aguardaria transferência

para uma das temidas penitenciárias de Bangu, mandaram que ele entregasse todos os seus pertences, mas o pouparam da máquina zero, que raspava o cabelo dos demais na mão ágil do barbeiro de plantão. Chamaram-no de senhor. Ele achou aquele tratamento sinal importante. Não sabia de quê. Depois entendeu: era branco e de família de classe média. Tinha potencial para abonar os baixos salários dos representantes do Estado brasileiro. Antes que Tony abrisse a boca, os policiais da DP e os faxinas, presos que atuavam como auxiliares informais, já tinham identificado seu ponto forte e seu ponto fraco: o bolso e o medo. Foi conduzido à galeria subterrânea, onde os presos se amontoavam. O cicerone deixou que Tony caminhasse devagar, provocando nele a certeza de que tinha chegado sua hora. A idealização do calor tropical, cultivada no inverno inglês, derreteu, como todas as outras colunas de seu otimismo. Desfizeram-se todas elas, em instantes. A mãe não tinha exagerado: cinquenta graus. Centenas de homens seminus, famélicos, espremidos, falando as línguas do ódio ou pendurados em redes feito pássaros abatidos em pleno voo. Era preciso revezar com os demais. O espaço não era suficiente para que todos ficassem de pé ao mesmo tempo. A rede era a solução. O cheiro de esgoto e enxofre borrifava as narinas. Viam-se roedores, poças de sangue e vômito espraiadas em afluentes de urina. Na medida em que Tony passava rente às grades, os presos o fitavam. Estavam ali cerca de quinhentas pessoas comprimidas. Era o trailer do Rio de Janeiro e do Brasil, que ele reencontrava.

Tony sentiu medo. Mais do que no veleiro, nas noites de tempestade. Medo comparável só havia sentido quando o veleiro sofreu um ataque de baleias, no oceano Atlântico, e quando viu um tubarão aproximar-se dos companheiros de viagem, no mar Vermelho. Pavor maior só quando saiu do corpo, no julgamento.

Parou, examinou o interior da cela e preparou-se para entrar. Reparou que ao fundo os homens seminus faziam fila. Esforçando-se, percebeu que a fila se movia mas não diminuía. O que explicava o moto contínuo era o chuveiro. Havia um chuveiro. O oásis. Os homens punham o corpo debaixo da água fria por alguns segundos. Molhados, arrastavam-se para o final da fila.

Antes que o pavor o dominasse, o faxina lhe disse:

— Tu não precisa ficar aqui.

Tony ainda demorou um pouco para reconectar. Fuso horário, jet lag, readaptação, emoções fortes, muita informação concentrada. O cérebro deu um tilt. Ele encarava o faxina sem vê-lo. E o ouvia mal.

— Tu não tá montado na grana? Então...

— Posso ficar em outro lugar?

— Se puder pagar.

— Quanto?

— Depende.

— Quanto você quer?

— Não quero nada. Sigo a tabela. As coisas aqui estão organizadas.

— Quanto?

— No momento, os dois quartos especiais com cama separada e ar-refrigerado estão ocupados. Tem um quarto maior, na ala social. Mas não tem ar-refrigerado, nem cama separada. Só beliche.

— Tudo bem, tudo bem. Só não quero ficar aqui.

— São oito camas, quatro beliches, mas tem oito aparelhos de televisão. Tem um chuveiro e uma geladeira.

— Quanto?

— Dois mil reais de entrada, mais duzentos por semana.

— Tudo bem.

O faxina encerrou o passeio. Missão cumprida. Vendeu a vaga. O cliente sequer regateou. O método era infalível. Se o cliente não tivesse o dinheiro, daria um jeito de arranjar. Todo mundo dava um jeito de escapar da fossa imunda. Quer dizer, quase todo mundo. Aos miseráveis, a fossa.

DESATINOS DO AMOR NA MANHÃ DE CARNAVAL

Poucos meses depois de instalar-se na cela especial da delegacia, ainda à espera de vaga na penitenciária de Bangu, onde cumpriria o restante da pena, Tony foi surpreendido. O responsável pela guarda dos presos aproxima-se das grades e o chama. Alguém quer vê-lo. Não é dia de visita. Ele acha tudo muito estranho. O isolamento por oito anos em penitenciária de segurança máxima inglesa excitou sua propensão à paranoia. O contraste com a década no mar liquidou sua bússola psicológica.

— Está aí uma pessoa pra falar com você. Vem comigo.

— Meu advogado?

Tony estende os braços e encolhe os punhos para as algemas.

— Minha filha?

— Um policial.

Tony tenta acalmar-se, a cabeça a mil. O guarda completa:

— Do Bope.*

Caminham pelo corredor principal da delegacia e entram em uma sala ampla, onde nunca estivera. O guarda retira-se e o deixa sozinho. O ambiente e o tempo são combustíveis perfeitos para a fabulação persecutória.

— Tony.

Com o uniforme negro, a arma visível e a caveira no boné, o policial negro do

Bope na soleira da porta sorri.

— Tony, dê cá um abraço.

Avança de braços e sorriso abertos. Tony não consegue acreditar. É Rogério Mendes, o rapaz que teria sido seu genro se não tivesse ocorrido o que ocorreu. Abraçados, Mendes explica, enquanto a emoção derrete aos poucos o tom hierático da caserna:

— Cara, que alegria, que alegria rever você, que alegria.

O estremecimento do guerreiro desmonta as defesas de Tony e ele, finalmente, compreende, ao escutar o desabafo do major:

— Não era racismo, não era racismo. Era tráfico. Ainda bem, meu amigo. Ainda bem.

Afasta-se, encara o quase sogro, volta a abraçá-lo:

— Tráfico tudo bem, acontece. Pode acontecer a uma pessoa.

Afasta-se de novo e diz a Tony, as mãos em seus ombros, olhando-o com ternura:

— Não era racismo.

Esta história começou nos anos 1990. Rogério Mendes encantou-se pela bela, precoce, assertiva e ativa filha de Tony Lemos Bisneto. A moça apaixonou-se pelo jovem policial do Bope: bonito, charmoso, atlético, honesto, carinhoso, trabalhador, corajoso. Além disso, a postura e a farda eram uma galeria ambulante de símbolos da virilidade. A vida de Rogério dava um livro. E deu: livro e filme. À noite, participava de incursões bélicas às favelas para localizar e executar traficantes. Ao amanhecer, voltava ao quartel sede do batalhão, tomava um banho, trocava de roupa, perfumava-se, fazia um lanche reforçado, metia a farda na mochila e pegava um ônibus para a Gávea, bairro afluente da Zona Sul da cidade. Passava as manhãs na universidade de elite em que estudava direito. Seus colegas eram jovens ricos que consumiam as drogas vendidas pelos jovens pobres que ele caçava à noite. Não demorou a perceber o óbvio: os jovens ricos, raramente molestados pela polícia, eram brancos; os jovens pobres, continuamente perseguidos, torturados e executados pela polícia, eram negros.

Tony já estava envolvido no tráfico internacional de drogas quando sua filha e o jovem capitão se conheceram. Não lhe pareceu uma boa ideia conviver com um oficial do Bope. Pediu à filha que não convidasse mais o rapaz para subir ao apartamento da família. Que se encontrassem na rua e fizessem seus programas fora de casa. Não se sentia bem com a presença de um intruso, por mais educado que fosse. Mais não disse. Nem era preciso. Não restou à filha alternativa à verdade. Aliás, além de batalhadora por suas convicções e seus amores, ela era conhecida entre os amigos pela franqueza, o que, eventualmente, a fazia soar

agressiva. Quando transmitiu o recado do pai, o namorado acusou o golpe. A hostilidade doeu-lhe tanto porque não era original. Replicava uma rotina de separações e rejeições, inaugurada pelo abandono paterno. Em seu caso, o racismo brasileiro, o racismo carioca, tão meticulosamente mascarado pela retórica da democracia racial, encontrava eco dentro de sua própria casa, no coração de sua biografia. O pai não o rejeitou pela cor, mas o rejeitou — e isso basta. A ferida original não cicatrizou. Foi reaberta ao longo da vida nas tramas da discriminação.

O namoro virou noivado, mas foi subitamente desfeito em ritmo de drama e suspense. Na sexta-feira de Carnaval, em fevereiro de 1999, a filha de Tony acordou feliz. A manhã estava radiante. Ela e Rogério decidiram, dois dias antes, tornar-se noivos. O casamento ficaria para o segundo semestre. Aproveitariam o Carnaval para uma viagem romântica, trailer da lua de mel. A noiva pulou da cama cedo. Queria fazer compras no supermercado e deixar a geladeira abastecida para a madrasta e o irmãozinho de sete anos. Rogério passaria de carro para buscá-la às dez. Pouco antes das oito, o café ainda na mesa, a madrasta regando as flores na varanda e o menino jogando video game, soou a campainha. Esquisito. O porteiro sempre avisava antes que alguém subisse. Daquela vez, não avisou. A noiva abriu a porta. Um policial federal mostrou a identificação, perguntou-lhe se aquela era a casa de Tony Lemos Bisneto. Ela confirmou:

— Sou filha dele.

O policial não a poupou:

— Seu pai foi preso em Londres por associação ao tráfico de duas toneladas de cocaína.

O mundo desabou. Nada fazia sentido. Um engano terrível estava acontecendo. Só poderia ser um mal-entendido. O policial exibiu o mandado de busca e apreensão. Outros chegavam para auxiliá-lo. A filha de Tony não queria que o irmão assistisse ao espetáculo constrangedor e traumático. Pediu para sair com o menino. Puxou-o pelo braço, tomou o elevador, saiu do prédio. Viaturas policiais ocupavam a calçada. Ela evitava chorar para não assustar o irmãozinho, que felizmente parecia mais interessado nas primeiras fantasias que a véspera de Carnaval trazia às ruas de Ipanema, na vizinhança da praia. O cenário montava-se aos poucos para a grande festa: banhistas em trajes sumários; batuques, biritas e vozes em coro diante dos bares, os copos nas mãos; coreografia hipnótica das mulheres, antecipando o transe do samba; a atmosfera inebriante da festa que celebra a sensualidade, o ritmo e as inversões.

O mundo da filha de Tony virava de ponta-cabeça. Imagens, sentimentos, palavras, hipóteses giravam desgarrados de conexões lógicas até que, passeando

aleatoriamente com o irmão no painel ensolarado do litoral, sua racionalidade rigorosa impôs ordem ao caos e os fragmentos se agruparam em relações de causa e efeito: a prisão do pai poderia provocar a ruína de seu noivo, o colapso de sua carreira, à qual ele dedicava toda a energia com tanto sacrifício. Os policiais federais logo descobririam que Rogério Mendes namorava a filha de um traficante internacional. Era preciso evitar que o noivo viesse buscá-la. Mesmo isso seria insuficiente. Era preciso terminar o noivado. Em benefício do futuro da pessoa que ela amava e que não merecia pagar pelos pecados de seu pai, se é que ele os cometera. Ela duvidava. Acreditava na inocência do pai. Caminhando entre foliões, enquanto a cidade mergulhava numa outra realidade e as pessoas preparavam-se para vibrar em outra sintonia, ela permitiu que uma diabólica associação de ideias se apossasse de sua consciência e lhe devastasse o coração: talvez Rogério já soubesse da prisão; talvez tivesse colaborado; talvez o namoro lhe fosse conveniente para outros objetivos. Ambas as hipóteses conduziam à mesma conclusão: era preciso dar fim ao relacionamento. Arrasada pela mutilação a que se condenou, ligou o celular, telefonou ao noivo e lhe disse que não viesse, que o pai estava preso em Londres, que não poderia haver nada entre eles.

Nunca mais se viram.

Muitos anos depois, Rogério Mendes soube da transferência de Tony para o Brasil. Foi visitá-lo — a alma leve. Não era racismo.

Dez anos depois do julgamento, dois anos após a extradição para o Brasil, Tony voltou à liberdade.** A vida de um egresso não é fácil. Aos 58 anos, sob o peso do estigma, nada é simples: nem achar um emprego, nem suportar o desgaste de uma adolescência tardia. No entanto, encontrou forças para recomeçar e navegar por outros mares. Tem sido feliz com os filhos, a nova esposa e uma indestrutível vontade de viver a liberdade reconquistada. Apesar de tudo, continua afirmando que nada se compara à beleza do Rio de Janeiro.

---

* O Bope é uma unidade especial da Polícia Militar do Rio de Janeiro, famosa pela brutalidade ilegal, a bravura legal e, durante muito tempo, a honestidade.

** O relato biográfico completo está em Luiz Eduardo Soares, *Tudo ou nada* (Nova Fronteira, 2012). Os nomes foram mudados.

6. A mulher incomum

Estamos em 13 de agosto de 1970. Nove horas da noite. O Brasil, sob ditadura desde 1964, mergulhara nas trevas do obscurantismo, da perseguição política e da censura em 13 de dezembro de 1968, quando um golpe dentro do golpe marcou a radicalização do regime militar. Dulce e Alexandre tinham decidido morar juntos havia poucos dias. Apesar do afeto, o fator determinante era a segurança. O nomadismo cansava, mas era necessário. Cada mudança resultava de avaliações cuidadosas sobre riscos e alternativas. A tensão dava o tom. Curtir um cotidiano tranquilo não era possível, por mais agradável que fosse aquele apartamento modesto mas bem situado, no bairro aprazível desde o nome: Jardim Botânico, Zona Sul do Rio de Janeiro. Ambos pernambucanos, conheceram-se e apaixonaram-se no Recife. No Rio, solitários como convinha à vida clandestina, praticamente só tinham um ao outro. A clandestinidade era uma obsessão indispensável para a segurança de ambos, ainda que o âmbito de sua prática política estivesse reduzido, porque a repressão prendera e matara boa parte da militância e dizimara as organizações de esquerda. O que restava fazer era manter vivos os sobreviventes. A vida de Dulce e a política embaralharam-se desde cedo, a tal ponto que sair de sua cidade natal tornou-se imprescindível. No caso de Alexandre, a imersão na vida clandestina era parcial. Combinava-se com as responsabilidades acadêmicas. Ele usava o nome verdadeiro e escrevia sua tese de doutorado no Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada, instituição de prestígio internacional. Uma espécie de refúgio de talentos excepcionais. Ilha de excelência protegida dos olhares persecutórios da ditadura pela natureza abstrata de seu objeto de estudo. Fugira do Recife logo depois de 1964 e estudara engenharia mecânica no interior do estado do Rio.

Nove e meia. A rua é tranquila. Os únicos ruídos vêm das TVs ligadas na vizinhança. Por isso, quando ouvem passos próximos à porta o coração dispara. Não é comum, mas tampouco impossível que algum vizinho precisasse de alguma coisa. Alguém de fora do prédio não poderia ser, porque o portão fica trancado e não há porteiro. Antes que pensamentos deste tipo se completem, vinte homens armados com fuzis, metralhadoras e pistolas invadem o apartamento. O casal não tem armas em casa, nem há como fugir.

Dulcinha tinha quinze anos quando, ainda morando no Recife, seu mundo começou a cair. Na manhã do dia 31 de março de 1964, a caminho da escola com o pai, encontrou o vizinho fazendo a barba no quintal, navalha na mão, espelho amparado no pote de espuma sobre o muro. Ele sorriu, cumprimentou pai e filha, passou a toalha no rosto e justificou o semblante tranquilo: “General Justino está conosco”. Sua palavra tinha peso, e o aliado, Justino Alves Bastos, tropas, armas e munição: era comandante do 4º Exército. O vizinho era Pelópidas da Silveira, vice-governador de Pernambuco. Havia sido prefeito do Recife e passaria à história como modernizador e democrata. Nas eleições de 1962 uniu-se ao líder reformista Miguel Arraes e o ajudou a eleger-se governador de Pernambuco.

A serenidade do vice-governador dissolveu a atmosfera intoxicante de boatos e maus presságios. No entanto, a tensão inundava a cidade. Dulce, seus irmãos, seus pais e a parte da família identificada com o governo Arraes mergulhavam numa história envenenada. A ansiedade alongava as horas até que as rádios e os telefonemas sepultaram as últimas esperanças. Anoitecia. Luiz Pandolfi e Eurico Chaves Filho, pai e tio, não puderam protegê-la da cena. A imagem sintetizaria todo um período da história do Brasil e lançaria a menina para dentro de suas trevas. Como quem dá de comer à besta, os dois homens abasteciam uma fogueira com os livros da biblioteca que era o orgulho supremo do pai. Enquanto a cultura jurídica ardia e a literatura virava cinzas, as chamas na cidade escura, aos olhos da menina, velavam o fim do mundo — tal como ela o conhecia. Luiz Pandolfi era advogado trabalhista, professor universitário e crítico literário. Eurico Chaves Filho, juiz do trabalho, era outro personagem ativo na cidade, estreito colaborador do governo Arraes.

Na virada para o dia 1º de abril de 1964, qualquer pessoa vagamente ligada ao governo Arraes ou a movimentos sociais passava a ser vulnerável. Livros seriam a prova inconteste do crime. Os golpistas invadiriam qualquer casa, cujo significado portanto esvaziava-se, na mesma toada em que a privacidade perdia o valor. Quando a ditadura se consolidasse, o que não demorou a acontecer, não só os adeptos do governo deposto como todos os críticos do novo regime estariam expostos à ação repressiva da polícia política. Livros precisavam sumir. Cartas, documentos, jornais, anotações, os vestígios de ideias comprometidas com reformas sociais tornaram-se inflamáveis. A prudência recomendava baixar o tom da voz e a cabeça: cada interlocutor poderia ser um informante. Naquela noite distante, em 31 de março de 1964, ao lado do fogo, Dulce testemunhou a tragédia política brasileira em sua versão mais didática. A mais gráfica e brutal desfilaria diante dela no dia seguinte.

Em 1º de abril, o golpe já era uma realidade. O novo poder e seus tentáculos

estaduais começavam a se organizar, mas, para os defensores da legalidade constitucional violada pelos militares, as incertezas só não eram maiores que a certeza da derrota. Divulgaram-se as primeiras listas com os prováveis cassados, banidos da vida política, expulsos do serviço público, inclusive da universidade, cujos passaportes seriam invalidados: os nomes de Luiz Pandolfi e Eurico Chaves Filho estavam lá. No meio da tarde, balbúrdia e vozerio atraíram a curiosidade amedrontada de Dulce. Ela correu até a esquina da rua Guedes Pereira com a avenida asfaltada. Gritos, insultos, a menina não tinha força para empurrar tantos adultos, meter-se entre eles e ver o que estava acontecendo, lá bem no meio da confusão. Ela queria espiar quem ia ali no centro do tumulto entre palavrões, estalos de corrente na pista, pequenas explosões do couro no corpo do animal. Gregório Bezerra, braços amarrados, os pés queimados em ácido, apanhando ao longo do caminho, foi puxado, às vezes arrastado, por uma viatura militar até o cárcere. Pequenas pedras do chão e fragmentos dos mais diversos materiais entranharam-se em seus pés em tamanha quantidade e de forma tão profunda, que sua filha ainda as extraía com pinça, em visitas à cela, seis meses depois. Membro do Partido Comunista Brasileiro, de origem camponesa, Gregório ficou preso até setembro de 1969, quando foi incluído na lista dos presos políticos trocados pelo embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick e pôde exilar-se.

Dulce voltou para casa trêmula e confusa. O golpe de Estado agarrava o espírito da menina, a mulher que ela viria a ser, dando-lhe um nó que os ligaria para sempre numa só história. A política para Dulce, assim como para tantos de sua geração, longe de ser uma área de interesse ou um tipo de atividade, tornou-se desde aí o modo pelo qual experimentaria a relação consigo mesma e com os outros, o sentido da vida.

Em 13 de agosto de 1970, o começo dessa história não tem mais importância. Nem a memória nem o sonho vence o medo. Vinte agentes da repressão política armados invadem o apartamento de Alexandre e Dulce. É prodigiosa sua capacidade de aterrorizar, o que em tese tornaria a violência física dispensável. Nem por isso a tropa abdica de exercê-la. Avança como a infantaria de uma força de ocupação, destruindo obstáculos, revirando tudo o que esteja à frente, deixando claro que o limite de suas ações é ditado por seu próprio arbítrio. A inspeção demora-se sobre os indícios dos crimes mais graves. Primeiro, a papelada de Alexandre, repleta de fórmulas insondáveis, provavelmente os planos criptografados de ataques a centros nevrálgicos do poder. Eram esboços de capítulos de sua tese de doutorado em matemática. Alexandre explica, nega, pondera. Em vão. O comandante está convicto de que no interrogatório a

verdade será extraída como um tumor. Sem anestesia. A segunda prova é o molho de chaves na mesinha da sala. Para que tanta chave? Os militares supõem ter descoberto o mapa da mina que os levaria aos aparelhos onde se escondiam os subversivos. O líder da operação vibra, indiferente à justificativa de Dulce: são cópias das chaves da portaria e do apartamento. A terceira evidência comprometedora é a carta de dona Carmen para Dulcinha, sobretudo este parágrafo cifrado: “Se você precisar de qualquer coisa, minha filha, lembre-se de seus primos. Pra isso existem as famílias, não é? Dinheiro, abrigo, qualquer aperto, não hesite em recorrer a eles. O R. está morando em Copacabana, na DF 50X, apartamento XX [escrevia os números]. A Lurdinha, lembra da Lurdinha?, manda sempre beijos pra você. Diz que quando você voltar do Chile, gostaria que você fosse ao Rio visitá-la, matar saudades. Ela vive em Botafogo, na rua B…”. A mãe extremosa dava os endereços dos parentes para que a filha se sentisse amparada e contasse com apoio, em caso de necessidade. Sua preocupação com a vigilância sobre a filha levou-a a censurar as próprias palavras, inventando senhas sob a forma de abreviaturas. A imaginação ardilosa de dona Carmen não ia além, mas foi o esforço de não dizer, dizendo, que abriu os olhos da repressão, sugerindo a hipótese de que talvez houvesse ali algo mais. Não havia. Contudo, custou a prisão aos parentes citados. Um dos episódios continha ingredientes de comédia em meio ao drama. O primo recebia amigos para uma festa quando o comando operacional do Exército invadiu seu apartamento. Todos os convidados foram presos. A reunião social foi confundida com um encontro político sob o disfarce de música, dança e bebidas. Cada convidado que tocava a campainha, antes de compreender que caíra numa armadilha, era levado a confirmar que fora chamado pelo dono da casa. Prevenia-se desse modo a desculpa de que o suspeito enganara-se de prédio ou apartamento e sequer conhecia o alvo principal, organizador da reunião.

Dulce tem 21 anos. A linha política de sua organização, a Aliança Libertadora Nacional, vinha sendo questionada por ela, por alguns companheiros de militância e pela realidade. O poder do Estado era desproporcional. Tudo o que se erguia para lhe fazer sombra definhava, parecia cada vez menor, mais frágil e vulnerável, quase pueril. A ditadura esmagava sem pudor toda oposição. A crença de que o enfrentamento quixotesco serviria de exemplo ao povo oprimido e o faria levantar-se do chão, assim como uma faísca incendeia o mato seco, contrastava com o que se via nas ruas, nas praças, no campo, na mídia censurada e cooptada. As rotinas se reproduziam, as semanas davam voltas ao redor de si mesmas, e o medo empurrava as coisas todas para frente como esteiras de tanques arrastadas por correias dentadas.

“Se há coisas que devem ser feitas, vocês devem fazê-las rapidamente e

retomar rápido os procedimentos normais", disse Henry Kissinger, secretário de Estado norte-americano, ao chanceler argentino Cesar Augusto Guzzetti, em junho de 1976.* O alerta de Kissinger soava como uma autorização. Mais que isso, uma prescrição. Constituía um movimento preventivo aos prováveis efeitos da eleição de Jimmy Carter, que tomaria posse na presidência dos Estados Unidos em 20 de janeiro de 1977, e ao impacto da nova lei promulgada pelo Congresso norte-americano, suspendendo qualquer tipo de ajuda a países que violassem os direitos humanos. Era preciso agir rápido antes que a nova legislação entrasse em vigor. Exterminar uma geração. Lançar em voos rasantes milhares ao mar amarrados a pedras. Fulminar celeremente qualquer vestígio de resistência ao regime despótico. Não foi o caso do Brasil. Quando a ditadura brasileira alcançou a voltagem mais elevada, entre 1969 e 1974, não havia motivo para açodamento nem atropelos. Cada torturador tinha o tempo que lhe apetecesse para cravar na carne de sua vítima o aço do terror. E manipular para cima e para baixo a máquina dos tormentos, mover as garras eletrificadas para dentro das mucosas inflamadas, despedaçar o corpo, instilar o pânico, brincar com a morte. Menos nas 24 ou 48 horas seguintes à prisão. Setenta e duas, talvez. No decurso dos primeiros dias, sobretudo do primeiro, era preciso ser profissionalmente cruel e veloz, aplicando a carga máxima de dor que uma pessoa pudesse suportar para extrair as informações imprescindíveis, cujo prazo de validade esgotava-se em um, dois ou três dias após a queda. "O próximo ponto, onde será? Quando? Com quem você se encontraria? Quais os endereços dos aparelhos que você e seus companheiros frequentam?" Se a confissão não fosse obtida de imediato, a notícia da prisão chegaria ao grupo, os aparelhos seriam desmontados e os encontros, desmobilizados.

O segredo estava na identificação dessa medida fugidia, variável, idiossincrática: a intensidade da dor que a pessoa pudesse suportar. A competência do torturador residia na calibragem da carnificina. A imprudência mata a galinha dos ovos de ouro, conta o ditado popular. Avançando-se com muita sede ao pote, quebra-se-o. A equipe de tortura e os oficiais supervisores não queriam quebrar o pote, pelo menos enquanto não tivessem absoluta certeza de o haverem esvaziado inteiramente. De que serviriam o cadáver estéril da galinha e o pote em pedaços? Nem ovos de ouro nem informações. Perde-se a fortuna por excesso de ambição. Que proveito poder-se-ia extrair de uma subversiva morta?

O brutamontes bate, o troglodita ataca, o sanguinário despedaça o alvo do ódio até o limite de sua energia. Mas essa gana por violência na diversidade de suas formas não basta para fazer de alguém um torturador eficiente, um verdadeiro profissional do interrogatório forçado. O ofício requer autocontrole

para administrar o ímpeto assassino com a precisão de um geômetra. Por outro lado, exige a vocação sádica, sem cujo vigor passional o talento para o cálculo seria ocioso. A ditadura brasileira formou inúmeros torturadores de escol, recrutados nas polícias e nas Forças Armadas, Exército, Marinha e Aeronáutica. Homens com sangue nos olhos e nas mãos — não há relatos do envolvimento de mulheres —, orgulhosos de sua prática, leais à política de Estado que lhes cumpria implementar, muitas vezes condecorados pelos generais de plantão. Alguns ainda estão vivos. Arrastam a sombra na coleira, a maioria desdenhando com escárnio as denúncias que não cessam. A patologia institucionalizou-se. As Forças Armadas ignoram o passado. Os torturadores de todas as patentes envelhecem em meio ao alarido festivo dos bisnetos nos almoços de domingo. Distraídos, escorregam para a senilidade, essa melancólica inocência tardia. Aí está a decrepitude a serviço da amnésia histórica.

Dulce queria acreditar que não a matariam. Sua prisão seria logo reconhecida pela família, porque a falta de notícias funcionaria como um código. Além disso, a prisão dos parentes, em circunstâncias patéticas, comprovaria o fato. Só Dulce mantinha vínculos com uma organização clandestina. Os laços de Alexandre com o Partido Comunista Brasileiro, que provocaram sua fuga do Recife, em 1964, foram esgarçados por tantos desacordos e decepções e já não existiam. Por que os torturadores matariam a menina pernambucana sem nenhum papel de destaque numa organização que se esfacelava? No Recife ela havia ocupado função de liderança, cooperando no recrutamento de muita gente, mas sua participação vinha sendo reduzida porque se expusera demais. Sua permanência no Recife tornara-se perigosa para ela e para a ALN. Era imperioso mudar-se para uma cidade realmente grande, onde ninguém a conhecesse — ou quase ninguém. O Rio de Janeiro venceu a concorrência com São Paulo porque Alexandre estava lá. E também porque ela adorava o Rio.

O amor pela cidade não era novidade. Em dezembro de 1963, em vez do tradicional baile dos quinze anos, ritual de passagem que as meninas aguardavam com ansiedade, cujo ápice era a valsa dançada com o pai, a família decidiu que viajar de navio para o Rio seria muito mais divertido. Embarcaram com Dulce para a ex-capital do Brasil, os pais, a avó, uma prima e três irmãos. A cidade era puro deslumbramento. A experiência combinava fantasia, cenário exuberante e novidades sedutoras, como um beijo, um chope, o primeiro porre, a sensação de liberdade. O bairro de Ipanema era a visão do paraíso, e sua aura licenciosa autorizava a ousadia de um biquíni, inteiramente vetado pela tradição conservadora pernambucana. Enquanto os pais se entretinham com museus e pontos turísticos, as meninas e os meninos divertiam-se na praia e nos barezinhos.

Dulce foi ao Rio uma segunda vez para curtir a cidade, em 1967, acompanhando um grupo de estudantes. Na terceira viagem, em 1969, tinha uma tarefa desafiadora a cumprir. Em fevereiro de 1970, não podia mais ficar no Recife. Rio de Janeiro era o destino natural.

Sim, era muito importante acreditar nisso às nove e meia da noite do 13 de agosto de 1970: não a matariam. Dizia a si mesma que não a matariam, saiu de casa encapuzada e algemada, ouvindo ameaças, repetindo em silêncio que sobreviveria. Afinal, para os algozes, que proveito haveria em sua morte? Ao longo de muitas horas, atravessando a madrugada, ela trancou-se num estado de espírito que não permitia hesitações. Estava ciente de que o pior seria dar aos poucos o que os torturadores queriam. Oferecer fragmentos de informação, gradualmente, anima os interrogadores a seguir adiante, porque deduzem que o método funciona e terão sucesso com perseverança e a progressiva intensificação dos tormentos. É a desgraça do prisioneiro. Dulce sentia-se culpada pela prisão de Alexandre e pela hipótese de que parentes poderiam amargar a mesma sorte. Jurou para si mesma que ninguém mais pagaria preço tão alto por uma opção política que era exclusivamente sua. Pensou nos pais, nos irmãos no Recife. Talvez a mistura do medo com a culpa tenha provocado uma espécie de paralisia, um curto circuito que, paradoxalmente, protegeu-a e a fortaleceu.

Chegaram ao que parecia ser o limite. Os choques a devastavam, mas ela se mantinha calada após cada corrente de espasmos. Era necessário mudar o método. Tentariam o soro da verdade. Desamarraram-na e a desceram do pau de arara. Suas articulações estavam moídas. Impossível manter-se de pé. Jogaram-na sobre a cadeira do dragão. Minutos depois, o médico entrou na sala sem demonstrar dúvidas quanto ao procedimento. Procurou sua veia e, fleumático, certeiro, injetou-lhe o líquido oleoso. Dulce não perdeu a sanidade, mas teve a impressão de afastar-se um pouco do espaço ao redor. As percepções perderam o viço. O médico retirou-se. Voltaria a encontrá-la muitas vezes.

O teatrinho do bom e do mau inquiridor era um clichê. Por isso, mesmo dopada, Dulce não se surpreendeu quando foi conduzida a outra sala, autorizada a sentar-se, e ouviu a conversa educada, quase amistosa, de um agente que não estivera na sala roxa, onde ela sofrera a primeira sessão de tortura. Amanhecia o dia 14. Foram muitas horas na sala roxa. Entre desmaios e desespero, perde-se a noção do tempo. O espaço pintado para assombrar ficava no subsolo do quartel do exército localizado na rua Barão de Mesquita, no bairro da Tijuca, Zona Norte do Rio de Janeiro. Área de classe média. Dulce foi transportada de casa para o DOI-Codi separada dos demais presos.

A sigla para Destacamento de Operações de Informações —Centro de Operações de Defesa Interna era sinônimo de sucursal do inferno para os que

sabiam de sua existência. O DOI-Codi era um departamento que reunia várias forças de repressão, em especial do Exército, dedicado a investigar crimes políticos, adotando a metodologia ortodoxa do Estado brasileiro: a violência tecnicamente aplicada. Até fins do século XIX, as vítimas eram os escravos. Depois do fim da escravidão, em 1888, passaram a ser os pobres, sobretudo negros. Finalmente, após o golpe de 1964 e até o fim da ditadura, entre os alvos da violência estatal incluíram-se os opositores do regime, opção que estendeu às camadas médias da população o tratamento brutal. Com a redemocratização, a história retomou o velho trilho e, a despeito de mudanças significativas, as práticas cruéis voltaram a apontar seu crivo seletivo para pobres e negros, moradores de favelas e periferias. Os benefícios do Estado democrático de direito ainda não chegaram à base da pirâmide social.

Ao longo do regime militar, a novidade não se resumia à ampliação do espectro de abrangência da violência do Estado. Outro fenômeno extremamente grave contrariou a tradição: em vez de delegar a tarefa às polícias, as Forças Armadas sujaram as mãos, diretamente, na repressão política. Isso não significa que as polícias não estivessem presentes, atuando lado a lado com os militares, dos quais recebiam ordens. Não por acaso, nas dependências do DOI-Codi Dulce deparou-se com broches e anéis do esquadrão da morte, a famigerada Scuderie Le Cocq, grupo de policiais especializados em execuções extrajudiciais e outras atividades do tipo. A tradicional promiscuidade brasileira, especialmente carioca, entre a lei e o crime, as polícias e a transgressão, exacerbou-se durante o regime militar, que autorizou o vale-tudo da repressão política. Por isso, o legado da ditadura à democracia foi o fortalecimento de grupos policiais criminosos que se desgarraram progressivamente das instituições, sem abandoná-las, e passaram da justiça pelas próprias mãos ao crime como negócio, investindo, por exemplo, na contravenção — o chamado jogo do bicho — e no tráfico de drogas e armas.

O homem de fala mansa era muito alto e forte e disse a Dulce que o pior já tinha passado, ela não seria mais torturada. Bastava que declarasse quem encontraria no próximo ponto, para onde estava marcado e a que horas, quais os endereços dos aparelhos, a que dirigente se reportava, quem eram os ativistas no Recife e no Rio. Haveria depois uma ou outra pergunta, mas nada demais. Por ora, seria suficiente responder àquelas que ele formulara e tudo estaria encerrado. Dulce mostrou os lábios queimados e sangrando, a língua inchada em carne viva, e sussurrou com um fio de voz que não estava em condições de falar. O agente pediu-lhe, então, que assinasse um depoimento. Não era nada, prosseguiu, nada que já não se soubesse, nada que prejudicasse alguém ou que a pudesse comprometer diante dos antigos companheiros de militância, e que a tornasse uma delatora. O documento era necessário por razões burocráticas e

simplesmente atestaria que os agentes tinham realizado seu trabalho. O homem admitiu que, com toda sua vasta experiência e tendo ouvido o relato sobre o comportamento de Dulce na sala roxa, era levado a concluir que ela estava mesmo decidida a não abrir nenhuma informação. Por isso, não estava lhe pedindo nada importante. Em seguida, estendeu-lhe folhas de papel com o texto datilografado que lhe cabia endossar. Nenhuma frase continha informação valiosa, ele garantiu. Pode ver.

O homenzarrão abanou os papéis na frente dos olhos de Dulce como se estivesse comprovando o que dissera. Assina aqui. Ela mostrou as mãos desfiguradas pela profundidade dos ferimentos, sobretudo nos dedos em que se prendia o cordão metálico condutor da descarga elétrica, em rodízio com a vagina, os bicos dos seios, os lábios e a língua, as pontas das orelhas e os dedos mínimos dos pés, quase amputados pela repetição dos choques. Os punhos, os tornozelos e os joelhos também apresentavam lesões graves porque, na sala roxa, ela permaneceu muitas horas no pau de arara, apelido da barra de ferro suspensa na qual se pendura a pessoa interrogada para atormentá-la de modos variados, atando-se os pulsos aos tornozelos, empregando-se os joelhos como alavanca. Mais do que na cadeira do dragão, outro dispositivo utilizado para aplicar choques, a mulher desnudada diante de um grupo de homens no pau de arara expõe-se a humilhação extrema quando submetida a choques elétricos intensos, indutores do descontrole das funções corporais. A destruição promovida pela dor física combina-se à tentativa de decomposição moral. De tempos em tempos, seja para despertá-la de um desmaio, seja porque Dulce mantinha-se absolutamente refratária a pronunciar qualquer palavra, a responder a qualquer pergunta, jogavam-lhe sobre o corpo pendurado no varal obsceno um balde d’água gelada. Sucediam-se os momentos mais temidos de sofrimento mais agudo, porque o meio líquido potencializa a transmissão da corrente elétrica e intensifica as descargas. Ela entendeu o significado da expressão “ver estrelas”, empregada para descrever a experiência da dor extrema. Nesse caso, as chispas do espirro de fogo eram reais. A pele alva relampejava.

Assina aqui, o homem insistiu com um tremor na voz que traía alguma instabilidade abaixo da superfície. Dulce mostrou de novo as mãos e compôs uma expressão facial que sugeria a intenção de desobedecer. Passaram-se poucos segundos, intervalo insuficiente para que as tensões evoluíssem com alguma naturalidade e os sinais indiretos fossem plenamente decodificados. Por isso, Dulce mal compreendeu o que estava acontecendo quando o atleta da mansidão projetou seus quase dois metros e mais de cem quilos sobre o corpo fragilizado da prisioneira. Ela desabou indefesa, as mãos atadas nas costas por algemas, e sentiu, deitada no chão, a força descomunal dos chutes do homem nas pernas, no

ventre, no rosto, nos seios, até que se esfumaram as últimas ondas de consciência. Os berros do agente, enquanto ela os ouviu, proclamavam sua sentença de morte e a liquidação de todos os subversivos sobre os quais ele pusesse as mãos — e os pés. O ódio do carrasco agia em seu lugar. A fúria se apossara dele. A violência se desgarrara do homem e seguia golpeando como a cauda de um animal morto. Dulce era bombardeada por flashes de lucidez. No intervalo entre a escuridão e a dor, percebeu que outros agentes acudiam, agarrando o mastodonte aos gritos de que ela não podia morrer, não podia morrer.

Suspenso o espancamento, Dulce já não conseguia andar. Foi depositada numa saleta escura de quatro metros quadrados enquanto os agentes discutiam seu destino. Esse lugar bizarro ficava no mesmo subsolo e servia para remover a vítima por um breve período, enquanto as equipes se revezavam ou a sala roxa fosse lavada. Dois sentimentos atraíram o ânimo de Dulce para direções opostas. Se não a matariam, não poderiam continuar a torturá-la. Alívio, esperança, um gole de oxigênio em meio ao cheiro de carne queimada e às dores que disputavam sua atenção. Por outro lado, o pavor que a fez estremecer: o lado esquerdo do corpo, ela não o sentia, não era capaz de movê-lo. Antes de fecharem a porta do cubículo claustrofóbico, entreouviu fragmentos de frases e depreendeu que o motivo da divergência era o hospital do Exército: deveriam interná-la ou não? Dulce torcia pela hipótese da transferência. Sabia que muita gente tinha sido torturada e morta nas dependências do hospital. Internada ela não estaria segura. Entretanto, as chances de que a deixassem recuperar-se, lhe dessem uma trégua, seria maior do que no centro especializado em torturas onde estava. Além disso, do hospital seria mais fácil que vazassem notícias sobre ela e, quanto mais gente soubesse de sua prisão e de seu estado, menos provável seria sua execução.

Ela acabara de descobrir que as emoções dos torturadores estão à flor da pele, o que significa que a orientação de mantê-la viva não representa nenhuma garantia de que ela sobreviva. Há explosões de fúria, descontrole, erro de cálculo, acidentes de percurso, esgotamento do lado de lá. O ódio não era a única experiência que torturador e torturada compartilhavam. Havia a exaustão, depois de uma noite inteira na câmara do horror, ainda que as respectivas estafas não fossem comparáveis por motivos óbvios. Mesmo assim, havia desgaste. Alguns agentes pareciam frios, profissionais da violência desprovidos de qualquer sinal de vida interior. Mas a maioria dos que a torturaram não era assim: parecia envolver-se, entregar-se à produção de sofrimento — divertindo-se ou espumando de raiva. Talvez houvesse, para o torturador, mais que prazer e ódio. Quem sabe um vestígio de consciência moral, o que provocava culpa e

vergonha. Para eliminá-las, era preciso destruir suas marcas. Desse modo, o ciclo se perpetuava: ferir e dissolver a ferida, intensificando a brutalidade, até apagar do mapa qualquer rastro que pudesse espelhar para o algoz sua própria imagem degradada no corpo do outro.

Dulce não pensou em nada disso com a clareza consciente de quem analisa um fenômeno. Há diferentes modos de saber. Ali, o que ela aprendia ficava marcado no corpo e em algum lugar da memória. Não tinha como pensar em nada além da paralisia e da insensibilidade de um braço, uma perna, mão, pé, um lado do rosto. Por mais que soubesse que os agentes fariam tudo a seu alcance para amedrontá-la, inclusive mentir, esteve próxima de acreditar quando lhe asseguraram que jamais se recuperaria, nunca teria filhos nem voltaria a andar, e que sua vida estava definitiva e irremediavelmente arruinada. Foi o que lhe disseram enquanto aplicavam os choques. Foi o que confirmaram quando pediu atendimento médico porque não sentia seu corpo.

Dulce percebeu que, na selvageria dos torturadores, havia método. O louco, o frio ou o sádico, qualquer que fosse o tipo do torturador ou o personagem que ele representava, havia sempre a disciplina dos tormentos, que se manifestava na gradação da dor e na modulação dos efeitos, salvo na eventualidade da explosão de algum brutamontes estressado e temperamental. Variavam a intensidade e a qualidade do sofrimento. Parte da tática adotada pelos inquisidores era a hostilidade jocosa, com a finalidade de abalar mais profundamente a vítima. Os choques elétricos eram classificados de acordo com a parte do corpo em que se prendia o fio, sua duração e a voltagem escolhida: maior, menor, estável, descontínua, crescente, irregular, cadenciada por picos e súbitas interrupções. Sua aplicação era antecedida pelo anúncio do título de cada variante: “Viagem à Rússia”, “Viagem à China” e, o pior de todos, o mais forte e longo, “Viagem a Cuba”.

Decidiram que Dulce não seria internada no hospital do Exército. Improvisaram uma enfermaria numa cela em algum andar superior, onde ela permaneceu por cerca de uma semana, untada com pomadas, ingerindo medicamentos, tomando soro. A tarefa agora era resistir ao enlouquecimento. Fixar-se em alguma atividade. Não havia o que fazer. Diariamente, faziam questão de deixar muito claro que ela voltaria à sala roxa assim que suas condições melhorassem. O medo de enlouquecer inspirou estranhos entretenimentos, como calcular o número de estrias no chão e a quantidade de granulações na parede. As sinapses exercitadas, seria reduzido o tempo ocioso, berço dos pesadelos. Outro método para resistir à loucura consistia em trançar fios de palha puxados do colchão para logo desfazer o trançado e enfiar a palha de volta no colchão, antes que aparecesse alguém. Numa das celas estava escrito:

“Aqui a criança chora e a mãe não ouve”. Sem foco alternativo, qualquer que fosse, mesmo o mais artificial, restavam ao espírito a memória da dor e aquele anúncio diabólico do desalento, que evocava a solidão absoluta do ser humano diante do impensável, diante da realidade traumática que ninguém consegue assimilar, compreender e controlar. Dulce tremia ante o horror, não a morte; o interminável, não o fim. Decidiu não se render. Exercitaria a mente e renovaria o voto de travar-se. Não extrairiam dela o que queriam. Ela não venceria a morte, nem eles, a vida.

Um dia a consideraram forte o suficiente para voltar à sala roxa. Chegara o momento de a submeterem a outros requintes de crueldade. Durante uma sessão de tortura, abriram a porta e empurraram para dentro um jacaré. O animal tinha cerca de um metro e provavelmente estava bem alimentado, porque não a atacou. Passeou por seu corpo e foi tudo. Rendeu-se ao convívio promíscuo com o réptil, mais amedrontador do que perigoso.

Depois de alguns dias, Dulce passou a dividir a cela com outras presas políticas. A vantagem era a solidariedade e os cuidados proporcionados pelas presas políticas mais velhas e experientes. Nunca a fraternidade, a empatia e a compaixão lhe pareceram tão maravilhosamente centrais para a sobrevivência do espírito, e do corpo. Aceitou rezar com as religiosas, sem crer. Crer era irrelevante. Avocar todas as forças, existentes ou não, lhe fazia bem. Pela manhã, à tarde, à noite, não importava o horário, a qualquer momento um soldado poderia vir buscar alguém. Ninguém saía da cela senão para a tortura, não havia outra hipótese. Por isso, o som de passos aproximando-se, o ruído junto à porta, o movimento da porta se abrindo, a figura do militar sem a bandeja com repolho prenunciavam o pior — só serviam repolho em todas as refeições. Se o guarda entrava sem bandeja, uma das presas seria levada para a tortura. Todas se encolhiam. O agente fazia questão de iniciar a tortura ali mesmo olhando para cada uma fixamente, fingindo a dúvida, ironizando o medo que seu jogo perverso espalhava na cela, saboreando o prazer de assenhorear-se das emoções daquelas mulheres. Finalmente, apontava para uma delas. As demais bradavam, assassino, covarde. Não podiam mais do que isso. A presa era encapuzada e levada à sala roxa, sujeita à covardia de seu carcereiro ao longo do trajeto. Ele esticava a perna para que ela tropeçasse, batia sua cabeça contra a parede, informava a existência de degraus inexistentes. Divertindo-se, fazia da travessia para o inferno a experiência de sua antecipação. À noite, com frequência, oficiais superiores visitavam as prisioneiras acompanhados por cães que rivalizavam em ferocidade com seus condutores, os anfitriões das autoridades. Essa aí levou um tombo na igreja quando foi se confessar, não foi isso, minha santa? O militar subalterno puxava um dos cães pela corrente e contava sua

piadinha, para o riso dos visitantes. Aquela caiu da bicicleta, aquela outra ali apanhou tanto do marido que a gente teve de trazer pra cá senão o cara acabava com ela, não foi, putinha? Viu no que dá botar chifre em macho? Os superiores sorriam, hieráticos, mantinham-se calados e só eventualmente intervinham, proferindo algum breve discurso exaltando a ordem, o progresso, a pátria, a família, a propriedade, os bons costumes e os poderes constituídos.

Dulce estava próxima de completar o primeiro mês no DOI-Codi quando a levaram à sala roxa para uma experiência inusitada. A frequência da visita à câmara de tortura fora reduzida na última semana, suscitando a esperança de que o pior tivesse passado. Por isso, quando o soldado abriu a porta da cela e apontou para ela, a angústia tomou conta. Naquela manhã, não estavam apenas os quatro torturadores que compunham a equipe de rotina. Havia mais gente. Muito mais. Ela ouvia o murmúrio e não compreendia o que era aquilo. Quando lhe arrancaram o capuz, viu que muitos homens desconhecidos se comprimiam de pé, cravando nela os olhos, enquanto os agentes conhecidos a desnudavam e a penduravam no pau de arara. O oficial que comandava os procedimentos dirigia-se ao grupo explicando o potencial de cada movimento para friccionar os ossos, esgarçar os músculos, rasgar a pele, atingir os nervos, produzir dor em intensidades variáveis, provocar o pavor com as alterações metodicamente controladas, jogando com as expectativas e quebrando as barreiras do pudor, da autoestima, do autodomínio. O mestre expunha a teoria e exibia seus efeitos práticos, determinando ao subordinado que manuseava o voltímetro a elevação ou a diminuição da força dos choques elétricos, e trocando, ele mesmo, os pontos no corpo que eram queimados, um a um. Demonstrou à turma de aprendizes o resultado que se obtinha molhando-se o corpo supliciado com água gelada. Mostrou como evitar o lado esquerdo, do coração, para não acelerar a morte indesejada. Apresentou as técnicas para ocupar os intervalos entre ciclos de choques elétricos, batendo nas solas dos pés ou em partes especialmente sensíveis, com mais chances de minar resistências. A violência das descargas, a sucessão de golpes, as palavras neutras que descreviam seu impacto, os anúncios dos atos seguintes em detalhes sádicos e o ambiente que amplificava o horror atropelaram todos os limites físicos e mentais. Era previsível que a vítima se afogasse com o vômito e desmaiasse.

De volta à cela, abraçada aos prantos pelas companheiras, Dulce recebeu a visita do médico que lhe aplicara o soro da verdade no primeiro dia e supervisionara o tratamento na enfermaria improvisada. Ele a examinou, acompanhado de um militar, e proferiu o diagnóstico, ou a sentença: aguenta mais. Não está bem, mas aguenta. Dois soldados entraram na cela, agarraram-na e a arrastaram para a sequência da aula. As mulheres na cela ecoaram os gritos

de Dulce, não, não, assassinos, ela vai morrer, vocês vão matá-la, covardes.

Dessa vez, conduziram-na ao pátio. Amarraram-na a um poste. O comandante da operação suspendeu o capuz para lhe mostrar uma pistola municiada. Disse-lhe que sua morte tinha sido decidida. Os alunos amontoavam-se, atentos. Abaixou o capuz. Às cegas, tudo parecia mais assustador. Aproximou a arma de sua cabeça, encostou o cano, entreteve-se em longa peroração sobre o destino dos presos que se recusam a colaborar e a importância de que sejam eliminados os traidores da pátria, assinalando que qualquer hesitação de um militar no cumprimento do dever é passível de punição com a pena capital. Portanto, cumpria-lhe executar aquela terrorista. Faria isso por amor ao Brasil. Voltou a pressionar o cano da arma contra a têmpora de Dulce, fez com que ela sentisse seu dedo deslizando lentamente sobre o gatilho, e apertou-o. O clique desarmou a tensão. Provisoriamente. Dulce tinha certeza de que não queriam matá-la. A execução era uma pantomima. Mas acidentes acontecem. Entre intenções e atos há falhas. Por mais frio que fosse o professor, ele não disfarçava o ódio. Por isso, cada simulação lhe custava o ar e quase a fazia desfalecer. Sobreviveu de novo. Só relaxou quando, de volta à cela, foi envolvida pelas companheiras em abraços e soluços.

Dias depois vieram buscá-la à noite. Dulce estava convencida de que não haveria mais surpresas. Vira tudo, cruzara o inferno. Enganara-se. Conduziram-na à sala roxa e lhe ordenaram que permanecesse de pé à espera do oficial que comandaria o interrogatório. Procurou concentrar-se em coisa nenhuma, esvaziar a mente, respirar. Ouvira dizer que meditação ajuda a dissolver o desespero. Finalmente, entrou o homem, observou-a como quem inspeciona carne no açougue e lhe disse que daquela vez os choques extrairiam a confissão, ou acabariam com ela. Sentou-se à mesa, entreteve-se com papéis e carimbos, agiu como se estivesse atarefado. Ergueu-se, movimentou-se como quem se prepara para as providências que antecedem a tortura, disse eu já volto e retirou-se. A madrugada avançou, suas pernas bambearam, os pés adormeceram. O homem retornou à sala e foi à mesa. Debruçou-se na papelada. Dez minutos depois levantou-se, girou em torno de sua vítima, dirigiu-se ao pau de arara para prepará-lo, deu sinais de que chegara a hora, encarou Dulce ainda alerta, de pé. O algoz lamentou: essa noite está difícil. Muito trabalho. Mas eu já venho tratar do seu caso.

A opereta sádica foi encenada ainda uma ou duas vezes, até que o homem encerrou a brincadeira perversa: essa noite não vai dar, mas amanhã vou cuidar de você. A farsa voltou a acontecer um par de vezes — apareciam no meio da madrugada para levá-la — e teria aliviado a pressão sobre Dulce, fazendo-a crer que dali em diante tudo se reduziria às encenações, se os sustos não fossem

intercalados por sessões de tortura física. O teatro macabro consistiu numa forma particularmente cruel de tortura psicológica. O sobressalto persistia e não dava trégua sequer à noite.

Durante o período em que sua filha esteve presa no Rio de Janeiro, incomunicável, Luiz Pandolfi não descansou. Mobilizou todos os contatos, contratou um dos melhores advogados que defendiam presos políticos, procurou inteirar-se do que poderia fazer para aliviar e abreviar o martírio de Dulce. Descobriu que não havia o que fazer, senão rezar e torcer para que o dr. Heleno Fragoso tivesse algum sucesso, identificasse alguma brecha e conseguisse algum progresso. No mínimo, o reconhecimento oficial de que ela estava presa, e viva. Admitir a presença de uma pessoa detida nas dependências de uma seção do Exército representava uma vacina poderosa contra o desaparecimento e o assassinato. Era um passo decisivo. Fragoso conseguiu mais. Depois de mais de um mês de isolamento, sem contatos, informações, notícias, pesando cerca de quarenta quilos, Dulce foi retirada da cela, encapuzada e temeu o pior. Puseram-na na caçamba de uma viatura e a levaram a algum lugar. Conduziram-na algemada e às cegas por espaços estranhos e lhe ordenaram que se mantivesse de pé. Livraram-na do capuz. Estava em uma sala vazia onde nunca estivera antes. A porta abriu-se para seu pai entrar. Esse é um daqueles momentos da vida. O abraço sem fim, tudo o que o recolhimento defensivo tornara escasso na longa travessia até ali. Havia pouco tempo e tanto para dizer. Ela sentia necessidade de despejar a verdade num relato torrencial. O pai não quis escutar. Ela compreendeu que não faria diferença. Ele estava abalado, sentindo o corpo da filha, sob seus braços, reduzido a pele e osso, ouvindo-a chorar em seu ombro, frágil como as crianças vítimas da guerra ou da fome. Luiz estava devastado pela impotência. Despediram-se e ele seguiu, com o cunhado Mario, irmão de Carmen, que morava no Rio e o aguardava na rua, para o setor de emergência cardíaca do hospital mais próximo. Seus órgãos todos compartilharam a dor.

Outros momentos que marcaram a vida para sempre e mudaram o sentido das coisas, virando a realidade pelo avesso, esfarelando teorias, foram três visitas à cela. A primeira: um soldado abriu a porta e perguntou a Dulce se gostaria de enviar uma carta à família. Ela hesitou, imaginou armadilhas, mas não resistiu, aceitou papel e lápis que o rapaz lhe oferecia, escreveu, entregou ao guarda e soube, meses depois, que a família recebera. Na semana seguinte, outro jovem militar entrou na cela e não a levou à tortura nem lhe trouxe comida. Passou a Dulce, sem que ela lhe tivesse pedido, um radinho de pilha. Durante quinze minutos ela ouviu notícias, música, vozes humanas alheias à órbita do cárcere. Era uma falha na placa de chumbo dos dias e das horas. Ela tinha de manter o volume do rádio próximo do inaudível. Se a transgressão fosse descoberta, o

jovem militar sofreria punições severas. Alguns dias depois, o mesmo guarda permitiu que Dulce fosse até a porta da cela onde estava Alexandre. Poucas palavras, pouquíssimo tempo, nenhum toque, ou beijo, e era mais do que ela sonhara.

A experiência da mais pura e gratuita compaixão emociona Dulce até hoje. Contrabalança a descoberta do mal em estado puro. Ela tocou os extremos daquilo que se chama humano, o suficiente para desautorizar utopias e para renová-las. Dulce ergue uma xícara de café ao lado do gravador e sorri com a leveza dos que creem, puxa o ar para não sufocar, devolve a xícara ao pires com os olhos aguados, sem voz para prosseguir.

Nos anos 1970, a esquerda dividia-se quanto ao sentido moral da delação. Alguns grupos defendiam a pena capital, o famigerado "justiçamento". Em outras palavras, o assassinato de quem traísse a organização, confessando vínculos e informando nomes de companheiros. O verbo empregado era "trair" e aludia à incapacidade de suportar a tortura. Sob a prática do justiçamento, que se resumiu a um par de casos, talvez houvesse mais a intenção de impor ao prisioneiro a resistência até o fim do que a afirmação de um juízo moral. A lógica talvez fosse provocar na consciência do preso o seguinte raciocínio: vou morrer de qualquer jeito — se não delatar, nas mãos dos torturadores; se o fizer, nas mãos dos companheiros. Então, melhor escolher o caminho da honra e da fidelidade. Dulce nunca foi partidária desse recurso autofágico à violência. Sua passagem pela sala roxa, ainda que ela tenha sido uma das que resistiu, não delatou e sobreviveu, tornou-a mais tolerante com os mais fracos. Ninguém deveria ser culpabilizado por ser vítima, ela diz. Quem eventualmente produz a confissão não é o torturado, é a tortura.

Dulce oscilou entre dois polos: o ódio mortal ao delator e o perdão. Um dia, ela pendurada no pau de arara, levaram à sala roxa um rapaz que parecia bem vestido. Ele declinou o nome pelo qual ela era conhecida na organização e discorreu sobre seus atos e contatos clandestinos. Era um membro de seu grupo político, com quem estivera várias vezes e compartilhara responsabilidades. Ele mesmo, em pessoa, de pé. Parecia alheio às condições humilhantes nas quais encontrava a companheira.

A pusilanimidade despudorada doeu como a porrada do inquisidor. Feriu-a e provocou-lhe engulhos como os que sentia ao ver seus algozes mastigando sanduíches do Bob's enquanto a torturavam — fato comum. Não por acaso ela passaria anos sem conseguir sequer olhar para fast-food. A náusea acabou sendo, em sua memória, uma espécie de depositário do terror, ou substituto deslocado da imagem cuja lembrança é insuportável e tem de ser eliminada.

Meses depois, na primeira audiência da Justiça militar, quando sua prisão já

havia sido admitida formalmente e a fase dos interrogatórios fora vencida, Dulce viu-se de novo frente a frente com aquele companheiro que havia encontrado meses antes na sala roxa. Ele esboçou um movimento com a cabeça à guisa de cumprimento. Ela o repeliu, ostensivamente, desviando o olhar. As audiências eram a única oportunidade de denunciar as torturas perpetradas nas dependências das Forças Armadas. Dulce descreveu em detalhes os maus-tratos de que fora vítima. Ninguém se iludia com aquela brecha de liberdade que evocava o que se chamava justiça, sem exercê-la ou respeitá-la, embora ninguém deixasse de registrar o que passara. Mesmo que de nada servisse para a própria defesa, quem sabe servisse ao futuro, se fosse preservado pela burocracia da ditadura? A ditadura brasileira mantinha alguns formalismos que outros regimes criminosos desprezaram na América Latina, como a Argentina, o Chile e o Uruguai. O formalismo mimetizava a institucionalidade democrática, ainda que não lhe desse substância. Nem por isso o teatro perdia sua relativa importância. Por exemplo, para os registros dos fatos jamais admitidos oficialmente.

Dulce relatou o que lhe aconteceu. Chegou a vez do rapaz. Indagado se sofrera alguma violência, negou. O promotor, que sabia com quem lidava e por isso não temia ouvir uma resposta sincera, perguntou o que havia com sua mão direita. Dulce esticou a vista. O homem exibiu a mão até então retraída e disse que tinha sofrido um acidente de automóvel antes da prisão. A deformidade era anterior à prisão. Dulce não percebera. Não tinha visto. A mão estava mutilada, vincada por cicatrizes profundas, parecia não se mover e era curva, formando um gancho monstruoso. Outro preso, sentado ao lado de Dulce, sussurrou alguma coisa parecida com “Você soube o que fizeram com ele?”. Dulce compreendeu tudo de uma vez só. Aquele homem tinha sido destruído. Quando entrara na sala roxa, provavelmente não estava bem vestido, muito menos fleumático e indiferente. Estava apenas vestido, o que pode parecer exorbitante quando se está nua, pendurada no varal de ferro, exposta à inspeção do voyeur. Não fazia sentido culpá-lo e odiá-lo. Odiosa era a máquina de suplícios da ditadura. Foi o que Dulce me disse, reiterando que o perdoara e que fizera questão de passar perto dele, no final da audiência, para lhe dizer, brevemente, quase murmurando, que não guardaria mágoa, que estava tudo certo, que ele não deveria sentir-se culpado.

As declarações de um companheiro destroçado sob tortura, esticado ao limite da resistência física e psicológica, não se comparam à denúncia profissional de quem se infiltra para conquistar, e logo trair, a confiança. Cerca de dois anos após a prisão de Dulce, seu pai precisou de um “habite-se”, documento relativo à utilização de um imóvel em Boa Viagem, bairro situado no litoral pernambucano. Seu filho Roberto dirigiu-se ao Cenimar, departamento da

Marinha, no Recife, encarregado de expedi-lo. Explicou o que procurava no guichê de informações e foi orientado a falar com o capitão, que também se chamava Roberto. Entrou na segunda sala à direita, conforme lhe indicaram. Disse ao funcionário que procurava o capitão Roberto. O moço lhe pediu que aguardasse. Finalmente, entrou na sala o oficial: “Pois não”. Roberto Pandolfi calou-se. Mal teve forças para balbuciar: “Capitão Roberto?”. O oficial empertigou-se, assustado e hostil: “O que você está fazendo aqui?”. O irmão de Dulce não respondeu. Saiu dali o mais rápido que pôde, transpirando ódio e medo.

Capitão Roberto era Antônio, o professor particular de seu irmão mais novo, Carlinhos, que frequentara a casa dos Pandolfi antes da prisão de Dulce durante meses e conquistara a simpatia do pai, apresentando-se como homem de esquerda, sempre preocupado com Dulce, que estaria no Chile, estudando. A tal ponto se tornara amigo da família, que Luiz Pandolfi fazia questão de dar-lhe carona de volta para casa, quando a aula terminava tarde. Antônio costumava recusar, mas, ante a insistência, acabava por aceitar a gentileza. Entretanto, nunca permitiu que Luiz o levasse à sua casa. Dizia morar longe e indicava uma determinada parada de ônibus. Chegar ali seria ajuda suficiente. Em vez de duas ou três conduções, naquele ponto poderia pegar o ônibus direto para casa, sem baldeações. E assim conviveram meses a fio. Pouco depois da prisão de Dulce, o professor de Carlinhos deu uma desculpa e interrompeu as aulas. Nunca mais tiveram notícias dele até o dia em que sua verdadeira identidade foi descoberta por acaso, em meio a perambulações burocráticas.

O choque desequilibrou toda a família, já fragilizada. A sensação de ter abrigado o inimigo é poderosa. Escancara a vulnerabilidade da casa, da família, de cada um de seus membros, e infiltra um inquietante e difuso sentimento de culpa. O real dá uma cambalhota e provoca uma espécie de vertigem, misturando certezas com ambivalências. O inimigo não só entrou na casa: aboletou-se no sofá, conviveu na sala de jantar, compartilhou histórias falsas de sua vida, tocou as emoções da família. Sobretudo, desnorteou a bússola que distingue as coisas. Se Antônio era Roberto, tudo era possível. Nenhuma insegurança é maior do que a desestabilização do acordo firmado com os mais próximos sobre o que seja a realidade.

Dulce esteve aproximadamente 45 dias no Departamento de Ordem Política e Social, o Dops, unidade de repressão política ligada à secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Em razão do convívio fraterno na cela coletiva com outras presas políticas e da inexistência de tortura, ameaças e visitas sádicas de autoridades precedidas por cães ferozes, o Dops lhe pareceu o paraíso na terra.

De toda a trama que enredou a biografia de Dulce à história do país, um personagem destaca-se. Uma mulher. Chamava-se Laura. Era prostituta. Passara uma noite com um homem. Um entre tantos desconhecidos aos quais prestara serviços sexuais. Não sabia quem era, aonde ia, qual seu ofício ou sua idade, se era casado, solteiro ou viúvo, se tinha filhos ou não, se era feliz. Nem mesmo sua nacionalidade Laura sabia, porque o sotaque era esquisito, mas, afinal, prostitutas não exigem que o freguês exiba o passaporte. No entanto, ela entregou ao cliente um pedaço de papel com seu nome e telefone para um possível segundo encontro. O homem com sotaque esquisito era um procurado militante uruguaio, ligado à organização dos Tupamaros. Poucos dias depois, ele foi preso no Rio. O papel estava em seu bolso. Laura foi presa imediatamente. No início, ela não se assustou. Era relativamente comum a prisão de prostitutas para averiguações. Provavelmente a deteriam por algumas horas e a deixariam ir. Entretanto, estranhou a abordagem e foi tomada pelo medo. Eram tantos policiais. E não só policiais militares e civis, também soldados do Exército. Vieram em diversas viaturas e a encapuzaram. Semanas depois, jogaram-na numa cela do DOI-Codi, onde Dulce estava sozinha. Laura seria liberada em breve e não queriam que voltasse à rua enlouquecida. A mulher estava transtornada demais para que a devolvessem ao convívio do comum dos mortais. Torturaram-na com a brutalidade habitual.

Dulce jamais esqueceria o pavor nos olhos de Laura, e suas perguntas insistentes. A mulher não compreendia, simplesmente não conseguia compreender. Já sofrera nas mãos de policiais, mas não tinha ideia de que existisse aquilo, nunca imaginou que existisse aquilo a que fora submetida. Ela queria saber, precisava saber, implorava que Dulce lhe explicasse:

— Quem são vocês? O que vocês fazem? Que crime foi esse tão terrível de vocês? Por que eles têm tanto ódio de vocês? Por que eles têm tanto ódio? Como é possível tanto ódio?

Em 8 de dezembro de 1970, chegou a Dulce a notícia de que o embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucher, fora sequestrado no bairro do Catete, no Rio de Janeiro, por um grupo comandado por Carlos Lamarca. Poucos dias depois, Dulce foi levada ao Instituto Médico Legal para fazer exame de corpo de delito. As marcas de tortura ainda estavam visíveis. O médico lhe disse que possivelmente seu nome constava na lista dos presos a serem libertados em troca da liberdade do embaixador. A libertação de alguns presos políticos era a exigência que o governo teria de acatar se desejasse um final feliz. Ela recebeu a informação com sentimentos ambivalentes. Seria maravilhoso sair da prisão, mas a liberdade teria de ser aproveitada em algum país estrangeiro que a acolhesse como asilada. Quem saberia dizer quando a democracia seria

restaurada no Brasil e, portanto, quando ela poderia voltar para casa, rever sua família, falar sua língua, reencontrar os amigos, respirar a cultura brasileira, retomar seu casamento e uma carreira profissional, voltar a participar da vida política? O exílio seria o preço da liberdade, o que representava um paradoxo. A liberdade possível coincidia com o confinamento em determinado território. Por outro lado, se permanecesse presa, talvez obtivesse a liberdade em pouco tempo. O período do horror já havia sido superado. Talvez a volta para casa já pudesse ser contemplada como o desfecho de uma contagem regressiva relativamente curta. As opiniões das colegas de cárcere penderam para a liberdade imediata, ainda que no exílio. Um argumento impôs-se: que segurança haveria dentro de uma cela sob a tutela de um governo ditatorial? Nada garantia que a suspensão das torturas fosse irreversível. Sobretudo como forma de vingar o sequestro do embaixador. De fato, não fazia sentido hesitar. Dulce preparou-se para a despedida. Aos poucos, o clima de incerteza substituiu a esperança pela angústia. As negociações entre o governo e o grupo político responsável pela ação foram longas e difíceis. Somente em 13 de janeiro de 1971 os setenta presos libertados embarcaram para o Chile. Mas, antes disso, ainda no final de dezembro, militares vieram buscá-la no Dops e a puseram de novo na caçamba de uma viatura. Percorreram muitos quilômetros por mais de uma hora. Dulce não via o exterior. Não tinha a menor ideia de onde estava quando a viatura estacionou.

Não demorou a certificar-se de que seu destino era uma cela solitária na penitenciária feminina Talavera Bruce, no bairro mais quente do Rio, Bangu. A temperatura superava os cinquenta graus naquele vale da Zona Oeste, dentro da cela. Dulce desesperou-se, gritou, pediu, implorou, exigiu alguma palavra oficial, alguma explicação. Em vez de liberdade, ela havia sido transferida para outra versão do inferno. As condições eram infinitamente mais degradantes do que aquelas a que se acostumara no Dops. Em lugar do convívio com as parceiras de infortúnio, às quais devia a restauração da saúde e do equilíbrio, sobre cujas bases voltara a construir planos para o futuro, via-se condenada à solidão e à mais absoluta imprevisibilidade. Enfim, a insistência produziu uma resposta. Era isso mesmo, nenhum erro, nenhum mal-entendido: ela não embarcaria para o exílio. Viera para ficar. Talavera Bruce seria seu novo endereço. Previsão não havia. O tempo seria aquele ditado pelas autoridades e ponto final. Talvez anos, talvez décadas, talvez para sempre. Dulce custou a compreender: as cicatrizes ainda visíveis exportariam para além das fronteiras a evidência incontornável das torturas, confirmando as denúncias relativas ao caráter criminoso da ditadura brasileira. Ela tinha de ficar no Brasil.

Na penitenciária, o mundo era o espaço minúsculo e sufocante, a cama de cimento com um colchão, privada sem tampo, pia alta, porta de ferro verde e

olho mágico. Não havia descarga na cela — era preciso bater na porta e pedir ao guarda que acionasse o dispositivo. Aos poucos, foi autorizada a receber visitas de parentes, como as presas comuns, no dia especialmente dedicado a esse propósito. Os deslocamentos para o pátio e o fim do isolamento total permitiram que ela entrasse em contato com outras presas políticas encarceradas em celas distantes. Foram seis meses no bunker claustrofóbico. Não sofreu tortura, ainda que o isolamento e as condições insalubres merecessem qualificação análoga. A absoluta falta de perspectivas era exasperante: não havia informação sobre qual seria seu destino, por quanto tempo ficaria ali, o que viria depois. Em fevereiro, casou-se com Alexandre. Era o único meio de obter autorização para que ele a visitasse. Familiares de Pernambuco enviaram por intermédio de dona Carmen salgadinhos, doces e o bolo dos noivos. O juiz oficiou o matrimônio e Dulce foi imediatamente devolvida à solitária. Nada de comemorações, muito menos visita íntima — invenção da democracia que se institucionalizaria muitos anos depois. As amigas presas convenceram um guarda a depositar na cama da noiva uma silhueta masculina montada com retalhos de jornal.

Em junho de 1971, Dulce foi transferida para o presídio Bom Pastor, situado dentro de um convento de freiras, no Recife. A fila para visitá-la era interminável. Ela festejou o retorno a sua cidade natal como um presente do destino. As grades que havia nas janelas das acomodações eram de tipo residencial; o tratamento, acolhedor. Uma espécie de ensaio geral para a liberdade que viria em 14 de dezembro de 1971, dia de seu aniversário. Um roteiro que inventasse essa coincidência seria desqualificado por inverossímil. Dulce voltou ao Rio de Janeiro, onde mora até hoje, para retomar os estudos, os velhos planos e recomeçar. Haveria ainda um longo percurso até tornar-se uma das principais historiadoras do país.

---

* As informações estão nas 3700 horas de gravações secretas feitas pelo presidente Richard Nixon, conforme divulgou a jornalista Dorrit Harazim, em seu artigo, “Na roda-viva da história”, publicado em *O Globo*, em 10 de agosto de 2014.

7. É tanta coisa que nem cabe aqui

Na tarde do dia 20 de junho de 2013, entrevistei Dulce Pandolfi pela segunda vez para o capítulo dedicado à sua biografia, com a intenção de ilustrar o que foi o Rio de Janeiro durante a ditadura militar, ou a que ponto a dignidade humana tinha sido aviltada em pleno paraíso tropical.

O prédio da Fundação Getulio Vargas fica na praia de Botafogo, no Rio de Janeiro. O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) ocupa o décimo quarto andar. Enquanto aguardava no saguão, antes da entrevista, percebi que Oscar Niemeyer, responsável pelo desenho do prédio, nos pregara uma peça. O gênio permitiu-se algumas liberdades, inclusive esta: frustrar quem acredita que contemplará uma das imagens mais belas do mundo. Afinal, entre o prédio e a enseada famosa, debaixo do Pão de Açúcar, nenhum obstáculo bloqueia a vista. O grande arquiteto, como um prestidigitador brincalhão, ou maldoso, apontou todas as janelas para as laterais. Surrupiou o cenário e transferiu sua exuberância para a imaginação de cada um.

Dulce chegou um pouco atrasada ao saguão, desculpando-se. Lembrei a ela que era eu quem lhe devia agradecimentos e a desculpa por ocupar tantas horas de seu tempo, revolvendo lembranças traumáticas. Tomamos um cafezinho como os brasileiros fazemos, especialmente os cariocas, sempre que surge um intervalo em nossas rotinas. Da cozinha seguimos para a sala de gravações. Quando nos sentamos diante dos microfones, o ruído da obra vizinha penetrou a proteção acústica do estúdio. Ao lado do prédio antigo da Fundação Getulio Vargas, onde estávamos, outro, pretensiosíssimo, crescia rápido. Mais um projeto Niemeyer. As intervenções sonoras da nova construção cheia de estilo, ampliando a área útil da FGV, registravam em um nível sutil de minha mente o elo entre dois ícones da história do Brasil: o arquiteto e o ditador. Pensava em Getúlio Vargas, que comandou o Brasil com mão de ferro, promoveu mudanças na economia e na política, e governou o país por dezenove anos: de 1930 a 1945, e de 1950 a 1954. Os dois heróis modernizadores estiveram associados às grandes transformações que marcaram a sociedade no século XX: a urbanização, a industrialização e a inclusão dos trabalhadores urbanos no pacto social, graças à legislação trabalhista e às lutas sociais. O elo entre ambos os personagens nos diz mais: Niemeyer sempre foi um expoente do Partido Comunista, ligado a

Moscou, o qual aliou-se a Vargas, em 1945, apesar da violenta repressão política de que fora vítima. O que os unia eram o nacionalismo e a fé no desenvolvimento econômico induzido pelo Estado.

Vargas retornou ao poder pelo voto, em 1950, e presidiu o país em ambiente relativamente democrático até 1954. Naquele ano, em 24 de agosto, matou-se para reverter um golpe iminente. O suicídio foi sua última vitória política. O gesto extremo adiou o golpe militar por dez anos. Niemeyer faleceu em 5 de dezembro de 2012, dez dias antes de completar 105 anos de idade. Foram dois polos opostos, intimamente ligados pelo sonho modernista. Um deles abreviou a própria vida, o outro converteu-se no principal exemplo de longevidade, qualidade que emprestou à sua obra. Vargas lançou as bases da indústria nacional. Niemeyer deu forma a esse processo histórico, moldando os produtos monumentais do progresso com seu traço inconfundível. Depois da morte de Vargas, o próximo presidente democraticamente eleito, Juscelino Kubitschek, inspirado em seu legado, transferiu a capital para o centro-oeste do país. Na semiaridez do cerrado, construiu Brasília. A nova cidade destinava-se a encarnar o Brasil moderno, como se fosse o retrato do futuro e sua antecipação. Os parceiros de JK nesse projeto titânico foram Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Os palácios do Planalto, da Alvorada, da Justiça e o Itamaraty, assim como a Catedral de Brasília, a Câmara Federal e o Senado da República seriam conhecidos como os signos do novo Brasil, fruto do engenho de seu povo.

Paralelamente, o Rio de Janeiro, mesmo depois de deixar de ser a capital, em 1960, continuaria a figurar como a imagem-símbolo do país. Brasília era razão e competência, força de edificação dominando a natureza. O Rio era a natureza. Essa equação simbólica era e continua sendo tão forte que até os valores atribuídos à sociedade carioca vinculam-se a dotes tidos por naturais, como o talento para a dança, a musicalidade, ou a habilidade no manejo da comunicação com os outros — qualidade que se bifurca em duas linhas: a malandragem, moralmente ambivalente, quando não negativa; e o dom da sociabilidade, moralmente virtuosa. Observando o mundo a partir dessa moldura dicotômica e simplista, é difícil, por exemplo, reconhecer a presença forte da ciência na cidade. No entanto, o Rio concentra o maior número de institutos de pesquisa e instituições acadêmicas do país. Entre elas destaca-se o Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (Impa), onde formou-se o carioca Artur Ávila, premiado em 2014 com a Medalha Fields, o Nobel da matemática. O Rio de Janeiro costuma ser associado ao Carnaval, à beleza das mulheres e da paisagem, à vocação dionisíaca e festiva. As coisas não são bem assim. Esses clichês têm origem em machismo, preconceitos, mitologias e na mercantilização das imagens para atrair turistas e elevar o moral popular, abalado todo santo dia pela

violência e pelas desigualdades. Todavia, quem negaria que todo clichê tem sua cota de verdade?

Na sala de gravação cruzavam-se os sons oriundos de duas fontes opostas: de um lado, a voz de Dulce, o indivíduo esmagado pela onipotência autoritária do Estado; de outro, a música do “progresso” — os repiques metálicos bombando a pedra em meio à gritaria da matéria em transformação. Rememorávamos o passado, enquanto, no terreno contíguo, um certo futuro se insinuava. Cruzavam-se em minha consciência a bandeira verde e amarela tremulando com as efígies de Vargas e Niemeyer, e os trapos da barbárie, os andrajos ensopados de sangue. O dístico da bandeira brasileira é “ordem e progresso”. A história de Dulce mostra a que preço a ordem tem sido imposta para permitir o progresso, tal como o definem seus beneficiários. Durante a ditadura, eram poucos. Nunca o país havia sido tão desigual.

Dulce falou por cerca de duas horas e meia. Os últimos minutos foram difíceis. Seu relato chegava a 13 de agosto de 1970, às nove e meia da noite. Vinte homens armados invadiam o apartamento e a levavam, encapuzada, para o centro de tortura do Exército, mantido em parceria com outras forças de repressão, no Rio de Janeiro. Ela conheceu a sala roxa aos 21 anos de idade. Era preciso ganhar tempo: Dulce pensava no que fazer enquanto os profissionais do suplício a preparavam para a carnificina. Eu não queria ouvir, ela não desejava continuar, pedi para interrompermos, ela pediu que interrompêssemos, seus olhos se encheram d’água, eu me envergonhei porque tampouco conseguia conter a emoção e me culpei por submetê-la àquilo.

Enchi um copo d’água para Dulce. Ela bebeu. O silêncio foi preenchido pelas providências práticas — era preciso guardar o caderno de anotações e combinar como seria enviado o registro sonoro. Voltei a agradecer, prometi ligar para marcar o próximo encontro. Eram dezessete horas, hora marcada para a manifestação, que ocorreria por acaso na avenida Presidente Vargas. Por acaso?

Não quer vir comigo, Dulce? Adoraria, ela disse, mas essa foi uma das sequelas: agorafobia. No meio da multidão sinto vertigem e falta de ar.

A despedida foi breve. Eu tinha de ir embora porque não me saía da cabeça o relato da prisão. Não avançáramos além da chegada ao DOI-Codi, à sala roxa, aos primeiros choques.

Ela me levou ao elevador e voltou ao trabalho. Tinha ainda tarefas a cumprir. Eu me dirigi ao metrô mais próximo, no bairro do Flamengo. Andei sem prestar atenção aos lugares, carros e pedestres. Como conciliar o ódio que sentia com meus princípios pacifistas? A meu lado, dois casais trocavam cartazes e riam dos dizeres, excitados como quem corre atrasado para a festa. Entrei numa lanchonete, pedi um café para ter direito de ir ao banheiro, meti-me no cubículo

fechado e me entreguei àquela emoção. Aos poucos me recompus. Naquele instante, me parecia impossível escrever sobre a história de Dulce. Voltei ao salão central da lanchonete para tomar o café frio. Pedi uma garrafa de água e olhei o movimento ao redor, pacientemente. Decidi ficar ali até me certificar de que estava pronto para retomar a caminhada ao metrô. Alguns estudantes passavam a caminho da manifestação com suas camisetas repletas de palavras. Falavam alto. Outros respondiam no mesmo tom. Trocavam entre si gritos de combate à política tradicional. E aos políticos. Algumas estrofes soavam agressivas. Palavrões rimados alvejavam o governador e o prefeito. O alarido remetia às tardes de futebol, nos domingos de decisão de campeonato. Em silêncio, um grupo de meninos e meninas de camisetas pretas e bermurdas compridas pretas, tatuagens góticas e piercings, ostentava um orgulho hierático que tinha sua beleza. Observei com atenção as últimas duas garotas da fila. Deviam ter menos de quinze anos. Tirei da mochila o caderno de notas. Organizo melhor a cabeça escrevendo. Abri o caderno, tentei encontrar o tom adequado e escrevi o seguinte:

> A mulher mais linda de sua geração fará 65 anos no dia 14 de dezembro de 2013. Chama-se Dulce Pandolfi. É professora e pesquisadora do CPDOC, unidade da Fundação Getulio Vargas, uma das principais instituições acadêmicas do Rio de Janeiro. Veio do Recife com 21 anos para fazer a revolução. Sua história sempre foi tabu. Forte demais para ser mencionada. Impossível prever as emoções que precipitaria. Abordá-la seria uma invasão de privacidade. Um abuso obsceno. Por isso, tenho adiado a entrevista que gostaria de ter feito quando a conheci, em 1973. Nunca ousei lhe pedir que me contasse em detalhes o que aconteceu. As informações gerais bastavam. Contudo, ela resolveu colaborar com a Comissão da Verdade criada pela Ordem dos Advogados do Rio de Janeiro e redigiu um depoimento corajoso e comovente, ainda que parcimonioso. “Eu não conseguiria falar”, ela me disse, “por isso escrevi.” Mesmo discreto, evitando detalhes e adjetivos, seu relato foi arrebatador. A porta estava aberta para a entrevista postergada há quarenta anos. Confesso que aquelas horas de entrevista me custaram mais do que as centenas de outras que fizera em minha vida profissional. Sei que o melhor entrevistador é o que desaparece, deixando que a entrevistada ocupe todo espaço. Entretanto, aqui justifica-se focalizar a relação estabelecida no diálogo, por motivos que espero esclarecer no decorrer do capítulo.

Descobri, escrevendo na mesa de mármore da lanchonete, que eu e meus afetos deveríamos fazer parte daquela história. Essa conclusão teve o efeito curioso e apaziguador de permitir o encaixe entre a biografia de Dulce, minha perturbação pessoal, meu ponto de vista narrativo e a história do Rio de Janeiro, em suas faces pública e privada. O Rio das catacumbas, sombrio, violento, contrastava com o encanto solar e o hedonismo idealizado. Para atravessar as fronteiras que separam essas dimensões, eu me me convencia de que o livro precisava incorporar a voz confessional, o que implicava escrevê-lo, portanto, sempre que possível, na primeira pessoa.

Paguei a conta e voltei à rua.

Quase dezoito horas. A passeata já devia ter começado, se bem que não seja fácil saber quando uma coisa dessas começa e termina. Tratava-se da terceira mobilização no Rio de Janeiro, no mês de junho, sem liderança, convocada nas redes sociais. Originalmente, o motivo tinha sido a redução das tarifas de ônibus. Depois da primeira passeata dispersada com balas de borracha, spray de pimenta e bombas de gás lacrimogêneo, o repúdio à violência policial entrou na pauta. Outras bandeiras eram a mudança dos velhos métodos políticos e o fim dos gastos bilionários com os grandes eventos, Copa do Mundo e Olimpíadas. Circulavam inúmeras outras denúncias e demandas. Elas variavam de acordo com o gosto de cada participante, e essa era uma das novidades. Cada pessoa deveria sentir-se livre para levar às ruas sua reivindicação e entoar sua palavra de ordem, ou de desordem. Depois das duas primeiras manifestações, jornalistas, políticos e cientistas sociais povoaram jornais, blogs, sites, canais de TV, pronunciando-se sobre os eventos. No dia 17 de junho, segunda-feira, o Rio suplantara São Paulo, reunindo cerca de 100 mil pessoas na avenida Rio Branco, no centro da cidade. São Paulo havia sido palco de algumas manifestações que gradualmente vinham se tornando maiores. Depois da primeira, que reunira 10 mil pessoas, a grande mídia paulista exortou o governo a restabelecer a ordem. Dois dias depois, em São Paulo, 30 mil pessoas sofreram todo tipo de brutalidade na repressão promovida pela polícia. Ironicamente, as principais vítimas foram jornalistas. Gente gravemente ferida, violência selvagem protagonizada pela tropa de choque e o cenário convulsionado levaram os mesmos órgãos de imprensa a criticar o governo, deslocando-se para uma posição mais simpática aos manifestantes. A manifestação do dia 17 de junho, no Rio, terminou em pancadaria. Diante do inusitado, as interpretações eram as mais diversas e conflitantes: o movimento é de direita, é fascista, é de esquerda, é anarquista, é despolitizado, é contra tudo e contra todos, é comandado por infiltrados a serviço deste ou daquele interesse, é contra o governo federal, contra a mídia convencional, e assim por diante.

Publiquei no jornal *O Globo* um artigo, conclamando os analistas a renderem-se à ignorância. Melhor aceitar com humildade e paciência a perplexidade ante aquele estado de coisas formidável, inédito, inquietante e vibrante, do que projetar sobre o fenômeno velhas categorias, as quais apenas nos faziam ver aquilo que as manifestações não eram: não eram organizadas, não tinham liderança nem pauta unificada, não estavam ligadas a partidos ou sindicatos nem se orientavam estrategicamente para alcançar resultados claros, bem definidos e consensualmente aprovados pelos manifestantes. Qual o sentido de listar o que os eventos não tinham e não eram? Afinal, as manifestações existiam e,

existindo, haveriam de ter algumas propriedades, certas características, um modo de ser. Era hora de virar o discurso de cabeça para baixo e inverter a perspectiva. Era tempo de descrever o que acontecia com o espírito aberto, observando antes de julgar, aposentando velhos conceitos. Meu artigo terminava exortando os leitores a irem para as ruas experimentar aquele processo diretamente.

Colunistas favoráveis ao governo federal, vinculados ao Partido dos Trabalhadores, no poder desde 2003, questionavam: por que a massa toma as ruas se as desigualdades diminuíram no Brasil, na última década, mais do que em toda a história anterior? Por que agora essa inundação das ruas por multidões sem rumo? Deve ser coisa da oposição conservadora, concluíam. A mim parecia óbvio: a miséria não estimula ninguém a se mexer para lutar por seus direitos. A indigência gera depressão e apatia. Nem mesmo a informação sobre o que seja um direito está disponível no ambiente de fome e desemprego. Mobilização tende a ocorrer quando a qualidade de vida melhora e cada um percebe que há mais a conquistar — ou o risco de perder o que se obteve. A própria expansão do ensino leva às pessoas a mensagem de que todos são iguais perante as leis, todos são cidadãos, e se as desigualdades no acesso aos direitos e à Justiça persistem, é porque algo está errado, algo que pode e deve ser corrigido. E a mudança depende da participação. Tanto se falou em cidadania no Brasil, desde a promulgação da Constituição em 1988, que as pessoas começaram a acreditar. Sobretudo quando as palavras bonitas difundidas na propaganda e na escola passaram a corresponder à experiência diária, mesmo que apenas parcialmente. O tal protagonismo cidadão de que falam os sociólogos ingressou aos poucos no vocabulário e na prática cotidiana da sociedade, inclusive nas periferias e favelas.

Na estação do metrô do Flamengo havia muita gente, como sempre acontece na hora do rush. Planejei descer na estação Uruguaiana, perto da avenida Presidente Vargas, o local do ato. Mais gente foi tomando os vagões nas paradas seguintes. Aos poucos percebi que a maior parte dos passageiros se dirigia ao mesmo destino. Descemos em bando na Uruguaiana. Na medida em que avançávamos rumo às escadas estreitas que teríamos de subir para chegar à rua, as pessoas se comprimiam, apertavam-se umas contra as outras. Impossível evitar o contato físico. Em alguns momentos senti os pés erguerem-se do chão. Resistir seria inútil. Resolvi relaxar, entregar-me à onda humana, manobrando para evitar as paredes e as barras da escada. Algumas pessoas pediam calma, gritavam calma, outras cantavam em coro marchinhas jocosas com críticas ao governador. Jovens da mesma turma brincavam entre si. Um deles insinuou em voz propositalmente alta que o colega, já no alto da escada, estava feliz, curtindo o aperto dos rapazes atléticos que o cercavam, na disposição aleatória dos

corpos. Outro berrou na outra ponta que o país tinha de acabar com a homofobia: “Chega de piadinhas babacas homofóbicas”. Ouvimos vozes dispersas apoiando a crítica, até que um engraçadinho fez muita gente rir: “Me cura, me cura. Quem pode me curar?”. Fazia blague ao projeto da direita evangélica autorizando psicólogos a realizar o que se convencionou chamar “cura gay”. A suposição francamente homofóbica associava homossexualidade a patologia. O projeto foi rejeitado no Congresso Nacional mas provocou amplo debate. Enquanto éramos quase cuspidos da estação pelo impulso coletivo, as provocações foram substituídas por palavras de ordem, às quais todos aderiram: “Vem, vem pra rua, vem”.

Na rua Uruguaiana, puxei fundo o ar para respirar sem estorvo, passei a mochila para as costas. Não consegui enxergar além de algumas dezenas de metros. Era óbvio que a convocação pelas redes sociais fora bem-sucedida, mas a Uruguaiana era relativamente estreita. A avenida Presidente Vargas, com 85 metros de largura e 3,2 quilômetros de extensão (entre a igreja da Candelária e a prefeitura), provavelmente dispersaria aquele mar de gente num só gole. Ingressando na avenida, o que parecia ser multidão revelar-se-ia um arquipélago de aglomerações rarefeitas. Foi o que supus.

Caminhei com muita dificuldade em direção à avenida. Encontrei colegas da universidade federal e estudantes, mas logo percebi que o elenco incluía personagens de variadas camadas sociais. A primeira percepção seria confirmada ao longo da noite. O predomínio de jovens era evidente, mas havia homens e mulheres de todas as idades, negros e brancos. Ou seja, essa não parecia ser mais uma mobilização tipicamente restrita à classe média. Finalmente, cheguei à Presidente Vargas. Subi em um banco de cimento, e ergui a cabeça tão alto quanto possível, levantei o braço e fotografei, mirando o horizonte. A multidão era impressionante e exerceu um efeito poderoso: as emoções exorcizadas na lanchonete voltaram com força.

O fluxo me empurrava rumo ao extremo norte da avenida, onde se localiza a prefeitura. Escurecia rápido. O céu de cobre espirrava a luz artificial dos postes altíssimos e dos faróis giratórios dos helicópteros. Os sons se engolfavam no redemoinho de refrões, salvo quando um grande número aderia a alguma palavra de ordem ou cantava em uníssono. Centenas de moças e rapazes se divertiam acenando pequenos cartazes e erguendo a mão com o dedo médio em riste para o helicóptero que se deteve acima da área em que estávamos. Vociferavam slogans contra a grande mídia. Alguém de um bando que passava ao lado, abrindo uma brecha para avançar mais rápido, corrigiu: “É da polícia, não é da imprensa, não”. O alerta ecoou. Os gestos prosseguiram, mas as imprecações mudaram. Ambas as turmas vinham à minha direita.

Mais adiante, à esquerda, um bloco uniformizado, vestindo as cores da bandeira nacional, cantava uma ingênua marchinha que irritava os politizados: “Eu… sou brasileiro, com muito orgulho e muito amor, ôôô”. Vaias pipocaram aqui e ali, até contagiar a massa. Os ufanistas calaram. Tentei seguir um grupo que caminhava e cantava em coro, sob uma faixa “Evangélicos pelo passe livre”, circundado por uma corda esticada nas laterais. Era difícil manter o prumo porque todos se movimentavam, nem sempre em paralelo. Grupos atropelavam-se, adernando para um ou outro lado, em ângulos variáveis, e as ondas eram incertas. Impossível cruzar lateralmente a multidão.

O vendedor de refrigerantes e sanduíches provavelmente calculara uma féria fantástica, mas via-se arrastado e arremetia seu isopor como um escudo, buscando um meio de recuar e sair fora. Não ganharia nenhum trocado por ali e ouvia algumas provocações cujo sentido, pelo que depreendi, era algo do tipo:

— Junte-se a nós, você é um de nós, não finja que veio a negócios, não tente lucrar justamente onde queimamos o lucro em praça pública, não pose de espectador onde incendiamos o capitalismo.

— Mas o cara é trabalhador — o outro acudia, temendo que os ânimos saíssem do controle.

— Mais uma razão pra ele deixar de brincar.

— O sujeito está trabalhando.

— Esse biscateiro está sacaneando a gente, revolução não é piquenique. Isso não é domingo na praia, nem jogo de futebol. Sai daqui ou entra de vez.

— Deixa o homem trabalhar, cacete.

Empurraram-se os dois e outros os empurraram. O vendedor, assustado, bateu em retirada como um gladiador vencido.

Frases escritas nas camisas e nos pequenos cartazes individuais compunham uma polifonia interminável: “Passe livre”, “Não ao aumento das tarifas”, “Amor não é doença”, “Preconceito se cura; amor, não”, “Homofobia é crime”, “Sai do armário e vem pra rua”, “Toda forma de amor vale a pena”, “Polícia pra quem precisa de polícia”, “Desmilitarização já”, “A Polícia Militar tem que acabar”, “Pelo fim da PM”, “Marcha da maconha, participe”, “Legalize”, “Proibição das drogas = criminalização da pobreza”, “Viva a Marcha das Vadias”, “Meu corpo me pertence”, “Intolerância zero”, “Chega de violência: as religiões afro-brasileiras merecem respeito”, “Não é pelos vinte centavos” — a referência era o valor do aumento da tarifa do ônibus —, “É tanta coisa que nem cabe aqui”, “Basta de remoções”, “A cidade é de todos, não é parque temático da especulação imobiliária”, “O Rio não é das empreiteiras, é nosso”, “Fora, governador”, “Nós temos futebol, a Coreia, educação. Vamos trocar?”, “Quero saúde padrão Fifa”, “Fifa go home”, “Fuck Fifa”. Um homem alto, fantasiado de

judeu ortodoxo, empunhava um cartaz: “É pelos vinte centavos, sim”.

Na avenida Presidente Vargas há prédios comerciais e outros que pertencem a instituições estatais. A ponta dianteira da manifestação já alcançara a prefeitura, enquanto, no outro extremo, ainda havia alguns milhares junto à Candelária. Dava para ver pela internet, nas transmissões ao vivo da mídia tradicional e dos novos veículos criados pelos midialivristas independentes, cujos *streamings* eram difundidos diretamente do meio da massa. O celular ampliava o alcance de cada manifestante, enquanto houve sinal. Quando a tensão elevou-se, uma hora depois, ninguém mais, na avenida, conseguia enviar mensagens ou ter acesso à internet — coincidência? Excesso de usuários? Intervenção política? Eu me empenhava em acelerar o passo para chegar à prefeitura. Muito difícil. A densidade da multidão obrigava a acompanhar o ritmo médio. Passando sob prédios nos quais ainda havia funcionários trabalhando, a massa entoava o “Vem pra rua, vem”, e as luzes das salas piscavam. Era um aceno solidário. Estimulados pelas respostas, o volume do coro, embaixo, e o ritmo das piscadelas, em cima, aumentavam.

No lado oposto, no sentido lateral, à direita da avenida para quem mira o norte, aglomerações em alvoroço indicavam algum problema. Gritos estridentes e pancadas metálicas atravessavam o paredão acústico formado por dezenas de milhares de vozes. Subi na escada de uma passarela para observar. Muitos tiveram a mesma ideia ao mesmo tempo. Nada era propriamente individual e solitário na avenida. Amontoado entre vários, junto ao gradil, no ponto mais alto, flagrei pessoas de preto batendo com pedaços de pau, barras de ferro ou instrumentos semelhantes em portas de aço. Não sei se desejavam provocar danos materiais ou apenas contribuir com ruídos diferentes para a cacofonia, nem consegui identificar a que empresa ou instituição pertenceriam as portas. As ondulações da massa lançavam jatos de pessoas em todas as direções. Aos poucos, e depois velozmente, como se um castelo de cartas desabasse numa cadência crescente, a multidão próxima às portas atingidas e meus vizinhos, no alto da passarela, crispados, roucos, mãos em conha ao redor da boca, esgoelavam-se no coro vibrante: “Sem violência, sem violência, sem violência”. Os black blocs, que já haviam ensaiado ações diretas agressivas em passeatas anteriores, faziam sua estreia em grande estilo numa das maiores marchas da história política do país. A partir de 1968, estive em todas elas.

De cima da passarela, a cerca de dois quilômetros da Candelária, contemplei a Presidente Vargas repleta. Não creio que houvesse menos de 1 milhão de pessoas. O relato de Dulce não me saía da cabeça. A multidão, vista de cima, era uma placa uniforme resplandecente e ondulante. Os torturadores que sobreviveram à idade e à culpa estariam jantando àquela hora? Estariam colados

à televisão, atônitos, assistindo ao desfile da cidadania empoderada? Um milhão de pessoas, quem poderia prever uma coisa dessas? A longa procissão era pontilhada por sucessivas saraivadas de flashes dos celulares. Culpa? Eles não sentem culpa, pensei. Duvidei que algum dos algozes de Dulce atravessasse insone a madrugada, assombrado pela cadeira do dragão no centro da sala roxa. A juventude ali na avenida não tinha a mínima ideia do que significara para a minha geração a reconquista da democracia. Mas eles têm razão, disse a mim mesmo, os jovens têm toda razão em desejar mais, exigir mais, não se acomodar às conquistas consolidadas.

Vieram à lembrança imagens de 1984, 10 de abril, terça-feira. No fim da tarde, mais de 800 mil pessoas já tinham chegado. Até que o último orador se despedisse, 1 milhão e 100 mil entoaram em coro inúmeras vezes: “Eleições diretas, já”. A conjuntura era outra, mas a explosão de vitalidade coletiva era a mesma. Os líderes políticos da oposição à ditadura, alguns recém-chegados do exílio graças à Anistia, convocaram a manifestação e falaram à massa de um imenso palco, construído na frente da igreja da Candelária. Todos queriam eleições diretas. Ou assim nos fizeram crer — ainda que a alguns não conviessem, mas essa digressão não importa. Naquele contexto, eleger o presidente era sinônimo de liberdade, fim da censura, prenúncio da convocação de uma Assembleia Constituinte. Quando pisei na Presidente Vargas em abril de 1984, ainda não tinha anoitecido. A experiência foi tão comovente quanto em 2013. O mar de gente parecia infinito. Engolia as diferenças de opinião, as nuances ideológicas, as modulações da sensibilidade, as crenças de cada um, as idades, nossas origens. Em 10 de abril de 1984 eu me sentia exausto, absolutamente farto do regime autoritário. A ditadura tinha desidratado dois terços de minha vida. De 1964 a 1984, tinham sido vinte anos de censura e medo. Eu esgotara as energias na resistência clandestina. Minha juventude consumiu-se na iminência da prisão, nas notícias de companheiros destruídos pela tortura, mortos ou desaparecidos. Queria a legalização de todos os partidos. Mas o mundo de gente que encontrei na avenida engoliu o cansaço, meus trinta anos, qualquer motivo supérfluo que me separasse de quem estivesse a meu lado, esticando comigo o pescoço para enxergar o locutor que escutávamos. O som era bom. Depois que anoiteceu e as estrelas políticas encheram o palco, e os artistas mais queridos amontoaram-se a seu lado, nós cantamos o hino nacional. Todos juntos. Fafá de Belém ao microfone, a multidão à capela. Um milhão e 100 mil vozes. Brizola e Ulysses Guimarães estavam lá. Os futuros presidentes, Tancredo Neves, Itamar Franco, Fernando Henrique e Lula, também. Meio século de história reuniu-se na maior manifestação que já se realizara no país. O célebre comício das Diretas do Rio de Janeiro nunca fora igualado. Até 20 de junho de

2013, nada tinha sido comparável. A emenda Dante de Oliveira que propunha eleições diretas acabou sendo rejeitada no Congresso em 25 de abril de 1984. Obteve 298 votos favoráveis. Eram necessários 320. Mesmo assim, a pressão abriu caminho para sucessivos avanços democráticos que culminariam com a eleição indireta de Tancredo Neves, o governo de seu vice, José Sarney, e a convocação da Assembleia Constituinte, que promulgaria a nova Constituição da República em 1988.

A passarela trepidou. Meu devaneio dissipou-se. O gradil balançou quando os que desciam embolaram-se com os que subiam. Coagulou-se uma bolha nervosa, uma pilha de gente compacta e sem solução. Antecipando-se ao pânico que fermentava — e disso dou testemunho, porque também a mim pareceu inquietante a situação —, a turma do alto gritou “Desce, desce”, e adicionou aos gritos argumentos mais persuasivos, como a força do corpo projetada a favor da gravidade. Vencemos a parada. Descemos na marra.

Acelerei o passo o quanto pude. Cruzei com os tipos mais diversos. Famílias inteiras, andarilhos solitários como eu, midialivristas entrevistando manifestantes e transmitindo ao vivo por *streaming*, esvoaçantes hare krishnas balançando sininhos, grupos de teatro da Baixada Fluminense fantasiados de políticos mafiosos, cujos cartazes estampavam menções solidárias ao passe livre, e centenas, várias centenas, provavelmente milhares de pessoas com a máscara do Anonymous enlaçando o pescoço, caída no peito, ou erguida sobre a cabeça, ou cobrindo o rosto. O espírito carnavalesco vinha à tona, aqui e ali, mas retraía-se ante um estampido, refulgia na batucada e voltava a encolher-se quando explosões assustavam a turma. Os estampidos e as explosões tornaram-se mais frequentes e próximos. O clima era cada vez mais denso, pesado, inflado por um temor ainda vago, porém crescente. Vozes isoladas retomaram o mantra, “Sem violência, sem violência”. De novo, o mote contagiou a massa e ganhou força. O coro foi acompanhado por um movimento que conquistou adeptos num raio de cerca de trezentos metros: todos nos sentamos. Era o meio de deter os fluxos erráticos que começavam a desordenar a marcha, produzindo os primeiros sinais de pânico e descontrole. Se não resistíssemos, se a manada disparasse a toda velocidade na direção oposta à da passeata, seria o caos. Uns aqui, outros ali levantaram-se, dezenas, centenas, não saberia mais dizer quantos fomos nos pondo de pé aos poucos, imitando a coreografia que víamos ao redor. A massa cada vez mais compacta pôs-se novamente a caminhar. Era natural a compactação sempre que interrompíamos a marcha por algum motivo. Os que vinham atrás encontravam a barreira humana e se aglomeravam em suas margens, forçando passagem. Tentei desembaraçar-me e buscar espaços mais vazios em que me sentisse à vontade para girar o corpo e usar o celular com o

braço estendido, consultando a seguir a foto. Esse recurso me dava uma ideia aproximada do que se passava à minha volta. Outro expediente era recorrer à internet e procurar transmissões diretas por *streaming* de outros locais da manifestação ou imagens ao vivo dos canais de mídia eletrônica. O truque esteve à mão até cortarem o acesso à internet. Ou, como havia dito, as ligações serem derrubadas pelo excesso de usuários. Insisto: nunca se chegou a descobrir o que provocou nossa imensa solidão coletiva. Foi o que senti quando perdi contato com a internet e a linha telefônica, e percebi que acontecera simultaneamente com todos que estavam próximos.

Aproveitei uma brecha que se abriu entre os blocos de manifestantes e avancei rápido. Já estava a menos de quinhentos metros da prefeitura quando voltaram a ressoar explosões. A tropa de choque da Polícia Militar dispersava a multidão com tiros de bala de borracha, bombas de efeito moral, spray de pimenta e gás lacrimogêneo. Não havia para onde fugir. Nas laterais e à frente, agrupavam-se os militares prontos para repelir qualquer aproximação. Quem estava na linha de frente da marcha via-se forçado a correr para trás, isto é, na direção oposta ao sentido da passeata. Por isso, o verbo correr não se aplica exatamente. Seria mais apropriado dizer: tentava correr. Era impossível atravessar em velocidade a barreira humana, por mais que as sucessivas fileiras buscassem fazer o mesmo. Não havia nem poderia haver sincronia entre os que escapavam aflitos e as colunas mais recuadas, formadas pelos que nos assustávamos com os estampidos, mas não éramos diretamente atingidos pelas agressões policiais. Era inútil a correria desabalada dos que vinham do front, desesperados pela falta de ar, os olhos vermelhos e inchados, eventualmente atingidos por algum petardo, tentando cobrir o rosto com a camisa e cheirando vinagre — os mais precavidos traziam consigo um kit-manifestação, repleto de produtos eficazes para proteção contra ataques policiais. As fileiras chocavam-se. O tumulto espalhava o pânico em espasmos centrífugos. Suponho que, do ponto de vista de quem estivesse nos helicópteros, o movimento se assemelhasse a círculos concêntricos que se expandiam gradualmente.

Alguns, depois muitos, enfim milhares em uníssono gritavam “Não corre, não corre, não corre”. A sensação de quem estava nas fileiras atingidas pelo estouro da boiada era angustiante. Mesmo me esforçando para manter a lucidez e a calma, tanto quanto a situação permitia, tentando avaliar as alternativas com a frieza possível, eu não antevia qualquer opção razoável. Impunha-se esperar e torcer pelo melhor. Ou rezar. Esperar que a polícia compreendesse que estava prestes a promover um massacre. Esperar que as primeiras centenas ou milhares de pessoas buscassem alguma solução menos temerária do que o desespero e a tentativa de fuga. Esperar que as colunas anteriores àquelas em que eu estava

entendessem a necessidade de inverter o rumo da marcha e caminhassem de volta para a Candelária, sem sobressaltos e atropelos, porém aplicando aos passos a máxima agilidade que conseguissem. Esperar que aqueles que se encontrassem próximos de ruas perpendiculares à avenida Presidente Vargas saíssem por elas, desafogando a multidão. O sentimento, em resumo, era de impotência. O pior era constatar que havia entre nós idosos, idosas e pré-adolescentes, quase crianças. Não se tratava de um grupo homogêneo. Ninguém poderia em sã consciência supor que o deslocamento de 1 milhão de pessoas fosse harmonioso e suficientemente rápido para impedir o desastre.

As luzes daquela parte da avenida piscaram e se apagaram. Intuí uma avalanche irresistível. A luz voltou sem a potência anterior. Foi o suficiente para sustentar a esperança de que sairíamos vivos dali. De repente, a multidão à minha frente comprimiu-se em núcleos mais densos, abrindo alguns espaços que pareciam poros de respiração do grande organismo que formávamos, todos juntos. Esses vazios eram penetrados por gente em fuga, como se fossem canais de passagem labirínticos. A solução engenhosa que o corpo coletivo inventou, espontaneamente, governado por uma inteligência invisível, não segurou a onda. Alguns ajuntamentos de pessoas tombaram feito gravetos partidos na ventania. Outros e outros mais se agarravam, empurravam-se, caíam e se erguiam, levados pela enchente, amparados pela solidariedade, desnorteados. As dezenas, as centenas, as milhares de pessoas desgarradas de seus grupos vinham em minha direção farejando brechas, anunciando o dilúvio. Nessa hora o automatismo da autopreservação pôs o grito em nossas bocas: “Não corre, não corre”. Milhares de vozes, dezenas de milhares difundiram em uníssono o bom senso e injetaram uma dose salvadora de racionalidade na manada em que nos transformáramos: “Não corre, não corre”.

Quando olhei para trás, as fileiras anteriores já estavam de costas, recuando. Se fôssemos rápidos evitaríamos o pior. A nova expectativa positiva começou a contagiar quem, um pouco antes, como eu, não via saída. “Vai dar certo”, uns diziam aos outros. “Calma, pessoal, vamos voltando com calma. Vai dar certo.” Falávamos em calma e nos movimentávamos com a agilidade possível. Flashes carregados de indignação traziam à minha mente a brutalidade policial nas favelas, as centenas de execuções extrajudiciais que se repetem todo ano, no Rio, sem que nós nos revoltemos e ocupemos as ruas. Pois agora estávamos ali também por isso, para que cessasse o massacre de jovens pobres e negros.

Não sei quanto tempo durou o sufoco. Parecia uma eternidade. Deixei de pensar no livro, na história do Rio, no governo, no desgaste dos partidos e até mesmo no sentido político daquele grande acontecimento. Minha consciência rodopiou para o ralo da sobrevivência. Valores nobres esfumavam-se —

democracia, justiça, direitos humanos, participação. De repente, uma nova alma das ruas aparecia, menos idealizada: a alma rude das coisas, colada à superfície dos fatos, a alma material que se confunde com nossos corpos. Suor, dor nos pés, o pânico, uma sede desatinada, a coluna em pandarecos, a audição prejudicada por estampidos e pela gritaria interminável, os olhos ardendo porque a nuvem de gás de pimenta acompanhou quem dela fugia como uma sombra expansiva e pródiga.

Ali estavámos nós: a turba, a horda, a malta, a gangue. Black bloc é meu irmão, tive vontade de dizer a quem quisesse ouvir. O pavor me inspirou um jeito diferente de perceber a experiência de que eu começava a sair. A marcha refluía. Milhares recuavam em direção ao ponto de partida, a Candelária, ou encontravam rotas de fuga nas ruas laterais. Abriam-se picadas na vastidão da avenida. As trilhas eram cada vez mais largas. Espaços vazios retalhavam a manifestação, espalhando os blocos de gente e formando arquipélagos onde antes havia placas compactas.

A caminhada de volta era longa e penosa, embora o esvaziamento progressivo da avenida a facilitasse. Meu propósito era seguir em direção à Candelária e dobrar à direita na avenida Passos, ou mais adiante na Rio Branco. Supus que no ponto zero da Rio Branco, onde ela encontra o aterro do Flamengo, próximo à beira-mar, eu encontraria uma condução para casa, na Zona Sul. Se andasse até lá, teria percorrido ao todo, desde que chegara à manifestação, cerca de dez quilômetros. Naquela altura, recorreria ao transporte que aparecesse primeiro: ônibus, metrô ou táxi. Não era ainda meia-noite, talvez o metrô estivesse funcionando. A menos que tivessem antecipado o encerramento do serviço por razões de segurança.

Tivessem antecipado. Essa expressão me ocorreu com naturalidade, o que me fez pensar sobre seu significado. Não disse a mim mesmo que o serviço havia sido encerrado, mas que o haviam encerrado. Ou seja, atribuí a interrupção do funcionamento a um personagem, oculto mas poderoso, alguém dotado de autoridade suficiente para tomar essa decisão. Nesse caso, fazia sentido. Entretanto, deixa de ter um significado assim objetivo quando empregamos a expressão — e ela é muito comum na sociedade brasileira, especialmente no Rio de Janeiro — para lavar as mãos quanto a nossas responsabilidades e a transferir para um elenco indefinido de personagens poderosos. Isso acontece diariamente, diante das situações mais diversas. É comum ouvir o taxista, o vizinho, o colega de trabalho afirmando: “Olha lá. Está assim há um tempão. Eles não fazem nada. Não estão nem aí. Não querem nem saber”. O problema apontado pode ser um buraco na rua, um poste sem luz, uma escola mal cuidada, uma construção deteriorada, mendigos dormindo na rua, crianças pedindo esmola, um sinal de

trânsito apagado, um posto de saúde fechado, a inflação subindo, o desemprego crescendo, a insegurança avançando *etc.* Não importa o objeto da revolta: menor, maior, provinciano, estrutural, municipal, federal. O que me parece interessante e revelador é o caráter vago, difuso e genérico do alvo da acusação. Os personagens responsabilizados aparecem indicados pelo pronome “eles”. Não era a primeira vez que refletia sobre esse hábito de pensamento, de linguagem, que me soava a contrapartida de um comportamento evasivo, omisso, individualista, refratário a assumir qualquer responsabilidade e protagonismo. Provoquei meus interlocutores algumas vezes: eles quem? Ninguém soube responder. Eu insistia: os políticos? os poderosos? as autoridades? os governantes? as elites? os ricos? As reações vinham monossilábicas ou ambíguas: “É, é, isso aí, sei lá, eles, eles”. Ou seja: os outros. Não os outros parecidos com quem enuncia o pronome “eles”. Os outros distantes, diluídos numa coletividade diáfana, intocável, quase imaterial. Se são os outros que fazem e desfazem, estou condenado à impotência. A rigor, nada que não seja estritamente privado me diz respeito. Dessa perspectiva, o espaço público está longe de ser comum, longe de ser o lugar de todos. O espaço público não é de ninguém. Por isso — prossegue meu interlocutor imaginário —, não vejo mal em jogar lixo na rua, nem me sinto corresponsável pelo que acontece ao meu redor. Conclui-se, portanto, que nada há a fazer, senão cuidar de si mesmo e de sua família. O mundo que se dane. Deduz-se também que é perfeitamente justificável, para quem é vítima da ação predatória deles, agir com vistas apenas ao próprio interesse, independentemente das regras e das leis.

O que sobra para quem recorre ao “eles”, pensando e sentindo dessa forma? Além do sentimento de impotência e do desprezo pelo que é público, sobra a experiência de vitimização, devastadora da autoestima. Sobra o ressentimento. A inapetência para a participação cívica. Resta a impossibilidade de experimentar o “nós”. Se o “eles” é vago e indeterminado, não há o “nós” consistente do mútuo reconhecimento.

As manifestações tradicionalmente se organizavam em torno de demandas específicas, sintetizadas nas grandes faixas exibidas na abertura dos desfiles. Por outro lado, seus porta-vozes ou líderes verbalizavam, em seus discursos e pronunciamentos, as demandas ou as posições expressas nas faixas. Para chegar à faixa-síntese percorria-se um longo caminho, em cujo curso as mais distintas propostas eram filtradas por assembleias e direções parciais. Os filtros sucessivos correspondiam a poderes sobrepondo-se até o vértice político. A síntese envolvia um certo tipo de organização e de construção do poder no interior dos movimentos sociais, dos partidos ou das entidades sindicais. O resultado era a faixa-síntese. A quem se dirigia a faixa, assim como os discursos

que a reiteravam? Ao Estado e seus ocupantes, aos governos e às autoridades políticas do Legislativo. O interlocutor do movimento, em geral, era o Estado. A faixa e suas letras maiúsculas enviavam mensagens ao Estado, via mídia ou diretamente.

À minha direita, via-se o Campo de Santana, uma praça larga e arborizada, circundada por grades, cuja área corresponde a 155 mil e 200 metros quadrados. Foi o impacto da imagem que me provocou essa viagem pelo pronome “eles” e o lado sombrio da cultura carioca. As grades estavam cobertas por pequenos cartazes colados uns nos outros, empilhados uns sobre os outros, equilibrados entre as barras de ferro, formando um magnífico mural a céu aberto. Antes de sair da avenida, os manifestantes depositavam seus pequenos cartazes pessoais como totens, oferendas ou velas num altar profano. Dando-se a volta em torno da praça, caminham-se 1300 metros. Quantos cartazes haveria ali? Meu primeiro impulso foi fotografar o mosaico de palavras e tratá-lo como uma instalação, a obra coletiva em que as escritas ligam milhares de autores anônimos individuais a um novelo-texto, circundando a grande praça. Contemplei a corrente de papel e a comparei aos movimentos Occupy que se tornaram comuns em todo o mundo. Havia naquela torre de babel tombada, horizontal, uma espécie de variação original das ocupações. Nem o nomadismo da marcha, nem o sedentarismo da ocupação: um ato de demarcação simbólica do território, que talvez remetesse ao desejo coletivo de apropriar-se da cidade, fazê-la pública, salvá-la da voracidade dos negócios.

Impossível fotografar. Não haveria braços nem bateria. E talvez não fizesse sentido. Tratava-se de uma intervenção em cadeia cuja beleza talvez estivesse em sua natureza efêmera, típica de todo acontecimento. Havia incontáveis cartazes, sim, contudo, provavelmente o mais importante eram os inumeráveis atos de adesão ao gesto inaugural de quem teve a primeira ideia e realizou a primeira ação, prendendo seu cartaz na grade do Campo de Santana. Cada cartaz era um ato cooperativo que estendia o primeiro, repetindo-o, até que o mutirão demonstrasse a extraordinária potencialidade da colaboração entre indivíduos. Não foi preciso regra nem coerção. Nenhuma gramática ordenou a criação. Ninguém e nenhuma entidade reivindicou a autoridade legítima sobre o mural ou ousou apresentar-se como canal de expressão de todas aquelas vontades. Aquilo não cabia em nenhuma faixa dos comícios tradicionais. E no entanto ali estava o “nós”, perdido na mitologia ressentida e impotente do “eles”.

Tudo ficou claro de repente, óbvio e simples. Por um lado, a grande faixa dos comícios tradicionais comunicava mensagens sintéticas, fruto de filtros sucessivos, cujo destinatário era o Estado — equivalente politizado e racional do grande Outro fantasmagórico, indicado pelo genérico “eles”. Por outro lado, nas

manifestações de junho de 2013, os pequenos cartazes customizados, individualizados, escritos em letras pequenas que só poderiam ser lidas de perto, endereçavam-se aos interlocutores, a quem estivesse próximo e disposto a ler. O destinatário, em vez do Estado ou do grande Outro, era o outro ao lado, manifestante, igual, parceiro de caminhada. O pequeno cartaz personalizado era um convite à conversa, à troca, ao elo, ao jogo entre o eu e o tu. A formação da coletividade estava em processo, mobilizando a lucidez crítica e o inconsciente, a fala, a escrita e as coreografias. Talvez a geração mais jovem tenha percebido, sem saber, que a construção da sociedade brasileira permanece incompleta. Nem tudo depende do Estado. Nem tudo pode ser culpa, responsabilidade ou talento do Estado. A postura que valoriza a corresponsabilização salva o indivíduo da impotência, do ressentimento, do lugar de vítima. Um individualismo carregado de possibilidades libertadoras e criativas não se opõe à coletividade. A propagação desse individualismo generoso pode ser a grande chance para uma reinvenção mais democrática e justa da coletividade.

Acionei o aplicativo do celular e gravei a seguinte frase: “Quem ousar escrever uma narrativa sintética sobre a manifestação de 20 de junho de 2013 correrá o risco de desperdiçar o que talvez seja essencial: a dispersão”.

Estava cansado. Confesso que a exaustão era mais mental ou emocional do que física. De todo modo, decidi que era hora de esquecer o compromisso com o livro e com a política. Já fizera anotações suficientes para o capítulo que pretendia escrever e dera minha modesta contribuição à marcha, integrando-me a ela. Podia permitir-me relaxar, não prestar atenção em mais nada, quem sabe tomar um chope à espera de que a maior parte dos participantes dispersasse. Afinal, a passeata fora um êxito e terminara, ainda que os críticos provavelmente viessem a questionar minha noção de êxito: qual era o objetivo? Foi alcançado? Não era assim que me interessava medir o sucesso da mobilização. Responderia aos críticos oportunamente. Era tempo de descansar. Dever cumprido.

Engano meu.

Optei pela avenida Passos. O celular voltara a funcionar. Muita gente caminhava sozinha, aos pares ou em grupo, em silêncio, alguns, conversando animadamente, outros, sem preocupações, sem hostilizarem-se. Fui informado de que houvera episódios de violência policial contra manifestantes que saíam da Presidente Vargas. Os ativistas não agrediram policiais nem depredaram patrimônio. Já estavam dispersos. Fugiram em direção ao largo de São Francisco e abrigaram-se no prédio da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Colegas professores que se esconderam na universidade me prestaram esse testemunho. Policiais pareciam sem comando e sem estratégia. Essa fuga para a UFRJ daria lugar à formação de um coletivo cujo papel seria importante nos meses

subsequentes. A repressão despropositada acabaria contribuindo para a articulação de grupos em torno de novas iniciativas no espaço público. Soube também que agências bancárias tinham sido atingidas por mascarados. Impossível saber se eram black blocs, agentes policiais infiltrados ou provocadores a soldo de profissionais da política com inconfessáveis intenções. Havia hipóteses para todo gosto.

Na avenida Passos me sentia seguro. O clima era pacífico até que duas viaturas passaram, fuzis à mostra. Policiais observavam os pedestres com expressões pouco profissionais. Divertiam-se. Subitamente, lançaram bombas de efeito moral, que fazem barulho semelhante ao de granadas reais, e espargiram gás de pimenta. A correria e os gritos convulsionaram todo o espaço à minha volta. Cobri o rosto com a mochila e a camisa e corri. Fiquei com a impressão de que o ruído e os sinais de descontrole criavam o cenário que os policiais desejavam para justificar o próprio ato, retrospectivamente, por absurdo que fosse, e animar sua disposição de repeti-lo e ampliar as provocações. Brincavam conosco como gato e rato. A atmosfera saltou da calma ao ódio num instante. Algumas pessoas que antes não davam o menor sinal de que chutariam portas de aço das lojas passaram a fazê-lo. Chutavam e gritavam, furiosos, porque não podiam esmurrar seus agressores sádicos. A revolta infiltrou-se como o fogo que inalávamos, queimando olhos, vias nasais, garganta e pulmões.

Atravessei à esquerda, evitei o largo de São Francisco, corri com um grupo de desconhecidos, chegamos à Rio Branco e, finalmente, à Cinelândia. Tive pouco tempo para descansar. Precisava de água e de um banheiro, mas os bares e restaurantes se preparavam para fechar mais cedo. Havia muita gente na Cinelândia. Nenhum tumulto. Blocos de manifestantes narrando suas experiências, trocando fotos e contando episódios de violência policial, que me soariam exagerados se eu não tivesse testemunhado pessoalmente exemplo análogo. Sentei um pouco na escadaria da Câmara de vereadores ao lado de várias outras pessoas. Conversávamos com estranhos, porque a situação nos aproximava, sobretudo o repúdio a atitudes da polícia. Prisões arbitrárias ainda eram raras, à época. Na sequência do processo, tornar-se-iam frequentes. De novo, viaturas policiais trouxeram pânico. Reduziram a velocidade na avenida Rio Branco, recuaram na contramão até a esquina do Teatro Municipal, miraram as aglomerações e lançaram bombas e gás. Ouvimos tiros. Parecia que os policiais consideravam as balas de borracha inócuas e as usavam sem reserva e sem necessidade. A presença da polícia, novamente, trouxe consigo desespero e alvoroço. A instituição produzia o que pretendia combater. Os profissionais da segurança deleitavam-se com o caos e, como observara antes, aproveitavam-se para repetir a dose, uma vez que, instalada a confusão, supostamente

justificavam-se seus atos.

Fugimos em bando para a Lapa, zona boêmia do centro da cidade. Não havia ali viaturas policiais. Os restaurantes estavam abertos. Muita gente comendo e bebendo em mesinhas, nas calçadas. Entrei no primeiro em que vislumbrei mesa vazia. Era preciso matar a sede e relaxar, antes de planejar o retorno para casa — até a Lapa não cruzei com nenhum tipo de transporte, nem carros privados.

Naveguei pela internet e assisti a imagens impressionantes. A violência policial não se reduzia ao que testemunhei. Houve circunstâncias muito mais graves. Mídia Ninja e outros midialivristas transmitiram ao vivo do meio da manifestação e tornaram-se mais importantes depois que o evento parecia encerrado, porque acompanharam as ações policiais, ou parte delas, mostrando com nitidez a desproporção de sua brutalidade. Além dos repórteres-militantes-ativistas das redes sociais que se valiam da comunicação via internet, empregando os próprios celulares, foi importante a iniciativa individual de centenas de pessoas, cada uma com sua arma de defesa, o smartphone, filmando ou difundindo imagens captadas nas ruas. Muitas cenas de insensatez policial prescindiam de comentários ou explicações. A rapidez com que se espalhavam promovia a viralização das denúncias, antecipando-se às justificativas oficiais e as tornando obsoletas e insustentáveis. A crítica ao comportamento dos policiais acompanhava em tempo real as práticas condenáveis, sucedendo-se a elas como reações quase automáticas, em frações de minutos.

Pouco depois de relaxar no interior de um restaurante modesto mas aconchegante, sem o celular, cuja bateria descarregara, ouviram-se algumas explosões distantes, seguidas por outras mais próximas, depois pelo berreiro na calçada e o corre-corre, até que a nuvem de gás alastrou-se, embaçando as amplas janelas de vidro e encobrindo a vista do exterior. Muita gente assustada, camisas no rosto, cabeça abaixada, refugiou-se no restaurante. Duas ou três pessoas passaram mal e foram atendidas por fregueses que pareciam experientes na matéria. Esperei que a fumaça sumisse, paguei a conta e saí. As ruas continuavam vazias e as calçadas, cheias. Nenhum tumulto, senão os desdobramentos da desordem provocada pelo ataque policial. Ouvi alguns relatos, fiz algumas perguntas. A história era sempre a mesma: os policiais divertiam-se, hostilizavam os pedestres e lançavam bombas.

Uma viatura aproximava-se lentamente. As pessoas fugiram. Busquei uma posição da qual pudesse enxergar o rosto dos rapazes fardados, sem que eles pudessem me atingir. Uma árvore favorecia a observação segura. A cerca de dez metros de onde eu estava, vi os policiais rindo e falando entre si. Dessa vez lançaram duas ou três bombas de efeito moral para o interior de dois restaurantes abertos, que atendiam a clientela em suas dependências e nas mesas na calçada

larga da Lapa. Já não havia ninguém nessas mesas, mas muita gente se comprimia no interior, sobretudo de um deles. A confusão foi enorme, porque o barulho assusta, mas a fumaça produzida é inócua. O pior foi o que se seguiu: lançaram gás de pimenta no amontoado de pessoas que saía às pressas dos locais atingidos pelas bombas. O pânico generalizou-se. A árvore não impedia a passagem do gás. Eu também tive de buscar abrigo, correndo com a mochila erguida e a camisa nos olhos fechados, tentando prender a respiração. Por isso, não vi, só ouvi o disparo. Um rapaz foi ferido no ombro por uma bala de borracha. A viatura acelerou e desapareceu. Soube que ele xingou os policiais e agitou os braços, indicando que filmara a operação.

Retomei a caminhada à procura de transporte. Atravessei o bairro da Glória. Na rua do Catete, andávamos dezenas de pessoas quase em fila indiana pelas calçadas estreitas, sem ousar qualquer depredação, mal nos falávamos, exaustos, rumo ao Largo do Machado, onde possivelmente haveria alguma condução. Ouvimos explosões à nossa frente mas não recuamos, mesmo porque uma viatura nos acompanhava à distância. De repente, o veículo policial acelerou e repetiu o ataque padrão: bomba e gás. O alvoroço nos obrigava a tentar saídas por ruas laterais. Entretanto, elas seriam perigosas, porque a polícia com mais facilidade nos encurralaria. Na praça do Largo do Machado havia névoa e centenas de pessoas vagando, vertendo garrafas d’água na cabeça, sem camisa. Ninguém sabia o que fazer. Todos queriam voltar para casa e dispersar, mas a polícia não permitia, rondando, hostilizando, induzindo tumultos e reagrupamentos. Suprema ironia. Segundo declarações à mídia do comandante, no dia seguinte, a intenção de todas as intervenções policiais militares teria sido sustar depredações e dispersar aglomerações, sempre que elas representassem ameaça ao patrimônio ou à integridade física de alguém.

Continuei a caminhada agora sozinho pela rua das Laranjeiras em direção ao Cosme Velho. Já havia percorrido mais de vinte quilômetros. Estar ao lado de outros nos vulnerabilizava a todos, porque os alvos policiais eram os grupos. Por outro lado, andar sozinho talvez fosse ainda mais arriscado, dada a disposição hostil dos policiais — impossível prever a que brincadeiras submeteriam suas vítimas eventuais. Por uma coincidência afortunada, vi um táxi vazio passando em uma transversal. Fiz o sinal dos náufragos. O motorista apiedou-se daquele velho manifestante já andrajoso, a roupa e o corpo impregnados de um odor cítrico nauseante e tóxico, vestígio do gás e da névoa leitosa das bombas.

8. Festas cariocas

Recebi com alegria o telefonema da amiga sueca. Alegria e surpresa. Ela chegaria na semana seguinte com todo o grupo. Ficariam hospedados em um hotel, mas me visitariam tão logo se recuperassem da longa viagem. Queriam saborear a hospitalidade carioca e descobrir como funcionava, na prática, nosso modo de vida tropical, fora dos folhetos turísticos e dos filmes folclóricos.

Quando ela disse, poucos meses antes, em nossa despedida, em Estocolmo, que viria ao Rio de Janeiro visitar-me, pensei que a promessa fosse apenas a versão sueca do papo de carioca. No Rio de Janeiro, para horror dos brasileiros de outras regiões e confusão geral dos estrangeiros, temos o hábito de prometer visitas que não tencionamos realizar e de convidar amigos e conhecidos a visitar-nos, ainda que dificilmente nos passe pela cabeça a hipótese de que o convidado leve a sério nossas palavras gentis e apareça em nossa casa. Convites do tipo e promessas desta natureza fazem parte do rito convencional das despedidas: “Apareça”, “Não deixe de me visitar”, “Espero vocês lá em casa”, “Dê um pulo lá em casa”. Ou: “Vamos nos encontrar”, “Vou passar em sua casa para um café”, “Vou dar um pulinho em seu escritório para colocarmos a conversa em dia”, “Vamos almoçar um dia desses”, “Vou te ligar”. Frases assim são frequentes e não pretendem comunicar o que significam para um ouvinte desavisado.

Caso as promessas se cumprissem, os cariocas não faríamos outra coisa senão visitar casas alheias e receber visitas, tal a prodigalidade com que repetimos a fórmula. Promessas desse gênero, no Rio, são formas polidas de manifestar afeto e evitar a despedida. São formas de sublimar a despedida. Para o carioca, explicitar o afastamento o torna mais real e irreversível. Em vez de adeus, o carioca diz até breve, até logo, e o faz evocando o próximo encontro. A promessa e o convite expressam o desejo de que o afastamento seja apenas um breve intervalo na continuidade do convívio.

Quem lê este esclarecimento talvez o interprete como uma confissão arrependida de faltas morais que deveriam causar vergonha. Não é verdade. Se os cariocas se sentissem culpados com este hábito, considerariam a si mesmos falsos, mentirosos e manipuladores. Se os cariocas vissem esta prática como um pecado, estariam admitindo que ignoram o sentimento de responsabilidade e

desprezam o valor do compromisso entre as pessoas. Sua celebrada disposição para a confraternização festiva e sua cultuada índole sociável não passariam de máscaras para um temperamento arredio e reservado. Isso não faz nenhum sentido. Quem ousaria afirmar que nós, cariocas, somos, no fundo, hermitões enrustidos, personalidades austeras e circunspectas, cidadãos apolíneos e pudicos, disfarçados sob fantasias dionisíacas?

O caso que passo a narrar me foi contado por dois amigos, marido e mulher, cujos nomes estão aqui alterados. O relato foi tão detalhado — um complementava e corrigia o outro, quando os entrevistei —, que pude reproduzir os fatos em detalhes como se os tivesse presenciado.

Paulo e Sofia viveram um episódio singular com um jovem e simpático turista norueguês que conheceram na praia do Leblon, em um sábado de muito sol. Conversaram um pouco, dividiram uma cerveja com o rapaz e trocaram cartões pessoais. No final da tarde, despediram-se com o convencional "passa lá em casa". Quando o casal, banho tomado, preparava-se para sair de casa — haviam combinado jantar com amigos —, a campainha soou. Sofia, que já se vestira — estavam atrasados —, dirigiu-se à sala, enxugando o cabelo. Abriu a porta e, por um instante, sentiu-se paralisada e sem voz: o norueguês. Controlou-se, cumprimentou o moço com naturalidade e lhe disse que ficasse à vontade, voltaria em seguida. No banheiro, à beira de um ataque de nervos, numa estabanada coreografia muda, transmitiu a notícia ao marido. Paulo não entendeu ou não acreditou. Ela tentou uma performance extravagante, gritar, sussurrando:

— Ele está aqui.

— Ele, quem?

— O rapaz.

— Que rapaz, Sofia? Calma. Fala direito. Que rapaz?

— O moço, aquele, o turista da praia.

— O norueguês?

— Ele mesmo.

— O norueguês está aqui? Em nossa casa?

Sofia não precisou responder. Franziu os lábios, cerrou os olhos e abriu os braços. Paulo tentou convencer-se, na esperança de que tudo não passasse de um mal-entendido ou de uma brincadeira da mulher:

— O norueguês da praia está em nossa casa.

Numa situação desconfortável é sempre útil culpar alguém. Não resolve, mas canaliza a inconformidade. Paulo foi o bode expiatório. Sofia não o poupou:

— Você convidou.

Quase completou: "… e ele veio". Não foi necessário. Paulo tinha entendido, perfeitamente.

— Como assim, “eu convidei”? Onde é que você está com a cabeça?

— Você disse: “Passa lá em casa”. Disse ou não disse?

— Eu disse passa lá em casa. E daí? Sou um cara educado.

— Pois é.

— Como “pois é”? O que você quer dizer com “pois é”?

Sofia fez menção de sair do banheiro e deixar Paulo falando sozinho. Ele a deteve:

— Espera. Aonde você vai?

— O homem está lá na sala, sozinho. O que ele vai pensar de nós? Que somos pessoas grosseiras. Que não sabemos receber uma visita. Eu vou lá.

— Espera. Vamos pensar. O que é que nós vamos dizer? Não podemos nos atrasar para o jantar.

— Pensa você em alguma coisa. No casal, o expert em mentiras é você.

— Quer lavar a roupa suja, agora, Sofia? Não é hora pra começar a briga de novo. Minha nossa senhora, não mereço. Logo hoje. Como é que pode uma coisa dessas? Bem que eu notei que o cara espichava o olho grande pra cima de suas pernas.

— Para com isso, Paulo. Deixa de ser ridículo.

— Ah! Agora, estou entendendo. O gringo ficou louco com seu biquíni. Eles não estão acostumados. Veem uma mulher bonita, seminua, ficam doidinhos. Ainda mais com sol e cerveja na cabeça a tarde inteira.

— Para de falar merda e inventa logo alguma coisa. Alguma coisa verossímil, pelo amor de Deus. Enquanto isso, eu vou dar atenção ao rapaz.

— Oferece uma bebida, um cafezinho, diz que estou me arrumando.

A aflição prolongou-se, porque havia um complicador. O carioca não admite marcar hora para o término de festas, visitas ou jantares, e considera uma indelicadeza dos anfitriões aceitar, sem resistência, sem manifestações de inconformidade, a referência do visitante à necessidade de encerrar a visita. A menção por parte do visitante ao adiantado da hora e à conveniência de partir deve ser repelida pelos anfitriões para demonstrar o valor que atribuem ao visitante e àqueles momentos de convívio.

Bons cariocas, bem-educados, Paulo e Sofia tentaram descobrir um caminho indolor para encurtar a conversa e encerrar a visita, mas recusaram, polidamente, as tentativas que o rapaz fazia de levantar-se e despedir-se. Os anfitriões esperaram, em vão, que o jovem norueguês decifrasse as ambivalentes regras do jogo e insistisse em despedir-se, a despeito da efusiva resistência do casal. A comédia de erros estendeu-se noite adentro, inviabilizou o jantar programado e legou à madrugada — após a sucessivamente postergada e tão desejada retirada do visitante — um roteiro de conflitos e acusações mútuas que entreteve o casal

até o amanhecer.

Lembrei essa história quando convidei a amiga sueca e, por seu intermédio, o grupo que a acompanhava, para uma noite de queijos e vinhos em minha casa. Era convite para valer. Não era sublimação de despedidas. Preparei com esmero a recepção. Comprei os vinhos que o salário permitia e os melhores queijos disponíveis na importadora do bairro. A padaria fazia uns pãezinhos irresistíveis. Sentia a obrigação de retribuir toda a gentileza dos suecos, que me acolheram com comovente generosidade nas várias cidades que visitei, de Uppsala a Malmo.

Os jantares que frequentei nas residências de familiares dos amigos me lembravam os filmes maravilhosos de Bergman com Liv Ullmann e Max von Sydow: a atmosfera densa, contida, econômica nas palavras. À mesa, intervalos silenciosos estendiam-se além da capacidade brasileira, especialmente carioca, de controlar a ansiedade. Depois da refeição, permanecíamos sentados em torno da mesa. Um folheto era distribuído. Olhos postos nas letras, seguindo disciplinadamente a ordem das canções, a música era entoada em coro. A marcação era lenta. Os comensais não me soavam propriamente entusiasmados. Não moviam o corpo. Na verdade, o ritmo arrastado não estimulava o movimento. As canções pareciam a continuidade natural do jantar, que excluía sabores extremos e atitudes exaltadas. Pelo menos essa foi minha impressão — preconceituosa, provavelmente, como costumam ser as impressões dos viajantes. Quando visitamos outros países, esperamos encontrar nos outros o espelho de nós mesmos e nos impedimos de aproveitar a experiência cuja riqueza está na diferença. Confesso que não conseguia deixar de sentir tédio com a monotonia das convenções. Talvez eu estivesse revendo, mentalmente, os filmes suecos, em vez de me abrir para a novidade.

Sexta-feira, 20h55, os convidados chegariam em cinco minutos. Os suecos são pontuais. Restavam cinco minutos para escolher, entre os CDs que eu previamente selecionara, qual canção ofereceria a melhor trilha sonora para o momento do reencontro. Pensei em receber os amigos ao som de bossa nova, que forjou a sensibilidade carioca de minha geração — João Gilberto cantando “Chega de saudade” ou “Samba do avião”, Tom Jobim tocando “Wave” ou “Garota de Ipanema”, João Donato tocando “Até quem sabe” ou “Capim”. Hesitei. Meus convidados eram politizados e talvez preferissem Caetano Veloso e Gilberto Gil entoando “Tropicália 2”. Talvez fosse mais apropriado um belo samba tradicional. Por fim, pus para tocar “O bêbado e a equilibrista”, espécie de hino da anistia que Elis Regina cantava lindamente. Os amigos suecos seriam acolhidos ao som de João Bosco e Aldir Blanc, na voz de Elis: “Caía a noite feito um viaduto e um bêbado trajando luto me lembrou Carlitos…”. Consultei

minha mulher, que não os conhecia senão por meus relatos. Ela concordou com a escolha.

O porteiro avisou que os treze convidados chegaram. Verificamos a organização da mesa, a ordem das cadeiras, a sobriedade do arranjo floral no centro da sala, a elegância clássica dos pequenos objetos de arte nas prateleiras da biblioteca. Diminuí o volume do som. O ambiente nos pareceu suficientemente acolhedor e sereno. Abri a porta e os esperei diante do elevador. Desejava que eles se sentissem bem-vindos.

Saltaram aos brados em meus braços numa espécie de frenesi passional. Gritavam meu nome em coro. Davam vivas ao Rio de Janeiro. Diziam, apertando meus ombros, que nunca tinham sido tão felizes quanto naquela semana carioca. Exaltaram o calor. Referiam-se à temperatura e à afetuosidade do povo. Não discerniram a música que vinha do aparelho de som e se apressaram a trocar o disco. Estavam ansiosos por ouvir os CDs que trouxeram, comprados em barracas de camelôs na entrada da favela que visitaram. Apresentei minha esposa. Todos a saudaram carinhosamente, mas não esconderam a ansiedade pelo som, pela cerveja, pela festa — trouxeram dúzias de cerveja e mal provaram o vinho. Aumentaram o volume. Uma corrente fez a casa toda vibrar ao som do funk. Lançaram-se ao ar, homens e mulheres, os mais novos e os mais velhos, remexendo os quadris em ondulações verticais e horizontais sem o menor embaraço. O figurino feminino copiava os trajes das meninas cariocas, cuja ousadia era sustentada por atributos físicos ausentes em minhas amigas suecas. Elas compensavam a falta de sintonia estética exagerando na coreografia. Afinal, a sensualidade está ao alcance de todos. O volume da música desestimulava a fala. A conversa ali era outra. O grupo espalhou-se pelos dois quartos, o corredor, a cozinha. Cantaram sem palavras e dançaram até a exaustão. Formaram-se aqui e ali casais, que logo se desfaziam e se misturavam ao grupo. Eu e minha mulher observávamos aturdidos, confusos. Desde o primeiro instante percebemos que seria impossível tentar controlar o que quer que estivesse acontecendo em nossa casa. Tentamos oferecer bebidas, queijos. Inútil. Nossos convidados estavam no poder. A Bastilha tombou ao som do funk mais furioso; o Palácio de Inverno foi invadido pela massa imantada de erotismo; a geladeira foi logo conquistada e caiu nas mãos dos rebeldes. Os anfitriões resignamo-nos a nos divertir com o espetáculo. E a torcer para que os vizinhos fossem tolerantes.

Seis horas depois, quando nos despedimos, os amigos suecos estavam esgotados, embriagados e esfuziantes. Cantavam alto no corredor do prédio. Na despedida, me disseram:

— Muito obrigado, Luiz, muito obrigado por nos proporcionar uma festa

carioca de verdade. Essa noite foi inesquecível. O Rio de Janeiro é mesmo uma cidade maravilhosa.

Aqueles momentos com os amigos suecos me ensinaram que ninguém faz uma festa carioca tão genuína quanto os turistas, porque eles realizam plenamente a imagem idealizada do que é ou deveria ser uma festa genuinamente carioca. Nós, os cariocas, dialogamos com as imagens sobre nós mesmos, mas nos mantemos sempre a uma certa distância, porque não há modelo ideal que resista às impurezas do dia a dia e às variações das experiências reais. Contudo, não nos iludamos, nós também nos guiamos pelo clichê, sobretudo vivendo no Rio de Janeiro, este poderoso e magnético clichê transnacional.

Estou convencido de que não devemos subestimar o clichê. Ele não faz sucesso por acaso. Há algo de revelador na caricatura. Menos na informação que sintetiza e mais no fato de a sociedade autorizá-lo e reconhecê-lo. Isso significa que ela acredita no retrato que se faz dela, o que, por sua vez, implica o seguinte: crendo que seja verdade o que o clichê diz a seu respeito, comporta-se em conformidade com esta crença. A sociedade passa, então, a imitar o retrato, tornando-o, a longo prazo, razoavelmente fiel à experiência vivida. Em outras palavras, a hipótese contida no clichê é menos uma representação das coisas como são do que uma hipótese sobre como poderiam ser percebidas. A hipótese, posta em circulação e encontrando boa receptividade, passa a funcionar como aposta e prognóstico. Na medida em que a sociedade aceita e adota o clichê, a profecia que ele expressa e propaga termina por realizar-se.

Este raciocínio ajuda a compreender um episódio que representou, de certo modo, a inversão do anterior: a obsessão pelo sexo ou pela sensualidade dominou a cena, mas, desta vez, com sinal negativo. Quando um clichê vira de cabeça para baixo, nem por isso perde seu sentido original. Torna-se apenas a caricatura do avesso. O clichê Rio-cidade-maravilhosa transpira sensualidade e malemolência, suscitando a ideia de que a sociedade carioca cultua Baco sem descanso. Quando é posto de ponta-cabeça, o clichê dá-nos o paradoxal espetáculo da castidade erotizada, carregada nas tintas de uma estética popular glamourosa e kitsch. É assim que entendo o relato a seguir, fiel aos acontecimentos que presenciei, assim como são reais os dois casos narrados anteriormente.

No primeiro semestre de 2007, cantores e cantoras revezaram-se no palco da maior casa de espetáculos da Baixada Fluminense, acompanhados pelo coro da audiência, que sabia de cor cada hit evangélico. O palco tinha cerca de setenta metros quadrados e dois metros de altura. As mesas e cadeiras haviam sido removidas do auditório, exceto as laterais e as que se situavam nos camarotes,

distribuídos em três andares. Formou-se assim um imenso saguão capaz de acolher muita gente de pé. As canções soavam redundantes e os berros não se distinguiam da exaltação dos fãs nos shows de música sertaneja. Depois de quase uma hora de apresentações dos ídolos gospel, o casal de locutores que havia conduzido a festa até aquele momento retirou-se para os bastidores sem explicações e as luzes apagaram-se por um instante. Tempo suficiente para que o pastor assumisse o comando num lance teatral, postando-se no ponto exato do palco em que incidiria o foco de luz. Parecia que a fonte luminosa era aquele homem de estatura mediana, levemente desequilibrado por um problema na perna esquerda que o fazia mancar, o rosto assimétrico de ex-pugilista. Não fossem as marcas de uma vida cheia de altos e baixos, que oscilara da miséria ao luxo, da prisão ao sucesso midiático, sua idade não chocaria expectativas: ele tinha apenas 45 anos. A luz confundia-se com a aura de seu carisma. Dali em diante, ele pontificaria, os gestos hipnóticos, a voz afetada de barítono, a retórica de excessos. O mestre de cerimônias combinaria as funções de sacerdote e pai. Famoso, temido e respeitado no subúrbio e nas periferias do Rio de Janeiro, preparava-se para celebrar o rito matrimonial de sua própria filha.

A multidão delirou. Eram cerca de 3 mil pessoas entoando louvações ao Senhor. O pastor comandou os fiéis como se estivesse num programa de auditório. Quando os brados lhe pareciam fracos, caminhava agitado pelo palco e provocava ao microfone:

— Não ouvi. Vocês disseram alguma coisa?

A massa repetia mais alto:

— Glória a Deus.

— Glória a quem? — ele insistia. Os convidados exultavam. Estavam ali para presenciar o casamento do ano. Alguns se gabavam: “da década”. Uma honra, um privilégio. Os noivos eram estrelas do showbiz religioso. Suas gravações gospel faziam enorme sucesso, não apenas entre os fiéis de sua denominação pentecostal, fundada e liderada pelo pai da noiva.

As palavras iniciais foram dirigidas aos presentes, especialmente às autoridades, saudando-os, dando-lhes as boas-vindas, agradecendo a manifestação carinhosa de solidariedade. Seguiram-se preces e algumas reflexões sobre a união entre os seres humanos sob a bênção divina, que o casamento simbolizava, e cujo pressuposto era a fidelidade. Finalmente, anunciou a abertura do ritual, convocando os familiares e padrinhos dos noivos ao palco. A multidão abriu-se como o mar no milagre de Moisés, formando um corredor margeado pelos convidados que se comprimiam e reacomodavam com uma disposição atlética. A longa passarela foi iluminada, enquanto o maior dos sucessos da noiva fazia tremer as caixas de som. Recepcionou-os e, após um

silêncio dramático, carregando no entusiasmo, chamou os noivos. Despontou o noivo de terno branco impecável ao lado do pai, antecedido por damas de honra, crianças e adolescentes em seus vestidos angelicais. Foram até o palco em passos ligeiros e acenos sóbrios.

Enfim, mostraram-se sob o foco, no ponto extremo da passarela, a noiva e seu pai, que furtivamente descera do palco e contornara a casa de espetáculos até a entrada para juntar-se à filha. O noivo já os aguardava no palco. Precedidos pelo cortejo celestial, atravessaram vagarosamente o oceano de convidados que erguiam os braços e gritavam, histéricos. Ela, com a bata branca típica de sua igreja, e o pai, de terno café com leite claro, sorriam. De volta ao comando, o pastor proclama:

— A noiva, senhoras e senhores, e o noivo.

E os abraçou afetuosamente. A audiência veio abaixo. Uma lágrima exigiu o lenço até então ausente na coreografia da noiva. Ela agradecia à plateia acenando e, a mão direita tocando o lábio, mandava beijos para todos os lados. O casal postou-se de pé. O oficiante, mantendo-se entre eles, recuou um pouco e lhes passou microfones. Os noivos cantaram, dirigindo-se um ao outro. Encerrada a canção, padrinhos ocuparam o espaço ao lado do respectivo afilhado. Os familiares, ao fundo, até então sentados, levantaram-se.

O pastor começou o discurso em tom tranquilo e moderado, confessional, como se estivesse prestando um testemunho privado, na intimidade de sua casa. Aos poucos, seu pronunciamento ganhou velocidade e vigor, aquecendo a temperatura ambiente, até desaguar numa exaltação emocionada e contagiante, da qual retenho um pequeno trecho:

— Eles nunca se tocaram, nunca viram o corpo nu, um do outro. Ela é pura, imaculada. Essa moça tão bela não sabe o que é o sexo. Vai se casar sem saber o que são as provações da carne. Sequer imagina a sujeira do sexo, a depravação. Abominou o pecado antes de conhecê-lo. Eu sou testemunha. Como pai e pastor, como oficiante deste casamento, declaro, diante de Deus e de todos vocês, meus queridos irmãos, minhas queridas irmãs, que ela, ao longo de seus 25 anos de vida, não olhou seu próprio corpo no banho. Se isso aconteceu, foi por descuido, sem intenção, um relance inocente. Garanto a vocês que, se este acidente ocorreu, ela terá sentido um profundo mal-estar. Essa moça faz jus ao branco de seu vestido. Nunca teve a consciência do mal, da vulgaridade, da torpeza humana, nem se deixou queimar pelo fogo do sexo que desgraça o mundo. Quando a Bíblia, no Apocalipse, profetiza que o fogo consumirá a terra, é do sexo que está falando. O sexo é a fonte de todo o mal. A noiva, minha filha, eu tenho orgulho de trazê-la virgem ao sagrado matrimônio, com a certeza de que jamais o diabo libidinoso lambeu sua alma com a ponta da língua em brasa.

Estive a seu lado, sempre alerta. Nunca Satanás torturou o espírito dessa menina com as labaredas de seu tridente e os chifres ardentes do anticristo. Não deixei. Fui seu escudo e hoje, glória a Deus, Jesus seja louvado, hoje a entrego a seu noivo sem pecado.

A evocação da nudez solitária da filha, as referências insistentes à luxúria, à volúpia, às paixões sensuais, ao toque adiado, inflamaram a imaginação erótica e magnetizaram a audiência, induzindo-a a compartilhar a expectativa física dos nubentes. As imagens tóxicas foram convocadas e banidas, banidas e convocadas. O ambiente criava o espaço sagrado por meio de uma aproximação quase promíscua com o sexo.

O pastor pediu ao noivo a leitura de um trecho da Bíblia. Fez o mesmo com a filha, que não conseguiu disfarçar a voz embargada. Dirigiu a ambos as perguntas de praxe, passou-lhes as alianças, orou e os abençoou. Estavam casados. No entanto, não encerrou a cerimônia. Chegara a hora de sua confissão pública. Como se estivesse embriagado pela mística do rito, derramou-se em homenagens à esposa, mãe da noiva, e lhe implorou o perdão.

— Quando vejo aqui hoje esta mulher envelhecida, desgastada pelos anos e pelo sofrimento, me envergonho, ao mesmo tempo que elevo meu pensamento ao Senhor e Lhe dou graças. Por muitos anos fui possuído pelo demônio e me entreguei ao sexo, ao álcool e às drogas. Minhas noites eram dissipação e orgias. Chegava em casa e batia nessa mulher.

Relatou traições. Em vez de silêncio e perplexidade, a multidão exultava ante cada revelação, declamando a plenos pulmões frases bíblicas e louvações em frenesi coletivo. Como num leilão, a cada peça exibida, a cada pecado narrado em detalhes gráficos, sempre alusivos ao sexo, ouviam-se lances, nesse caso eram sentenças como “Cristo venceu”, “Glória”, “Vitória”, “Justa é a Sua Palavra”. Mais funda a queda no inferno, mais efusiva a acolhida, mais intensa a catarse mística. A comunidade em êxtase amava a castidade com um fervor tão visceral que evocava uma ambígua sensualidade. Praticava-se o paradoxal exorcismo erótico da sexualidade, o culto de Baco às avessas, evocando seu poder e sua provocação na mais hedonista das casas de show, nos domínios de Dionísio, em pleno Rio de Janeiro.

Em 2013, o pastor foi condenado, em primeira instância, a quinze anos de prisão por estupro. Em 2014, voltou à liberdade por decisão do Supremo Tribunal Federal, que acolheu habeas corpus impetrado pela defesa. O pastor está recorrendo e poderá ter a pena revista ou suspensa.

9. Pedra da Gávea

Vi o Rio de Janeiro pela primeira vez em 1959, quando tinha cinco anos e minha família mudou-se da cidade serrana onde nasci, Nova Friburgo, para Niterói. Vi o Rio da janela do apartamento que se debruçava sobre a praia de São Francisco. Meus pais não podiam pagar aluguel nas áreas nobres. Fomos obrigados a viver naquele recanto encantador, desprezado como se fosse uma espécie de periferia à beira-mar. Nosso prédio era o único do bairro. Havia um punhado de casas, duas escolas, o barbeiro, a farmácia e o armazém de seu Horácio, onde meu pai me mandava comprar-lhe cigarros, onde também me autorizava, uma vez por mês, quando o salário lhe permitia esta prodigalidade, buscar um guaraná para o almoço de domingo. Lá na ponta, a igrejinha histórica escondia-se no topo do morro. E, claro, havia os 750 metros de areia branca, além do mar sereno, abraçado pela enseada. Tudo isso me pertencia. Mas os adultos achavam que o lugar não prestava, não tinha nada e ficava longe do centro, onde as coisas realmente importantes aconteciam. O que me importava era ter onde jogar futebol e poder enxergar a cidade maravilhosa, acendendo e apagando seus faróis. O queixo apoiado nos braços sobre o parapeito da janela da sala, eu imaginava os dias e as noites naquele mundo incrível, onde ficava o Maracanã.

Niterói era o paraíso: a paisagem exuberante do Rio emoldurava sua tranquilidade provinciana. Claro que esta descrição guarda uma dose de ironia que, à época, não fazia sentido. As cidades são próximas, separadas apenas pelo mar. O horizonte para quem passeia nas praias de Niterói é o Rio dos cartões-postais: Corcovado, Pão de Açúcar e o relevo sinuoso que os folhetos turísticos não cansam de enaltecer e reproduzir. Nas tardes de domingo, do outro lado do mar, o rádio de pilha colado ao ouvido, eu visualizava mentalmente os jogos que os locutores narravam. Do meu jeito, à distância, todo fim de semana eu subia a rampa do maior estádio do mundo, o templo sagrado do futebol.

A praia deserta nos dias de chuva, o silêncio na rua estreita de paralelepípedos entre o prédio e a areia, a solidão que só o radinho remediava — quando meu pai permitia que eu o ligasse —, provocavam uma curiosa melancolia, a ânsia para viver de uma vez o futuro que não chegava nunca.

Enquanto as sombras rondavam a política, meu avô pensava nas escolas para

os netos. Apesar de morar em Friburgo, acabou convencendo meus pais a mudarem-se para o Rio. Ele lhes daria um apartamento. Meu sonho estava prestes a se realizar. Naqueles anos, meus pais tinham nos levado ao Rio algumas vezes. Em domingos especiais, como a Páscoa, almoçávamos com a tia de minha mãe na Penha, um bairro da Zona Norte, longe da orla. Atravessávamos a baía nas barcas lentas e largas. Era bonito, mas faltava conhecer Copacabana. Sobretudo, faltava ir ao Maracanã. Meu avô era um português austero e esperto, cuja saúde resistiria a mais de um século. Era poliglota e autodidata, leitor de Eça de Queirós e Luís de Camões, filho de camponeses, migrante clandestino na Primeira Guerra. Viveu na rua, fundou sindicatos, abriu caminho com a energia dos estivadores e terminou seus dias salazarista, em guerra amorosa e constante comigo. Mago das palavras, ainda que econômico em tudo o que fazia, inclusive na fala, vovô convenceu um patrício que a revolução comunista estava madura: questão de semanas. O apartamento seria expropriado e invadido por famílias miseráveis. Se o proprietário sobrevivesse, desse graças a Deus, mas a propriedade privada, esta não tinha jeito, estava com os dias contados. Era pegar ou largar. Fecharam negócio por valores irrisórios. O gajo vendeu o apartamento em Laranjeiras e fugiu com a família para Portugal. Um mês e meio depois, cá no Brasil, o golpe militar garantiu a propriedade ao preço da liberdade e de milhares de vidas. Devo, portanto, a meu avô e ao medo, o lugar em que cresci com meu irmão no Rio de Janeiro, onde meu pai viveu até seus últimos dias, onde está minha mãe até hoje, lúcida e vigilante. Por ironia e cambalhotas do destino, o medo, generoso comigo na mudança para o Rio, infeccionou a história de minha geração e envenenou minha juventude.

Rio de Janeiro, finalmente. Hora de festa. Ventos a favor. Aportávamos em Laranjeiras, bairro do Fluminense Football Club, meu clube do coração. O aniversário se aproximava. Tinha certeza de que meu pai me levaria ao Maracanã assim que a casa estivesse arrumada e a vida, normalizada. Conheci a nova escola. O campo de futebol era respeitável. Balizas de madeira. Tudo como manda o figurino, à exceção das duas árvores frondosas na intermediária de cada lado. Nada de mais para quem jogava na areia e tinha experiência em ladeira de terra com bola oval. Seria apenas um detalhe tático a considerar. Ao longo dos cinco anos em que estudei no Zaccaria, só uma vez me empolguei demais com o drible em velocidade pela direita e trombei com aquele imenso zagueiro fixo. Não cheguei a quebrar os dentes. O vexame foi maior do que a dor.

Enquanto a ida ao Maracanã aguardava uma oportunidade adequada ao calendário de meu pai, minha mãe apressou-se em realizar outro desejo do primogênito. Fomos de ônibus elétrico à Cinelândia para minha primeira aula de

violão. Aquilo era uma vitória importante, que encerrava um rocambolesco quiproquó em torno dos costumes. Em 1960 ou 1961, cismei com o violão, para desgosto de meu pai. “Coisa de malandro, vagabundo, desocupado. Filho meu, violão, nunca.” Quando ele falava assim, convinha não insistir. A alternativa era recorrer à intermediação de minha mãe. A solução de compromisso foi o violino. Afinal, eram parecidos na forma. Por outro lado, o instrumento tinha nobreza. Um violinista é uma pessoa respeitabilíssima. Aceitei, mas durou pouco. Quase enlouqueci a família e os vizinhos, grasnando escala acima, escala abaixo, fora do tom, riscando tímpanos. Faltava destreza, do lado de cá, e paciência, do lado de lá. Próxima parada, piano. Sendo minha mãe professora do instrumento, qual o sentido de buscar outro? Ocorre que no teclado reinava meu irmão, cujos dotes o levariam longe. Minha mediocridade ostensiva e disciplinada era humilhante. A inveja desprendeu-se da alma e tomou forma e peso de coisa real que se vê e toca, como o piano, o violino e os objetos que preenchem o mundo. Tudo bem, melhor reconhecer e cair fora. No futebol, em compensação, eu era bem melhor que ele.

Mudavam os tempos, mudamos de cidade, estávamos na metrópole mais cosmopolita do país, mesmo já não sendo a capital desde 1960. Tudo isso mais a insistência de minha mãe fizeram meu pai mudar de ideia. O professor nos atendeu, mostrou onde por as mãos, como flexionar os dedos e afinar as cordas, ensinou as notas, os acordes básicos e esbanjou talento nos trinados e harmônicos. Infelizmente, a primeira aula foi também a última. O mestre admirava Lênin, desprezava o papa e chocou minha mãe: por ele, as igrejas seriam transformadas em bibliotecas. Comunista.

Primeiros dias de março de 1964. Minha alegria cruzaria com a violência, logo ali, na esquina. O Maracanã teria de esperar. A inocência estava por um fio. Ao contrário das expectativas, a vida não se normalizaria tão cedo. Em certo sentido, nunca mais, porque os acontecimentos de março e abril de 1964 deixariam marcas profundas o suficiente para permanecer conosco para sempre.

No dia 13 de março, ouvi pelo rádio com meu pai, na sala do novo apartamento, o discurso do presidente João Goulart para 300 mil pessoas no comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Ele prometia reformas de base, que proviriam educação, saúde, terra e trabalho para todos. Respeitando a Constituição. A massa aplaudia, mas exibia cartazes, segundo os locutores, cobrando as reformas, na lei ou na marra. Dias depois, marinheiros rebelados contra maus-tratos e condições desumanas de trabalho conseguiram abrir diálogo direto com Jango, enfurecendo os militares, ciosos da disciplina. A agitação fritava os nervos da sociedade. Fiz dez anos um dia antes do comício. Não compreendia nada claramente. Mas me sentia ligado à eletricidade do mundo. A

política emocionava as pessoas à minha volta, como acontecia no Maracanã. Eu era feito da matéria com a qual se escrevia aquela história. Não sei o que isso significa, mas o afirmo porque é verdade. Por isso, lembro bem da voz do presidente, da dicção gaúcha cantada, declinante, espichando para baixo as últimas palavras das frases. Por que grudei no rádio no dia 13? Para ficar ao lado de meu pai, certamente. E também para decifrar o mistério da vida entre os outros.

Menos de uma semana depois, em 19 de março, uma multidão equivalente foi às ruas em São Paulo, empunhando cartazes do tipo: "Justiça social, sim, comunismo, não" e "Reformas só dentro da Constituição". Os sinos de todas as igrejas repicaram quando a marcha começou. O movimento era puxado por associações de senhoras católicas e contava com o apoio do governador do estado, Ademar de Barros, cuja esposa liderava a manifestação.

O que eu não sabia era o seguinte. Lideranças esquerdistas, como Leonel Brizola e Luís Carlos Prestes, secretário-geral do ainda clandestino, porém atuante, PCB, pisavam no acelerador. Políticos moderados, como Santiago Dantas e Tancredo Neves, e até mesmo o governador socialista de Pernambuco, Miguel Arraes, jogavam água na fervura. Os comunistas eram minoria. Não tinham força para fazer revolução nenhuma. Os Grupos dos Onze, milícias brizolistas, não iriam a lugar nenhum. As Ligas Camponesas, de Julião, no Nordeste, eram fortes, mas circunscritas à região. Sofrer pressão da esquerda parecia convir ao presidente, para contrabalançar a pressão ainda mais forte da direita, comandada por Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, e pelo incendiário Carlos Lacerda, governador do estado da Guanabara — que, então, correspondia à cidade do Rio de Janeiro. A radicalização dos dois polos permitiria que Goulart se equilibrasse, ocupando o centro político. Jango era um social-democrata moderado, homem de centro-esquerda ligado a sindicatos, ex-ministro do Trabalho de Getúlio Vargas. Planejava conduzir o barco sem sobressaltos, consolidando conquistas sociais em contexto democrático. Para viabilizar seu projeto, contava com a estabilidade das instituições e o apoio de seu dispositivo militar. A CIA, por intermédio do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, financiou eleições e difundiu intensa propaganda, disseminando o medo e alardeando a iminência da revolução comunista. A direita acumulava força. As pequenas anedotas de meu cotidiano infantil testemunham a eficácia do marketing paranoico — com a involuntária e autodestrutiva colaboração de várias lideranças esquerdistas. O risco para Jango era perder o controle da polarização, anular o centro e terminar submetido à gravitação imposta pelo polo mais poderoso. E o polo mais poderoso é aquele que tem as armas.

Na hora H, quando a direita ergueu o punho para golpear a Constituição e

depor o presidente, faltou-lhe o dispositivo militar. Por outro lado, as esquerdas se mostraram incapazes de mobilizar a sociedade para resistir. Enquanto isso, a Marinha norte-americana desencadeou a operação Brother Sam, deslocando a frota do Caribe para a costa brasileira. João Goulart decidiu deixar o país para evitar uma guerra civil sangrenta e fadada à derrota. Morreu no exílio, em 6 de dezembro de 1976.

Trinta e um de março, terça-feira, fim de tarde. Meu pai foi à escola me buscar com minha avó materna. Boa coisa não era. As caras deles não estavam boas. Mais estranho ainda: muitos pais fizeram o mesmo. A rua do Catete era uma barafunda de Gordinis, Dauphines, DKVs, Fuscas, Aero Willys. O que quer que fosse, não atingia só minha família. A conversa dos adultos no curto caminho para casa era preocupante. Uma bomba estava prestes a explodir. Um desastre. Uma hecatombe. Eles disfarçavam, o que só piorava o clima, porque minha imaginação fervilhava. O mal-estar cresceu. Quase não preguei os olhos naquela noite. Mesmo que eu estivesse feliz, alguém consegue dormir com o barulho das esteiras dos tanques rolando e rasgando o asfalto? Alguém consegue dormir ouvindo a avó rezando o terço e andando para cá e para lá no corredor, a noite inteira? Eu me sentia rachado ao meio. Não queria que Jango perdesse o jogo. O que ele dizia, o que diziam os que estavam do lado dele parecia com o que eu tinha aprendido a valorizar. As pessoas que eu via falar mal dele eram um pouco parecidas com o que havia de pior em meu pai. As rezas de minha avó, eu não gostava daquilo. Sentia raiva por ter sido expulso da sala algumas vezes. Sentia uma revolta feroz por ter apanhado injustamente. Achava errado aquela coisa de hora disso e daquilo, o que podem as crianças saber, o que não podem, o corte de cabelo tendo de ser sempre o mesmo, príncipe danilo máquina 1, a missa todo domingo em latim, interminável, a família cobrando a medalha do primeiro lugar no final do ano, minha mãe chorando quando lhe entreguei o boletim mensal com uma nota 8,5, pela primeira e única vez. A missa era falsa, artificial, ninguém suportava aquela chatice, ninguém queria estar ali, mas estava e não fazia nada para mudar aquilo. As medalhas eram latas velhas, não serviam para nada, só para agradar as famílias e fazer a gente se achar melhor do que os outros, mas eu sabia que, se não fosse meu avô, nem na escola eu estaria, muito menos morando no Rio de Janeiro, e que aquilo tudo era um teatro, uma grande mentira. Não queria estar ao lado deles. Mas eles eram minha família.

Caí no sono por pouco tempo. Lá pelas cinco da manhã meu pai veio nos acordar, a mim e a meu irmão. Falou de um modo tão diferente que nós nem hesitamos. Dei um pulo, me vesti e corri à janela. O dia ainda estava começando a clarear, mas dava para ver o canhão do tanque apontado para minha janela. Levei um susto difícil de descrever. A pessoa deve se sentir assim num assalto.

Só que, no roubo, a gente sabe o que quer o ladrão e vai logo passando o dinheiro, o relógio, o que tiver à mão. Ali, eu não sabia o que entregar. Muito depois compreenderia que a gente entregava, ali, a liberdade, uma coisa que os adultos tinham e que devia ser bacana. Anos mais tarde, conheci a liberdade nos livros, como um conceito, e a exercitei como uma experiência subjetiva. Só em 1985 a cidadania no Brasil pôde sair do armário. Somente em 1988, promulgada a Constituição democrática, a liberdade tornou-se um direito e uma experiência pública.

O tanque apontava para minha janela porque o prédio em que morávamos fica na rua das Laranjeiras, entre dois palácios, o Laranjeiras e o Guanabara, que à época eram ocupados, respectivamente, pelo presidente, quando vinha ao Rio, e pelo governador. Em 1964, eram inimigos. Lacerda era o braço civil do golpe. Esperava tropas que vinham de Minas para encurralar Jango. Quanto aos militares, não se sabia, com certeza, quem estava com quem. Até porque nada era estático. Nessas horas, previsões se confirmam porque as pessoas creem nelas. O senso de oportunidade comanda. Elas aderem a quem oferece perspectivas de poder. Quando o possível ganha o status de provável, torna-se logo realidade. É a força gravitacional do poder.

O tanque estacionou na esquina da rua Gago Coutinho com a rua das Laranjeiras. O alvo era o Palácio Guanabara. Para atingi-lo, seria preciso que o projétil passasse por cima de meu prédio. Nós morávamos no oitavo andar, o penúltimo. A impressão era que mirava nossa janela. Descemos para a garagem. Diante da portaria, havia um pequeno jardim. Soldados armados estavam deitados, amassando as plantas e misturados a elas, porque a farda era camuflada, quer dizer, feita para que os homens parecessem vegetais. Foi o que depreendi da explicação de meu pai. Ele pediu autorização para sair. Agitou o lenço branco para os dois lados. A rua estava dividida. Do lado direito, uma fileira de sacos de areia sobre sacos de areia protegia os soldados das forças legalistas. Eles estavam postados de costas para o tanque. Os bicos dos fuzis e das metralhadoras metiam-se entre os sacos ou repousavam sobre a barricada. Do lado esquerdo, a tropa golpista adotava o mesmo método. Claro, foram formados na mesma escola, tiveram os mesmos professores, usavam os mesmos uniformes e as mesmas armas. Os soldados se entrincheiraram atrás dos sacos de areia. Para ser sincero, quem me disse que eram de areia foi meu pai. Foi dele também a informação sobre as armas. Eu estava tão agitado que mal conseguia perceber os detalhes da distribuição dos homens no terreno. Mais tarde concluí que o teatro de operações éramos nós, nosso pedaço de rua. Meu pai dirigia bem e driblou com habilidade as barreiras, mas fez tudo bem devagarinho para não assustar os homens armados até os dentes. Minha avó e minha mãe estavam tão

histéricas que congelaram, emudeceram. Assim que pegou a estrada, meu pai pisou fundo. Foi a única viagem de que me lembro em que minha mãe não reclamou da velocidade.

Chegamos a Nova Friburgo em tempo recorde, menos de três horas. No caminho, o rádio ia informando os nomes dos estados conforme aderiam ao golpe. Foi naquela viagem que aprendi o significado do verbo “aderir”. O castelo de cartas tombou gradualmente ao longo do dia. Houve assassinatos, no dia 1º de abril, mas disso pouco se sabe até hoje. No dia seguinte, o golpe consolidou-se. Passava pouco da meia-noite quando o presidente do Senado Federal, Auro de Moura Andrade, contrariando o regimento, decretou a vacância da presidência, apesar de o presidente João Goulart ainda estar em solo nacional, em pleno exercício de suas funções constitucionais, como asseverava o comunicado do chefe da Casa Civil, Darcy Ribeiro, encaminhado a Andrade e lido em plenário. Às 3h45 da manhã do dia 2 de abril, Moura Andrade transmitiu a presidência da República ao presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, que a repassaria ao marechal Castelo Branco em 11 de abril de 1964. Por isso, historiadores afirmam, com razão, que o golpe não foi apenas militar. Seria melhor descrevê-lo como civil-militar. Quando Andrade entregou a presidência a Mazzilli, estava acompanhado do presidente do Supremo Tribunal Federal, Alvaro Ribeiro da Costa.

A serra é sinuosa. Eu sempre passava mal. Tinha de parar. Não daquela vez. Fomos direto. Entramos em Friburgo aliviados. Meu irmão tinha sede, minha avó estava apertada, eu queria respirar, minha mãe não queria nada, como sempre, só mesmo saciar nossas vontades, e meu pai dirigia, concentrado, em silêncio. O rádio parava de funcionar quando se atravessava a zona de sombra da Serra do Mar. Meu pai não conseguiu estacionar em frente à casa de meu avô. Muitos carros e jipes militares bloqueavam a entrada. Mal tivemos tempo de esticar as pernas, fomos supreendidos por um dos tios que passou por nós vestido de uma forma estranha, com um colete igual ao dos militares e uma arma de tamanho médio a tiracolo. Ele tinha pressa, nem parou para nos beijar ou para dizer qualquer coisa. Acenou, meteu a cabeça num capacete e entrou em um dos jipes do Exército. A fila de carros começou a se mexer. Pelo visto, meu tio era a cabeça da serpente. Ele saiu, os outros o seguiram, roncando os motores e jogando fumaça em nossa cara. Meu avô explicou que o filho ia encontrar-se com o general Olímpio Mourão Filho, que vinha de Minas Gerais à frente das tropas golpistas.

Passamos a tarde na garagem, ouvindo rádio. Não sei por que diabos os homens da casa tínhamos de ficar ali. Não lembro a razão, mas foi assim. As ondas sonoras chegavam truncadas à serra. Muitas frases perdiam-se entre

zumbidos e interferências. Nítida para mim, e até hoje clara na memória, era a voz de Lacerda, o governador do Rio, entrincheirado no bunker do Palácio Guanabara. Ele se comunicava por meio de alto-falantes espalhados ao redor, e a rádio que ouvíamos retransmitia. “O Palácio está sendo atacado. Estou aqui para matar e morrer […] Almirante Aragão, assassino monstruoso, não se aproxime porque eu te mato com meu revólver, canalha, bandido, traidor. A sua hora chegou.” No final da tarde, a fatura estava liquidada. Subimos para tomar café na sala. Meu avô ligou a TV, gesto raro em seu cotidiano espartano e ascético, feito de pausa e contenção, onde não se contavam piadas, não se permitiam refrigerantes e outros excessos, onde jamais se ouviu um palavrão, um pronome mal empregado, um erro de concordância ou uma conjugação verbal trôpega.

Várias gerações da família reunidas na casa de meu avô, ao anoitecer do dia 1º de abril, assistiram pela televisão a proclamação da vitória, em imagens alvinegras trêmulas como bandeiras ao vento. Os golpistas estavam no poder. O clima doméstico era de uma quase euforia, refreada pela austeridade que a presença de meu avô exalava. Eu não compartilhava o sentimento dominante e mal o compreendia. Amuado, dividido, balançado por emoções contraditórias resistentes às palavras, não estava equipado com o vocabulário ou os argumentos para processar aqueles impulsos internos antagônicos. Soava justo comemorar. Todos estavam felizes, o motivo devia ser bom, e eu confiava em meus pais. Por outro lado, me parecia que alguma coisa estava errada, porque havia conflitos entre os adultos da família e disso nunca ninguém falava abertamente. A mentira reinava, naquele dia como em todos os encontros. Os tios nada diziam publicamente sobre meu pai, mas eu sabia que não apreciavam sua falta de ambição. Eu já ouvira comentários reservados, em natais e aniversários, quando me infiltrava em rodas de adultos e fingia brincar. Críticas pronunciadas em voz baixa — aprendi que tudo o que era importante dizia-se à meia-voz —, atribuindo nossa pobreza à pasmaceira típica do funcionário, à mentalidade típica do servidor público, avesso ao empreendedorismo de que se orgulhavam os tios e meu avô. Por isso, foram contra o casamento da irmã com aquele lambe-selos. Era como o chamavam. Não gostavam de meu pai. As aparências eram mantidas com o sacrifício da sinceridade. O modo extremamente autoritário como um dos tios educava os filhos me revoltava: até o assovio era banido. Naquele reino totalitário, a censura proibia todos os meios de comunicação. Por isso, ali, eu era um agitador perigoso, um Che Guevara de calças curtas. Não por acaso fui expulso da casa daquele tio. Isso tudo me levava a intuir que a alegria do dia 1º de abril era uma farsa. Eu não queria fazer parte daquilo.

Queria, sim, fazer parte da festa no Maracanã. Finalmente, ainda em 1964, convenci meu pai de que o Fla-Flu de 18 de outubro era imperdível. Muita gente concordou. Segundo informações oficiais, 136 mil pessoas pagaram ingresso. Contando os convidados, os profissionais que trabalhavam no estádio e os jornalistas, o número subia acima dos 150 mil. Minha ansiedade por conhecer o Maracanã era tanta que ardi de febre na noite de sábado. Eu era dado a essas coisas. Os nervos mandavam no corpo. Claro que escondi de minha mãe. Se ela percebesse, nada de Maracanã. Meu pai teria um belo argumento para cancelar o plano. A tarde só não seria completamente gloriosa porque o Flamengo empatou no último minuto do segundo tempo: três a três. Tudo me parecia absolutamente fabuloso. Duas viradas. Primeiro, nós na frente. Depois, eles: dois a um. No segundo tempo, passamos à frente. Não fosse o pênalti já nos acréscimos, nosso triunfo seria memorável. Mas aquela era a sina dos Fla-Flus, a imprevisibilidade, a rivalidade, as reversões dramáticas. Por isso era o clássico dos clássicos, o maior épico do futebol carioca. Meu ídolo, o dramaturgo Nelson Rodrigues, tricolor fanático, escreveu que o primeiro Fla-Flu, fenômeno cósmico, foi disputado dez minutos antes do nada. Foi muita sorte ter ido pela primeira vez ao Maracanã em um Fla-Flu, especialmente naquele.

Tanto quanto a partida, me emocionou a chegada ao estádio. Deixamos o carro longe e seguimos a pé, meu pai e eu de mãos dadas. Na medida em que nos aproximávamos, o gigante crescia. Não sabia o que mais me comovia: o monumento de pedra e aço maior do que tudo o que eu já tinha visto, maior do que as fantasias, bem maior do que as fotos e os filmes sugeriam; a profusão de bandeiras rubro-negras e tricolores; ou a sinfonia desafinada, cada vez mais intensa. Ou, quem sabe?, a realização do sonho do menino que imaginava os jogos na janela, em São Francisco, de mãos dadas com o pai. Ali minha mãe não cabia e meu irmão era pequeno demais para a empreitada de risco. Naquela época, futebol era para homens. Eu olhava para cima, via meu pai, e apertava sua mão para não me perder. Nos gols, ele me abraçava. Política nenhuma separaria dois tricolores.

Mas são tantos os jogos, os caminhos das multidões, as bandeiras, as palavras de pai e filho, as pausas, os cafés à mesa da sala, os gestos adiados, as tardes esquecidas, os crepúsculos dos domingos que morrem, as cinzas das coisas que passam. Elas se acumulam nos cantos da casa e nós passamos, desatentos. Foi por isso que, dali em diante, as coisas pioraram. Não fosse por isso, pelo descuido, meu, de meu pai, nada do que aconteceu a seguir precisava ter acontecido. Porém, não faz sentido negar os fatos.

Minha divisão foi sendo aos poucos superada, na medida em que fui assumindo gradualmente posições contrárias ao regime militar. A tal ponto que,

dois anos depois do golpe, já não sentia a angústia da contradição interna, porque ela foi substituída pelo antagonismo com meu pai. A contradição externa não era menos dolorosa do que a interna, entretanto, talvez fosse mais fácil de metabolizar. Na vida, as mudanças costumam fluir imperceptivelmente, sobretudo quando se está sofrendo a mutação das mutações: virar adolescente. De repente, você já não é o que era e ainda não é o que será. Só que você não viu isso acontecer. Não acompanhou as sutis metamorfoses diárias. A grande transformação é invisível no cotidiano. Subitamente, lá está você, no alto, girando no espaço, sem saber se o impulso no trampolim foi suficiente para não se esborrachar na borda da piscina. Esse limbo é uma merda. Enfim, um palavrão. Pronunciei o primeiro aos quinze anos. Nessa matéria, fui fiel a meu pai e a meu avô. Ambos abominavam a linguagem chula — era assim que a denominavam. Aos doze anos, ainda era um tabu que eu respeitava. Nisso meu pai e meu avô convergiam: a repulsa à vulgaridade e o amor à palavra. Autodidatas, ambos reverenciavam a língua. Os dicionários de meu pai eram os únicos livros em nossa casa, antes de eu começar a juntar dinheiro para comprar os meus. As estantes de meu avô vergavam ao peso de gramáticas opulentas e dicionários. Duvido que houvesse este relato não fosse a herança desta obsessão.

A mudança, eu dizia, costuma ocorrer sem alarde, sem que a identifiquemos, deixando-se ver apenas retrospectivamente. Mas o que aconteceu em minha casa foi diferente. Houve uma data, uma hora precisa. Primeiros dias de agosto de 1966. Almoçávamos, eu, com doze anos, meu irmão, meus pais e minha avó materna. Eu voltava de férias no Espírito Santo, onde conheci um militante do movimento estudantil, que devia ter dezesseis ou dezessete anos. Conversamos na escadaria da igreja, onde eu esperava por minha avó paterna. Política era o tema, continuava se infiltrando no cotidiano. Confessei-lhe minha convicção socialista. Ele me cumprimentou, disse que era a única ideologia digna, porém corrigiu: as ideias que eu descrevera não eram socialistas; eram comunistas. Sendo assim, posto que meu pai fora o primeiro a saber de minha fé socialista, achei justo que fosse o primeiro a ser informado da novidade. Ao contrário do que ele me explicara no corredor do apartamento em Niterói, enquanto jogávamos bola, minhas ideias, na verdade, eram comunistas. A explosão foi tamanha que me pegou de surpresa. Acho que ele esqueceu aquela nossa conversa, que tinha acontecido cinco anos antes. Do jeito que ele esmurrou a mesa e berrou, só podia ser. Minha avó chorava copiosamente. Minha mãe tentava consolá-la e acalmar meu pai. Fui proibido de acabar o almoço e obrigado a ficar no quarto dos fundos de castigo, o dia inteiro. Ouvia de longe os suspiros da avó e alguns gritos esparsos de meu pai. Minha sorte foi estar sentado na cabeceira oposta à de meu pai. Minha mãe veio me visitar mais tarde.

Trouxe o resto do almoço, requentado. Perdi a fome. Como sempre, ela tentou me fazer compreender o lado de meu pai. Eu achava que tinha compreendido o suficiente. Preferi não responder. Nisso eu era parecido com meu pai. O silêncio é meu cabo de guerra. Ele queria briga, ia ter briga. Fizemos ambos voto de silêncio, um com o outro. Ou melhor: contra o outro. Não nos falamos por quase um ano. O que foi uma pena, porque, com o astral da casa e a espontaneidade, foi-se também pelo ralo o Maracanã.

Revendo hoje o episódio, salta aos olhos que, no fundo, eu sabia que minha declaração detonaria a mina plantada no meio da sala, entre nós. Nossa relação era um campo minado. Contudo, talvez fosse isso o que eu quisesse. Explodir de uma vez a mina, fazer em pedaços o relacionamento que já estava em frangalhos e ver o que aconteceria. Quem sabe o choque nos proporcionaria a chance de começar de novo? Entre uma criança e sua bandeira há sempre o pai, a mãe e as vicissitudes de uma novela familiar. O fato é que a explosão, em vez de salvar, bloqueou de vez os canais de diálogo e afeto. Por um longo período, a ponte permaneceria tombada, em escombros; as caravelas, queimadas. A mãe seria o pombo-correio e nos manteria em armistício, ou seja, armados, embora evitando a conflagração. Depois daquele almoço interrompido, o clima familiar desandou. Só voltaria a ser o mesmo de antes décadas depois.

Saí de casa muito cedo. Casei cedo demais, aos dezoito anos, menos de doze meses depois de ingressar na universidade. Pouco antes de conhecer minha primeira esposa, vivi a segunda e mais séria convulsão familiar, que apressou a saída de casa. A cena resume o nó que amarrou, em minha história, a política e as relações familiares. Talvez este emaranhado não tenha sido um caso isolado. Talvez seja a trama de minha geração. Por isso, é provável que uma narrativa em primeira pessoa, sincera e íntima, em tom de testemunho, contribua para o conhecimento do que foi a ditadura na vida dos que a experimentaram, do que eram as relações familiares à sombra do autoritarismo, do que foi o Rio de Janeiro para os que atravessaram a noite. Ali estava a matriz do Rio feroz de hoje, policiais militares invadindo favelas, o racismo envergonhado apontando o alvo, as iniquidades naturalizadas, a indigência rompendo a casca do clichê e os novos-ricos sonhando com Miami. Nos meus dezoito anos, o Rio já não era mais a cidade dos anos dourados. Nas décadas seguintes, seria marcada pela decadência. O melhor que se podia fazer para descrever o Rio, em minha juventude e em boa parte da vida adulta, era calar sobre o presente e evocar o passado ainda recente, embora idealizado. Mas havia a música e o futebol, que são outros quinhentos.

Cheguei a tempo de jantar com meus pais e meu irmão. Não costumava falar sobre mim, nem compartilhar em casa o que fazia fora. Daquela vez tentei,

estiquei a corda até o limite, mas não aguentei. Precisava desabafar. Tinha sido um dos piores dias de minha vida. M. T. desaparecera. A polícia política a raptara. Ela era líder estudantil na PUC, onde eu estudava. O movimento estudantil, como o sindical, estava proibido; ainda assim nos reuníamos e procurávamos resistir. M. T. era linda, suave e firme. E parecia tão frágil. Gostava dela. Estávamos em 1972. A ditadura mergulhava as garras empapadas de sangue onde quer que houvesse vida minimamente independente e inteligente, e o mais tênue sintoma de indignação. A desigualdade social atingia patamares únicos. O arrocho salarial, a radicalização da censura, a denúncia internacional das violações sistemáticas perpetradas pelo Estado brasileiro exigiam mais uma volta no torniquete da repressão, mais tortura, mais assassinatos de opositores. Pois aconteceu: sumiram com M. T. Eu e os colegas envolvidos com a política estudantil fomos a todos os lugares possíveis. A universidade foi solidária. Reitor e diretores fizeram contatos com autoridades, correram atrás de algum indício que nos desse uma pista sobre seu paradeiro. Se identificássemos o local para onde a levaram, a ditadura dificilmente teria como negar. E reconhecer a custódia de um preso implicava admitir que a pessoa estava viva e que, portanto, manter a pessoa viva era responsabilidade do Estado. Quando eles queriam matar, matavam assim mesmo, com a desculpa de que o preso tentara a fuga, se suicidara ou resistira à prisão. De todo modo, cumpria a nós tornar as coisas mais difíceis para os agentes da repressão. Enquanto os representantes institucionais da universidade se mexiam, eu e meus colegas visitamos algumas personalidades. A última visita foi a mais importante: conseguimos ser recebidos em caráter emergencial por um eminente bispo da Igreja Católica.

Encerramos o dia sem qualquer sinal de M. T. Voltei para casa com os nervos à flor da pele, imaginando, e temendo, o pior. Controlei o desejo de compartilhar. Meu pai ligou a TV. Ele gostava de jantar assistindo ao Jornal Nacional, da TV Globo, o noticiário mais popular do país. Geralmente, eu saía da sala ou virava o rosto, ostentando minha repulsa ao telejornal, voz oficiosa da ditadura. Naquela noite, escapou. A corda rompeu-se. Provoquei meu pai: “Como é que você pode ver essas mentiras sem dizer nada? Hoje, uma amiga foi raptada pela repressão. Está sendo torturada neste extato instante, enquanto jantamos. Ninguém sabe se ela vai sobreviver a esta noite”. Meu pai bateu forte: “Não se deixe iludir pela propaganda comunista”. Insisti: “Quer dizer que tortura é invenção dos comunistas?”. “E não é?” Todo o poder que antes e depois daquele momento manteve, em mim, os pedaços mais ou menos no lugar, virou fumaça. As partes desgarraram-se do eixo gravitacional, que antes e depois me acostumei a chamar eu. Braço para um lado, razão para o outro, ódio borbulhando, a consciência

estilhaçada em volta do corpo que girava, e zás, atirei com a força disponível um prato em direção à cabeça de meu pai. Anos a fio o lanho fundo na parede sinalizava o ponto em que o projétil espatifou-se, sem atingir meu pai, fisicamente. Imagino que tenha saído do duelo tão morto quanto eu. M. T. sobreviveu àquela noite infernal e a outras. Foi barbaramente torturada. Liberada, exilou-se. De volta, retomou sua vida com a integridade de sempre, e a admiração dos amigos. Longe do Rio e da política. Mas o inferno está lá, em algum lugar, como está aqui. Não há inseticida, nem amnésia que o aniquile.

Precisei de tempo e coragem para desculpar-me com meu pai. Ele aproveitou a oportunidade para desculpar-se por ter quebrado meu violão. Era um instrumento de brinquedo que ele destroçou, batendo no chão, porque me recusei a escovar os dentes. Eu tinha cinco anos e venerava aquele violão caríssimo, presente do lado rico da família, que nunca poderia ser substituído. Acabáramos de nos mudar para Niterói. O perdão pacifica. Ficaram elas por elas. O prato pelo violão. Uma violência por outra. Afinal, sobrevivemos a ambas. O país também precisou de tempo e coragem para reconquistar a democracia. Assim como a sociedade, meu pai avançou, abriu a cabeça, foi trabalhar na Ordem dos Advogados do Brasil, cercou-se de interlocutores instruídos, formados na matriz liberal, cujo papel na resistência à ditadura foi importante. O destino o conduziu, por ironia, à instituição que se destacaria nas denúncias à tortura. Quando se aposentou, era um homem diferente. Eu também.

Durante quase todo o período em que escrevi este livro, meu pai aproximava-se do fim, lentamente, guardado dia e noite por minha mãe. Por quase três anos, dividi meu tempo entre o livro e meu pai. Nos últimos meses, já internado, ia vê-lo diariamente. O hospital situa-se na Tijuca, bairro da Zona Norte. De minha casa, o caminho mais curto é também o mais atraente: o Alto da Tijuca, que atravessa a Mata Atlântica, poderosa e exuberante, uma parte da cidade inteiramente distinta da orla, pela qual, entretanto, o Rio é mais conhecido. O cheiro, as cores, a luminosidade, a escassez de gente e automóveis, as pracinhas provincianas, o clima ameno, o ruído das folhas, os olhos d’água, os pássaros, tudo é diferente. Na última noite, voltei para casa depois de uma vigília de 48 horas. Precisava descansar. Pouco depois, minha mulher telefonou. Estava chegando a hora. Meti os pés nos sapatos, entrei automaticamente no carro, ergui os olhos para reverenciar a Pedra da Gávea, absoluta em sua majestade, e cruzei a Floresta da Tijuca. Sabia que, quando passasse ali de novo, as coisas não seriam mais as mesmas, as cores, os pássaros, os ruídos, o clima, eu, o passado, o futuro e este livro. Nada seria igual, ainda que a Pedra da Gávea seguisse engajada no eterno movimento de manter-se fiel a si mesma, com sua incorruptível e inesgotável determinação mineral.

Agradecimentos

Impossível ser suficientemente enfático para reconhecer o que devo a minha esposa querida, parceira de trabalho e companheira na militância pelos direitos humanos, Miriam Krenzinger, primeira leitora, severa, certeira, incansável, propositiva. Sem o seu apoio, suas dicas preciosas e a cumplicidade de seu amor, não haveria este livro. Ele tampouco existiria, como o concebi e o escrevi, não fosse a disposição corajosa e generosa para compartilhar suas memórias de Dulce Pandolfi, Marcos Sousa, Ronald Soares e tantos outros, cujos nomes não podem ser mencionados.

Minha mãe, Marilina Soares, mesmo atravessando o período mais difícil de sua vida, manteve sempre uma reserva de energia para me ajudar de todas as formas possíveis. Este livro também é para ela.

Natália Guindani, enteada e colega, ouviu os relatos e discutiu suas faces ocultas, dividindo comigo momentos de angústia com sua serenidade estoica e rara sensibilidade. Giovana Silva, sobrinha gaúcha, que me enviou sopros de inspiração. Sou grato a Liane por tudo, e por seu intermédio agradeço a toda a família Krenzinger, especialmente à querida Irene, minha sogra, a Helene, Flavio, Maninha e José Carlos, Fernanda, Fabiana e Manuela. Vicente Guindani, enteado e interlocutor, muito obrigado. Agradeço também a meu irmão, Marcelo Bento Soares, à minha cunhada, Martha Costa, às filhas Bruna e Paula Musumeci Soares, aos genros Gabriel Sayad e Fábio Tomaz, aos queridos Luiz Carlos e Sônia Dumontt, Celso e Marilza Athayde, assim como a Antonio Carlos Carballo Blanco, Ibis Pereira, Robson Rodrigues da Silva e Carlos Alberto D’Oliveira, cúmplices na longa travessia. Também sou grato a Tiago Tostes e Elisa Addor, e muito especialmente a meu neto Antonio Tostes, que costumava sentar-se a meu lado, adiando o futebol, para acompanhar meu trabalho, exigindo que eu fosse mais claro.

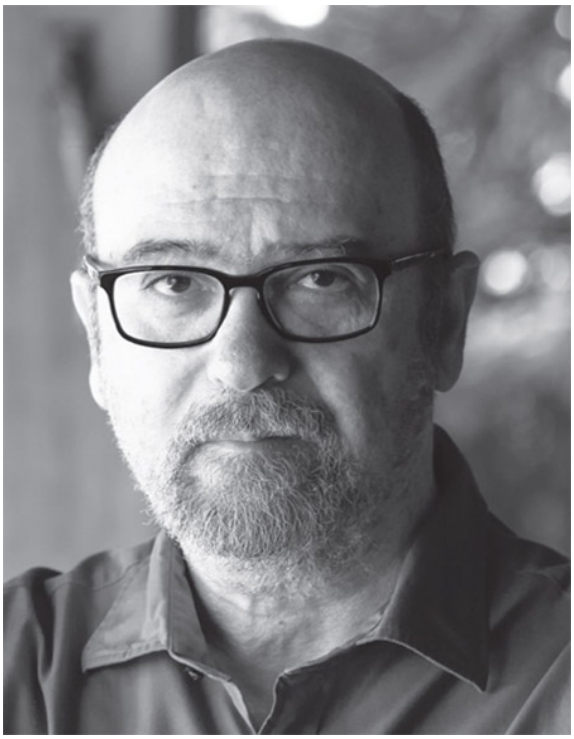
Samuel Braun e Rudolph Hasan, ex-alunos, hoje colegas, discutiram durante meses comigo as manifestações e me ajudaram a compreendê-las. Os insights de Bruno Torturra foram inspiradores. Tomaz Klotzel deu vida ao projeto em vídeo Depois de Junho (disponível em <depoisdejunho.com>), no qual debatemos a nova sociedade emergente no Rio e no Brasil. Sergio Cohn e Leandro Saraiva têm sido parceiros em muitos planos.

Agradeço a Écio Salles, Julio Ludemir, Heloisa Buarque, Numa Ciro e Marcus Faustini por compartilharem comigo o mergulho no Rio das periferias e na cultura das favelas. Sou grato a João Trajano Sento-Sé, Marcos Rolim, Luiz Antonio Martins, Raul e Bruno Jungmann, Átila Roque, Newton Cannito, Beatriz Rezende, Helio R. Santos Silva, Bia Lessa e Tiago Borba, Italo Moriconi, Alexandre Mathias, Ekke e Maria Clara Binguemer, Ana Vitória Vieira Monteiro e Leona Cavalli, Willian Gaertner, Pedro Abramovay, Rubem Cesar Fernandes, Pedro Strozenberg, Jader Marques, Salo de Carvalho, Daniel Segenreich, Maria Isabel Mendes de Almeida e Eduardo Martins, Silvia Ramos e Julita Lemgruber, Paulo Renato Vaz e Paulo Mantuano, Eugênio Davidovich, José Padilha, Domingos de Oliveira e David Linger, pela ajuda valiosa. Com Tiago Barboza tenho uma enorme dívida de gratidão por sua competência, solidariedade e a generosa dedicação.

Como seria inviável listar todos os amigos e colegas, e todas as pessoas que me abriram portas, construíram pontes, deram sugestões e tornaram possível este livro, dirijo meus agradecimentos a Marcio Saraiva, em nome dos demais. Agradeço a meus alunos da Uerj, na pessoa do estimado Washington Pio, e aos funcionários, citando Sônia Chaves Costa e Wagner Aguiar de Souza.

Ao longo dos quase três anos de trabalho, lendo e relendo o material que eu produzia, criticando-o e sugerindo alternativas, Flavio Moura me ensinou a identificar detalhes que podem separar a água do vinho. Como escrever é, entre outras coisas, tirar leite da pedra e ouro do nariz, a ciência desse alquimista foi para mim inestimável. Agradeço a Suketu Mehta, que me ajudou a encontrar a voz mais adequada a cada narrativa. Sou grato a Lucia Riff, minha agente literária, assim como a Marcus Wagner, Ernesto Neto, Hermano Vianna, José Miguel Wisnik e Reinaldo Moraes, que contribuíram mais do que provavelmente imaginam.

Sou muito grato a Luiz Schwarcz, responsável pela Companhia das Letras, pelo convite e a confiança, assim como aos editores da Penguin.



GABRIEL SAYAD

LUIZ EDUARDO SOARES é escritor, dramaturgo, antropólogo e pós-doutor em filosofia política. É professor da UERJ e foi *visiting scholar* nas universidades Harvard, Columbia, Virginia e Pittsburgh, nos Estados Unidos. Publicou quinze livros, entre eles *Meu casaco de general: Quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro*, publicado pela Companhia das Letras e finalista do prêmio Jabuti, em 2000. Foi secretário nacional de Segurança Pública, coordenador de Segurança, Justiça e Cidadania do estado do Rio de Janeiro e secretário municipal em Porto Alegre (RS) e Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense.

Copyright © 2015 by Luiz Eduardo Soares
Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Capa
Retina_78

Preparação

Mariana Delfini

Revisão
Renata Lopes Del Nero Adriana Bairrada

ISBN 978-85-438-0402-6

Todos os direitos desta edição reservados à EDITORA SCHWARCZ S.A.
Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32
04532-002 — São Paulo — SP
Telefone (11) 3707-3500
Fax (11) 3707-3501
www.companhiadasletras.com.br www.blogdacompanhia.com.br

Table of Contents

Rosto
Sumário
Introdução — Rio de Janeiro: A grande guerra contra o clichê
1. Tiros na madrugada
2. Linha Vermelha
3. Você está proibido de morrer
4. Mangueira, quinze anos depois
5. “Don’t be lazy”
6. A mulher incomum
7. É tanta coisa que nem cabe aqui
8. Festas cariocas
9. Pedra da Gávea
Agradecimentos
Sobre o autor
Créditos